



SUPERNOVA[®]

Conselho Nacional de Justiça - CNJ Na Mídia

Correio Braziliense | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Guedes vê 'equilíbrio'

Economia - 24/08/2021

14

Folha de S. Paulo | Nacional

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Isolado, Bolsonaro insufla atos com radicalização, e governadores pedem trégua

Poder - 24/08/2021

15

Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber /

STF se divide sobre CPI quebrar sigilos até 2018

Poder - 24/08/2021

18

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Entenda a atual crise institucional patrocinada por Bolsonaro

Poder - 24/08/2021

20

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

PAINEL

Poder - 24/08/2021

24

O Estado de S. Paulo | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Alexandre de Moraes arquiva notícia-crime contra Aras

Noticias - 24/08/2021

26

O Globo | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

ESTADO DE ALERTA

Política - 24/08/2021

27

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Aliados vetam carta condenando ataques do presidente

Política - 24/08/2021

29

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

CNJ investiga juíza e sete desembargadores do Rio

Rio - 24/08/2021

31

Valor Econômico | Nacional

Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

Pacto de governadores causa revés a Bolsonaro

Política - 24/08/2021

32

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux /

STF deve referendar em plenário autonomia do Banco Central

Política - 24/08/2021

34

Extra RJ | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Membros do TJ são investigados Cidade - 24/08/2021	36
A Gazeta Online ES Espírito Santo CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Presos / Juiz condenado no ES mandou soltar presos flagrados com 3 toneladas de maconha Noticias - 23/08/2021	37
A Tarde Online Bahia CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Disputa feminina na OAB-BA Noticias - 24/08/2021	40
Agência Brasil Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça / CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ Noticias - 23/08/2021	42
Carta Capital Online Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Como funciona o processo de impeachment de um ministro do STF Noticias - 23/08/2021	43
Extra online Rio de Janeiro CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura / CNJ faz inspeção em gabinetes de sete desembargadores do TJRJ suspeitos de integrar esquema de corrupção Brasil - 23/08/2021	46
G1.Globo Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça / CNJ determina fiscalização em gabinetes de desembargadores do TJRJ por suposto esquema de corrupção Rio de Janeiro - 23/08/2021	47
Gazeta do Povo Paraná CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Alexandre de Moraes acerta ao arquivar queixa contra Aras no STF Vozes - 23/08/2021	48
ISTOÉ Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça / CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ Noticias - 23/08/2021	50
Metrópoles Distrito Federal CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura / Corrupção: CNJ faz inspeção em gabinetes de nove magistrados do Rio Noticias - 23/08/2021	51

O Antagonista | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

CNJ inspeciona gabinetes de desembargadores suspeitos de corrupção no TJRJ 52
Notícias - 23/08/2021

O Dia RJ Online | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Cartórios do Rio estão autorizados a registrar crianças com o sexo 'ignorado' 53
Notícias - 23/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

CNJ determina fiscalização em gabinetes de desembargadores e juíza do TJRJ por suspeita de corrupção 55
Notícias - 23/08/2021

O Globo Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

CNJ faz inspeção em gabinetes de sete desembargadores do TJRJ suspeitos de integrar esquema de corrupção 56
Política - 23/08/2021

Poder 360 | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação /

Julgamento na TV ao vivo atrapalha, diz presidente de associação 57
Notícias - 24/08/2021

R7 Notícias | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Influencers: ministros do STF têm mais de 1 milhão de seguidores 61
Brasil - 23/08/2021

Tribuna da Bahia Online | Bahia

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Presos /

Aécio Neves propõe redução de pena para presos através da leitura 63
Política - 23/08/2021

Último Segundo | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

Conselho investiga desembargadores suspeitos de integrarem esquema de corrupção 64
Notícias - 23/08/2021

Consultor Jurídico | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Acordo de leniência e ação de improbidade: o poder público é uno, e não vários! 65
opinião - 23/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

CNJ instaura correição em gabinetes de 8 desembargadores e uma juíza do TJ-RJ 68
Notícias - 23/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 / Judiciário ainda estuda sanções a servidores que se recusam a tomar vacina Noticias - 23/08/2021	69
CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Presidente do TST suspende restrições à retomada presencial da Justiça de SP Noticias - 23/08/2021	73
CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Secretário-geral do CNJ / Tribunais de Justiça do Sudeste vão conhecer implantação do Justiça 4.0 Noticias - 23/08/2021	74
Correio Popular São Paulo CNJ - Conselho Nacional de Justiça / CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ Noticias - 23/08/2021	76
D24am Amazonas CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 / TJAM celebra instalação do Museu do Poder Judiciário do Amazonas Noticias - 23/08/2021	77
O Sul Rio Grande do Sul CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Conselho Nacional de Justiça faz inspeção em gabinetes de 7 desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio suspeitos de corrupção Noticias - 23/08/2021	80
Jota Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação, Judiciário - PNUD, Judiciário - Covid-19 / Caminhos sustentáveis para a Justiça brasileira Noticias - 23/08/2021	81
Veja - Blogs Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura / CNJ investiga oito magistrados do TJRJ por venda de sentenças Radar Siga - 23/08/2021	85
CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Saída para o impasse no tratamento dos precatórios Maílson da Nóbrega - 23/08/2021	86
CNN Brasil Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Presos / Gabinetes de desembargadores serão inspecionados no Rio CNN Prime Time - 23/08/2021	88
TV Band News Nacional CNJ - Corregedor(a) Nacional de Justiça / Suspeita de corrupção no TJ-RJ: Desembargadores são investigados	89

TV Justiça | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Judiciário /

Tribunal Regional do Trabalho do RN implanta laboratório de inovação 90
6h às 0h - 23/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

CNJ implanta versão 6.1 do Sistema Eletrônico de Execução Unificado 92
Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

CNJ discute a proteção ao direito fundamental da liberdade de expressão no Brasil 93
Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Band News (Rio de Janeiro) | Rio de Janeiro

CNJ - Corregedor(a) Nacional de Justiça /

CNJ faz inspeção em gabinetes de 7 desembargadores do TJRJ suspeitos de integrar esquema de corrupção 94
Jornal da Band - 23/08/2021

CNJ - Corregedor(a) Nacional de Justiça /

CNJ determina fiscalização em gabinetes de 7 desembargadores do TJRJ por suposto esquema de corrupção 95
00h às 06h - 24/08/2021

Correio Braziliense | Nacional

Judiciário - STF /

Bolsonaro mantém ataques 96
Política - 24/08/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /

Pacto por polícias 'nos trilhos da legalidade' 97
Política - 24/08/2021

Judiciário - STF /

Os riscos de motins 99
Opinião - 24/08/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /

Pacto por polícias 'nos trilhos da legalidade' 101
Política - 24/08/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /

Proposta de reunião por pacificação 103
Política - 24/08/2021

Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /

Em baixa, Mendonça ganha concorrentes 104
Política - 24/08/2021

Judiciário - STF /

Aras perto da recondução Política - 24/08/2021	106
Judiciário - STF / Nas Entrelinhas Política - 24/08/2021	108
Judiciário - STF / Bolsonaro força a retirada da máscara Brasil - 24/08/2021	110
Judiciário - STF / General vê bravatas sobre o 7 de setembro Política - 24/08/2021	112
Folha de S. Paulo Nacional Judiciário - STF / Limites da liberdade de expressão Poder - 24/08/2021	113
Judiciário - STF / Interlocutores do BC descartam pressão contra autonomia Mercado - 24/08/2021	115
Judiciário - STF / Brasil está 'dentro do jogo' com inflação de 8% em 2021, afirma Guedes Mercado - 24/08/2021	116
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Sem trégua Opinião - 24/08/2021	118
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Tom na crise de Bolsonaro preocupa até seus ministros mais bolsonaristas Poder - 24/08/2021	120
Judiciário - STF / Ruralista acusado de financiar atos de Sérgio Reis chega à PF em tratores Poder - 24/08/2021	122
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF / Doria afasta coronel bolsonarista e faz alerta de infiltração nas polícias Poder - 24/08/2021	124
Judiciário - Judiciário / Rafael Robba - Alívio para maquiar o verdadeiro problema Tendência e Debates - 24/08/2021	127
Judiciário - STF / Moraes rejeita ação de senadores contra Aras, e subprocuradores acusam PGR de manobra Poder - 24/08/2021	129

Judiciário - STF /	
Estudo mostra avanço de fake news no Facebook a partir de 2015	130
Poder - 24/08/2021	
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /	
MÔNICA BERGAMO	132
Ilustrada - 24/08/2021	
O Estado de S. Paulo Nacional	
Judiciário - STF /	
Estados cobram Planalto para conter crise	134
Política - 24/08/2021	
Judiciário - Judiciário /	
PEDRO FERNANDO NERY - Quem a Defensoria defende?	136
Economia - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
A convocação do golpe	138
Notas e Informações - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
PMs impulsionam atos contra STF nos Estados	140
Política - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
DIRETO DA FONTE - SONIA RACY	143
Especial - 24/08/2021	
O Globo Nacional	
Judiciário - STF /	
Ofensas a rivais de Bolsonaro motivaram afastamento de coronel	145
Política - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
Evangélicos e aliados pressionam por Mendonça	147
Política - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
As causas do desvario	149
Opinião - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
Favorito no Senado, Aras encara resistência no MP	151
Política - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	
Fachin nega pedido da CPI para suspender apuração da PF	153
Política - 24/08/2021	
Judiciário - STF /	

MERVAL PEREIRA - Presença inaceitável Opinião - 24/08/2021	155
Valor Econômico Nacional Judiciário - STF /	
Destaques Legislação & Tributos - 24/08/2021	157
Judiciário - STF /	
Doria alerta para risco de militância armada Política - 24/08/2021	158
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /	
Pesquisa aponta crescimento na confiança no STF Legislação & Tributos - 24/08/2021	160
Judiciário - Judiciário /	
Cresce mal-estar na PF com controle de presidente Política - 24/08/2021	162
Judiciário - STF /	
Senado deve reconduzir Aras à PGR Política - 24/08/2021	164
Judiciário - STF /	
CPI da Covid ouve sócio de farmacêutica Política - 24/08/2021	166
Judiciário - STF /	
Pacheco diz que Brasil precisa de presidente Política - 24/08/2021	167
Judiciário - Judiciário /	
Pressão do Centrão leva Bolsonaro a recuar de veto Política - 24/08/2021	169
Judiciário - STF /	
Precatório pode virar moeda para privatizações Brasil - 24/08/2021	172
Judiciário - STF /	
Guedes vê economia sob controle, mas com impacto de eleição Brasil - 24/08/2021	174
Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF /	
Trunfos eleitorais abalam reeleição Política - 24/08/2021	175
Judiciário - STF /	
Segunda Turma absolve Geddel e irmão Política - 24/08/2021	177

Judiciário - STF /

Deputados resistem a semipresidencialismo

Política - 24/08/2021

178

O Estado (Ceará) | Ceará

Judiciário - Conciliação /

O processo 'ideal'

Notícias - 24/08/2021

179

Agência Câmara | Nacional

Judiciário - Sistema Carcerário /

Comissão aprova proposta que disciplina atividades da iniciativa privada em presídios

Notícias - 23/08/2021

181

BBC Brasil | Nacional

Judiciário - Conciliação /

Jânio Quadros: como foi a renúncia do presidente do Brasil há 60 anos

Notícias - 23/08/2021

182

Extra online | Rio de Janeiro

Judiciário - Audiência de Custódia /

Defesa de Roberto Jefferson pede que STF revogue prisão determinada por Moraes

Brasil - 23/08/2021

189

Folha de Pernambuco | Pernambuco

Judiciário - Conciliação /

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua

Notícias - 23/08/2021

190

Folha de S. Paulo | Nacional

Judiciário - Conciliação /

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua

Poder - 23/08/2021

194

Jornal do Dia | Amapá

Judiciário - Conciliação /

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflamar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua

Notícias - 24/08/2021

198

Metrópoles | Distrito Federal

Judiciário - Presos /

Aécio quer incentivar a redução da pena de presos por meio da leitura

Notícias - 23/08/2021

203

O Globo Online | Nacional

Judiciário - Audiência de Custódia /

Defesa de Roberto Jefferson pede que STF revogue prisão determinada por Moraes

Política - 23/08/2021

204

Último Segundo | Nacional

Judiciário - Audiência de Custódia /

Defesa de Roberto Jefferson pede que STF revogue prisão determinada por Moraes 205
Notícias - 23/08/2021

Amazonas Notícias | Amazonas

Judiciário - Covid-19 /

Sessão solene híbrida marca instalação do Museu do Poder Judiciário do Amazonas | Amazonas Notícias 206
Notícias - 23/08/2021

Bahia.ba | Bahia

Judiciário - Presos /

Aécio defende redução da pena de presos por meio da leitura 209
Notícias - 23/08/2021

Diário Indústria & Comércio | Paraná

Judiciário - Sistema eletrônico de execução unificado, Judiciário - SEEU, Judiciário - Fazendo Justiça /

CNJ - Nova versão integra SEEU ao Diário de Justiça Eletrônico Nacional 210
Notícias - 23/08/2021

Em Tempo AM | Amazonas

Judiciário - Covid-19 /

Sessão solene híbrida do Tjam ocorrerá no Museu do Judiciário 211
Notícias - 23/08/2021

Portal do Holanda | Amazonas

Judiciário - Conciliação /

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua 214
Notícias - 23/08/2021

TV Justiça | Rio de Janeiro

Judiciário - STF /

Negado seguimento de habeas corpus à cúpula da CPI da Covid 218
Jornal da Justiça - 23/08/2021

Judiciário - STF /

Rejeitado pedido para reiniciar ação penal contra Lula no caso do sítio de Atibaia 219
Jornal da Justiça - 23/08/2021

Judiciário - STF /

PF poderá colher novos depoimentos sobre suposta interferência de Bolsonaro 220
Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Judiciário - STF /

Governadores se reúnem para discutir a defesa da democracia 221
Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Judiciário - STF /

STF rejeita denúncia contra chefe da Casa Civil e deputado federal 222

Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Judiciário - STF /

Arquivada notícia-crime que pedia a investigação de Augusto Aras 223

Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Judiciário - STF /

STF rejeita ação contra pena para denúncia caluniosa em eleições 224

Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Judiciário - STF /

Derrubada condenação por associação criminosa do ex-ministro Geddel Vieira Lima 225

Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

Judiciário - STF /

STF inicia debate sobre educação de crianças com deficiência 226

Jornal da Justiça 2ª Edição - 23/08/2021

RÁDIO JUSTIÇA | Distrito Federal

Judiciário - STF /

Começa, hoje, audiência pública convocada pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, para discutir com especialistas e representantes, a Política Nacional de Educação Especial 227

Noticias - 23/08/2021

Guedes vê 'equilíbrio'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: » VERA BATISTA

Após criticar o 'negacionismo em relação à economia', que seria praticado pela mídia e alguns economistas de 'centro-esquerda', o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que os fundamentos econômicos do país estão equilibrados. "No ano que vem, a previsão de deficit fiscal é de 0,3% do PIB. Acabou o déficit", disse, durante evento promovido por empresários do setor de varejo. Segundo ele, nos próximos dias o governo anunciará mais um recorde de arrecadação.

O ministro defendeu mais uma vez a polêmica PEC dos precatórios e ainda deu um puxão de orelhas no presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a quem acusou de ter abandonado a agenda de reformas. 'Em algum momento, ele vai se engajar na agenda das reformas. Nós precisamos de apoio parlamentar', assinalou.

Paulo Guedes afirmou, ainda, que, em conversas com os ministros **Luiz Fux** e Gilmar Mendes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, ficou acertado que haverá 'um encontro de contas, assim como já foi feito com as

dívidas de estados e municípios, que se valem do parcelamento dos precatórios'. 'Nós precisamos desse apoio para fazer essa PEC (dos precatórios). Tem muitos interesses políticos. Antecipação das eleições. A mídia está fazendo seu papel, mas existem militantes na mídia, assim como também economistas militantes'.

O ministro admitiu, porém, que 'existe muita dúvida, incerteza e insegurança no momento'. 'A democracia é barulhenta. Temos que entender o barulho, que é melhor do que o silêncio da ditadura. Mas temos que nos concentrar no que temos de fazer', afirmou.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Isolado, Bolsonaro insufla atos com radicalização, e governadores pedem trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Isolado nos ataques ao **STF** (**Supremo Tribunal Federal**), Jair Bolsonaro radicaliza o discurso e inflama os atos de apoio ao governo marcados para o 7 de Setembro.

Avisados do risco de infiltração de bolsonaristas nas Policiais Militares, governadores pedem trégua e querem encontrar o presidente para estancar a crise institucional.

A apresentação por Bolsonaro do pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, na sexta-feira (20), elevou a tensão entre os Poderes. Nesta segunda (23), o presidente voltou à velha pauta do voto impresso.

A defesa do instrumento é feita mesmo depois de a Câmara ter derrotado a proposta. O voto impresso é o tema que mais mobilizou recentemente a militância bolsonarista e serve de munição para falas golpistas do presidente.

Em entrevista à Rádio Regional, de Eldorado (SP), Bolsonaro disse de novo que participará dos atos pró-governo em São Paulo e Brasília, que serão realizadas no Dia da Independência, e insistiu na suspeição do processo eleitoral.

'O que que é a alma da democracia? É o voto. O povo quer que você, ao votar, tenha a certeza de que o teu voto vai para o João ou para a Maria. Não quer que, num quatinho secreto, meia dúzia de pessoas conte os seus votos', disse.

Bolsonaro insistiu ainda em falar de um ataque de hackers ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2018, motivo pelo qual já é investigado pelo **STF** por vazamento de informações sigilosas.

Segundo a corte eleitoral, porém, nunca houve fraude no sistema das urnas eletrônicas nem os votos são apurados de forma secreta.

'A gente espera que tenhamos eleições limpas, democráticas e com contagem pública de votos no ano que vem. Não podemos conviver com essa suspeição', afirmou.

Bolsonaro chegou a prometer reduzir a pressão pela mudanças sistema eleitoral, segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o que não ocorreu. Lira, por sua vez, foi cobrado por aliados por ter confiado na promessa.

Mesmo depois de a PEC (proposta de emenda à Constituição) ter sido reprovada na comissão especial, o presidente da Câmara a levou para o plenário. Lá também foi derrotada, mas trouxe desgaste a deputados. Para ser aprovada, a PEC precisava do apoio de 308 parlamentares. Teve 229 favoráveis e 218 contrários.

Já a investigação de Bolsonaro pelo suposto vazamento

do caso de hackers foi determinada por Moraes após notícia-crime do TSE.

Moraes já havia decidido incluir presidente como investigado por causa da transmissão de uma live em que prometia comprovar supostas fraudes nas urnas eletrônicas, mas, ao final, apresentou apenas um compilado de relatos já desmentidos pelo TSE.

Na entrevista, Bolsonaro saiu em defesa de apoiadores alvo de investigações. Ele citou uma 'caça às bruxas' ao criticar ainda prisões decretadas por Moraes, como a do deputado afastado Daniel Silveira (PTB-RJ), do blogueiro Oswaldo Eustáquio e, mais recentemente, do presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Todas as prisões foram determinadas por Moraes por ser relator dos inquéritos de fake news e dos atos antidemocráticos -este último acabou extinto, transformando se numa nova linha de investigação de notícias falsas.

'A gente não pode aceitar passivamente isso dizendo 'ah, não é comigo: . Vai batera sua porta', disse o presidente, sem detalhar o que significaria não 'aceitar passivamente'.

Mais tarde, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro disse que está conspirando para que todos cumpram a Constituição. Ele não deu detalhes sobre que tipo de trama está elaborando ou se a declaração era resposta irônica aos críticos de suas investidas, por exemplo, contra as eleições de 2022 e o **Judiciário**.

'Só tenho uma coisa a falar. Estou conspirando, sim, emuito. Para que todos cumpram a nossa Constituição, ok? Essa é a minha conspiração. Cumpram a Constituição, só isso', disse Bolsonaro.

O pedido de impeachment de Moraes, segundo aliados do Planalto, foi 'acelerado' por Bolsonaro como resposta à operação da Polícia Federal que teve como alvo, na sexta-feira, o cantor sertanejo Sérgio Reis e o deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ). Ambos são aliados de

Bolsonaro.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria Geral da República) e autorizadas por Moraes.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), **STF**, STJ (Superior Tribunal de Justiça), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e entidades de juízes e procuradores reagiram ao pedido.

Em paralelo cresceu a mobilização pelo 7 de Setembro para mostrar força.

Nesta segunda, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o coronel Aleksandro Lacerda, comandante de sete batalhões de PM do interior paulista, fez postagens convocando amigos para o ato. Nas redes sociais, aliados do presidente saíram em defesa do coronel, que foi afastado.

Em meio a esse clima, governadores realizaram uma reunião e decidiram atuar conjuntamente para tentar harmonizar a relação entre os Poderes. Inicialmente, eles informaram que pediriam uma reunião com Bolsonaro na próxima semana e outras com os chefes dos demais poderes.

Mais tarde, no entanto, o Fórum dos Governadores encaminhou os convites para um encontro único reunindo Bolsonaro e todos os outros chefes de Poderes.

Foram enviados ofícios para os presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e também para o presidente do **STF**, ministro **Luiz Fux**. O objetivo é que o encontro aconteça antes de 7 de setembro.

'O objetivo é demonstrar a importância de o Brasil ter um ambiente de paz, de serenidade onde possamos garantir a forma de valorização da democracia, mas principalmente criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos, geração de empregos e renda', disse o governador do Piauí, Wellington Dias

(PT).

A reunião do Fórum de Governadores já estava prevista, mas de última hora foi incluída a pauta a discussão sobre a possibilidade de uma ruptura institucional no país.

Além de Ibaneis Rocha (MDB-DF) e Dias, que estavam no Palácio do Buriti, em Brasília, outros 22 governadores, entre eles o de São Paulo, João Doria (PSDB), participaram de forma remota.

A postura de Bolsonaro, que apresentou pedido de impeachment de Moraes, foi criticada por governadores. Continua na pág. A6

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

STF se divide sobre CPI quebrar sigilos até 2018



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **STF (Supremo Tribunal Federal)** tem se dividido sobre a iniciativa da CPI da Covid no Senado de ampliar as quebras de sigilo de investigados a fim de apurar a disseminação de fake news desde 2018, ano em que Jair Bolsonaro se elegeu presidente. Em decisões recentes, os ministros Edson Fachin e Gilmar Mendes mantiveram medidas aprovadas pelos senadores para acessar dados sigilosos de alvos da comissão, mas restringiram as quebras de março de 2020, quando foi decretado estado de calamidade pública em virtude do alastramento da Covid-19, até hoje. O ministro Kassio Nunes Marques também tomou decisões similares, mas foi além: vetou integralmente quebras de sigilo que retroagiam por mais de três anos sob o argumento de que foram embasadas de maneira genérica. Os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia, por sua vez, não viram problema no fato de a CPI ampliar investigações sobre propagação de notícias falsas por apoiadores de Bolsonaro desde 2018. Cármen Lúcia, por exemplo, manteve a quebra de sigilo de José Pinheiro Tolentino, dono do site Jornal da Cidade Online, uma das principais páginas bolsonaristas. A ministra classificou a justificativa da comissão para que a medida alcançasse o ano de 2018

como 'suficiente'.

No requerimento aprovado pela CPI que a ministra considerou válido, os senadores apontaram Tolentino como : Fmtagonista na criação e/ou

divulgação de conteúdos falsos na internet, desde a campanha eleitoral de 2018', o que tornou 'relevante à investigação afixação do início da quebra de seu sigilo a partir do referido ano de 2018'.

Assim, segundo a comissão, será possível analisar 'suas movimentações bancárias no período anterior à pandemia, em comparação com relação ao período posterior à decretação da pandemia até o presente momento'.

Lewandowski seguiu a mesma linha ao indeferir o pedido do ex-ministro Eduardo Pazuello para que a quebra de seus sigilos fosse anulada.

O ministro afirmou que a medida pode alcançar anos anteriores para que a comissão consiga comparar seus dados durante a pandemia aos que antecederam o início do estiramento da doença. 'Ainda que as quebras de sigilo abarquem período anterior à pandemia, verifico que o objeto da CPI não impõe limites cronológicos rigorosos àquilo que possa ser investigado pelos senadores da República'

Ambos vão na contramão do entendimento de Fachin e Gilmar sobre casos similares.

Em 4 de agosto, Fachin limitou o acesso a dados sigilosos de Mateus Matos Diniz, coordenador-geral de Projetos Especiais da Secretaria de Publicidade e Promoção do Ministério das Comunicações e seu eito de integrar o gabinete do ódio que opera a disseminação de fake news.

O ministro citou que a medida faz parte da frente de investigação da CPI que mira a propagação de fake news e o 'financiamento ou enriquecimento decorrente

da disseminação das notícias falsas'.

O magistrado ponderou, no entanto, que a comissão não pode quebrar sigilos anteriores à pandemia. 'A extensão do período de quebra para alcançar informações desde o início de 2018' extrapola o objeto da CPI, instaurada especificamente para apurar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19", disse.

As informações de mais de três anos atrás, segundo Fachin, são 'extemporâneas e, assim, impertinentes ao objeto da comissão'.

Gilmar citou a decisão do colega para impor restrição parecida em relação à produtora de vídeos Brasil Paralelo, que tem viés conservador e publicou gravações contra recomendações da OMS como uso de máscara e isolamento.

Adiados senadores de investigar a disseminação de fakenews surgiu após início da CPL. Os congressistas identificaram a necessidade de apurar a atuação de pessoas próximas ao presidente e de páginas na internet que o definem na propagação de notícias falsas sobre a pandemia.

Criticas infundadas à eficácia das vacinas, notícias falsas sobre o uso de máscara e ataques a medidas respaldadas pela ciência contrárias à formação de aglomerações são algumas das notícias fraudulentas difundidas por esses grupos que entraram na mira da CPI.

A extensão das quebras de sigilo de 2018 até hoje foi direcionada a todos os alvos da comissão, não apenas aos investigados por disseminar mentiras na internet. Isso ocorreu em julho, por sugestão do senador Alessandro Vieira (CidadaniaSE), um dos principais críticos de Bolsonaro no colegiado.

Ele argumentou que a ampliação do período permite 'a análise comparativa entre os períodos pré e pós-pandemia' e contou com a anuência da maioria dos senadores. Os congressistas governistas, porém,

fizeram duras críticas à medida, que foi vista nos bastidores como uma forma de encontrar inconsistências nos dados de aliados do presidente no período eleitoral. Entre os bolsonaristas que estão sendo investigados pela CPI por disseminar notícias falsas, também está Allan dos Santos, do canal Terça Livre, um dos mais populares entre os militantes do presidente. Na semana passada, a CPI determinou a quebra de seus sigilos telefônico, telemático e bancário. Dias depois, ele acionou o **STF** para que a medida seja anulada pela corte. O sorteio de relatoria, no entanto, indica que Santos pode não ter sucesso no tribunal. O processo foi distribuído para a ministra **Rosa Weber**. Diferentemente de Fachin, Gilmar e Kassio, ela já manteve quebras de sigilo retroativas a 2018. Isso ocorreu no caso de Tercio Arnaud, assessor especial da Presidência da República. A ministra não entrou no mérito do marco temporal do acesso aos dados sigilosos, apenas manteve a medida e disse que não houve 'desvio de finalidade' por parte da CPI em seu caso.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Rosa Weber

Entenda a atual crise institucional patrocinada por Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

COMO CHEGAMOS AQUI?

Ameaças à realização das eleições de 2022, a defesa do voto impresso e o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, foram os últimos capítulos que levaram à mais nova crise institucional entre os Poderes - patrocinada por uma escalada golpista do presidente Jair Bolsonaro e com respostas da corte. O clima de ebulição em Brasília instalado a partir de ataques de Bolsonaro aos demais Poderes não é novo e tem sido algo recorrente no seu mandato. Há ainda a preocupação de que a crise inflame a temperatura das ruas, já que protestos contra Bolsonaro e a favor dele estão marcados para o 7 de Setembro nas principais cidades do país.

O que são as ameaças de Bolsonaro à realização de eleições em 2022?

'Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições', declarou o presidente a apoiadores em 8 de julho. No dia seguinte, atacou o presidente do TSE (Tribunal

Superior Eleitoral), ministro Luís Roberto Barroso, chamando-o de 'idiota' e 'imbecil'.

As ameaças se baseiam em afirmações falsas de que a urna eletrônica não é segura, com acusações infundadas de que pleitos passados foram fraudados e que Bolsonaro só será derrotado em 2022 caso haja irregularidade semelhante - pesquisas recentes apontam o favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Como mostrou a Folha, apesar desconhecido o modus operandi de Bolsonaro, que radicaliza seu discurso sempre que se vê sob pressão, suas repetidas declarações de ameaças realização das eleições de 2022 têm gerado cada vez mais preocupação de uma tentativa de golpe, o que também levou a reações do **STF** e do TSE.

O principal ato que ao sistema eleitoral ocorreu em 29 de julho, durante a live semanal do presidente. Bolsonaro não apresentou as provas de supostas fraudes eleitorais que vinha prometendo, mostrando apenas teorias sobre a vulnerabilidade das urnas eletrônicas que circulam há anos na internet haviam sido desmentidas. O presidente chegou a admitir que não pode comprovar se as eleições foram ou não fraudadas.

Bolsonaro e aliados defendem a implementação do chamado voto impresso, ou seja, a impressão LFE um comprovante do voto dado na urna eletrônica e como qual o eleitor não poderia ter contato. O comprovante impresso seria uma forma extra de auditoria (as urnas eletrônicas já são auditadas em todas as eleições). Como o Congresso tratou do voto impresso? Em estratégia conhecida de Bolsonaro, as reiteradas acusações falsas sobre a segurança das urnas eletrônicas e a defesa do voto impresso passaram a pautar o debate nacional e se tornaram tema de deliberação da Câmara. Em maio deste ano, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, instalou uma comissão especial para debater uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre o

tema. Em junho, os partidos, inclusive siglas do centrão aliadas do Planalto, se uniram contra o voto impresso.

O tema foi derrotado na comissão especial, mas levado por Lira ao plenário, onde sofreu nova derrota no dia 10 de agosto. Foram 229 votos a favor do texto, 218 contra e 1 abstenção. Eram necessários ao menos 308 dos 513 deputados.

No dia seguinte, no entanto, Bolsonaro renovou os ataques à Justiça Eleitoral e as insinuações sem provas sobre a segurança das eleições brasileiras. Como TSE e STF reagiram aos ataques? Em oposição às falas de Bolsonaro, Barroso e o presidente do STF, Luiz Fux, vinham reagindo com notas e esclarecimentos sobre a segurança das urnas eletrônicas.

Mas, após a live de 29 de julho, os ministros das cortes superiores decidiram tomar medidas mais graves. A corte eleitoral decidiu, no dia 2 de agosto, por unanimidade, abrir um inquérito para apurar as acusações feitas pelo presidente, sem provas, de que o TSE fraudou as eleições.

Depois, Barroso assinou uma queixa-crime contra Bolsonaro e recebeu o aval do plenário da corte eleitoral para enviá-la ao STF. Moraes aceitou a queixa-crime de Barroso e incluiu Bolsonaro como investigado no inquérito das fake news, que tramita no Supremo.

Foi então que a carga de Bolsonaro se voltou contra Moraes, culminando na apresentação do pedido de impeachment do ministro. 'A hora dele [Moraes] vai chegar. Porque está jogando fora das quatro linhas da Constituição há muito tempo', disse Bolsonaro.

As falas levaram Fux a cancelar uma reunião entre os chefes dos Poderes que ele havia convocado.

Como o cerco a Sérgio Reis e Roberto Jefferson, apoiadores de Bolsonaro, agravou a situação?

Em 13 de agosto, a Polícia Federal prendeu Jefferson, presidente nacional do PTB e importante aliado de Bolsonaro que vinha insuflando a retórica golpista do

mandatários as ameaças à ordem democrática.

A prisão foi solicitada pela PF e autorizada por Moraes no âmbito da investigação sobre suposta organização criminosa digital voltada a atacar as instituições a fim de abalar a democracia. Bolsonaro, então, afirmou em redes sociais que pediria o impeachment de dois ministros do STF: 'De há muito, os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, extrapolam com atos os limites constitucionais'.

Em meio a isso, Reis divulgou uma grande manifestação de caminhoneiros com pautas autoritárias e contra o Supremo, com risco de paralisação e ameaça de caos no feriado de 7 de Setembro.

'Seem 3 dias não tiraremos caras os ministros do STF', nós vamos invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra', afirmou o cantor em uma conversa comum amigo que veio a público no dia 14 de agosto. Reis foi desautorizado por líderes dos caminhoneiros e por ruralistas.

Em 10 de agosto, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do cantor. As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes. Ao pedir

as buscas, a PGR afirma que o cantor quis 'afrontar e intimidar os poderes constituídos' ao ameaçar parar o país por 72 horas como forma de pressionar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a aceitar pedido de impeachment contra ministros do STF. Na mesma sexta-feira, Bolsonaro cumpriu a ameaça e apresentou ao Senado um pedido de impeachment contra Moraes assinado por ele mesmo. Quais protestos de rua estão sendo convocados? A escalada na tensão entre os Poderes é acompanhada de convocatórias de grupos favoráveis e contrários a Bolsonaro para manifestações de rua. Grupos de esquerda e apoiadores do presidente disputavam a avenida Paulista para realização de ato no dia 7 de Setembro, mas o Governo de São Paulo definiu que a via será ocupada apenas por bolsonaristas no feriado. Opositores de

Bolsonaro deverão se manifestar no dia 12. Os recentes embates de Bolsonaro com ministros do **STF**, incluindo o pedido de impeachment de Moraes, assim como as declarações falsas a respeito da urna eletrônica e a defesa do voto impresso têm sido combustível para a convocação dos atos bolsonaristas. O 7 de Setembro tem sido tratado por bolsonaristas como 'nova Independência'. Como os ataques ao Supremo em alta, o ato é visto como pró-golpe militar e contra as instituições, embora ativistas de direita neguem endossar pautas antidemocráticas. Bolsonaro estimula a participação de apoiadores nos atos. Há ainda a preocupação dos governadores, em especial João Doria (PSDB-SP), de que a politização da PM seja fator de risco nos Hsrotestos, após um ex-policia e um comandante da ativa terem convocado colegas para os atos. Como se deu o pedido de impeachment de Moraes? Bolsonaro apresentou ao Senado o pedido de impeachment em 20 de agosto. Além da destituição do cargo, pede o afastamento do ministro de funções públicas por oito anos. Em entrevistas, o chefe do Executivo afirmou que o pedido de impeachment de Barroso ainda será elaborado. Ao justificar o pedido, ele afirma que Moraes cometeu crime de responsabilidade no âmbito do inquérito das fake news. Pacheco, presidente do Senado, a quem cabe colocar o pedido em tramitação na Casa, disse quenão vais render a 'nenhum tipo de investida que separa desunir o Brasil'. 'Pedirei um parecer jurídico e técnico em relação a esse pedido. Repito o que disse já na sexta-feira [20], ao me deparar com a peça, de que não antevia fundamentos para o seguimento no Senado Federal', afirmou Pacheco. Quais foram as reações ao pedido de impeachment? Na classe política e jurídica, o tom é de repúdio à iniciativa de Bolsonaro e de união em torno da defesa de Moraes.

No dia da apresentação, o **STF** divulgou nota oficial em que 'manifesta total confiança' no ministro.

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) reforçou as críticas e expressou preocupação. Também houve notas da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Ajufe (Associação dos Juizes Federais), Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do

Trabalho), ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) e de dez partidos.

Qual o papel das Forças Armadas nesta crise?

O papel dos militares nas ameaças golpistas de Bolsonaro não é um tema novo, já que o presidente vem se referindo às Forças como 'meu Exército'.

Diante da pandemia, o chefe do Executivo fez diversos discursos ameaçando baixar um decreto e fazendo inclusive menção a um estado de sítio.

O último episódio foi o desfile de veículos militares na praça dos Três Poderes em 10 de agosto, mesmo dia da votação pela Câmara da PEC do voto impresso. Interpretado como uma tentativa de demonstração de força do presidente no momento em que aparece acuado e em baixa nas pesquisas, o desfile foi alvo de uma série de críticas do meio político, sendo visto como mais uma tentativa do Planalto de pressionar outros Poderes e de buscar a politização das Forças Armadas. Quais são os fatores que deixam Bolsonaro politicamente acuado? Bolsonaro vem assistindo nos últimos meses a uma sequência de movimentos políticos e judiciais com potencial para acuá-lo. No aspecto eleitoral, sua pré-candidatura à reeleição sofreu um baque coma reabilitação de Lula, que passou a liderar as pesquisas de intenção de voto para 2022.

Ao mesmo tempo, seu governo virou alvo da CPI da Covid, no Senado, com investigações que buscam responsabilizar o Executivo pelos erros na gestão da pandemia e na compra de vacinas.

Bolsonaro também foi criticado pela reação do governo na economia, diante do impacto trazido pela pandemia.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu poder e espaço, passou a sofrer cobranças mais incisivas do empresariado e viu sua agenda de reformas e privatizações travar no Congresso. As previsões para o cenário econômico mostram uma corrosão do otimismo alardeado com a retomada pós-pandemia.

Em julho, segundo pesquisa Datafolha, a reprovação a Bolsonaro bateu novo recorde: 51% dos brasileiros avaliam o governo como ruim ou péssimo. Já a avaliação positiva do presidente, que havia atingido seu pior nível em março (24%), permaneceu estável.

Setores da oposição passaram também a organizar protestos de rua com abrangência nacional e internacional, a partir de maio, que tiveram adesão significativa e criaram um novo fato político.

Em uma tentativa de sobreviver a um eventual pedido de impeachment, diante dos mais de cem protocolados na Câmara (inclusive um super pedido, assinado %)r 1parl: idos da oposição e ex-bolsonaristas), o presidente ampliou o espaço do centrão no Planalto.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux

PAINEL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Camila Mattoso

Gasolina

Ex-chefe da Polícia Federal do Amazonas e autor de notícia-crime contra o ex-ministro Ricardo Salles, Alexandre Saraiva classifica como 'tenebroso' o momento da PF e diz que há uma sanha por parte da direção para calar policiais. A pedido de Paulo Maiurino, diretor-geral, o órgão abriu procedimento disciplinar para apurar a ida do delegado ao Roda Viva. O policial afirma em documento que governo e PF 'mantiveram-se inertes' diante de ataques ao trabalho contra madeiras ilegais.

REVIDE O delegado apresentou na manhã desta segunda-feira (23) sua defesa, à qual o PAINEL teve acesso. Ele foi trocado do Amazonas por decisão de Maiurino um dia depois de enviar ao **STF** uma notícia-crime contra o então ministro do Meio Ambiente. O diretor-geral justificou que a decisão estava tomada antes do documento.

CENSURA O delegado se diz perseguido pela cúpula e

se defende mencionando decisão recente do **STF** que reconhece o direito de manifestação por parte de servidores.

RELATO 'A decisão do **STF** não poderia ter chegado em melhor hora, ante a sanha para calar policiais que, no cumprimento do seu dever funcional, atingem os grandes criminosos. Vários destes têm sido atingidos por sucessivas 'coincidências', pelas quais perdem cargos e deixam de ser promovidos (coincidentemente todos que tinham relação com as investigações contra Salles)', escreve.

OUTRO LADO Procurada, a PF afirmou que não vai comentar.

ALERTA O Ministério Público do Distrito Federal questionou o comando da Polícia Militar de Brasília para saber se o serviço de inteligência da corporação tem monitorado possíveis atos de indisciplina e contra o regime democráticos praticados por policiais da ativa e da reserva.

AMARELO O pedido de informações foi encaminhado pelo promotor Flávio Milhomem após lideranças policiais de São Paulo convocarem nos últimos dias a tropa para as manifestações marcadas para o dia 7 de setembro.

CARDÁPIO O promotor também pede ao comando da PM na capital federal que explique quais medidas serão adotadas para garantir a segurança na Praça dos Três Poderes durante a manifestação. Jair Bolsonaro avisou que vai aos protestos, ou em Brasília ou na capital paulista.

TRANCA O mandato coletivo da chamada 'Mandata Ativista', em São Paulo, se transformou em crise desde o afastamento da deputada estadual Mônica Seixas (PSOL), que pediu licença por 120 dias para tratar da sua saúde mental. O imbróglio envolveu até troca de fechadura do gabinete.

RUMO Mônica é a titular do mandato, eleito em 2018,

formado atualmente por sete codeputados e codefutadas. Como não há regulamentação das candidaturas em grupo, um dos membros precisa ser escolhido como o titular. Com a licença dela, quem assumiu o gabinete foi o suplente, Raul Marcelo, do PSOL.

PERFIL A chegada de Marcelo, que não tinha relação com a Mandata, mudou o funcionamento do gabinete. Ele manteve codeputados como assessores, mas exonerou parte da equipe. O principal alvo das críticas é o diretório estadual do PSOL, que não estaria cumprindo o compromisso do mandato coletivo.

APAGÃO O presidente do **STF, Luiz Fux**, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), devem se reunir nesta semana, em meio ao avanço do que políticos estão chamando de 'tudo ou nada' de Jair Bolsonaro.

RISCADO Em meio à crise causada pela prisão de Raphael Montenegro, Cláudio Castro (PL-RJ) teve que fazer duas nomeações para substituí-lo na secretaria de presídios. Depois de cancelar a primeira, de um investigado pela PE agora o governador escolheu outro que também aparece na delação de Sérgio Cabral.

LISTA Fernando Veloso, ex-chefe da Polícia Civil, foi citado por supostamente ter interferido para arquivar um inquérito, atendendo a pedido do ex-governador. Procurado, ele diz que desconhece os fatos e que nunca interveio em investigações. Sobre Cabral, afirma não ter mantido conversa com sobre o tema e que nunca deu abertura para pedir tais favores.

TIROTEIO

Bolsonaro nunca deixou de ser o capitão expulso do Exército por insuflar um motim, quer fazer o mesmo na PM

De Rubinho Nunes (PSL), vereador de São Paulo, sobre lideranças da PM convocarem atropia para apoiar Bolsonaro nos atos de 7 de setembro

com Fabio Serapião e Guilherme Seto

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Alexandre de Moraes arquiva notícia-crime contra Aras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, determinou ontem o arquivamento da notícia-crime apresentada pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-se) e Fabiano Contarato (Rede-es) contra o procurador-geral da República, Augusto Aras, pelo suposto crime de prevaricação (quando um servidor público não toma determinada ação que lhe compete, para beneficiar terceiros). Os parlamentares alegaram omissão de Aras em relação a atos do presidente Jair Bolsonaro. Segundo eles, a conduta do chefe do Executivo é marcada por 'crimes e arbitrariedades'.

No despacho emitido ontem, Moraes afirmou que o arquivamento não impede o requerimento de nova instauração de inquérito no Supremo, caso surjam elementos que indiquem crimes por parte do procurador-geral da República. A notícia-crime dizia que a atuação de Aras é incompatível com o decoro que o cargo exige.

A decisão de Moraes de arquivar a notícia-crime ocorre um dia antes da sabatina do chefe do Ministério Público Federal na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

do Senado em busca da recondução ao cargo (mais informações nesta página).

'O comportamento desidioso do procurador-geral da República fica evidente não só pelas suas omissões, mas também pelas suas ações que contribuíram para o enfraquecimento do regime democrático brasileiro, do sistema eleitoral pátrio e para o agravamento dos impactos da covid-19 no Brasil', escreveram os senadores na petição.

A notícia-crime foi inicialmente encaminhada ao gabinete da ministra Cármen Lúcia, mas, na sexta-feira passada, o processo foi redistribuído a Moraes sob argumento de que o caso se enquadra nos quesitos observados no inquérito dos atos democráticos, também sob relatoria do ministro.

Logo após o encaminhamento da notícia-crime pelos parlamentares, a Comissão Arns, entidade formada por juristas e ex-ministros de Estado, também entrou com pedido de investigação de Aras no Supremo acusando-o de prevaricar e manter relação de 'cumplicidade' com Bolsonaro. A petição apresentada pela comissão ainda está sob análise no Supremo.

'O sr. procurador-geral da República não tem cumprido seu papel de guardião da Constituição e das leis. Ao contrário, tem instrumentalizado politicamente a ampla discricionariedade que lhe é conferida pela Constituição, de forma a subverter as funções de seu cargo, atuando mais como um guardião do próprio governo e de seus integrantes, do que efetivamente cumprindo com seus deveres institucionais', afirma a entidade no documento enviado ao gabinete do ministro **Luiz Fux**, presidente do Supremo.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

ESTADO DE ALERTA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: EVANDRO ÉBOLI, BIANCA GOMES E SÉRGIO ROXO opais@oglobo.com.br

A crescente politização das Polícias Militares (PMs) foi um dos temas da reunião que reuniu ontem 25 governadores. Os chefes dos Executivos estaduais discutiram ontem o papel da PM diante do clima de instabilidade política dos últimos dias. O alerta veio a partir de um episódio ocorrido em São Paulo, onde um comandante da ativa foi afastado pelo governador João Doria (PSDB) por convocar para atos previstos para o Sete de setembro e atacar o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Doria comunicou aos colegas sobre o afastamento do coronel Aleksander Lacerda e disse que não se deve admitir 'manifestação inadequada' e 'indisciplina' dentro das corporações (leia mais na página 5). O governador paulista citou informações da inteligência da polícia, que alertou sobre o risco de movimentos semelhantes se repetirem em outros estados: - Creiam, amigos governadores, isso o que está acontecendo em São Paulo pode acontecer também nos seus estados,

fiquem atentos. Temos uma inteligência da Polícia Civil que indica claramente o crescimento desse movimento autoritário para criar limitações, restrições e emparedamento de governadores e prefeitos que defendem a democracia - disse Doria, na reunião.

O tucano reforçou ainda que os governadores não devem ficar calados diante da possibilidade de que manifestantes saiam às ruas armados, como têm pedido, segundo ele, publicações nas redes sociais: - Há estímulo pelas redes sociais para que militantes do movimento bolsonarista utilizem armas e saiam às ruas armados. Isso não é defender a democracia. Isso é desrespeitar o país. Quero enfatizar que nós estamos diante de um momento gravíssimo. Não é o momento de silenciarmos.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), elogiou a atitude de Doria em afastar o comandante da PM e comparou o clima político de hoje com o de 1964, quando os militares implantaram uma ditadura no país.

Esse clima que se avizinha para o Sete de Setembro não se insere na democracia. Pessoas armadas na rua é motim - disse Dino. - Temos que lembrar do precedente histórico de 64. Naquela época, todos os governadores sofreram, inclusive os que apoiavam o regime.

Conter uma possível politização das polícias militares passa por fortalecer mecanismos de supervisão, controle e punição dentro dos quartéis, segundo especialistas em segurança pública ouvidos pelo GLOBO. Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima acredita que o processo de 'contaminação político-partidária' das PMs já está em curso há muito tempo.

É um problema que vem se repetindo, e as instituições não estavam preparadas para responder à gravidade desses atos - avalia o especialista, lembrando do episódio envolvendo o general Eduardo Pazuello, que não foi punido pelo Exército ao participar de um ato

político no Rio com o presidente Jair Bolsonaro. A não punição de Pazuello abriu uma porteira e deixou os demais oficiais à vontade para se manifestar politicamente. Nesse cenário, não podemos simplesmente acreditar na solidez das instituições. Precisamos proteger e garantir que as normas sejam respeitadas.

Coronel da reservada PM de São Paulo e ex-secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva disse que condutas como a do coronel paulista que convocou atos antidemocráticos não podem passar despercebidas e devem ser punidas pelos governos: - Além disso, é preciso estar atento aos locais onde as polícias estão descuidadas, já que a insatisfação profunda pode, sim, facilitar a manipulação política.

O Instituto Sou da Paz informou que 'vê com preocupação' a revelação de manifestações políticas feitas pelo coronel Lacerda. 'A politização das polícias e de seus quadros, especialmente em posição de comando, fragilizam a corporação e comprometem o exercício de suas missões constitucionais', diz a ONG.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse não ver risco de confusão no Sete de Setembro e disse que não há relatos de insubordinação na PM do DF: - O comandante tem controle das tropas e tudo vai se dar de forma pacífica.

REUNIÃO COM PODERES

Ao fim do encontro, os integrantes do Fórum de Governadores anunciaram que tentarão um encontro com Bolsonaro. Segundo Ibaneis, houve consenso sobre a necessidade de fazer a reunião para tentar diminuir a tensão entre o Planalto e os demais Poderes. À noite, o fórum entregou um pedido oficial para se encontrar com Bolsonaro e com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, **Luiz Fux**.

Espero que o presidente, pelo nível a que o país chegou nesse momento, com essa disputa institucional, receba os governadores - disse o governador do DF.

Já Doria afirmou, ao programa 'Roda Viva', que não acredita na realização da reunião com o presidente pela falta de interesse de Bolsonaro em dialogar com outros agentes.

'Há estímulo para que militantes bolsonaristas utilizem armas e saiam às ruas. Isso não é defender a democracia'

João Doria, governador de São Paulo 'A não punição de Pazuello abriu uma porteira e deixou os demais oficiais à vontade para se manifestar politicamente'

Renato de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

'É preciso estar atento aos locais onde as polícias estão descuidadas, já que a insatisfação pode facilitar a manipulação'

José Vicente da Silva, ex-secretário nacional de Segurança

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Aliados vetam carta condenando ataques do presidente



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: BERNARDO MELLO FRANCO

Aliados do presidente Jair Bolsonaro vetaram ontem, na reunião do Fórum de Governadores, a divulgação de uma carta conjunta contra as ameaças do presidente à democracia e ao **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

A ideia era publicar uma carta aberta de caráter suprapartidário, em defesa do Estado de Direito e do sistema eleitoral.

No entanto, a proposta foi bombardeada pelos governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); Goiás, Ronaldo Caiado (DEM); e Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL). Os três pretendem concorrer à reeleição em 2022 com apoio de Bolsonaro.

Diante da resistência dos bolsonaristas, os organizadores do texto desistiram de divulgá-lo. A versão original havia sido redigida pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), e contava com apoio dos presidentes João Doria (PSDB), de São Paulo, e Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul.

Na reunião de ontem, governadores de oposição alertaram os colegas para o risco de bolsonarização das polícias.

Há temor de novos casos de indisciplina após Doria afastar da PM de São Paulo o chefe do Comando de Policiamento do Interior-7, coronel Aleksander Lacerda, que convocou policiais para os atos pró-governo.

A maioria dos governadores se mostrou disposta a repetir a atitude do tucano em seus estados.

OUTROS PODERES

Na segunda-feira da semana passada, 14 governadores já haviam divulgado uma carta de solidariedade ao Supremo 'em face de constantes ameaças e agressões' ao tribunal.

Sem o documento endereçado a Bolsonaro, os governadores, porém, anunciaram que encaminhariam cartas aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PPAL), do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e do **STF, Luiz Fux (Supremo Tribunal Federal)**, com o objetivo de marcar encontros visando diminuir a instabilidade política, além de avançar em pautas de interesse dos estados. De acordo com o 'Jornal Nacional', da TV Globo, o envio foi formalizado ontem à noite.

Mesmo com a disparidade de posições político-partidárias entre nós, entendemos que temos condições de ajudar bastante. Vamos preparar essas cartas e também tratar de outros temas, como a reforma tributária, que, como está, vai gerar R\$ 15 bilhões de prejuízo para estados e municípios. A proposta não tem nada de simplificação. É muito ruim. E por causa do Paulo Guedes (ministro da Economia) - afirmou o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), em referência ao texto cuja votação foi adiada na Câmara pela terceira vez na semana passada.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ -
Luiz Fux

CNJ investiga juíza e sete desembargadores do Rio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MARIANA MUNIZ

Suspeitos de integrar um esquema de corrupção, sete desembargadores e uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) tiveram seus gabinetes submetidos a inspeção extraordinária. A fiscalização foi iniciada ontem e termina hoje, por determinação do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O procedimento, conhecido como correição, foi autorizado pela ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora nacional de Justiça. A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto, além da juíza Roseli Nalin. O trabalho de fiscalização está aos cuidados de um desembargador e três juizes de outros tribunais designados pela corregedora.

Na portaria ne 63, editada na última sexta-feira, dia 20, a ministra menciona apuração em curso, nos autos de uma Reclamação Disciplinar, 'instaurada a partir das

notícias veiculadas nos meios de comunicação'. Uma das matérias citadas por **Maria Thereza de Assis Moura**, publicada no Extra em abril do ano passado, aborda a operação Voto Vendido, em que investigadores do MPF e da Polícia Federal, cumprindo mandados de busca e apreensão contra o desembargador Mario Guimarães Neto, apreenderam um colar de diamantes, entre outras joias, relógios de ouro, obras de arte e um cofre com R\$ 50 mil em espécie guardado dentro de um automóvel modelo Audi A6.

SUSPEITAS

No despacho também são mencionadas matérias da revista 'Veja' e Época a respeito do 'suposto envolvimento de membros do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na venda de decisões judiciais em favor de empresas do setor de transportes'. As suspeitas sobre integrantes do TJRJ têm origem na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor), Lélis Teixeira, que acusou Guimarães Neto de ter recebido R\$ 6 milhões, por meio de sua mulher, para atuar em um processo do interesse da entidade. Em abril de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia determinado o afastamento do desembargador por 90 dias.

Antes, em dezembro de 2019, o **CNJ** afastou de suas funções Guaraci de Campos Vianna. Suspeitas de que o desembargador, durante plantões judiciais, teria concedido liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas, levaram o conselho à decisão unânime e à abertura de processo administrativo disciplinar (PAD). O processo corre em segredo de justiça.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Pacto de governadores causa revés a Bolsonaro

Autor: Cristian Klein mom

Diante do acirramento da crise entre Jair Bolsonaro (sem partido) e o **Supremo Tribunal Federal (STF)**, e com as ameaças de golpe e politização da Polícias Militares feitas pelo presidente, 25 chefes de Executivos estaduais reuniram-se ontem, ou enviaram representantes, ao Fórum Nacional de Governadores, no qual foi sugerida a criação de um pacto pela democracia e de onde saiu um pedido de três reuniões, entre os governadores e os presidentes de Poderes.

A resolução do encontro refletiu uma estratégia cautelosa, diante da necessidade de conciliar diferentes interesses, mas representou simbolicamente um revés para Bolsonaro, uma vez que a iniciativa conseguiu a adesão de governadores alinhados ao Planalto, como Ibaneis Rocha (MDB), do Distrito Federal, e Ronaldo Caiado (DEM), de Goiás. Dos 27 chefes estaduais, apenas dois não compareceram nem se fizeram representar. Em 2018, Bolsonaro foi eleito com o apoio de 15 governadores.

Ao Valor, Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, comemorou: 'Conseguimos uma unidade de todos em torno da defesa da democracia. Isso foi importante. Não conseguiríamos em outros temas, mas neste conseguimos. Foi uma vitória'. O governador classificou a reunião como 'equilibrada' e 'ponderada'. 'Porque nós não avançamos num processo de enfrentamento e, sim, reafirmamos um pacto em defesa da democracia, da necessidade do respeito à Constituição e às normas legais, da harmonia e da independência dos Poderes, mas também nos colocamos como instrumento do diálogo e da pacificação entre as instituições brasileiras', disse.

O saldo do encontro foi a preferência por uma posição de consenso, que mantivesse a coesão do grupo, sem querer jogar mais combustível na crise, como tem demonstrado o Executivo federal. Em vez de uma única reunião com o ocupante do Planalto, os governadores decidiram pelo envio de pedidos de encontro com os

chefes do Legislativo - os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) - e com o presidente do **STF**, **Luiz Fux**, diluindo a responsabilização de Bolsonaro pela crise.

A defesa da democracia, principal tema do Fórum de Governadores, foi pautada a partir de uma iniciativa dos governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Piauí, Wellington Dias (PT), depois que Bolsonaro entrou, na sexta-feira, com um pedido de impeachment no Senado contra o ministro do **STF** Alexandre de Moraes e anunciou que fará o mesmo contra o ministro Luís Roberto Barroso, nos 'próximos dias', .

Na mobilização para os atos marcados para o feriado de 7 de setembro, apoiadores do presidente têm imprimido um tom de confronto com as instituições acima do já praticado por bolsonaristas. Há promessas de baderna e vandalismo, inclusive com a participação de integrantes da Polícia Militar.

Durante a reunião, Doria alertou seus pares para o risco de manipulação das PMs por Bolsonaro (ver acima). O governador de São Paulo destacou, em seu discurso, o afastamento do comandante de batalhão que usou redes sociais para atacá-lo - assim como ao **STF** e a congressistas - e publicou postagens convidando seguidores para as manifestações do Dia da Independência, um posicionamento político proibido por lei para os militares. No fórum, segundo Wellington Dias, os governadores firmaram compromisso de atuarem contra a politização das polícias, as quais Bolsonaro busca cooptar.

No encontro híbrido, do qual a maioria participou virtualmente, Doria propôs a assinatura de uma carta em defesa da democracia e das instituições, com crítica mais assertiva a Bolsonaro, o que encontrou resistência entre os governadores próximos do presidente, como Carlos Moisés (ex-PSL, sem partido), de Santa Catarina. O tucano disse respeitar a opinião, mas insistiu e argumentou que combater os arroubos autoritários seria um 'dever' de todos.

'Temos o dever de defender a democracia, Moisés, e não silenciar diante das ameaças que estamos sofrendo constantemente. O país sofre uma ameaça constante em relação à democracia. Basta ver as manifestações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro, que flerta como autoritarismo permanentemente e muitos dos seus ministros endossam isso', disse Doria.

Dois dos 27 governadores não compareceram nem enviaram representante: o do Amazonas, Wilson Lima (PSC); e o de Tocantins,

Mauro Carlesse (PSL). O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), entrou virtualmente no início da reunião e depois saiu para participar de evento da Fecomercio. Deixou em seu lugar o secretário de Fazenda, Nelson Rocha.

Em fevereiro de 2020, sete governadores deixaram de assinar uma carta aberta com críticas a Bolsonaro, documento que também terminava fazendo um convite ao presidente para que participasse da reunião seguinte do fórum, que ocorreria em abril. Menos de um mês antes, em março, Bolsonaro participou de um encontro mais restrito, com governadores do Sudeste, no qual bateu boca com Doria, que é pré-candidato à sua sucessão.

Ao Valor, Casagrande disse que por mais que os governadores entendam que não há espaço para uma ruptura institucional, a instabilidade tem causado um prejuízo 'sem fim' para a economia e para a sociedade brasileira, impedindo que investimentos sejam feitos no país. Questionado se haveria clima para encontro com Bolsonaro, o mandatário capixaba reconheceu que o presidente 'tem essa característica' [do confronto]. 'Não temos falsas expectativas. Não sei nem se ele vai querer se reunir. Mas os governadores estão dando um sinal de que não querem só guerra. Precisamos tentar. Porque a situação hoje é muito pior do que já tivemos. Quem sabe a equipe em torno dele considere uma pacificação nesse momento, para diminuir a temperatura. Nossa parte temos que fazer. Nós [governadores] não podemos alimentar esse

tensionamento', afirmou.

Para Casagrande, não há condescendência das instituições e dos partidos diante dos abusos de Bolsonaro, alvo de mais de uma centena de pedidos de impeachment. 'Não tem ambiente para impeachment porque ele tem 30% de apoio da população, e com esse percentual ninguém consegue impedir um presidente. A Dilma tinha 9%. Ele ainda está num ambiente político que o protege', lembra.

Casagrande diz que os 'governadores poderiam partir para cima' e 'teríamos entre 14 e 15' deles apoiando o impeachment. 'Metade tem uma posição mais firme, a outra menos. Seria um movimento político de governadores dividido. A nossa unidade agora é nossa arma, para tentar ajudar o país', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

STF deve referendar em plenário autonomia do Banco Central

Autor: Luísa Martins

O plenário do **Supremo Tribunal Federal (STF)** tende a declarar a constitucionalidade da lei que instituiu a autonomia do Banco Central (BC), em julgamento marcado para ter início amanhã. O Valor apurou que deve prevalecer a percepção de que o vício formal de tramitação da proposta, alegado pela oposição, é mera interpretação do Congresso Nacional sobre a aplicação do seu próprio regimento, descabendo intervenção do **Judiciário**.

O caso começou a ser analisado em junho, em plenário virtual. Na ocasião, foram computados o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski, pela derrubada da lei, e o do ministro Luís Roberto Barroso, pela manutenção da norma.

Em seguida, o ministro Dias Toffoli pediu 'destaque' - o que leva a ação a ser discutida em sessão presencial. Nesses casos, o placar é zerado. Ou seja, mesmo com argumentos já conhecidos, Lewandowski e Barroso terão de votar novamente.

A controvérsia jurídica está no fato de o projeto de lei de iniciativa do governo federal - que tem competência exclusiva para esse tipo de regulamentação - ter sido juntado a outro semelhante, de autoria parlamentar, sendo que apenas o último foi votado.

O relator entende que manter válida uma lei que não tramitou adequadamente cria um precedente perigoso, capaz de instalar uma 'indesejável balbúrdia na gestão pública, a qual ficaria 'sujeita aos humores cambiantes' dos parlamentares.

Ele limitou-se à questão preliminar, sem abordar o mérito: 'Não se está debatendo se a autonomia é benfeitoria ou deletéria para o destino da economia do país, nem se a decisão congressual foi ou não adequada. '

Já Barroso defende não ter havido violação da

competência privativa da União, uma vez que o presidente Jair Bolsonaro apresentou projeto de lei 'substancialmente idêntico' ao que se estava em curso, o que 'revela inequívoca vontade política do chefe do Executivo'.

Ao abrir divergência, Barroso disse que o Congresso observou o seu regimento, de forma que não cabe 'censura' do **STF**. No mérito, afirmou que, embora o tema divida opiniões, trata-se de questão política - portanto, o tribunal deve 'ser deferente' às escolhas do Parlamento. Segundo o Valor apurou, a maioria deve aderir a esse posicionamento.

A ação foi impetrada em fevereiro pelo PT e pelo Psol, para quem a autonomia do BC pode prejudicar a economia do país diante de uma 'descoordenação' das políticas monetária e fiscal. 'Não se pode pensar em um BC com objetivos distintos das políticas do governo federal, quando mais em um país repleto de demandas sociais, políticas e econômicas prementes. '

Em um raro desalinhamento do governo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se contra a lei. Segundo ele, os vícios 'devem ser corrigidos imediatamente para que não haja insegurança jurídica' e para que o mercado possa 'atuar de forma desejável'.

Nos autos, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que as legendas estão apenas insatisfeitas por terem saído derrotados do debate na arena parlamentar.

O próprio BC também defendeu a sua autonomia, em memorial enviado ontem ao Supremo. No documento, o procurador-geral da instituição, Cristiano Cozer, afirma que o projeto de lei tramitou de forma regular e que a jurisprudência do **STF** é pacífica no sentido de impedir que o **Judiciário** 'analise ou modifique a compreensão - legitimamente conferida às previsões regimentais pela Casa Legislativa'.

Ao longo dos últimos meses, o presidente do **STF**, ministro **Luiz Fux**, teve diversas agendas para tratar do

assunto, inclusive com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

A Fux, eles contestaram as alegações tanto dos partidos quanto de Aras, defendendo a legalidade da tramitação da proposta no Congresso e destacando que a autonomia do BC é uma pauta 'importante para o desenvolvimento do país'. O Valor apurou que o presidente do **STF** se mostrou receptivo aos argumentos e deve ser um dos votos favoráveis à manutenção da lei.

O resultado desse julgamento pode ser uma prévia de outro que ocorrerá em breve no plenário: a ação que questiona se o governo pode contratar servidores por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso porque essa discussão também se refere à variedade de interpretações sobre os regimentos do Congresso. Segundo uma fonte, se prevalecer o entendimento de que a lei que fixou a autonomia do BC tramitou sem vícios formais, 'reforça a possibilidade de posterior decisão no caso do emprego público'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF, CNJ - Luiz Fux

Membros do TJ são investigados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Suspeitos de integrar um esquema de corrupção, sete desembargadores e uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) tiveram seus gabinetes submetidos a inspeção extraordinária. A fiscalização foi iniciada ontem e termina hoje, por determinação do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

O procedimento, conhecido como correição, foi autorizado pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça. A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto, além da juíza Roseli Nalin. O trabalho de fiscalização está aos cuidados de um desembargador e três juízes de outros tribunais designados pela corregedora.

Na portaria nº 63, editada na última sexta-feira, dia 20, a ministra menciona apuração em curso, nos autos de uma Reclamação Disciplinar, 'instaurada a partir das notícias veiculadas nos meios de comunicação'. Uma das matérias citadas por Maria Thereza de Assis Moura,

publicada no EXTRA em abril do ano passado, aborda a operação 'Voto Vendido', em que investigadores do MPF e da Polícia Federal, cumprindo mandados de busca e apreensão contra o desembargador Mario Guimarães Neto, apreenderam um colar de diamantes, entre outras joias, relógios de ouro, obras de arte e um cofre com R\$ 50 mil em espécie guardado dentro de um automóvel modelo Audi A6.

No despacho também são mencionadas matérias da revista Veja e da Época a respeito do 'suposto envolvimento de membros do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na venda de decisões judiciais em favor de empresas do setor de transportes'.

As suspeitas sobre integrantes do TJ-RJ têm origem na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor) Lélis Teixeira, que acusou Guimarães Neto de ter recebido R\$ 6 milhões, por meio de sua mulher, para atuar em um processo do interesse da entidade. Em abril de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia determinado o afastamento do desembargador por 90 dias.

Antes, em dezembro de 2019, o **CNJ** afastou de suas funções Guaraci de Campos Vianna. Suspeitas de que o desembargador, durante plantões judiciais, teria concedido liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas, levaram o conselho à decisão unânime e à abertura de processo administrativo disciplinar (PAD). O processo corre em segredo de justiça.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Juiz condenado no ES mandou soltar presos flagrados com 3 toneladas de maconha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Além de ter sido condenado à aposentadoria compulsória pelo envolvimento com uma mulher acusada de tráfico de drogas que respondia a processo na Vara da qual era titular, o 4º juiz Criminal da Serra, Vanderlei Ramalho Marques, também foi punido, no mesmo Processo Administrativo Disciplinar (PAD), por outras irregularidades.

Em um dos episódios, ele mandou soltar quatro **presos** em uma operação contra o tráfico na Serra em que a polícia apreendeu, em 2015, três toneladas de maconha. Um dos réus admitiu que pagou R\$ 50 mil pela decisão favorável.

O relator do PAD no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fernando Bravin, narrou ao votar, na última quinta-feira (19), que no dia 14 de setembro de 2015 Marques negou a soltura dos **presos**. Três meses depois, no entanto, acolheu o pedido da defesa.

Em depoimento no âmbito do PAD, um dos réus que

ganhou a liberdade na ocasião afirmou que um advogado fez a proposta. "Que eram quatro pessoas, que tinha um acerto com o juiz, que ia soltar a gente. Eu nem conhecia esse juiz e o advogado conheci ali na hora", contou o réu.

O advogado, ainda de acordo com o preso, ofereceu a proposta de R\$ 200 mil, R\$ 50 mil para cada réu pagar. E o réu que prestou depoimento no PAD disse que repassou os R\$ 50 mil para o advogado entregar ao juiz.

"Ele narra insistência do advogado, de que o dinheiro serviria para a soltura dos **presos**", ressaltou Bravin. E foram soltos.

"Ou realmente (o advogado) tinha ligação com o magistrado ou é um médium transcendendo ao tempo, para antever a decisão"

Há depoimentos de outros réus, relativos a outros processos, relatando expedientes similares, embora em nem todos eles o pagamento tenha se concretizado.

"A defesa (do juiz) alega que todo esse arcabouço de três, quatro **presos** de processos diferentes, é uma montagem para causar nulidade (a anulação das ações a que respondem)", lembrou Bravin.

O desembargador, no entanto, não se convenceu. Para ele, os relatos demonstram que o magistrado se aproveitava de ações para barganhar benefícios em favor de réus em troca de pagamento.

DESPESAS SUSPEITAS

Vanderlei Ramalho Marques apresentou faturas de cartão de crédito para se defender. "Faturas de agosto de 2015, setembro de 2015, outubro de 2015, novembro de 2015 e janeiro de 2016 revelam pagamentos de parte dos débitos em dinheiro. Somados, são R\$ 23,3

mil. Não há lastro em contas bancárias. Houve acréscimo de pagamento em dinheiro sem saques correspondentes", registrou o relator, no voto.

Bravin considerou que isso é compatível com recursos de origem ilícita. Em 2014, ainda de acordo com o desembargador, Marques declarou à Receita Federal ter R\$ 150 mil em espécie, "talvez guardados no colchão", ironizou o relator.

Ele afirmou, ainda, que a renda oficial do juiz contrasta com o padrão de vida, considerando que Marques sustenta esposa e três filhos.

Diante de "infrações gravíssimas" que "prejudicam a imagem do Judiciário", o relator votou pela pena de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, que é a punição máxima na esfera administrativa, de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Bravin foi seguido pelos demais desembargadores. A decisão foi unânime.

Marques já está aposentado porque foi punido em outro PAD, em dezembro de 2020, com a pena de aposentadoria. Daquela vez o motivo foi o assédio sexual cometido contra mulheres no Fórum da Serra.

O juiz ingressou na magistratura em 2000 e já respondeu a outros PADs, em que recebeu penas mais brandas: advertência e censura.

O QUE ACONTECE AGORA

O fato de ter duas condenações à aposentadoria compulsória não reduz os valores a serem recebidos mensalmente pelo juiz. Na prática, o que ocorre é que, se ele conseguir reverter uma das penas, recorrendo ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ainda assim vai restar a outra condenação, mantendo-o na inatividade.

A defesa do magistrado, exercida pelos advogados Marco Antônio Gama Barreto e Henrique Zumak, já afirmou, em nota, que vai recorrer: "Há provas nos autos

que demonstram a inocência do magistrado e que, infelizmente, não foram cotejadas no julgamento".

Um juiz pode, sim, perder o cargo. Mas não por meio de processo administrativo. Isso somente ocorre se houver sentença judicial transitada em julgado, quando já não é mais possível recorrer da decisão.

E Vanderlei Ramalho Marques responde, também, a processos criminais, ainda em tramitação.

Normalmente, o trâmite administrativo é mais célere do que o judicial.

QUANTO VAI RECEBER

O Portal da Transparência do TJES mostra que Marques já consta como inativo. Por enquanto, ele recebe o subsídio integral: R\$ 33.689,11.

Em julho, contou também com R\$ 2.100,70 em indenizações (auxílios). Descontados o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária, foram R\$ 24.628,22 líquidos.

O Tribunal de Justiça informou, por meio de nota, que "assim que o ato de aposentadoria foi publicado no e-diário, o processo foi encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, gestor único de previdência do Estado do Espírito Santo e responsável pelo cálculo e fixação dos proventos de aposentadoria e ainda não retornou a este Tribunal de Justiça".

A reportagem demandou o IPAJM que, nesta segunda (23), informou que o processo chegou ao instituto este mês e "está sendo analisado pela área técnica".

O OUTRO LADO

Os advogados Marco Antônio Gama Barreto e Henrique Zumak, que fazem a defesa de Vanderlei Ramalho Marques, afirmam, por nota, "seu respeito à decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, mas exercerão seu direito de recurso junto ao **Conselho Nacional de Justiça**, na medida em que há provas nos autos que demonstram a

inocência do Magistrado e que, infelizmente, não foram cotejadas no julgamento".

A Gazeta integra o

Saiba mais

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Presos

Disputa feminina na OAB-BA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Alice, Daniela, Christianne e Ana Patrícia concorrem |
Foto: Divulgação Divulgação

Ana Patrícia Dantas Leão, Alice Cintra, Daniela Borges e Christianne Gurgel, todas são pré-candidatas nas eleições da OAB-BA. Dantas rompeu com a atual gestão e aposta numa entidade mais inclusiva, participativa e independente. Cintra promete lutar pela jovem advocacia e um novo piso salarial, e Daniela Borges e sua vice Gurgel defendem a valorização e o respeito das prerrogativas.

Entrevista - Tânia Reckziegel: 'Ainda há muito para conquistar'

Conselheira do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**; presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis; coordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário.

Como é ser a primeira mulher na vaga destinada à Justiça do Trabalho desde que o **CNJ** foi criado?

Demonstra assertividade no caminho profissional e no papel que escolhi exercer, consolidando a ascensão equânime da mulher nos espaços de poder. Ainda há muito para conquistar; contudo, a alteração do paradigma demonstra estarmos no caminho certo.

Como deve ocorrer a prevenção e o enfrentamento do assédio moral e do assédio sexual nos tribunais?

Do reconhecimento de que este deve não apenas atuar no resgate dos ideais de justiça no âmbito externo, mas também dentro de sua própria estrutura interna - Resolução **CNJ** nº 351/2020. Destaco que a conscientização colabora com a prevenção e inibição da prática desses atos de violência.

Qual o balanço que a senhora faz dos 15 anos da Lei Maria da Penha?

Ainda há um caminho a ser trilhado, mas já é possível vermos resultados muito positivos a partir da utilização dos instrumentos efetivos normatizados pela Lei Maria da Penha.

Orlando Gomes - O cronista

Uma coletânea de crônicas de Orlando Gomes será lançada pela editora Edufba e Fundação Orlando Gomes no dia 30, no YouTube da entidade, às 19h. A publicação traz 140 textos escritos pelo jurista para jornais da Bahia, nos anos de 60 a 80. O trabalho foi resultado de levantamento feito pelo advogado e professor de direito civil da Ufba, Rodrigo Moraes, organizador da publicação, com prefácio do civilista Otávio Luiz Rodrigues Jr., professor associado de direito civil da Faculdade de Direito da USP.

De volta à presidência

Dinailton Oliveira, ex-presidente da OAB-BA, quer retornar à presidência da entidade. O pré-candidato afirmou que o déficit de juízes e serventuários é um dos

desafios que o Judiciário baiano precisa enfrentar para ser mais ágil e eficiente e que vai lutar pela valorização do advogado. Ele critica a falta de continuidade das ações visando sanar as deficiências da prestação jurisdicional no estado e, por isso, pretende trazer de volta a antiga campanha de sua primeira gestão 'Justiça pra Valer'.

Congresso e homenagens

O jurista e desembargador aposentado do TRT-BA José Augusto Rodrigues Pinto será o acadêmico homenageado do 5º Congresso da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, que ocorrerá nos dias 6 e 7 de outubro, pela plataforma Zoom Meetings. O evento objetiva a difusão da cultura jurídica.

Balcão Virtual

Advogados e partes estão sendo atendidos, das 10h às 15h, pelo Balcão Virtual, que permite o acesso, por videoconferência, às secretarias das Varas das 14 Seções Judiciárias e subseções que integram a 1ª Região da Justiça Federal. A iniciativa agilizou e desburocratizou o atendimento aos cidadãos.

Reabertura das jurisdições

As jurisdições trabalhistas de Feira de Santana, Irecê e Guanambi retomaram as atividades presenciais ontem (23) e já podem realizar audiências de forma presencial, preferencialmente para a colheita de prova oral, dentre outras medidas, diante da melhora dos dados epidemiológicos.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma portaria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** autorizou a realização de uma inspeção nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A medida foi assinada na sexta-feira (20).

A correição foi autorizada após os magistrados terem sido citados em matérias jornalísticas sobre um suposto esquema de corrupção na Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor). Os trabalhos do **CNJ** começaram hoje e se estenderão até amanhã (24).

Em nota, o TJRJ declarou que o processo corre em segredo de justiça e que não irá se manifestar sobre o assunto.

Edição: Aline Leal

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Como funciona o processo de impeachment de um ministro do STF

sustentar suas ameaças contra o Poder Judiciário, inflamar sua base de apoio e manter acesas as ameaças de ruptura institucional.

A CartaCapital, o jurista e professor de Direito Constitucional Pedro Serrano definiu como 'absurda' a decisão de Bolsonaro, porque não há a possibilidade de se pretender o impedimento de magistrados por decisões judiciais, salvo aquelas que tenham sido produzidas por corrupção.

Assim, para Serrano, o pedido é um mecanismo 'para tentar colocar o Parlamento em um patamar de ser o intérprete final da Constituição - o que nós chamamos de guardião da Constituição -, porque o Parlamento julgaria os julgamentos dos ministros do STF, retirando por crime de responsabilidade aqueles ministros das decisões que contrariem interesses'.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: por Leonardo Miazzi

O presidente Jair Bolsonaro enviou ao Senado o prometido pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e prometeu apresentar um documento semelhante contra Luís Roberto Barroso, colega de Moraes no STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Entre os argumentos de Bolsonaro está a acusação de que Moraes cometeu crime de responsabilidade. Segundo o presidente, Moraes atuou como 'verdadeiro censor da liberdade de expressão ao interditar do debate de ideia e o respeito à diversidade'.

Bolsonaro também alega que Moraes praticou condutas que 'atentam contra o modelo constitucional brasileiro e, mais ainda, ultrajam o Estado Democrático de Direito, o devido processo legal e, por consequência, os direitos e as garantias fundamentais'.

Especialistas em Direito não veem qualquer fundamento jurídico nessas acusações. Trata-se, portanto, apenas de um instrumento político utilizado pelo presidente para

Para Marcelo Válio, especialista em Direito Constitucional pela ESDC e pós-doutor em Direito pela Universidade de Messina, na Itália, o documento protocolado por Bolsonaro 'é inepto'.

'Não se pode usar um pedido de impeachment como sucedâneo de defesa de inquéritos do Presidente da República. A liberdade de expressão não é absoluta, pois se houver abuso deste direito, o agente deve responder, ou seja, trata-se de ato lícito, mas se houver abuso, transforma-se em ato ilícito', afirma.

Mas, afinal, como avançaria um pedido como esse?

A Lei que define os crimes de responsabilidade e regula os processos de julgamento é a 1.079, de 10 de abril de 1950, que diz em seu artigo 2º: 'Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República'.

O artigo 52 da Constituição de 88 declara, em seu inciso II, que cabe ao Senado 'processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do **Conselho Nacional de Justiça** e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade'.

Em seu pedido ao Senado, Jair Bolsonaro tenta enquadrar Moraes no artigo 39 da Lei 1.079/1950, sob a alegação de que o magistrado 'impulsiona os feitos inquisitoriais com parcialidade, direcionamento, viés antidemocrático e partidário, sendo, ao mesmo tempo, investigador, acusador e julgador'.

De acordo com o artigo 39, são crimes de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal:

alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal;

proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa;

exercer atividade político-partidária;

ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;

proceder de modo incompatível com a honra dignidade e decôro de suas funções.

O artigo 44 estabelece que 'recebida a denúncia pela Mesa do Senado, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial, eleita para opinar sobre a mesma'.

Para que isso aconteça, entretanto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), teria de decidir pelo prosseguimento do pedido, o que não deve acontecer. Na última sexta-feira 20, horas depois de Bolsonaro oficializar a guerra contra Moraes, Pacheco afirmou que não antevê fundamentos técnicos, jurídicos

e políticos.

'O impeachment é algo grave, algo excepcional, de exceção e que não pode ser banalizado. Mas cumprirei o meu dever de, no momento certo, fazer as decisões que cabem ao presidente do Senado', declarou o presidente do Senado.

Destaca-se que, em um cenário em que Pacheco aceitasse o pedido de impeachment, seria instalada uma comissão especial que, em um prazo de até 10 dias, emitiria um parecer sobre a denúncia. Esse parecer, então, seria levado ao plenário, onde, para avançar, teria de ser aprovado por maioria simples. Caso contrário, a denúncia seria imediatamente arquivada.

Com o aval do plenário nesse primeiro passo, o denunciado teria 10 dias para responder às acusações. Ao fim do prazo, a comissão teria mais 10 dias para decidir se a acusação deve ou não prosseguir. Esse colegiado formularia um novo parecer, que, mais uma vez, seria apreciado pelo plenário. Se nesta nova votação a maioria dos senadores acolhesse o parecer, a Mesa do Senado comunicaria o STF e o ministro seria suspenso de suas funções até uma sentença definitiva.

Posteriormente, ao fim de um período de apresentação de argumentos pela acusação e pela defesa, os autos seriam encaminhados ao presidente do STF, que seria convidado a presidir a sessão no Senado responsável por julgar em definitivo a denúncia.

O acusador e o acusado seriam notificados para assistir ao julgamento - entre a notificação e a realização da sessão haveria um prazo mínimo de 10 dias. Na derradeira sessão, os senadores responderiam à seguinte pergunta: 'Cometeu o acusado o crime que lhe é imputado e deve ser condenado à perda do seu cargo?'.

Diz o parágrafo único do artigo 68 da Lei: 'Se a resposta afirmativa obtiver, pelo menos, dois terços dos votos dos senadores presentes, o Presidente fará nova consulta ao plenário sobre o tempo não excedente de

cinco anos, durante o qual o condenado deverá ficar inabilitado para o exercício de qualquer função pública'.

Em caso de condenação, o acusado seria imediatamente destituído de seu cargo.

Junte-se ao grupo de CartaCapital no Telegram

Um minuto, por favor...

Obrigado por ter chegado até aqui. Combater a desinformação, as mentiras e os ataques às instituições custa tempo e dinheiro. Nós, da CartaCapital, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se você acredita no nosso trabalho, junte-se a nós. Apoie, da maneira que puder. Ou assine e tenha acesso ao conteúdo integral de CartaCapital!

Assine a CartaCapital

ou, se preferir,

Faça uma Doação

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ faz inspeção em gabinetes de sete desembargadores do TJRJ suspeitos de integrar esquema de corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA - O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** determinou a realização nesta segunda-feira de uma inspeção extraordinária nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), suspeitos de integrarem um esquema de corrupção. A fiscalização se estenderá até esta terça-feira.

Renan Calheiros defende recondução de Aras na PGR após mandato criticado por 'blindagem' a Bolsonaro

O procedimento, conhecido como correição, foi autorizado pela ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora nacional de Justiça. A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto e da juíza Roseli Nalin.

No despacho, a ministra cita matéria do Extra sobre

supostas vendas judiciais em favor de empresas do setor de transporte, presentes na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor), Lélis Teixeira. A fiscalização será feita por um desembargador e três juízes de outros tribunais designados pela corregedora.

Eleições 2022: Lula se encontra com tucano Tasso Jereissati e diz que 'democratas devem resgatar a civilidade na política'

Em abril de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamento por 90 dias do desembargador Mário Guimarães Neto, alvo da Operação "Voto Vencido". O desembargador foi acusado na delação premiada de Teixeira de ter recebido R\$ 6 milhões, por meio de sua mulher, para atuar em um processo de interesse da Fetranspor.

Em dezembro de 2019, o **CNJ** já havia afastado cautelarmente o desembargador Guaraci de Campos Vianna sob a suspeita de que o magistrado teria dado liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas durante os plantões judiciais.

Receba a newsletter do Extra

Cadastrar

Li e concordo com os Termos de Uso e Política de Privacidade.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

CNJ determina fiscalização em gabinetes de desembargadores do TJRJ por suposto esquema de corrupção



entre 9h e 19h.

Durante o período, pelo menos um servidor com conhecimento para prestar informações deve estar presente.

A correição extraordinária, como é chamada a fiscalização, pode ocorrer ainda em setores ligados aos gabinetes, como o setor de distribuição e as secretarias das turmas.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça

Autor: G1

A **Corregedoria Nacional de Justiça** determinou uma fiscalização extraordinária em gabinetes de desembargadores e juizes do TJRJ por suposto envolvimento em esquema de corrupção.

A portaria foi publicada pelo **Conselho Nacional de Justiça** no último dia 20.

O pedido faz referência a notícias sobre suposto envolvimento de membros do TJRJ em vendas judiciais, conforme havia sido noticiado pelo "Extra" e "Veja".

As reportagens citam uma delação premiada do ex-presidente da Fetranspor, José Carlos Lavours.

A fiscalização extraordinária foi determinada entre segunda e terça-feira.

A portaria determina ainda a suspensão de prazos processuais. O horário da fiscalização deve ocorrer

Alexandre de Moraes acerta ao arquivar queixa contra Aras no STF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Alexandre Garcia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou para o arquivo uma notícia-crime contra o procurador-geral da República, Augusto Aras, por prevaricação. O pedido, assinado por dois senadores, alegava que Aras não estava tocando para frente processos ou queixas contra o presidente da República. Mas Moraes disse: 'olha, não tem um mínimo de sentido isso; não tem nenhum indício de ilícito, portanto, vai para o arquivo'.

E aí lembro o que eu disse quando eles fizeram isso: vão se queixar para o Senado, porque a Constituição diz que quem julga o procurador-geral é o Senado.

Governadores abertos ao diálogo

Governadores reunidos no 9º fórum dos chefes do Executivo estadual se propuseram e decidiram que vão conversar com o presidente da República, o presidente do Supremo e os presidentes do Senado e da Câmara em busca de uma solução para a crise entre os poderes.

Sete governadores estavam presentes na reunião e os demais participaram por via digital. Dois não tomaram parte: de Tocantins e do Amazonas. Mas isso não significa que eles tenham discordado do que foi decidido.

Depois de tratar de assuntos de política, clima, meio ambiente e ideias sobre reforma tributária, eles ficaram preocupados com o fato de que a briga entre poderes pode estar afastando investidores.

O problema desse desequilíbrio entre os poderes é o desrespeito à Constituição exatamente pelo órgão que deveria ser o grande guardião da Constituição. Isso provoca um desequilíbrio.

Desrespeito à liberdade de expressão, à inviolabilidade do mandato, à inviolabilidade da casa, ao direito de ir e vir, ao direito a culto, à ausência de Ministério Público, tudo isso está afetando o equilíbrio institucional. Acho que os governadores vão fazer muito bem se exigirem o cumprimento estrito, ao pé da letra, da Constituição. Não tem essa história de querer ser o tradutor que traduz o inverso do que está escrito originalmente. Aí o intérprete não é confiável.

Magistrado pode, sim, ser acusado por suas decisões

O Supremo disse em nota de apoio a Alexandre de Moraes, quando o presidente mandou o pedido de impeachment, que "o Estado Democrático de Direito não tolera um magistrado que seja acusado por suas decisões".

Quando li isso, eu lembrei que o **Conselho Nacional de Justiça** está toda hora condenando magistrado que vende sentença. Nesta segunda-feira (23), por exemplo, um grupo de correição, presidido por um desembargador, com três juízes e quatro funcionários, foi ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foram fazer investigação no gabinete de sete desembargadores e uma juíza por suspeita de venda de sentença em casos envolvendo o transporte urbano do

Rio. Um desembargador, inclusive, já tinha sido afastado por 90 dias porque encontraram R\$ 50 mil dentro do carro dele.

O Supremo diz que não tolera, mas tem que tolerar porque se a decisão é tomada ilicitamente, o magistrado tem que ser acusado pelo que fez.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma portaria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** autorizou a realização de uma inspeção nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A medida foi assinada na sexta-feira (20).

A correição foi autorizada após os magistrados terem sido citados em matérias jornalísticas sobre um suposto esquema de corrupção na Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor). Os trabalhos do **CNJ** começaram hoje e se estenderão até amanhã (24).

Em nota, o TJRJ declarou que o processo corre em segredo de justiça e que não irá se manifestar sobre o assunto.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Corrupção: CNJ faz inspeção em gabinetes de nove magistrados do Rio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Adriana Cruz

Rio de Janeiro - Três juízes comandados pelo desembargador Carlos Vieira Von Adamek, do Tribunal de Justiça de São Paulo, fazem inspeção em nove gabinetes - oito de desembargadores e um de uma juíza suspeitos de corrupção, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - nesta segunda-feira (23/8).

A determinação é da corregedora nacional de Justiça, a ministra **Maria Thereza de Assis Moura**. Um dos gabinetes alvos é do desembargador Mário Guimarães Neto. Ele foi afastado, em julho, por mais um ano do Tribunal de Justiça em decisão da ministra Maria Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça.

Neto é acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de ter recebido R\$ 6 milhões para beneficiar empresários de ônibus em sentenças judiciais. Ele consta em delação premiada de Lélis Teixeira, ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), e teria dado decisões favoráveis aos empresários de ônibus em mais de 40 processos.

A defesa do desembargador nega as acusações. Outro empresário de ônibus, José Carlos Lavouras revelou em delação premiada que gastou R\$ 11 milhões em propinas pagas a magistrados. Pela portaria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, as inspeções ocorrem nesta segunda-feira (23/8) e na terça-feira (24/8).

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

CNJ inspeciona gabinetes de desembargadores suspeitos de corrupção no TJRJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Conselho Nacional de Justiça** determinou nesta segunda-feira (23) a realização de uma inspeção extraordinária nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Eles são suspeitos de integrar um esquema de corrupção.

O procedimento atinge os gabinetes de Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto e da juíza Roseli Nalin.

A medida foi autorizada pela corregedora nacional de Justiça, ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Na decisão, a ministra cita matéria suspeita de supostas vendas judiciais em favor de empresas do setor de transportes presentes na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio, Lélis Teixeira.

É justamente por isso que você precisa assinar o Antagonista+ e a Revista Crusoé. Por menos de R\$ 0,50 por dia, você tem acesso exclusivo às nossas matérias, análises, entrevistas, crônicas, podcasts, ebooks e programas. E tudo isso sem anúncios! Você pode optar pela assinatura individual ou pegar o nosso COMBO e acessar agora mesmo a todo o conteúdo premium. Experimente por 7 dias e fique por dentro das melhores informações sobre os bastidores da política.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Cartórios do Rio estão autorizados a registrar crianças com o sexo 'ignorado'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: O Dia

Crianças em condição conhecida como Anomalia de Diferenciação de Sexo já podem ser registradas com o sexo 'ignorado' na certidão de nascimento - Pixbay

Crianças em condição conhecida como Anomalia de Diferenciação de Sexo já podem ser registradas com o sexo 'ignorado' na certidão de nascimento Pixbay

Publicado 23/08/2021 15:30

Rio - Crianças que nascem sem o sexo definido como masculino ou feminino, em condição conhecida como Anomalia de Diferenciação de Sexo (ADS) e comumente chamadas de Intersexos, já podem ser registradas com o sexo 'ignorado' na certidão de nascimento. A mudança consta do Provimento nº 122/2021 do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, publicado na última sexta-feira (20) e que passa a valer em todo o Brasil a partir do dia 12 de setembro.

Os Cartórios de Registro Civil não podiam expedir a certidão de nascimento se não houvesse a definição de sexo na DNV apresentada pelo responsável. Até então era necessário que a família ingressasse com um processo judicial para efetivar o registro da criança, o que fazia com que ela ficasse sem a certidão de nascimento até a definição e, conseqüentemente, sem acesso a direitos fundamentais como plano de saúde, matrícula em creches, entre outros serviços públicos e privados.

Indicadas para você

A nova norma padroniza o procedimento em todo o Brasil, e revoga os procedimentos até então vigentes em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão e Goiás, únicos estados que haviam editado determinações sobre o assunto, mas que exigiam a apresentação de laudos médicos para a definição do sexo.

A opção de designação de sexo pode ser realizada, a qualquer tempo e de forma gratuita, em qualquer Cartório de Registro Civil do Brasil, sem a necessidade de autorização judicial ou de comprovação de realização de cirurgia sexual, tratamento hormonal ou apresentação de laudo médico ou psicológico.

Para que o registro da criança com sexo ignorado seja feito, é necessário que na Declaração de Nascimento Vivo (DNV), documento emitido pelo médico no ato do nascimento e que deve ser apresentado para realização do registro em Cartório, haja a constatação da ADS pelo profissional responsável pelo parto. No ato de registro, o Oficial deverá orientar a utilização de um nome neutro, sendo facultada sua aceitação pelos pais do menor ou, em caso de maior de 12 anos (chamado registro tardio), seu consentimento.

O presidente da Arpen/RJ, Humberto Costa, destaca que a grande vantagem da norma é desburocratizar o

procedimento, beneficiando pais e cidadãos fluminenses que buscam pelos serviços do Registro Civil. 'Este novo procedimento permite que a situação excepcional e rara seja atendida no momento do registro, que é um direito de todo cidadão, sem que haja a necessidade de um processo judicial', comenta Humberto.

O registro realizado sem a definição de sexo da criança possui natureza sigilosa, sendo que apenas a pessoa (quando maior), os responsáveis legais do menor ou determinação judicial podem solicitar em Cartório a expedição da íntegra do registro deste documento (conhecida como certidão de inteiro teor). Tal informação não constará nas certidões comumente emitidas em Cartórios de Registro Civil (conhecidas como breve relato).

As mesmas regras referentes ao procedimento de registro valem para a Declaração de Óbito (DO) assinada pelo médico, e que deve ser apresentada em Cartório para a emissão do registro de óbito.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ determina fiscalização em gabinetes de desembargadores e juíza do TJRJ por suspeita de corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: O Dia

Sede do TJRJ, no Centro do Rio - Reprodução

Sede do TJRJ, no Centro do RioReprodução

Publicado 23/08/2021 15:47

Rio - Sete desembargadores e uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) terão seus gabinetes fiscalizados pela corregedoria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** por suspeita de corrupção. A portaria, publicada na sexta-feira (20), passou a valer nesta segunda, e tem como base denúncias feitas na delação de empresários do setor de transporte do estado.

Uma das denúncias consideradas tem como base a delação de José Carlos Lavouras, ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes (Fetranspor), que veio a público em abril. O empresário expôs durante seu depoimento um suposto esquema de venda de decisões que teriam favorecido o setor de ônibus do

Rio. Entre as vantagens indevidas pagas, estaria uma no valor de R\$ 7.2 milhões supostamente paga ao desembargador do TJRJ Mário Guimarães Neto.

Indicadas para você

Ele é um dos sete magistrados com gabinete fiscalizados a partir desta segunda-feira. Além dele, os desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalh, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto. A juíza Roseli Nalin, que teria sido citada na delação de Lelis Teixeira, também ex-presidente da Fetranspor, é outra que estará sob investigação.

A portaria tem validade de fiscalização das 9h às 19h e, por isso, prazos processuais estão suspensos temporariamente. O pedido foi assinado pela ministra do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) **Maria Thereza de Assis Moura**.

O Tribunal de Justiça do Rio foi questionado pelo Dia, mas informou que não irá se manifestar sobre a determinação. "O processo corre em segredo de justiça e, por esse motivo, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não irá se manifestar sobre o assunto", disse o órgão, em nota.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

CNJ faz inspeção em gabinetes de sete desembargadores do TJRJ suspeitos de integrar esquema de corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mariana Muniz

BRASÍLIA - O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** determinou a realização nesta segunda-feira de uma inspeção extraordinária nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), suspeitos de integrarem um esquema de corrupção. A fiscalização se estenderá até esta terça-feira.

Renan Calheiros defende recondução de Aras na PGR após mandato criticado por 'blindagem' a Bolsonaro

O procedimento, conhecido como correição, foi autorizado pela ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora nacional de Justiça. A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto e da juíza Roseli Nalin.

No despacho, a ministra cita matéria do Extra sobre supostas vendas judiciais em favor de empresas do setor de transporte, presentes na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor), Lélis Teixeira. A fiscalização será feita por um desembargador e três juízes de outros tribunais designados pela corregedora.

Eleições 2022:Lula se encontra com tucano Tasso Jereissati e diz que 'democratas devem resgatar a civilidade na política'

Em abril de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamento por 90 dias do desembargador Mário Guimarães Neto, alvo da Operação "Voto Vencido". O desembargador foi acusado na delação premiada de Teixeira de ter recebido R\$ 6 milhões, por meio de sua mulher, para atuar em um processo de interesse da Fetranspor.

Em dezembro de 2019, o **CNJ** já havia afastado cautelarmente o desembargador Guaraci de Campos Vianna sob a suspeita de que o magistrado teria dado liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas durante os plantões judiciais.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Julgamento na TV ao vivo atrapalha, diz presidente de associação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Paulo Silva Pinto

A transmissão ao vivo de sessões do STF (Supremo Tribunal Federal) incentiva o 'ativismo judicial' de muitos magistrados no país, disse Marcelo Buhatem. Ele foi eleito na 5ª feira (19.ago.2021) presidente da Andes (Associação Nacional dos Desembargadores) até 2024. Estava no cargo desde junho de 2020. Ele é desembargador no Rio de Janeiro. A Andes representa desembargadores, que são os juízes de 2ª instância nos Tribunais de Justiça dos Estados, e os juízes dos TRFs (tribunais regionais federais), responsáveis pela 2ª instância da Justiça Federal.

Buhatem diz que o 'protagonismo' do STF leva muitos juízes a tomar decisões que extrapolam suas funções. Defende que as transmissões de TV sejam no dia seguinte aos julgamentos, sem que apareçam os trechos de 'refrega entre magistrados', que considera negativos para a imagem da Justiça.

Receba a newsletter do Poder360

O presidente da Andes disse não se opor ao pedido de

impeachment de ministros do STF. 'O direito de petição é público, é autônomo', afirmou. Ele concedeu entrevista ao Poder360 na tarde de 6ª feira (20.ago) antes de o presidente Jair Bolsonaro pedir o impeachment do ministro do STF Alexandre Moraes. Mais tarde publicou uma nota (leia íntegra) sobre o tema em que disse ser necessária **conciliação** entre os Poderes.

Qual sua avaliação do conflito entre STF e governo?

A gente vive em um ponto fora da curva. O Poder **Judiciário** pode muito, mas não pode tudo. Nos últimos 6 anos a gente tem visto o ativismo judicial como ponto fora da curva no Brasil. Na pandemia a gente viu isso mais do que nunca: o juiz prefeito, o promotor prefeito. É aquele que fecha a cidade, manda internar, desinternar, como se pudesse se imiscuir em questões administrativas próprias do Poder Executivo. Não vejo isso com bons olhos. A Constituição traz a separação de Poderes. Não permite essa invasão. Nos Estados Unidos os ministros da Corte Suprema não têm o protagonismo que os do nosso Supremo Tribunal Federal têm. E não só o Supremo. Existe também no 1º grau e no 2º grau. Esse protagonismo não é bom. Não está no DNA do Poder **Judiciário** ser amado. Pelo menos 50% a 70% das pessoas que batem às nossas portas vão detestar o **Judiciário**. Alguém tem que ganhar e alguém tem que perder. E muitas vezes quem ganha não fica satisfeito, porque fica com menos do que pediu. Não é um Poder querido, mas é a Constituição. São os ossos do ofício.

O ativismo é mais comum nos tribunais superiores?

Temos no Brasil um sistema de precedentes, que acaba desaguando nas demais esferas. Quando as cortes superiores trazem esses exemplos, isso acaba sendo um norte para toda a magistratura. Quando os tribunais superiores praticam o ativismo, isso acaba sendo um exemplo para os demais juízes. 'Se o Supremo pode, eu também posso', pensam. Não se vê como exemplo das cortes superiores a tão propalada segurança jurídica. Acaba não se vendo também nas cortes estaduais.

Começamos no Código de Processo Civil de 1973 a uniformização da jurisprudência. Até hoje não conseguimos.

Esse ativismo sempre existiu?

Existia, mas era 2, em uma escala de zero a 10. Isso aumentou. Dependendo do tribunal em que se vê está acima de 5, algo em torno de 7. Toda decisão hoje tem um princípio disso ou daquilo. Mas a gente tem lei. Então os princípios não devem nortear as decisões.

A Lava Jato teve efeito no aumento do ativismo?

Não deixou de ter. Mas esse ativismo é até mais visível na matéria civil do que na criminal.

E a TV Justiça, tem influência?

No mundo democrático, nenhum tribunal tem a chamada TV Justiça da maneira que nós temos, ao vivo. Quando foi criada pelo ministro Marco Aurélio Mello, ele tinha uma boa intenção, de dar transparência ao Poder, permitir que as partes se aproximem mais do magistrado, portanto para que o Poder se aproxime mais do cidadão, que paga imposto. Mas a TV Justiça como está formatada, acaba trazendo problemas. Nossos julgamentos são públicos. As portas dos tribunais devem estar abertas para quem quiser assistir e ver o seu julgamento ou o do outro. A TV Justiça acabou levando esse conceito ao pé da letra demais. Não vejo com bons olhos a refrega entre magistrados nas sessões. E já tivemos várias delas graves para o Sistema **Judiciário**. Sei que hoje seria muito difícil mudar a TV Justiça. Mas deveríamos mudar. Um exemplo: poderíamos estabelecer o julgamento sem ser ao vivo, com um delay de 1 dia para que possa cortar e deixar só o que importa. Pode cortar as intrigas, as confusões. É só uma sugestão.

O Executivo cogita pedir o impeachment de ministros do STF [mais tarde pediria o de Alexandre Moraes]. O que o senhor acha disso?

Há vários pedidos de impeachment no Senado. O direito

de petição é público, é autônomo. Cada um aciona se quiser. Há muitos pedidos feitos. Se os ministros devem ser impedidos ou não é o Senado que tem que resolver. Existe também para os tribunais de Justiça o **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**, que é uma forma de impeachment. Democracia é isso. Está na Constituição.

Juizes condenados em 1ª instância são aposentados e continuam recebendo salário. Isso é correto?

Existem garantias. Nós somos agentes políticos. Perder o salário é só por sentença transitada em julgado. É o que temos na lei. O juiz é afastado com subsídios, mas perde todos os benefícios. Auxílio alimentação, por exemplo. A Constituição brasileira proíbe que tenhamos qualquer outra atividade a não ser a de professor. Tenho um amigo que mora em um prédio de 5 andares. Dois estão vazios e em outros 2 moram senhores muito idosos. Meu amigo é magistrado. O prédio não tem síndico, porque magistrado não pode ser síndico. É um exemplo banal. Mas quando se tira a remuneração de uma pessoa que passou 30 anos na magistratura e não pôde fazer mais nada, em geral alguém correto, não é muito dizer: você só vai perder o salário quando for transitado em julgado. Estamos perdendo quase 40% do salário em relação à inflação nos últimos 10 anos. A gente não tem fundo de garantia.

Mas outros grupos no setor público e em empresas também têm perdas salariais em relação à inflação. Deveria haver uma reposição diferente para os juizes?

Não estou pedindo uma reposição diferente. Estou pedindo uma reposição no nosso caso constitucional. Nós temos uma única atividade ou no máximo de professor. Não podemos ser deputados, senadores, síndicos, ter empresas, participar de leilão. Existem categorias do Sistema **Judiciário** que ganham mais do que magistrados.

Funcionários do **Judiciário** que recebem mais do que magistrados não deveriam passar a ganhar menos em vez de elevar o salário dos juizes?

Existem funcionários do Senado e da Câmara que

ganham mais do que senador e deputado. Há essa distorção nos Três Poderes. Nós magistrados não somos os maiores salários da República. Temos só 6 assessores no Rio, é o Estado que tem menos assessores no Brasil. Deputados têm 24 assessores.

Como presidente da Andes, o senhor é remunerado?

Não sou. Nenhum presidente de associação de magistrados é remunerado. Quando fui eleito pela 1ª vez fiz questão de mandar um ofício dizendo que manteria a distribuição [de processos]. Hoje um desembargador do Rio de Janeiro recebe 150 novos processos por mês.

Há proposta no Congresso de reduzir as férias dos juízes. Qual a sua avaliação?

Muitos juízes pegam o 2º mês de férias para trabalhar internamente. Quanto eu tiro férias no dia 1º, eu recebi distribuição no dia 31. Se alguém entra com uma pensão de alimentos eu não posso esperar 1 mês. Quando eu entro em férias eu passo de 8 a 10 dias trabalhando para pegar os últimos expedientes do mês anterior. Durante todo o mês em que eu estou de férias vários processos estão tramitando. Acumula o mês inteiro de processos. Quando eu chego tem mais de 300 processos. Tirar férias é isso.

Não seria mais fácil eliminar o 2º período de férias para que todos trabalhem?

Minha sugestão é adotar o mesmo sistema dos tribunais superiores: 1 mês de recesso e 1 mês de férias. No recesso pode-se trabalhar lá dentro. Não se atende advogado. Coloca-se as coisas em ordem. O sistema de recesso nos tribunais anteriores existiu vários anos.

O IRDR (incidente de resolução de demandas repetitivas) está sendo bem usado?

É um instrumento novo trazido pelo novo Código de Processo Civil para a tentativa de uniformizar a jurisprudência. É um instrumento forte, constitucional. Tem o lado do engessamento da evolução do direito.

Imagina uma jurisprudência que não pode ser modificada pela evolução do direito. Por outro lado, dão segurança jurídica. O que eu vejo é que até agora ainda não decolou. Mas é uma boa tentativa. Tanto o IRDR quanto o IAC. Tem que ter a preocupação de não privar do magistrado de fazer a evolução da jurisprudência quando for o caso. O IAC (Incidente de Assunção de Competência) ainda está engatinhando.

O julgamento da implantação do juiz de garantia deve ser retomado pelo STF. Qual sua opinião sobre essa função?

Acho que o juiz de garantia poderia ter impedido o que aconteceu na Lava Jato nos últimos 6 meses, que foi a desconstituição das prisões. Poderia ter afastado o julgador do investigador.

O juiz de garantia teria proporcionado um melhor resultado à Lava Jato?

Pode ser que sim.

Um argumento do então ministro da Justiça Sergio Moro em 2019 é que não haveria juízes suficientes para isso. Haveria?

Hoje faltam só no Rio de Janeiro 90 juízes. Há juízes acumulando comarcas. Tendo o juiz de garantia precisaria de um redimensionamento do quadro. Poderia se pensar em um sistema paulatino de implantação. A cada 5 varas criminais, 1 juiz de garantia, por exemplo. Estamos vivendo um período de recuperação fiscal no Rio de Janeiro. Não teria condições de contratar esses juízes.

Há também a ideia de o juiz de uma vara ser o juiz de garantia de outra. Qual sua avaliação?

Prefiro a ideia de fazer o grupo de varas. O juiz tem que se especializar. Não dá para quebrar galho em uma situação como essa, em que se trabalha com a liberdade.

O senhor é a favor de um novo TRF (tribunal regional

federal), em Minas Gerais, em discussão no Senado?

É absolutamente necessário. Minas é um país. As sessões no TRF 1 [em Brasília, hoje responsável por Minas] vão até 22h. Sei que toda criação de órgão é muito difícil. Há falta de dinheiro. Mas é um absurdo a quantidade de processos.

A investigação de venda de sentenças na Bahia está sendo feita corretamente?

Não conheço em detalhes. Acho que o sistema tem que funcionar. Sou absolutamente contra a prisão 5 anos depois de um fato. Tem que ter imediatismo, a menos que se esteja prejudicando as investigações.

O argumento foi de que se estavam prejudicando as investigações, certo?

Tem que dar todas as garantias, para o desembargador e para qualquer pessoa.

É a favor de prisão depois de condenação em 2ª instância?

A prisão em 2ª instância está mal discutida. Tem que ser em outro momento histórico. Acho que a nossa Constituição não permite. Tanto estou certo de que o assunto é tratado no Legislativo. Então tem que ter mudança.

O senhor é a favor de uma mudança?

O que a Constituição disser, temos que cumprir.

Qual sua avaliação da situação da Justiça hoje?

Temos 80 milhões de processos. Temos vários problemas graves, uma litigiosidade grave no Brasil, talvez uma das maiores do mundo. Temos 1 processo para cada 2 brasileiros com mais de 18 anos. Desses, 53% são de execução fiscal. Cada processo desses cobra em média R\$ 1.700. Custa, em média, R\$ 3.000 a 4.200. Dos cerca de 40 milhões de processos restantes, 30 milhões dizem respeito a 30 pessoas jurídicas.

Bancos, concessionárias de serviço público, são responsáveis por 87% das ações. Isso não vai fechar nunca. O orçamento do **Judiciário** pela Lei de Responsabilidade Fiscal é fixo em 6% da receita corrente líquida do Estado. As demandas são infinitas. Vai chegar o momento em que uma ação de alimentos vai levar 6 a 7 meses para ser julgada. O IRDR pode ser uma solução, mas não completamente. Temos que trazer para o sistema a necessidade de o autor procurar o réu para provar que tentou procurar o réu para tentar uma **conciliação** extra-processual. O consumidor que quer consertar o seu celular, para ganhar um dinheirinho de dano moral, não liga para saber se a Samsung ou a Apple podem pagar. Vai direto para o **Judiciário**. Eu prego uma **conciliação** pré-processual. Em 2º lugar, os 30 maiores litigantes brasileiros terão aumento nas custas judiciais. Uma empresa com mais de 40 processos, pagará 10% a mais de custa. E assim por diante. Tem que punir essas empresas. Em 3º lugar, se não houve uma **conciliação** pré-processual, obrigaria-se a parte a tentar uma mediação processual, e o autor deveria pagar por isso.

Teria que mudar a lei para isso?

Poderia ser feita uma pequena reforma no Código de Processo Civil. A lei dos juizados já traz algumas coisas que acabam não sendo aplicadas. É necessário criar passos para a **conciliação** pré-processual. Esses passos, com computador, estagiário, advogado, seria pago por essas principais empresas. Sem dinheiro público. Vamos largar de colocar dinheiro público em quem provoca muito o **Judiciário**. Ali as pessoas podem encontrar alguém fora dos 0800 que não atendem ninguém, só chateiam. Acho que esse sistema de repercussão geral pode vir para o 2º grau sim. Outro dia estava propondo uma ação de uma casa onde moravam 7 pessoas em que o advogado propôs uma ação para cada morador para pedir a mesma coisa. É um absurdo. Tem que mudar isso. Porque quem vai precisar do **Judiciário** mesmo não terá acesso por causa desse tipo de ação frívola.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação

Influencers: ministros do STF têm mais de 1 milhão de seguidores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Emerson Fraga, do R7, em Brasília

A- A+

Conectados e atuantes na internet, quatro dos 11 atuais ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) mantêm contas nas redes sociais. Juntos, eles somam mais de 1 milhão de seguidores. Com a exposição, tornou-se mais comum que posicionamentos e até dicas e comentários fossem compartilhados pelos integrantes da mais alta corte do país.

Gilmar Mendes é o mais antigo a ter um perfil e, também, o mais popular. Ele tem 415,2 mil seguidores em uma conta verificada no Twitter, criada em maio de 2017. Segundo o serviço de notícias Google News, nos últimos 12 meses, foram publicados 12,9 mil artigos sobre Mendes.

Logo atrás vem o ministro Luís Roberto Barroso, com 286,6 mil seguidores em uma conta criada em abril de 2020. Barroso, que também é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apareceu em 20,5 mil notícias publicadas pela imprensa brasileira na internet no

período de um ano. Barroso tem chamado a atenção, recentemente, ao dar dicas de filmes e livros. As indicações geralmente acontecem após ele ou o Supremo ser atacado pelo presidente Jair Bolsonaro (Jair Bolsonaro). Músicas como "Cálice", "Vai passar" e "Não enche" estão entre as indicações recentes do magistrado.

Alexandre de Moraes, terceiro da lista, contabiliza 253,5 mil seguidores na conta criada em agosto de 2017 - cerca de 7 meses após sua indicação para o Supremo pelo ex-presidente Michel Temer (MDB). Moraes tem a postagem com maior engajamento: mais de 58 mil interações, entre curtidas e compartilhamentos. No texto, publicado em 9 de julho, o ministro, que é responsável pela investigação do inquérito das fake news, incluindo ataques ao sistema eleitoral brasileiro, falou sobre o assunto. Veja o tweet:

Os brasileiros podem confiar nas Instituições, na certeza de que, soberanamente, escolherão seus dirigentes nas eleições de 2022, com liberdade e sigilo do voto. Não serão admitidos atos contra a Democracia e o Estado de Direito, por configurar crimes comum e de responsabilidade.

- Alexandre de Moraes (@alexandre) July 9, 2021

Moraes também é o ministro mais citado pela imprensa. Foram 42,5 mil notícias publicadas no Google no período de 1 ano.

O perfil do ministro mais novo de casa, Kassio Nunes Marques, ainda tem poucos seguidores. São 16,5 mil em uma conta não verificada, diferentemente dos demais colegas.

A 11ª cadeira, antes de Marco Aurélio Melo, para a qual foi indicado o ex-advogado-geral da União e ex-ministro da Justiça André Mendonça, ainda não foi ocupada. Falta a sabatina no Senado para confirmar a indicação feita pelo presidente Jair Bolsonaro.

Mais exposição, votos mais longos

De acordo com Felipe de Mendonça Lopes, professor do Insper e pesquisador de comportamento judiciário, a exposição maior aumenta o tamanho dos votos e a participação política dos membros da Suprema Corte nos assuntos do país. Ele afirma que houve um crescimento significativo desses dois fatores após os membros do STF começarem a ter seus votos veiculados ao vivo pela TV Justiça, fundada em agosto de 2002.

'O resultado principal é que os ministros se comportam como políticos: quando lhes é dado tempo gratuito de televisão, agem para maximizar sua exposição individual. Para isso, escrevem votos mais longos e interagem mais frequentemente com seus pares', afirma.

Veja também

Brasília

Gilmar Mendes afirma que crise entre os poderes é artificial

Brasil

Mourão afasta tese de perseguição do STF a apoiadores de Bolsonaro

Christina Lemos

Alcolumbre suspende análise de indicação de Mendonça ao STF

Com o advento das redes sociais, a interação com o público se intensificou - agora diretamente com os cidadãos. 'O relacionamento dos ministros do Supremo se dava somente com o público jurídico e com partes eventualmente interessadas nos processos em tramitação. Com a ampliação da visibilidade dos membros do Supremo, na TV Justiça e agora nas redes sociais, sem mediação, eles acabam participando de forma mais pública dos grandes acontecimentos do

país', diz o pesquisador.

No mesmo sentido vai a percepção do pesquisador Ivar Alberto Hartmann, professor da FGV Direito Rio e coordenador do projeto Supremo em Números. De acordo com o acadêmico, em pesquisa sobre o impacto da TV Justiça no tribunal, 'dados mostram claramente que os ministros têm se engajado em debates mais extensos e isso parece ser causado pela publicidade de suas decisões'.

'Liberdade de expressão também abrange ministros'

O professor Mamede Said Filho, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), vê com menos restrições o engajamento dos ministros na imprensa e nas redes sociais. 'Não considero um problema que tenham perfis e façam publicações de caráter institucional. A liberdade de expressão também abrange ministros. Apenas deve haver cautela para não se confundir com as atividades e opiniões pessoais. Deve haver da parte de qualquer juiz uma preocupação com a imagem institucional dele como órgão do Poder Judiciário', destaca.

'O que não pode ocorrer é a manifestação pública quanto a partidos e candidatos, especialmente em períodos próximos das eleições', complementa.

Se houver excessos, segundo o pesquisador, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** - e, no caso dos ministros Supremo, o próprio Plenário da corte - deve agir. 'O **CNJ** já abriu procedimentos para apurar postagens, algumas de caráter partidário. É uma preocupação que todos devem ter, até porque os juízes estão envolvidos diretamente com a Justiça Eleitoral'.

O R7 questionou a assessoria do STF se há regras ou orientações para publicações de ministros, mas não houve retorno até a atualização mais recente desta reportagem.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Aécio Neves propõe redução de pena para presos através da leitura

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O deputado federal Aécio Neves (PSDB) apresentou um projeto para colocar na lei a possibilidade de **presos** reduzirem suas penas através do incentivo a leitura, de acordo com informações da coluna de Guilherme Amado, do portal Metrôpoles.

Ainda conforme a publicação, a redução está prevista em resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** de maio deste ano, mas ainda é pouco adotada. O deputado afirma que a medida seria importante porque o 'hábito da leitura tem poder transformador, sendo capaz de restituir ao indivíduo em conflito com a lei o valor da existência humana'

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Presos

Conselho investiga desembargadores suspeitos de integrarem esquema de corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Rafael Luz / STJ

Maria Thereza de Assis

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** determinou a realização nesta segunda-feira de uma inspeção extraordinária nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), suspeitos de integrarem um esquema de corrupção. A fiscalização se estenderá até esta terça-feira.

O procedimento, conhecido como correição, foi autorizado pela ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora nacional de Justiça. A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto e da juíza Roseli Nalin.

No despacho, a ministra cita matéria do Extra sobre supostas vendas judiciais em favor de empresas do setor de transporte, presentes na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor), Lélis Teixeira. A fiscalização será feita por um desembargador e três juízes de outros tribunais designados pela corregedora.

Você viu?

Em abril de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamento por 90 dias do desembargador Mário Guimarães Neto, alvo da Operação "Voto Vencido". O desembargador foi acusado na delação premiada de Teixeira de ter recebido R\$ 6 milhões, por meio de sua mulher, para atuar em um processo de interesse da Fetranspor.

Em dezembro de 2019, o **CNJ** já havia afastado cautelarmente o desembargador Guaraci de Campos Vianna sob a suspeita de que o magistrado teria dado liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas durante os plantões judiciais.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Acordo de leniência e ação de improbidade: o poder público é uno, e não vário!



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Bruno Di Marino Thiago Vilas Boas Zimmermann

"Patere quam ipse fecisti legem".

"Todos temos o Patrão Vasques, para uns visível, para outros

invisível (...)".

Bernardo Soares [1]

Acordo de leniência é celebrado, em meio a uma ação de improbidade em curso, na qual se imputam os mesmos fatos objeto de transação. Qual o destino da demanda? Deverá prosseguir em face dos transatores? A questão é relativamente recente e a jurisprudência hesita, ora a extingui-la [2], ora a determinar seu prosseguimento, ad cautelam [3]. Caberá ainda ao STF a palavra final.

O tema parece pomposo, mas não é. E se, na prática, apresenta-se complexo, não deveria ser. A solução, a

rigor, está na própria lei de regência da ação de improbidade (Lei nº 8.429/92). Seu artigo 17, parágrafo primeiro, na redação original, vedava "transação, acordo ou conciliação". Agora, com a redação dada pela Lei nº 13.964/19 (Lei anticrime), foi revogada a vedação e o dispositivo passou a admitir expressamente "a celebração de acordo de não persecução cível". Este texto, pois, terminaria aqui - aliás, nem teria sido escrito - se a celeuma não subsistisse.

E subsiste, sobretudo, por vaidade - vanitas vanitatum do poder (et omnia vanitas). Vaidade, aliás, e oportunismo, segundo a nossa tradição. Diante de um evento, seja de ordem cível, seja de ordem criminal, todos do poder (em todos os seus degraus federativos, órgãos e entidades) querem sua fração pecuniária do ilícito. Isso não é da ação de improbidade, é desde sempre, et partout - as ações coletivas estão aí para confirmar essa prática já institucionalizada. É a propalada autonomia das instâncias, a independência das esferas, a indisponibilidade do interesse público... Emplastos jurídicos não escritos, embutidos silenciosamente como dogmas. E as gerações se sucedem sob o jugo irrefletido dessas verdades de bastidores. O poder público não é uno, nem coerente, ele é profuso, e absorvente, e sua sombra, ubíqua e massiva, estende-se irrefreada por todos os lugares.

Em relação especificamente a ações de improbidade, elas subsistem, como têm subsistido, em face de transatores porque as mais das vezes o poder público que transacionou com o particular não é o poder público autor da demanda. São, quer dizer, seriam, supostamente, poderes públicos diferentes. Um exemplo imaginário, mas recorrente na realidade: a Controladoria-Geral da União firma acordo de leniência com um particular, acerca de fatos que são objeto de ação de improbidade. A Lei nº 12.846/2013 lhe confere competência e autonomia para tal, no âmbito do Poder Executivo federal. O acordo é juntado aos autos da ação de improbidade, que conta com a assistência da

União. O Ministério Público Federal, no entanto, se opõe à extinção da demanda, sob a alegação de: 1) tratar-se de res inter alios acta; e a pretexto de 2) perseguir a reparação in integrum.

Os argumentos não colhem. O primeiro sofre de crise de identidade. Acordo firmado pelo poder público - após, como é suposto, criteriosa apuração prévia, seguido de ponderado juízo de oportunidade e conveniência - não é nem pode ser considerado res inter alios acta em face do próprio poder público. Este, afinal, tem o dever, jurídico e moral, de ser uno e coerente, até para que seja confiável. Não há espaço, então, aqui, para dúvidas existenciais, ou disputas internas de poder. Se assim não o for, qual segurança teria o particular ao colaborar? Se assim não for, Estado de Direito, que é estado de clareza, vira Estado de pantomima, em que os particulares são as marionetes e o poder público as mãos invisíveis que manipulam os fios dos atos e dos movimentos por trás das cenas. Mas no Estado de Direito, quando o poder vem a público, e celebra acordos, não pode guardar em gavetas, escaninhos ou atrás de cortinas resíduos surpresas, não revelados. O poder público, enfim, não pode dar com uma mão e depois tirar com a outra; não pode estimular um ato para, em seguida, por outros órgãos ou entidades, burlá-lo; seria legalizar, para o público, a possibilidade de roer sua palavra. Nesse quadro, a autonomia funcional do Ministério Público, ou sua competência concorrente para buscar a reparação do dano [4], ou mesmo para firmar acordos de mesma natureza [5], nada disso pode sobrepor-se à necessária segurança jurídica - postulado constitucional - que se deve conferir ao instituto da leniência. Do contrário, resultará ineficaz essa política de combate à corrupção [6].

O segundo - o da reparação integral - assenta-se num sofisma, a girar, sem fim, num circuito vicioso. Não cabe, com efeito, rediscutir-se ou tentar rediscutir-se a extensão das penas e dos valores ajustados com próprio ente lesado, e que devem ser levados ainda ao crivo do juiz natural. Se há transação, há concessões recíprocas; se há concessão recíprocas, não há que falar em reparação integral; houvesse reparação integral, não haveria transação, e a espiral estende-se

ad infinitum. O fato é que, ao oferecer um lenitivo nas penas e reparações a serem pagas, o poder público obtém em troca informações (que podem ser) relevantes ao próprio interesse público. Na verdade, tem-se aqui uma falsa questão. Na prática, o poder público já é reparado pela empresa leniente, no limite dos ilícitos admitidos e, portanto, sob essa ótica, obtém a reparação atribuível ao colaborador. Ao mesmo tempo, o poder público não fica impedido de perseguir a reparação integral dos eventuais demais atos ilícitos, desde que o faça em face de não colaboradores [7] - essa a leitura lógico-sistemática a ser feita.

Sem circunlóquios, o que o Ministério Público queria era reunir em si todos os anéis, e deter o monopólio do poder de transacionar - o que ele não tem, porque a lei não lhe deu. Sua resistência, portanto, é política, e não jurídica. Acordos, ademais - e aqui se diz para além de acordos de leniência, para referir-se a simples contratos, da ordem do dia -, valem pouco entre nós, porque a liberdade vale pouco ("tudo no Estado"); porque o indivíduo vale pouco ("nada contra o Estado"); porque a iniciativa privada vale pouco ("nada fora do Estado"), de modo que, sob a invocação do público, a porta fique sempre entreaberta, para que o poder possa sempre tomar posse da sala.

Mas há regras elementares de convivência com as quais não se pode transigir, e se o próprio Direito o fizer, ele se torna ilegítimo, a convolar-se em nada além do que força organizada: "sujou, limpa"; "quebrou, conserta"; "errou, repara"; "prometeu, cumpre". No âmbito do poder público, o postulado elementar é: "suporta a lei que tu próprio fizeste". Eis o primo mandamento, inerente à segurança jurídica, que é a essência do Estado de Direito. Na hipótese ora examinada, tal compromisso ético-jurídico é duplo: a) o poder público deve suportar os efeitos da própria lei federal que editou, ínsita ao microsistema de combate à corrupção, e que permite a celebração de acordo de leniência, com a extinção, se houver, de ações de improbidade; b) e deve suportar os efeitos do acordo de leniência que, no caso concreto, houver firmado. Uma coisa é o conteúdo em si do acordo; outra, é a idoneidade das informações ali trazidas; e outra, ainda,

é a validade das provas ali carreadas; tudo isso é delicado e relevante, mas não é disso que se trata aqui. O ponto é: se o poder público firmou o ajuste, e se ele é válido, honre-o, de modo harmônico e orgânico, sem escapismos.

Supremacia do interesse público, independência das instâncias, colegitimações plúrimas (superpostas e gulosas), presunções de todas as ordens, tudo são bricabraques ... Outro é a autonomia do Parquet para seguir em voo solo sobre qualquer assunto, a qualquer hora, e para qualquer fim. Na hipótese aqui examinada, v.g., ela não faz nenhum sentido. E se "todos temos o padrão Vasques", a síndrome do xerife onipotente não é senão um resquício autoritário a salgar o caldeirão do nosso publicismo integralista. Ao fim e ao cabo, em nome da defesa da supremacia do interesse público, vilipendia-se o próprio interesse público. Há, contudo, de florir o dia em que o regime tutelar total há de declinar, e as liberdades sorrirem, dos que respiram e se autodeterminam seguros, num ambiente de clareza. Nesse dia, toda a palavra não será (mais) uma arapuca armada.

[1] Pessoa, Fernando, in "Livro do Desassossego", Lisboa, 2014, Tinta da China, p. 257.

[2] V.g.: TRF-4, 3ª Turma. AI nº 5042782-55.2018.4.04.0000, rel. Des. Vânia Hack de Almeida, j. em 5.6.2019; TJPR, 5ª Câmara Cível. Agravo de Instrumento nº 0015912-21.2020.8.16.0000, rel. Des. Luiz Mateus de Lima, j. em 28.7.2020.

[3] V.g.: TRF-4, 4ª Turma. AgIn nº 5055839-72.2020.4.04.0000, rel. Des. Vivian Josete Pantaleão Caminha, j. em 28.4.2021.

[4] CF, artigo 129, III e LIA, artigo 17.

[5] CF, artigo 129, IX

[6] Dados divulgados pelo **CNJ** em 2015[5] apontaram que em apenas 4% das ações de improbidade pesquisadas foi alcançado o ressarcimento integral do dano e em somente 6% alcançou-se o ressarcimento

parcial. Em números, portanto, revelou-se o que qualquer operador do direito que atua nessa seara já constatou: os meios tradicionais de persecuções, cíveis e criminais, para apuração e sanção de desvios são absolutamente ineficientes. Esbarram, muitas vezes, em insuperáveis obstáculos na obtenção de provas concretas de organizações e esquemas ilícitos mais complexos e organizados (In Lei de improbidade administrativa: obstáculos à plena efetividade do combate aos atos de improbidade. Coordenação Luiz Manoel Gomes Júnior, equipe Gregório Assegra de Almeida... [et al.]. - Brasília: **Conselho Nacional de Justiça**, 2015, pg. 69). Tais fatores levaram ao aprimoramento do microssistema anticorrupção, com a adoção de vias alternativas à opção tradicional do processo judicial, por meio de institutos que permitam soluções consensuais, que, notadamente, viabilizam o acesso a provas e ensejem, pois, a responsabilização dos agentes envolvidos, com a recuperação de valores aos entes lesados. Afinal, no combate a determinados tipos de infrações, a obtenção de resultados concretos na detecção de ilícitos depende da existência de incentivos para que os envolvidos em tais práticas tragam os fatos delituosos ao conhecimento das autoridades públicas (SPAGNOLO, Giancarlo. What Do We Know About the Effectiveness of Leniency Policies? A Survey of the Empirical and Experimental Evidence. 2014). Desprestigiar a transação seria, pois, um retrocesso.

[7] Essa é a interpretação lógicos-sistemática que decorre dos arts. 5º, 12 e 17, §1º, da LIA e dos arts. 6º, §3º, e 16, §2º, da Lei Anticorrupção, especialmente à luz do primado da segurança jurídica do Estado de Direito.

Bruno Di Marino é advogado.

Thiago Vilas Boas Zimmermann é advogado.

Revista Consultor Jurídico, 23 de agosto de 2021, 6h36

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Judiciário ainda estuda sanções a servidores que se recusam a tomar vacina



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ana Luisa Saliba Thiago Gelli Juliana Matias

O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu no ano passado que o Estado pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a Covid-19, prevista na Lei 13.979/2020. De acordo com a decisão, o Estado pode impor aos cidadãos que recusem a vacinação as medidas restritivas previstas em lei (multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola), mas não pode fazer a imunização à força. Também ficou definido que os estados, o Distrito Federal e os municípios têm autonomia para realizar campanhas locais de vacinação.

Tania Rêgo/Agência Brasil

Portanto, se é cabível adotar sanções ao trabalhador ou a um estudante não vacinado, por exemplo, uma vez que estaria colocando em risco a saúde dos demais, seria um dever do empregador o afastamento daquele indivíduo para preservar o ambiente de trabalho, para

cumprir seu dever constitucional (artigo 7º, inciso XXII).

Tal questionamento também surgiu no âmbito da administração pública. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, editou decreto que tornou obrigatória a vacinação contra Covid-19 para os servidores e funcionários públicos municipais, podendo a recusa resultar em punições.

Para verificar se o tema está sendo discutido ou se já existe regulamentação em alguma esfera do Poder Judiciário, a ConJur entrou em contato com tribunais de justiça de todo o país.

O **CNJ** e diversos tribunais do país ainda não regulamentaram sanções aos servidores que recusarem a tomar vacina contra Covid-19

Agência **CNJ**

O Tribunal de Justiça de Rondônia respondeu que está estudando as medidas que serão adotadas, tendo em vista a complexidade da questão. Se alguma penalidade for aplicada, valerá de forma isonômica para todos os funcionários do tribunal, de acordo com os limites legais.

O TJ do Tocantins informou que seu Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde ainda está estudando o tema. O de Mato Grosso e da Bahia deram a mesma resposta. Já o TJ Goiás, Minas Gerais, Ceará e São Paulo não estão discutindo nenhuma sanção aos servidores.

Segundo informações prestadas pelo TJ do Distrito Federal ainda não há normas internas prevendo vacinação obrigatória dos funcionários, mas pessoas do grupo de riscos só entram na escala de trabalho presencial 30 dias após a segunda dose ou a dose única da vacina.

O TJ do Piauí informou que discute as soluções a serem adotadas relativamente aos servidores que optarem por

não se vacinarem. Mas o fato de não se vacinarem, por si só, não será caso de infração disciplinar.

De acordo com o TJ da Paraíba, não haverá punição, mas caso ultrapassada a idade para a pessoa ter se imunizado e ela não tenha, além de não ser apta ao teletrabalho, a pessoa estará obrigatoriamente no rodízio presencial de servidores da unidade administrativa ou judiciária. O Judiciário do estado constituiu um grupo de trabalho de retorno gradual que elaborará um ato mais amplo e que contemple novas compreensões a respeito da pandemia, sua imunização e variantes.

O Tribunal de Justiça do do Paraná não possui recomendação quanto aos tipos de sanções que poderão ser aplicadas aos servidores que recusarem a vacina. Contudo, há a previsão de promover uma campanha para incentivar a vacinação de todos os colaboradores. O TJ do Amapá apresentou a mesma resposta.

Segundo o TJ do Amazonas, não será feita distinção entre servidores não vacinados ou vacinados, mas o estado registra um elevado avanço das faixas etárias vacinadas.

O TJ de Santa Catarina anunciou que os vacinados há mais de 15 dias com a segunda dose ou dose única podem retornar ao trabalho presencial, mas que não há sanções previstas para os não vacinados.

Decisões recentes

Em decisão recente, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região determinou restrições na retomada das atividades presenciais dos servidores da Justiça Estadual de São Paulo. De acordo com a decisão, apenas funcionários totalmente imunizados poderão ser retirados do regime de trabalho remoto.

Os tribunais de justiça dos outros estados não responderam antes da publicação desta reportagem. O **Conselho Nacional de Justiça** também afirmou que está estudando a questão, levando em consideração o

momento e os indicadores da saúde pública brasileira e prezando pela segurança dos magistrados, servidores e todos os colaboradores que atuam no Poder Judiciário.

Caminhos possíveis

Além das posições dos tribunais, a Conjur conversou com especialistas para entender como seria possível, no âmbito do Poder Judiciário, adotar medidas para punir servidores que não se vacinarem.

Para Marco Berberi, advogado, mestre e doutor em Direito pela UFPR e procurador do Paraná, cada esfera da federação (União, estados e municípios) tem competência própria sobre seus servidores. Assim, caso o Judiciário e cada uma de suas esferas queiram impor a vacinação a seus servidores, devem editar diplomas legais específicos.

Rafael Valim, especialista em Direito Administrativo, sócio do Warde Advogados, entende que o Poder Judiciário, no âmbito de suas competências administrativas, pode, com fundamento no artigo 3º, inciso III, alínea "d", da Lei n. 13.979/2020, tomar medidas semelhantes às da Prefeitura de São Paulo. Nesse sentido, juízes e desembargadores estarão sujeitos a sanções disciplinares.

Rubens José Gama Júnior, advogado do escritório Weiss Advocacia, pontua que a possibilidade de recusa injustificada do cidadão em relação à vacina foi vencida juridicamente nas decisões do STF.

"Assim, agora que as atividades presenciais do Poder Judiciário voltarão, já há fundamento de sobra para os respectivos administradores reprimirem funcionalmente eventuais servidores que se recusem. Basta utilizarem as figuras próprias de cada estatuto para casos de indisciplina e/ou insubordinação. Quero crer que não será necessário", reforçou o advogado.

Igor Luna, sócio de Direito Administrativo e Relações Governamentais do escritório Almeida Advogados, explica que a recusa dos servidores do Poder Judiciário em se submeter à vacinação só poderia configurar

infração disciplinar nas hipóteses de (1) o presidente do respectivo tribunal editar ato normativo nesse sentido ou (2) ser editada uma lei do respectivo ente federativo prevendo tal infração para todos os seus servidores públicos.

A validade do estabelecimento da infração pode vir a ser questionada, em função de ter ocorrido por via regulamentar e não por meio de lei. Mas, de acordo com Luna, parcela considerável da doutrina e da jurisprudência reconhecem que, no âmbito do vínculo especial do servidor com a Administração, o direito disciplinar não se sujeitaria à estrita legalidade.

"Ainda, argumentos com base na supremacia do interesse público, diante da proteção ao bem constitucional coletivo envolvido, a saúde pública, funcionariam em favor da validade da previsão infralegal do tipo infracional", concluiu.

Por outro lado, Daniel Conde Barros, advogado e sócio da área de Direito Administrativo de Martorelli Advogados, diz acreditar que a recusa em tomar a vacina poderá ser objeto de sanção administrativa para o servidor público, porém é necessário ato do gestor local da saúde estabelecendo essa medida como obrigatória.

"Uma vez estabelecida a obrigatoriedade, será necessário observar também as normas administrativas aplicáveis ao servidor. União, estados e municípios possuem regimes jurídicos próprios aplicados a seus servidores", explica o especialista.

"A eventual aplicação da penalidade de demissão só seria possível na hipótese de existir lei que preveja essa penalidade específica para recusa à vacinação compulsória, o que não é o caso, no âmbito federal", disse.

Histórico da questão

No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6.586 e 6.587 que discutiram a Lei 13.979/2020, que disciplina as medidas excepcionais de

enfrentamento da pandemia, e prevê, no artigo 3º, inciso III, alínea "d", a promoção compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas, o STF fixou a seguinte tese:

"A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, porquanto facultada sempre a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes."

O julgamento das ADIs aconteceu em dezembro de 2020, e, desde então, com o avanço da vacinação no país, novos estudos sobre a eficácia das vacinas contra a Covid-19 foram feitos. Um desses estudos, feito na cidade de Botucatu (SP), concluiu que a vacinação em massa reduziu em 86,7% os casos de internação em leitos de unidades de terapia intensiva, após um período de pouco mais de dois meses, se comparado ao início da imunização.

Com bases nesses dados e na tese firmada pelo STF, alguns municípios adotaram medidas para tornar obrigatória a vacinação contra Covid-19 para os servidores e funcionários públicos municipais.

Além de São Paulo, por meio do Decreto 60.442, a Prefeitura de Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Velho publicaram decretos tornando obrigatória a vacinação de servidores municipais. A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou semana passada projeto de lei que pune servidores que se recusarem a receber vacina contra a Covid.

A iniciativa privada também adotou medidas semelhantes. Por exemplo, o sindicato de restaurantes, bares e similares de São Paulo (Sindresbar), com fundamento no guia técnico do Ministério Público do Trabalho, publicou uma recomendação pela demissão por justa causa, em caso de recusa injustificada, do funcionário em se vacinar.

Recentemente, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª

Região manteve a dispensa por justa causa de uma funcionária de hospital que se negou a tomar a vacina.

Guilherme Amorim Campos da Silva, Sócio de Rubens Naves Santos Jr. Advogados, entende que o STF pacificou a questão no direito brasileiro. "Em uma pandemia de saúde pública, o direito coletivo se sobrepõe ao individual."

Mas, para o especialista, é preciso debater quais os limites desta questão. "A previsão de vacinação obrigatória, afigura-se legítima, desde que sejam observados os critérios da Lei 13.979/2020, especificamente nos incisos I, II, e III do § 2º do artigo 3º, a saber, o direito à informação, à assistência familiar, ao tratamento gratuito e, ainda, ao "pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma a não ameaçar sua integridade física e moral", completou.

O assunto, porém, ainda não é realmente considerado pacífico. A deputada Carla Zambelli (PSL-SP) propôs o Projeto de Lei 149/21 que visa proibir a dispensa por justa causa de empregado que não quiser ser vacinado.

O Sinthoresp, sindicato paulista que representa trabalhadores dos hotéis, pousadas, bares e restaurantes e similares, também se posicionou de forma contrária à demissão por justa causa de trabalhadores que se recusem a tomar a vacina.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Presidente do TST suspende restrições à retomada presencial da Justiça de SP



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: José Higídio

Devido à necessidade de preservação da autonomia dos tribunais, a ministra Maria Cristina Peduzzi, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, suspendeu uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que restringia a retomada dos serviços presenciais na Justiça Estadual de São Paulo.

Sede do TJ-SP na capital paulista

Reprodução

Na última semana, o TRT-2 havia determinado que apenas servidores totalmente vacinados poderiam voltar ao trabalho presencial. Em seguida, o governo do Estado de São Paulo acionou o TST e argumentou que a Justiça do Trabalho não teria competência para interferir nas condições de trabalhadores sujeitos a regime estatutário.

A ministra relatora ressaltou que o Tribunal de Justiça

de São Paulo possui autonomia constitucional para regular o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativo. Além disso, a Resolução 322/2020 do **Conselho Nacional de Justiça** reforçou a autonomia das cortes para definir o retorno das atividades presenciais.

Para a magistrada, ao interferir nos critérios do TJ-SP para a retomada, o TRT-2 "afeta a prestação jurisdicional de outro órgão de mesma estatura constitucional".

[Clique aqui para ler a decisão](#)

1001184-17.2021.5.00.0000

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Tribunais de Justiça do Sudeste vão conhecer implantação do Justiça 4.0



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Conselho Nacional de Justiça** promove nesta quarta-feira (25/8), das 10h às 18h30, uma reunião com representantes dos quatro Tribunais de Justiça da região Sudeste para apresentar como ocorre a implantação do programa Justiça 4.0.

DivulgaçãoTJ-ES vai sediar reunião do **CNJ** com Tribunais de Justiça do Sudeste sobre Justiça 4.0

O evento será realizado em formato híbrido, com sede no Tribunal de Justiça do Espírito Santo e participação remota dos Tribunais de Justiça de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A abertura vai contar com a participação do secretário geral do **CNJ**, Valter Shuenquener, do secretário especial de Pesquisas, Programas e Gestão Estratégica do **CNJ**, Marcus Lívio Gomes, e do presidente do TJ-ES, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza.

Durante a manhã, os tribunais vão debater com juízes auxiliares do Conselho os produtos que compõem o

programa, como o Juízo 100% Digital, o Balcão Virtual e os Núcleos de Justiça 4.0.

A Plataforma Digital do Poder Judiciário, que fomenta o desenvolvimento colaborativo e garante a unificação da tramitação de processos judiciais no país, terá destaque no período da tarde. Serão realizadas apresentações sobre diagnóstico, plano de ação e os primeiros passos para que as equipes técnicas dos tribunais possam utilizar a solução.

'Vamos debater com os tribunais a necessidade de adaptação a essa nova visão de ferramentas tecnológicas do Judiciário', explica o juiz auxiliar da Presidência do **CNJ** Fábio Porto. 'No final do encontro, vamos manter um diálogo com os atores processuais indicados pelos tribunais, para podermos fortalecer a implantação do programa.'

Inovação

Anunciado no final do ano passado, o programa Justiça 4.0 é uma parceria entre **CNJ**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Conselho da Justiça Federal que desenvolve soluções tecnológicas e melhorias processuais. O objetivo é dar celeridade e agilidade à prestação jurisdicional, assim como ampliar o acesso da população à Justiça.

Para reforçar a divulgação do programa e explicar como ele está organizado, o Conselho lançou nesta segunda-feira (23/8) uma nova versão da Cartilha Justiça 4.0, que apresenta as etapas de implantação e ainda traz um balanço das adesões dos tribunais e conselhos.

Hoje, 100% dos Tribunais Regionais Federais e do Trabalho já iniciaram o processo, além de 15 Tribunais de Justiça, seis Tribunais Regionais Eleitorais, um Tribunal de Justiça Militar e os Tribunais Superiores (STJ, TSE, TST e STM). Com informações da assessoria de imprensa do **CNJ**.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Secretário-geral do CNJ

CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ



CNJ faz inspeção em gabinetes de desembargadores do TJRJ



Uma portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou a realização de uma inspeção nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A medida foi assinada na sexta-feira (20).

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma portaria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** autorizou a realização de uma inspeção nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A medida foi assinada na sexta-feira (20).

A correição foi autorizada após os magistrados terem sido citados em matérias jornalísticas sobre um suposto esquema de corrupção na Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor). Os trabalhos do **CNJ** começaram hoje e se estenderão até amanhã (24).

Em nota, o TJRJ declarou que o processo corre em segredo de justiça e que não irá se manifestar sobre o assunto.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

TJAM celebra instalação do Museu do Poder Judiciário do Amazonas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Manaus - A sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas de terça-feira (24), acontecerá nas dependências do Museu do Judiciário do Amazonas (Mujam) - nova designação do Centro Cultural Palácio da Justiça, localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, Centro de Manaus. A sessão ocorrerá no formato híbrido - com a presença de parte do colegiado no palácio - e sob a presidência do desembargador Domingos Jorge Chalub, que participará de forma remota. Como ocorre todas as semanas, a sessão será transmitida pelo canal do TJAM no YouTube.

(Foto: Divulgação / TJAM)

A realização da sessão no imponente palácio integra as comemorações dos 130 anos de instalação do Poder Judiciário do Amazonas - completados no dia 4 do último mês de julho. A sessão vai contar com autoridades, como o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na ocasião, além da formalização da instalação do Mujam, ocorrerá o lançamento do 'Selo Histórico TJAM', que passará a ser afixado em processos judiciais ou

administrativos, em tramitação ou arquivados, bem como em móveis, equipamentos e outros objetos, cujo assunto ou característica seja considerado de grande valor para a sociedade e para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

A direção do TJAM - formada pelo desembargador Domingos Chalub (presidente) e pelas desembargadoras Carla Reis (vice-presidente) e Nélia Caminha Jorge (corregedora-geral de Justiça) - destaca que a implantação do Mujam está alinhada com a Resolução n.º 324/2020, do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que instituiu as Diretrizes e Normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispôs sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). A resolução enfatiza que um dos princípios do Proname é o pleno acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário, como forma de promoção da cidadania.

No dia 30 do último mês de julho, o Diário da Justiça Eletrônico (DJe) publicou a Portaria n.º 1.309/2021, assinada pelo presidente da Corte, Domingos Chalub, que transforma o Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua em Museu do Judiciário do Estado do Amazonas (Mujam) e institui o programa 'Selo Histórico TJAM'.

A criação do Mujam não altera o Termo de Cessão de Uso por meio do qual o Tribunal de Justiça repassou à responsabilidade da Secretaria de Cultura a gestão do Palácio Clóvis Beviláqua para fins culturais e de atividades artísticas à coletividade. O Termo de Cessão de Uso sofrerá um aditivo para ampliar o acervo já existente no local.

A portaria assinada pelo presidente do TJAM levou em consideração que os acervos documentais, mobiliários de estilo, obras de arte, tapetes, cortinas e outros artefatos do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico, que devem ser preservados em conformidade com o artigo 216, parágrafo 1.º, da

Constituição Federal; e as instruções contidas na Resolução n.º 324/2020, que trazem diretrizes e normas de gestão de memória e gestão documental e que dispõem sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

O Museu fará parte do Cadastro Nacional de Museus (CNM), para produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o setor museológico brasileiro em toda sua diversidade, considerando os critérios do CNM, através de ato normativo do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Selo Histórico

De acordo com a Portaria n.º 1.309/2021, que instituiu o 'Selo Histórico TJAM', serão considerados históricos os documentos, processos e demais objetos que se encontram no Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua até a data de publicação da portaria, considerado seu valor histórico intrínseco.

A gestão do programa 'Selo Histórico TJAM' será feita pelo Arquivo Central do TJAM, subsidiado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

Centenário

A obra centenária do Palácio da Justiça - agora Museu do Poder Judiciário do Amazonas - foi concluída no início do século XX e sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1900. A construção é um dos principais exemplares da arquitetura clássica do período áureo da economia da borracha e suas linhas estruturais seguem as tendências do estilo renascentista.

O prédio foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas em 1980. Os nomes dados às salas que o compõem homenageiam personalidades ligadas à sua implantação e ao Poder Judiciário.

A mobília é centenária e destaca-se o relógio do tipo carrilhão, da década de 1920, com estrutura de jacarandá baiano e maquinário suíço, além do lustre original feito de bronze e cristais.

Acervo

O Mujam terá exposições com processos históricos; objetos do Tribunal; material de vídeo de divulgação, como o 'Projeto Memória', que foi recentemente lançado, também como parte da programação dos 130 anos de instalação do Poder Judiciário do Amazonas. 'Estamos organizando alguns processos que precisam passar por restauro. O objetivo é agregar, dar mais vigor ao espaço, mais publicização de processos históricos, mais interatividade ao ambiente para que possamos efetivamente ter essa parte cultural e museológica da instituição', explica o gerente-geral do Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Amazonas e secretário da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TJAM, Pedro Souza Neto.

O desembargador Délcio Luís Santos, que preside a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TJAM, lembra que a instalação do Museu do Judiciário atende, inclusive, as exigências e requisitos do Prêmio **CNJ** de Qualidade 2021, que traz 25 pontos relacionados à questão da gestão da documentação e da memória.

Cobertura do evento

A sessão solene desta terça-feira terá transmissão, ao vivo, pelo canal do TJAM no YouTube. Em razão das medidas de prevenção à **covid-19**, a cobertura jornalística do evento será feita presencialmente apenas pela Divisão de Divulgação e Imprensa da Corte e, posteriormente, disponibilizada aos veículos de comunicação (impressos, portais, rádios e TVs).

Amazonas

celebra

instalação

museu

poder judiciário

TJAM

Receba as principais notícias do D24am no Telegram!
Clique e participe do nosso grupo!

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional
de Justiça, Judiciário - Covid-19

Conselho Nacional de Justiça faz inspeção em gabinetes de 7 desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio suspeitos de corrupção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** determinou a realização nesta segunda-feira (23) de uma inspeção extraordinária nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), suspeitos de integrarem um esquema de corrupção. A fiscalização se estenderá até esta terça (24).

Durante as inspeções, os trabalhos devem continuar normalmente. Segundo a Secretaria de Comunicação do **CNJ**, as apurações são sigilosas. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) também informou que não vai se manifestar, pois 'o processo corre em segredo de justiça'.

O procedimento, conhecido como correição, foi autorizado pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional de Justiça. A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo

Torres e Mario Guimarães Neto e da juíza Roseli Nalin.

No despacho, a ministra cita matéria sobre supostas vendas judiciais em favor de empresas do setor de transporte, presentes na delação premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio (Fetranspor), Lélis Teixeira. A fiscalização será feita por um desembargador e três juízes de outros tribunais designados pela corregedora.

Em abril de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamento por 90 dias do desembargador Mário Guimarães Neto, alvo da Operação 'Voto Vendido'. O desembargador foi acusado na delação premiada de Teixeira de ter recebido R\$ 6 milhões, por meio de sua mulher, para atuar em um processo de interesse da Fetranspor.

Na ocasião, os investigadores apreenderam joias, entre elas um colar de diamantes, relógios de ouro, 20 quadros e um cofre dentro de um carro que estava estacionado na garagem do condomínio onde mora o magistrado com R\$ 50 mil em espécie.

Em dezembro de 2019, o **Conselho Nacional de Justiça** já havia afastado cautelarmente o desembargador Guaraci de Campos Vianna sob a suspeita de que o magistrado teria dado liminares que fogem das hipóteses legais e regimentais previstas durante os plantões judiciais.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Caminhos sustentáveis para a Justiça brasileira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Willians Cristiano da Silva Yun Ki Lee Ricardo
Freitas Kristian Lee

O ampliar do acesso à justiça[i] já era uma inquietude, mesmo antes do agudo senso de urgência trazido pela pandemia da Covid-19, em um anseio por um novo modelo de gestão a viabilizar uma prestação jurisdicional mais efetiva e célere, mas que, também, se voltasse ao bem da sociedade e do planeta. Tais como os setores privados e públicos, o **Judiciário** vem sendo desafiado a praticar uma agenda cada vez mais sustentável.

Nessa direção, um significativo passo foi dado pelo **Judiciário** brasileiro para se alinhar aos Sustainable Development Goals da Agenda 2030 da ONU, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG/ODS). Dentre eles, destaca-se o SDG/ODS 16[ii] de promover e assegurar a todos, acesso igualitário à justiça dentro do Estado de Direito, em modo interconectado com os demais objetivos e em linha com esse elementar direito reconhecido no art. 8º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).[iii]

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNUD**)[iv] firmaram parceria e criaram o índice de acesso à justiça, levando em consideração o capital humano (dinâmica demográfica) e o capital institucional (estrutura da justiça), procurando equilibrar a inclusão e a eficiência em um país com mais de 77,1 milhões de processos em trâmite, em dezembro de 2019.[v]

Ao bem abraçar em suas metas e gestão os compromissos de assegurar acesso efetivo e igualitário à justiça, assim como buscar duração razoável dos processos, o **Judiciário** brasileiro vem a caminhar formal e materialmente dentro das boas práticas ambientais, sociais e de governança (em inglês, Environmental, Social and Governance). Um grande alento, pois, será essa mesma justiça, em transformação positiva, que irá receber e julgar as inevitáveis demandas a envolver os fatores ESG.

É o que se viu neste ano, de forma paradigmática, na decisão de uma corte holandesa que determinou que uma empresa cumprisse o Acordo Climático de Paris (2015) e reduzisse as emissões de dióxido de carbono em pelo menos 45% até 2030, em relação aos níveis de 2019.[vi] Ainda que sujeita a recurso e restrita à jurisdição holandesa, essa decisão judicial vem sendo retratada como uma daquelas lutas entre Davi e Golias, à medida que a ação foi movida por uma ONG, representando 17 mil cidadãos holandeses, contra uma gigante transnacional de petróleo e gás.

Volvendo à nossa realidade, a justiça brasileira é acometida pelos males de alto volume de processos, custo elevado e morosidade. Um ciclo vicioso em que um mal retroalimenta outro e vice-versa. Em 2019, foram mais de 30 milhões de novas ações judiciais ajuizadas[vii], cujo custo unitário alcançou, também em média, R\$ 458 na seara estadual e R\$ 675 na federal[viii] (valores maiores que do auxílio emergencial concedido à população mais carente para sobreviver nessa fase de pandemia da Covid-19). Não somente, mas a morosidade é reflexo do grande arsenal de

recursos, incidentes e multiplicidade de ações disponíveis em uma só contenda. Some-se, ainda, a crescente insatisfação das partes em litígio, e também daqueles indiretamente atingidos, quanto ao teor final da decisão. O simples multiplicar dos números evidencia aquilo que aos olhos salta: o colapso ou, ao menos, sua iminência.

De se ver que três são as raízes maiores que estão a comprometer a sustentabilidade da justiça brasileira e a afastá-la mais e mais do SDG/ODS 16, notadamente destacadas no pacto firmado com o **PNUD**: acesso, morosidade e efetividade do resultado.

O bom combate a uma dessas causas do mal, a excessiva quantidade de processos, já se iniciou com os meios alternativos de resolução de conflitos. O gráfico abaixo denota os esforços nesse sentido, como se vê pelo crescimento do número de centros judiciais de resolução de conflitos na esfera estadual, mais do que quadruplicado em 5 anos:

E para que se logre sucesso, é preciso um crescimento vertiginoso de casos submetidos a soluções alternativas ao **Judiciário**. No entanto, passados mais de cinco anos da promulgação da Lei 13.140/2015, que trata da mediação como meio de solução de controvérsias, percebe-se que esta máxima de solução futura, ainda, insiste em soar como mera retórica, e não como valioso instrumento de busca da sustentabilidade. Isto se deve ao fato dessa modalidade ainda ser vista com desconfiança por boa parte dos operadores do Direito e dos jurisdicionados em geral, que, desafortunadamente, creem que solução de conflitos só vem com o percorrer da longa e tortuosa estrada judicial.

Com o eclodir da pandemia da Covid-19 e sua persistência, não só na vida privada, mas também nas relações jurídicas afetadas, emergiu um forte senso de urgência. Com a paralisação dos prazos processuais, a perspectiva era um tanto sombria, se se recordarmos que, desde o primeiro mês de pandemia em 2020, houve um aumento significativo dos números de contratos suspensos, rescindidos etc., sem falar nos incontáveis negócios desfeitos, dívidas contraídas e

tantas outras não adimplidas.

Neste sentido, é poder-dever dos operadores do Direito de exorcizarem tabus e disseminarem na sociedade os aspectos contundentes e positivos da mediação e dos meios tecnológicos empregados, fazendo com que esta modalidade se torne, de igual modo, parte do tão conclamado 'novo normal' para resolução de controvérsias, evitando-se, sobretudo, mais inchaço do nosso sistema **judiciário** e, quiçá, viabilizar um desafoço.

Infelizmente, a cultura de resolução de conflitos ainda se encontra enraizada na pior ideia de barganha, na qual quase sempre um dos polos da relação transacional sai insatisfeito com o resultado.

Em vista disso, dentre as inúmeras adaptações que a pandemia tem posto - seja do ponto de vista social, patrimonial ou econômico - pode-se assumir que tal deletéria cultura, certamente, terá de dar espaço ao espírito colaborativo e recíproco na seara processual e pré-processual.

Pois é exatamente aqui que os operadores do Direito entram!

Não basta apenas empregar as melhores técnicas de mediação. É de suma importância, também, que os operadores do Direito envidem máximos esforços para esclarecer aos litigantes as possibilidades, consequências e riscos, dando ênfase à tecnologia, à comunicação e ao mínimo entendimento, sem desprezar, é claro, a autonomia das vontades. Aliada a essas ações positivas, mais do que nunca, é preciso desmistificar a utilização de ferramentas de apoio, como as plataformas digitais de mediação e **conciliação**, além do uso dos demais meios tecnológicos. Também, as câmaras privadas de mediação e **conciliação**, tal como as públicas, devem ser ainda mais destacadas, prestigiadas e utilizadas.

As audiências virtuais, ainda que de forma um tanto forçada pela pandemia, já servem para balizar o expressivo ganho de tempo e de retrabalho evitado ao

liberar os operadores do Direito e os litigantes para, juntamente, decidirem o melhor caminho a percorrer.

O significativo decrescer da quantidade de processos servirá de alicerce no combate a outros males que acometem a nossa justiça - o elevado custo e a morosidade -, quer seja pela racionalização do sistema, quer seja pelo aumento de eficiência. Com efeito, trará uma adequação e qualidade ainda maiores das decisões às circunstâncias fáticas e jurídicas das causas postas em juízo, que, somados, melhorarão o acesso à justiça em sua amplitude e qualidade e a decisão judicial em sua legitimidade e conformação.

A busca do SDG/ODS 16, a fim de se atingir a sustentabilidade da justiça brasileira, passa inegavelmente pelo resgate e firmamento das soluções alternativas de disputas, notadamente, mediação, **conciliação** e autocomposição. A persistir o status corrente das lides desembocarem na esfera judicial, ter-se-á a inviabilização do pacto firmado pela justiça brasileira com o **PNUD** de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

A mediação, assim como a **conciliação** e autocomposição, tem papel fundamental nesse sentido, sendo necessário fazer germinar nos seios privado e público de forma ampla e geral essa cultura de pacificação moderna, ágil e satisfativa. Muito além de meras chancelas do 'ganha e perde', é preciso concentrar os intentos na simplificação e funcionalidade da mediação para promover a aproximação entre causídicos, litigantes e justiça, com o uso das melhores ferramentas tecnológicas e romper com o espectro da complexidade, a fim de que a mediação seja, de forma indelével, um dos caminhos sustentáveis para a justiça brasileira.

[i] No Brasil, o princípio do amplo acesso à justiça encontra-se garantido no art. 5, XXXV, da CF/1988: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=XXXV%20-%20a%20lei%20n%C3%A3o%20excluir%C3%A1%20da%20aprecia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Poder%20Judici%C3%A1rio%20les%C3%A3o%20ou%20amea%20

C3%A7a%20a%20direito%3B.

[ii] SDG/ODS 16 - Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels - em <https://sdgs.un.org/goals/goal16>.

[iii] DUDH, art. 8º - Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei - em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

Sobre a validade e aplicabilidade desse e de todos demais direitos humanos dispostos na DUDH, bem como dos tratados internacionais que Brasil seja parte, conferir o art. 5º, §§ 2º e 3º, da CF/1988.

[iv] Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder **Judiciário** e Ministério Público, em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/578d5640079e4b7cca5497137149fa7f.pdf>.

[v] Em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_V2_SUMARIO_EXECUTIVO_CNJ_JN2020.pdf, acessado em 20/08/2021.

[vi] Dentre outras, ver notícia veiculada em <https://www.bbc.com/news/world-europe-57257982>.

[vii] Em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_V2_SUMARIO_EXECUTIVO_CNJ_JN2020.pdf, acessado em 20/08/2021.

[viii] Disponível em <https://super.abril.com.br/sociedade/a-insustentavel-lerdeza-do-nosso-judiciario/>.

Willians Cristiano da Silva - Sócio da Lee, Brock, Camargo Advogados e Pós-Graduado em Direito Público e em Advocacia Extrajudicial.

Yun Ki Lee - Sócio-fundador da Lee, Brock, Camargo Advogados, mestre em Direito Econômico pela PUC-SP e professor de Pós-Graduação em Direito.

Ricardo Freitas - Sócio da Lee, Brock, Camargo Advogados e Mestre em Direito, Justiça e Desenvolvimento.

Kristian Lee - B.Sc. in Economics and Business Administration e Computer Science Student, ambos pela Goethe Universität Frankfurt Am Main, e Working Student em Portfolio Management na Lloyd Fonds AG.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Conciliação, Judiciário - PNUD, Judiciário - Covid-19

CNJ investiga oito magistrados do TJRJ por venda de sentenças



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lucas Vettorazzo

O **Conselho Nacional de Justiça** determinou que oito magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sejam investigados por suspeitas de participarem de esquema de venda de sentenças.

O nome de sete desembargadores e o de uma juíza do tribunal foram citados em delações dos ex-presidentes da Fetranspor José Carlos Lavouras e Lélis Teixeira.

Na delação com 39 anexos de Lavouras, o chefe da federação de ônibus explica como irrigava o bolso de pessoas poderosas no Rio em troca da criação de políticas públicas do interesse de seus negócios.

A compra de magistrados seria uma forma de garantir bons resultados judiciais.

A ministra do **CNJ Maria Thereza de Assis Moura** determinou uma devassa de um dia nos gabinetes dos magistrados a partir desta segunda-feira.

Durante a chamada 'correição', magistrados e técnicos

indicados pelo **CNJ** analisam documentos das varas para buscar indícios de irregularidades.

O procurador-geral de Justiça do Estado, o defensor público-geral e o presidente da seccional da OAB-RJ poderão acompanhar os trabalhos, se quiserem.

'Fica instaurada a correição extraordinária nos gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães, Cherubin Helcias Schwartz Junior, Guaraci Campos Vianna, Helda Lima Meireles, José Carlos Maldonado de Carvalho, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Mario Guimarães Neto; e no gabinete da juíza Roseli Nalin, todos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro', diz portaria do **CNJ**.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Saída para o impasse no tratamento dos precatórios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mailson da Nóbrega

Como tenho defendido neste espaço, os precatórios (obrigações do Estado decorrente de sentenças judiciais definitivas) não podem ser tratados como crédito de segunda categoria, como vem fazendo o Ministério da Economia. Tais obrigações têm a mesma característica dos títulos do Tesouro, isto é, são direitos líquidos e certos.

De fato, o devedor de ambos é o Tesouro. Penalizar os detentores de precatórios com o parcelamento compulsório por dez anos, via emenda constitucional, equivale a legalizar o calote. Poderia haver piora da percepção de risco do país, caso os credores da dívida pública federal se dessem conta de que seriam os próximos alvos. A taxa de juros de longo prazo subiria muito, prejudicando o Tesouro e a economia nacional.

O impasse em torno do tema deriva de má gestão do risco pela pasta da Economia. A Advocacia Geral da União defende a União e informa regularmente o ministério à medida que as sentenças são conhecidas. A maior parcela dos precatórios de R\$ 89 bilhões, a ser

incluída no Orçamento para 2022, se refere a ações judiciais de interesse dos Estados, por erros de cálculo nas transferências associadas ao Fundef (atual Fundeb). O Supremo Tribunal Federal começou a julgá-las há anos.

Houve, pois, tempo de sobra para buscar soluções. Poder-se-ia ter recorrido a negociações com os credores visando à obtenção de alongamento no prazo de pagamento, como previsto na Lei 14.057/20. Caberia rever gastos sem justificativa plausível, liberando espaço orçamentário, como são os casos do abono salarial, do salário-família e do seguro-defeso, que não se destinam necessariamente a segmentos menos favorecidos. E assim por diante. O ministro preferiu mostrar-se surpreso, recorrendo à metáfora do meteoro. A alegação é infundada. Como lembrou Henrique Meirelles, a ciência permite conhecer a trajetória de meteoros com anos de antecedência. De há muito, eles não surpreendem.

Por outro lado, ao dramatizar o supostamente imprevisto aumento nas despesas de condenações judiciais, o ministro se esqueceu de que houve aumento igualmente importante no volume das receitas do Tesouro por decisões judiciais. A principal causa do aumento das despesas foi a maior eficiência do Judiciário por causa da reforma do Código de Processo Civil e da ampla utilização do processo eletrônico nos julgamentos virtuais. No segundo semestre de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou tanto quanto levava cerca de doze anos. A taxa de êxito na defesa da União saltou de mais de 50% para 80% em matéria tributária, o que elevou em quase 80 bilhões de reais a arrecadação federal em 2019 (Dados do **Conselho Nacional de Justiça**).

Seja como for, é importante apontar como serão tratadas essas despesas. Restam poucos dias para o envio do Orçamento de 2022 ao Congresso. O prazo limite é o próximo dia 31. O secretário do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, mencionou recentemente uma solução típica de

contabilidade criativa, qual seja a criação de um fundo para pagar obrigações como as dos precatórios, a ser abastecido com receitas de dividendos, concessões, venda de imóveis e outros. Não seria problema se as operações transitassem pelo Orçamento, como se falou. Agora, se diz que a manobra teria sido descartada. Haveria trânsito pela peça orçamentária.

Nesse caso, o problema persistiria, pois o valor dos precatórios ocuparia espaço no teto de gastos. O secretário citou também a hipótese de os precatórios ficarem fora do teto, na linha de outras despesas que já o são, inclusive as despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral, o qual seria reajustado desde o exercício em que foi instituído, com vistas a dele excluir tais despesas.

Comenta-se que a medida abriria margem de R\$ 17 bilhões no Orçamento. A justificativa seria o caráter imprevisível dos precatórios. Embora isso não seja de todo correto, como acima comentado, é fato que os precatórios constituem despesa obrigatória sobre a qual o governo não tem ingerência alguma. Trata-se de obrigação que deve ser paga no valor e no prazo estabelecido pelo Judiciário.

Por tudo isso, ainda que excepcional, é preciso considerar a saída aqui indicada para o tratamento orçamentário dos precatórios.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Gabinetes de desembargadores serão inspecionados no Rio

O **Conselho Nacional de Justiça** determinou a inspeção em gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do tribunal de justiça do rio.

Eles são suspeitos de integrar um esquema de corrupção saber os detalhes com Leandro Rezende porque tudo começou Leandro com a delação de dois ex presidentes da federação das empresas de transporte.

De passageiros do rio sempre a fé transporte envolvida nisso né.

Pois é a março e são duas das delações de dois ex presidentes da fé transporte a mais recente é a delação do José Carlos lavouras que foi presidente dessa federação é importante aqui no Rio de Janeiro que está sempre envolvida em esquemas de corrupção acabam sempre aparecendo desde o começo da operação lava jato aqui no Rio na delação.

São o que ele fechou no começo desse ano ele disse que pagou onze milhões de reais em propinas em a magistrados aqui do Rio de Janeiro em troca de decisões favoráveis às empresas de ônibus a outra delação como eu disse é do Levis Teixeira.

Esse acordo foi fechado em dois mil e dezenove ele também relatou.

Ter pago propina a um desembargador que chegou inclusive a ser alvo de uma operação da polícia federal os dois ex presidentes foram alvo também de mandados de prisão em desdobramentos aqui das investigações da operação lava jato.

No Rio de Janeiro e aí março os esquemas de corrupção no setor de transportes do Rio de Janeiro eles não são raros e colocaram muita gente na cadeia aqui no estado só pra lembrar a operação ponto final em dois mil e dezessete.

Colocou de uma vez a cúpula da assembleia legislativa

do Rio de Janeiro toda presa foram três deputados muito importantes **presos** de uma só vez depois foram mais sete enfim.

Tudo com base em investigações a partir de esquemas de corrupção na área de transportes agora o que se espera que essa investigação do **CNJ** pode olhar para um tema pouco explorado que são esses indícios de corrupção no judiciário é claro.

A gente procurou o tribunal de justiça do Rio de Janeiro informou que não vai se manifestar sobre o assunto porque esse processo do **CNJ** corre em segredo de justiça Márcio Leandro Rezende com informações importantes do rio obrigado lembra.

E você vai ver a seguir comandante da polícia militar de São Paulo é afastado depois de postagens atacando parlamentares e o supremo tribunal federal.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Presos

Suspeita de corrupção no TJ-RJ: Desembargadores são investigados

Suspeita de corrupção levou ao judiciário a inspecionar gabinetes de sete desembargadores do tribunal de justiça do rio a Mariano Procópio tem os detalhes.

Essa inspeção começou nesta segunda feira segue até terça feira amanhã portanto no gabinete de sete desembargadores e tamanho de uma juíza daqui do tribunal de justiça.

Suspeitos de participarem de um esquema de corrupção que envolvia as empresas de transporte daqui do estado do Rio de Janeiro.

Que foi revelado em delação premiada pelo ex presidente da federação do transporte daqui do rio Lélío Teixeira segundo ele puxa Bart extratos receberiam dinheiro em troca de sentenças favoráveis.

Essa inspeção foi autorizada pela **corregedora nacional de justiça** Maria Tereza de Assis Moura o tribunal de justiça afirmou que não vai se manifestar já que o processo segue em segredo de justiça a gente volta pro estudo agora.

As cidades de Corumbá e Bela Vista na região do Pantanal em Mato Grosso do Sul estão sofrendo com incêndios olhei os últimos dias.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Corregedor(a)
Nacional de Justiça

Tribunal Regional do Trabalho do RN implanta laboratório de inovação

O tribunal regional do trabalho do Rio Grande do Norte.

Agora possuía um laboratório de inovação que vai reunir todos os projetos inovadores do tribunal já implantados e que ainda estão por vir.

Desde o começo do mês de agosto a partir de um ato da presidência do TRT RN passou a funcionar o laboratório de inovação do tribunal além de funcionar nas redes.

O laboratório já possui um espaço físico próprio e tem nome definido é o e novas JT vinte um o inova vai funcionar tendo como base o planejamento estratégico para o ciclo dois mil e vinte um dois mil e vinte seis.

Através de práticas inovadoras o objetivo é aperfeiçoar as atividades já conduzidas no âmbito da justiça do trabalho do Rio Grande do Norte.

O inova ele é um equipamento um mecanismo que foi implantado pelo TRT vinte um em atendimento a orientação do **Conselho Nacional de Justiça**.

O conselho nacional de justiça é criou uma rede de inovação.

A renova ajude e essa rede de inovação tem como objetivo é incrementar o atendimento à sociedade o meio da gestão da inovação cada poder **judiciário**.

O inova JT RN irá trabalhar com dois conceitos de inovação.

O primeiro é o de inovação de ruptura quando ideias cem por cento originais passam a ser aplicadas a rotina de trabalho já existente o segundo conceito é o de inovações incrementais.

Quando novos formatos de trabalho ou mesmo novos equipamentos que já existem em outros ambientes.

São introduzidos a um setor específico gerando

inovação aquela organização onde se está atuando no ano de dois mil e dezenove foi inaugurada na nova sede.

Dar é Jo da escola judicial até vinte um uma sala de inovação.

Essa sala da inovação tem um layout e totalmente adaptado e uma estrutura é que visa a adoção de metodologia.

Agas e interativas é não existe e a verticalização Leo trabalhar em mesas redondas onde se reúne pessoas de diversos níveis e era a os.

É um dos magistrados lado a lado com servidores pra propor e para agitar soluções e.

Que visem contribui para o desenvolvimento da instituição dentro do inova JT RN funcionarão três escritórios de projetos do próprio tribunal são eles o escritório de projetos institucionais.

O escritório de gestão de projetos de tecnologia da informação e comunicação e ainda o escritório de engenharia e arquitetura bem o escritório de gestão de projetos já existe no tribunal desde dois mil e quinze.

Mas ele só veio tomar tração no tribunal a partir de dois mil e dezoito quando a gente começou realmente a organizar o arcabouço de ideias.

E de ações e iniciativas né voltadas para adotar a meta a a gestão de projetos com uma ferramenta de gestão nosso principal foco hoje é disseminar a cultura.

Da gestão de projetos no tribunal por meio da ampliação da utilização da metodologia de gestão de projetos ou seja a gente pretende.

Treinar gerente de projetos treinar equipes treinar é todos os o as partes interessadas relacionadas à gestão de projetos disseminar a cultura de gestão de projetos e

sem dúvida nenhuma.

Trazer as ideias tirar as ideias do papel e implementar sobretudo ideias inovativas pra que a gente possa garantir a perenidade e um a ou e o nosso valor.

Perante como uma instituição pública para a sociedade está o escritório de gestão do projeto de ti que nasceu já alguns anos dentro do contexto da secretaria de Pete e aí mas recentemente é que apareceu aí a.

A o escritório ou na inovação recente agora ela não notou não oportunidade.

E aí com ele a gente veio é e se incorporando não é para apoiar para poder até monitorar essa iniciativa.

Agora a gente vai pro intervalo e na volta vamos conversar com o presidente da associação norte rio grandense de advogados trabalhistas Leidson Soares.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Judiciário

CNJ implanta versão 6.1 do Sistema Eletrônico de Execução Unificado

A atualização traz avanços, como a aproximação com a plataforma digital do Poder Judiciário. O sistema, adotado como política nacional pelo **CNJ** em 2016 centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ discute a proteção ao direito fundamental da liberdade de expressão no Brasil

No Segundo Encontro Virtual sobre Liberdade de Expressão, o debate teve como enfoque os povos indígenas.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNJ faz inspeção em gabinetes de 7 desembargadores do TJRJ suspeitos de integrar esquema de corrupção

Suspeita de corrupção levou ao judiciário a inspecionar gabinetes de sete desembargadores do tribunal de justiça do rio a Mariano Procópio tem os detalhes.

Essa inspeção começou nesta segunda feira segue até terça feira amanhã portanto no gabinete de sete desembargadores e também de uma juíza daqui do tribunal de justiça.

Suspeitos de participarem de um esquema de corrupção que envolvia as empresas de transporte daqui do estado do Rio de Janeiro.

Que foi revelado em delação premiada.

Pelo ex presidente da federação do transporte daqui do rio Lélío Teixeira segundo ele os bat estragos receberiam dinheiro em troca de sentenças favoráveis essa inspeção foi autorizada pela **corregedora nacional de justiça** Maria Tereza.

De Assis Moura o tribunal de justiça afirmou que não vai se manifestar já que o processo segue em segredo de justiça a gente volta pro estudo agora.

A cidade de Corumbá e Bela Vista na região do Pantanal em Mato Grosso do Sul estão sofrendo com incêndios olhei os últimos dias foram muito críticos muitos focos e dificuldade dos bombeiros em controlar as chamas.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Corregedor(a)
Nacional de Justiça

CNJ determina fiscalização em gabinetes de 7 desembargadores do TJRJ por suposto esquema de corrupção

E mais um conselho.

Nacional de Justiça

Aqui também ou está querendo investigar crimes.

Daqueles que têm a função de combater crimes para o nacional de justiça Reinaldo CNJ determinou a realização de uma inspeção extraordinária nos gabinetes de sete desembargadores e de uma juíza do tribunal de justiça do Rio de Janeiro.

Todos eles suspeitos de integrarem um esquema de corrupção a fiscalização começou hoje e vai se estender até amanhã procedimento conhecido como correição bola explicou aqui foi autorizado pela ministra Maria Tereza de Assis Moura **corregedora nacional de justiça.**

A medida atinge os gabinetes dos desembargadores Adriano Celso Guimarães Querubim Élcias Schwartz Júnior Guaraci Campos Viana é o dali mas Meireles José Carlos maldade de Carvalho Marcos Alcino de Azevedo torres.

E Mário Guimarães Neto e da juíza Roseli na linha.

Ou queridos é o seguinte.

É a suspeita de que você cometeu irregularidade evidência tem de ir lá tomar as devidas providências.

O estado combate crimes.

Não cometem crimes.

Está indo.

É isso aí.

Bolsonaro mantém ataques



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que não se pode 'aceitar passivamente' as prisões de aliados, casos do presidente do PTB, Roberto Jefferson; do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ); e do blogueiro Oswaldo Eustáquio, determinadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

'Foi preso, há pouco tempo, um deputado federal e continua preso até hoje, em prisão domiciliar. A mesma coisa um jornalista, ele é jornalista, é blogueiro, também continua em prisão domiciliar até hoje. Temos, agora, um presidente de partido. A gente não pode aceitar passivamente isso, dizendo: Ah, não é comigo'. Vai bater na tua porta', comentou, em entrevista à Rádio Regional FM 91, de Registro (SP).

Bolsonaro enfatizou, ainda, que 'não é justo' um magistrado da Corte determinar prisões por ser criticado e que os ministros deveriam 'tolerar' comentários. 'Se você acha que a crítica está exagerada, você entra na Justiça. Um ministro do **Supremo Tribunal Federal** mandar prender, isso não é justo. A crítica, por pior que seja, você tem de tolerar. A liberdade de expressão é

ampla, é garantida a todos nós', destacou.

Na sexta-feira, em mais um capítulo do tensionamento entre os Poderes, Bolsonaro protocolou, no Senado, um pedido de impeachment contra Moraes. Ele assegurou, também, que entrará com um pedido de impeachment contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do **STF** Luís Roberto Barroso.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Pacto por polícias 'nos trilhos da legalidade'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em meio ao aprofundamento da crise entre as cúpulas do Executivo e do **Judiciário**, governadores de 24 estados e do Distrito Federal expressaram, ontem, preocupação com a onda de manifestações de apoio de policiais militares ao presidente Jair Bolsonaro. No encontro, João Doria (PSDB), gestor de São Paulo, anunciou o afastamento, por indisciplina, do coronel Aleksander Lacerda, que chefiava o Comando de Policiamento do Interior-7 da PM do estado. Descumprindo o regulamento da corporação, que proíbe PMs da ativa de se manifestarem politicamente, o oficial foi às redes sociais para convocar 'os amigos' a participarem dos atos de 7 de setembro a favor do governo e contra o **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

A apreensão com a possibilidade de rebeliões e outros atos de indisciplina entre policiais militares foi um dos temas discutidos durante reunião do Fórum Nacional dos Governadores, realizada de forma semipresencial, do Palácio do Buriti. Em uma ata elaborada após o evento, os gestores informaram que, entre outras deliberações, firmaram o 'compromisso de manter as polícias nos trilhos da legalidade'. Aleksander Lacerda, o coronel afastado por João Doria, tinha sob suas

ordens um contingente de cinco mil policiais. Na última sexta-feira, ele foi às redes sociais para dizer que 'o caldo vai entornar' e 'liberdade não se ganha, se toma. Dia 7/9, eu vou'. Em outras postagens, o oficial da PM ofendeu o próprio governador João Doria, um dos principais adversários de Bolsonaro. O policial o chamou de 'cepa indiana'.

O coronel também fez postagens dizendo que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), é 'covarde' e que o novo secretário de Projetos e Ações Estratégicas do Governo de SP e expresidente da Câmara, Rodrigo Maia (sem partido), é 'mafioso'. Além disso, o PM postou críticas e ofensas ao **STF** ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e aos seus ministros. 'Sinto nojo do **STF**', escreveu Lacerda.

Em coletiva, Doria elogiou a PM paulista e anunciou o afastamento do coronel. 'Falei com o general João Campos, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e foi afastado das suas funções na Polícia Militar, o coronel Aleksander Lacerda, que atuava no comando de uma das unidades da PM, por indisciplina', disse o governador. 'Aqui no estado de São Paulo, nós não teremos manifestações de policiais militares na ativa de ordem política', frisou, acrescentando que o militar está, agora, à disposição da Secretaria de Segurança Pública.

Além do caso do coronel Aleksander, um outro episódio recente demonstrou o apoio aos atos de 7 de setembro entre policiais militares. No último domingo, o coronel da reserva da PM paulista e atual presidente da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, divulgou um vídeo nas redes sociais convocando policiais militares a se unirem em apoio às manifestações do Dia da Independência. Araújo, indicado para presidir a estatal por Bolsonaro, alerta que 'o comunismo' está 'querendo entrar de forma lenta' no país. Ameaças

Como o coronel da Ceagesp, policiais militares de todo

o país recebem uma atenção especial do chefe do governo, que, desde os tempos de deputado federal, vem estreitando as relações com esses agentes, indo a várias formaturas de praças e outros eventos. Oposicionistas o acusam de tentar arregimentar uma milícia armada para atacar as instituições democráticas.

Esses últimos episódios envolvendo policiais militares ocorrem no momento em que Bolsonaro e seus aliados, como o cantor sertanejo Sérgio Reis, vem insuflando apoiadores a fazerem um grande ato nacional, no 7 de setembro, para defender o voto impresso e ameaçar a realização das eleições de 2022, caso essa modalidade de votação não seja adotada.

Em um despacho, a Procuradoria-Geral da República (PGR) classificou a organização dos protestos como 'tentativa de levante', já que os envolvidos anunciaram que invadiriam e 'quebrariam' o **STF** caso ministros da Corte não fossem afastados.

Na reunião do Fórum Nacional dos Governadores, Ibaneis Rocha (MDB) disse que a polícia da capital federal é uma das melhores do país e que não há risco de algum comandante se envolver em polêmica parecida. 'Tenho certeza de que na nossa polícia não haverá nenhum tipo de insubordinação. Vamos atuar para que as manifestações que venham a ocorrer sejam feitas de forma pacífica', comentou. Coordenador do Fórum, Wellington Dias (PT), do Piauí, afirmou que as polícias dos estados agirão dentro da lei e conforme a Constituição determina.

Apenas os gestores do Tocantins, Mauro Carlesse (PSL), e do Amazonas, Wilson Lima (PSC) não compareceram.

Memória

Apoio ao **STF**

Na semana passada, governadores de 14 estados divulgaram nota em solidariedade ao **STF** alvo de ataques do presidente Jair Bolsonaro. "O Estado democrático de direito só existe com **Judiciário** independente, livre para decidir de acordo com a

Constituição e com as leis", destacou a nota. "No âmbito dos nossos estados, tudo faremos para ajudar a preservar a dignidade e a integridade do Poder **Judiciário**. Renovamos o chamamento à serenidade e à paz. "

Além do caso do coronel Aleksander, um outro episódio recente demonstrou o apoio aos atos de 7 de setembro entre policiais militares. No último domingo, o coronel da reserva da PM paulista e atual presidente da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, divulgou um vídeo nas redes sociais convocando policiais militares a se unirem em apoio às manifestações do Dia da Independência. Araújo, indicado para presidir a estatal por Bolsonaro, alerta que "o comunismo" está "querendo entrar de forma lenta" no país. Ameaças

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

Os riscos de motins



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Assim como as Forças Armadas devem cumprir seu papel constitucional e se afastarem de aventuras golpistas, as polícias militares não podem se render à insubordinação. Elas são pagas pela população para protegê-la, não para liderarem motins que objetivam retirar direitos e atacar as instituições. Se as lideranças policiais insistirem em abraçar as causas bolsonaristas e colocar a democracia em risco, cometerão crime. E terão de ser punidas com o rigor da lei.

Fez muito bem o governador de São Paulo, João Dória, em afastar um coronel que comandava sete batalhões da PM espalhados por 78 municípios do interior paulista. Por meio das redes sociais, ele convocou os policiais para a manifestação de Sete de Setembro em favor do presidente Jair Bolsonaro, criticou o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e chamou o tucano de cepa indiana do novo coronavírus e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de covarde.

Se não agirem com rigor, os governadores perderão o controle das polícias militares. À politização dentro dos quartéis se espalhou por completo, e muitos dos que estão à frente das tropas endossam o estilo autoritário

de Bolsonaro. Para os policiais, os chefes dos executivos estaduais, em sua maioria, estão mais preocupados em responder às instituições de direitos humanos do que em enaltecer o duro trabalho de quem enfrenta a violência nas ruas. Um discurso falso, alimentado pelo presidente da República para arregimentar seus seguidores fanáticos.

O risco de insubordinação das polícias militares é tamanho que integrantes das Forças Armadas, que rechaçam os movimentos de Bolsonaro por um golpe, fizeram chegar aos governadores a preocupação com o que pode acontecer. Teme-se que uma turba armada decida tomar as ruas acreditando que pode destituir políticos legitimamente eleitos pelo povo e invadir o Congresso Nacional e o **Supremo Tribunal Federal**. É preciso, portanto, limar o mal pela raiz o quanto antes.

Na reunião de governadores em Brasília, realizada ontem, a ameaça de motins organizados por policiais país afora ocupou parte do debate. A percepção é de que a situação é mais grave em estados governados por opositores de Bolsonaro, como Ceará, São Paulo e Pernambuco. Cientes do perigo, os chefes dos governos estaduais precisam desmontar rapidamente os movimentos. Não há espaço para vacilos. A autoridade e a obediência à lei devem prevalecer.

Aqueles que pregam o caos precisam botar a mão na consciência, pois, quanto mais turbulento for o quadro político, pior será para a economia. Quem vai aos supermercados sabe que os preços dos alimentos estão descontrolados. Com o desemprego nas alturas, sete em cada 10 famílias estão endividadadas e parte delas não consegue pagar contas básicas, como as de água e luz. A miséria se espalha pelas ruas. Portanto, há muito a ser feito para melhorar a qualidade de vida da população. O Brasil não pode se render a arruaceiros.

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Pacto por polícias 'nos trilhos da legalidade'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em meio ao aprofundamento da crise entre as cúpulas do Executivo e do **Judiciário**, governadores de 24 estados e do Distrito Federal expressaram, ontem, preocupação com a onda de manifestações de apoio de policiais militares ao presidente Jair Bolsonaro. No encontro, João Doria (PSDB), gestor de São Paulo, anunciou o afastamento, por indisciplina, do coronel Aleksander Lacerda, que chefiava o Comando de Policiamento do Interior-7 da PM do estado. Descumprindo o regulamento da corporação, que proíbe PMs da ativa de se manifestarem politicamente, o oficial foi às redes sociais para convocar 'os amigos' a participarem dos atos de 7 de setembro a favor do governo e contra o **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

A apreensão com a possibilidade de rebeliões e outros atos de indisciplina entre policiais militares foi um dos temas discutidos durante reunião do Fórum Nacional dos Governadores, realizada de forma semipresencial, do Palácio do Buriti. Em uma ata elaborada após o evento, os gestores informaram que, entre outras deliberações, firmaram o 'compromisso de manter as polícias nos trilhos da legalidade'. Aleksander Lacerda, o coronel afastado por João Doria, tinha sob suas

ordens um contingente de cinco mil policiais. Na última sexta-feira, ele foi às redes sociais para dizer que 'o caldo vai entornar' e "liberdade não se ganha, se toma. Dia 7/9, eu vou'. Em outras postagens, o oficial da PM ofendeu o próprio governador João Doria, um dos principais adversários de Bolsonaro. O policial o chamou de 'cepa indiana'.

O coronel também fez postagens dizendo que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), é 'covarde' e que o novo secretário de Projetos e Ações Estratégicas do Governo de SP e expresidente da Câmara, Rodrigo Maia (sem partido), é 'mafioso'. Além disso, o PM postou críticas e ofensas ao **STF**, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e aos seus ministros. 'Sinto nojo do **STF**', escreveu Lacerda.

Em coletiva, Doria elogiou a PM paulista e anunciou o afastamento do coronel. 'Falei com o general João Campos, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e foi afastado das suas funções na Polícia Militar, o coronel Aleksander Lacerda, que atuava no comando de uma das unidades da PM, por indisciplina', disse o governador. 'Aqui no estado de São Paulo, nós não teremos manifestações de policiais militares na ativa de ordem política', frisou, acrescentando que o militar está, agora, à disposição da Secretaria de Segurança Pública.

Além do caso do coronel Aleksander, um outro episódio recente demonstrou o apoio aos atos de 7 de setembro entre policiais militares. No último domingo, o coronel da reserva da PM paulista e atual presidente da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, divulgou um vídeo nas redes sociais convocando policiais militares a se unirem em apoio às manifestações do Dia da Independência. Araújo, indicado para presidir a estatal por Bolsonaro, alerta que 'o comunismo' está 'querendo entrar de forma lenta' no país. Ameaças

Como o coronel da Ceagesp, policiais militares de todo

o país recebem uma atenção especial do chefe do governo, que, desde os tempos de deputado federal, vem estreitando as relações com esses agentes, indo a várias formaturas de praças e outros eventos.

Oposicionistas o acusam de tentar arregimentar uma milícia armada para atacar as instituições democráticas.

Esses últimos episódios envolvendo policiais militares ocorrem no momento em que Bolsonaro e seus aliados, como o cantor sertanejo Sérgio Reis, vem insuflando apoiadores a fazerem um grande ato nacional, no 7 de setembro, para defender o voto impresso e ameaçar a realização das eleições de 2022, caso essa modalidade de votação não seja adotada.

Em um despacho, a Procuradoria-Geral da República (PGR) classificou a organização dos protestos como 'tentativa de levante', já que os envolvidos anunciaram que invadiriam e 'quebrariam' o **STF** caso ministros da Corte não fossem afastados.

Na reunião do Fórum Nacional dos Governadores, Ibaneis Rocha (MDB) disse que a polícia da capital federal é uma das melhores do país e que não há risco de algum comandante se envolver em polêmica parecida. 'Tenho certeza de que na nossa polícia não haverá nenhum tipo de insubordinação. Vamos atuar para que as manifestações que venham a ocorrer sejam feitas de forma pacífica', comentou. Coordenador do Fórum, Wellington Dias (PT), do Piauí, afirmou que as polícias dos estados agirão dentro da lei e conforme a Constituição determina.

Apenas os gestores do Tocantins, Mauro Carlesse (PSL), e do Amazonas, Wilson Lima (PSC) não compareceram.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Proposta de reunião por pacificação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Reunidos em Brasília durante o IX Fórum Nacional dos Governadores, 25 representantes dos estados e do DF defenderam a democracia e a união entre os Poderes. Embora tenham repudiado os ataques cada vez mais ferozes do presidente Jair Bolsonaro contra a cúpula do **Judiciário**, eles decidiram propor uma reunião com os chefes dos Três Poderes, em busca de diálogo para colocar fim ao clima tenso e instável.

'Vamos, a partir de hoje, encaminhar os documentos, as cartas e ofícios para, na próxima semana, incluir a nossa preocupação neste momento de instabilidade política pelo qual passamos', afirmou o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB).

Ele defendeu a harmonia entre os Poderes e disse que o ambiente político do país 'não está legal para ninguém'. O governador também espera que Bolsonaro esteja aberto ao diálogo. 'Pelo nível que o Brasil chegou, neste momento, das disputas institucionais, acredito que ele tenha essa atenção para com os governadores', ressaltou.

Na avaliação do governador do Piauí, Wellington Dias

(PT), a briga entre os Poderes é prejudicial ao país, pois afasta investimentos. 'Estamos aqui solicitando uma agenda como presidente da República em que o objetivo é demonstrar a importância para o Brasil de um ambiente de paz e serenidade. (Queremos) Criar um ambiente de confiança, que permita a atração de investimentos, geração de emprego e renda', destacou.

Na última sexta-feira, Bolsonaro protocolou um pedido de impeachment contra o ministro

Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**. É a primeira vez na história que um presidente pede a retirada de um ministro da Corte.

Bolsonaro tomou a iniciativa em reação à prisão do ex-deputado e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, seu aliado. Ele foi preso por ordem de Alexandre de Moraes, dentro do inquérito do **STF** sobre a atuação de milícias digitais. Além disso, o presidente não digeriu o fato de ter sido incluído, pelo magistrado, no inquérito das fake news.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

Em baixa, Mendonça ganha concorrentes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após mais de um mês de sua indicação oficial para ocupar uma vaga no **Supremo Tribunal Federal (STF)**, André Mendonça parece ter sido abandonado pelo presidente Jair Bolsonaro. O ex-ministro da Justiça e ex-advogado-geral da União iniciou uma jornada de conversas com senadores antes mesmo de ser escolhido para o posto - aberto com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello -, a fim de conseguir apoio na Casa.

Não há, porém, sequer uma data para a sabatina de Mendonça. O presidente do Senado, encaminhou a indicação dele para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa, mas o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), resiste em pautar a oitiva. Seria uma represália do político do Amapá à ofensiva do chefe do Planalto contra o Poder **Judiciário** e, em especial, ao STF. A depender da vontade dos parlamentares, esse processo deverá se arrastar por tempo indeterminado, já que não há previsão constitucional de prazo para apreciar o nome de um indicado à Suprema Corte.

Para Geraldo Tadeu Monteiro, cientista político da

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o travamento do processo é uma espécie de recado do Senado ao governo para demonstrar que o presidente Bolsonaro não pode governar sem o Congresso. Ele acredita que não há exatamente uma rejeição ao nome de Mendonça, mas uma vontade de mostrar ao chefe do

Executivo quem é que manda.

'Isso é uma demonstração óbvia e tardia de que a relação institucional é uma via de mão dupla. Bolsonaro age como se fosse uma relação de mão única, em que só ele seria beneficiado. Ele segue um político do baixo clero, apesar de estar na presidência, e não preza o diálogo. O Congresso sabe fazer valer suas prerrogativas. Você não precisa criticar ou reprovar, é só não votar', destacou.

A falta de apoio público de Bolsonaro está sendo avaliada como um desinteresse do presidente em tornar Mendonça um ministro do STF. A iniciativa do chefe do Executivo teria sido apenas para cumprir a promessa de indicar um ministro 'terrivelmente evangélico' à Corte.

Adversários

Nos últimos dias, novos nomes têm sido ventilados para o lugar que seria de Mendonça. Um deles é o de Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tem demonstrado interesse na vaga, ao se omitir em posicionamentos da Corte contra Bolsonaro. Outro nome possível é o de Augusto Aras, que deve ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República - a sabatina dele no Senado está marcada para hoje.

É o que explica Márcio Coimbra, cientista político e coordenador de pós-graduação em relações institucionais e governamentais do Mackenzie. Para o especialista, o tamanho do placar no Senado a favor da recondução de Aras poderá servir de prova ao Planalto de que tem força para passar por uma sabatina à Suprema Corte.

'Eu acredito que existe muita chance do Aras entrar no STE Na minha avaliação, Mendonça

está fora do jogo, e Aras vai mostrar o tamanho da força política dele no Senado. Se ele tiver ampla votação, isso vai ser importante para ser indicado ao **STF**', afirmou.
(IM)

Sem data

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, ontem, em evento da Secovi, sindicato patronal do mercado imobiliário, que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Davi Alcolumbre, não tratou com ele sobre a data da sabatina do ex-ministro da Justiça e ex-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) André Mendonça, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro ao **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Mais cedo, em entrevista a uma rádio paulista, Bolsonaro disse que a sabatina de Mendonça ocorreria nos próximos dias. O responsável por marcar o evento que chancela ou não a indicação é Alcolumbre, que tem "segurado" a pauta em meio a desentendimentos com o Palácio do Planalto.

"Pessoa fantástica"

O presidente Jair Bolsonaro disse, ontem, esperar que André Mendonça, indicado para assumir uma vaga no **Supremo Tribunal Federal (STF)**, seja sabatinado pelo Senado nos próximos dias. Em entrevista à Rádio Nova Regional, do Vale do Ribeira (SP), no entanto, o chefe do Executivo ponderou que as sabatinas são um julgamento 'muito mais político do que técnico', o que poderia complicar a aprovação. "André Mendonça é pessoa fantástica", defendeu o presidente, destacando o que chamou de saber jurídico e a religiosidade do indicado.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Aras perto da recondução



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: ISRAEL MEDEIROS » CRISTIANE NOBERTO

Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para mais dois anos no cargo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, será sabatinado, hoje, às 10h, no Senado. Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa decidirão se ele está apto a continuar na função. À expectativa é de que a sessão seja marcada por questionamentos sobre a atuação dele à frente da Procuradoria-Geral da República, especialmente sobre eventuais omissões em casos que poderiam impactar o chefe do Executivo e seus aliados.

A recondução de Aras, no entanto, é dada como certa entre os próprios senadores, apesar de ele não integrar a lista tríplice apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O PGR é bem-visto entre parlamentares por ter inviabilizado a Operação Lava-Jato e ter pedido a investigação de procuradores que integravam a força-tarefa.

Designado relator da sabatina na CCJ, Eduardo Braga (MDBAM) já havia adiantado ao Correio, na semana passada, que acredita na aprovação do nome de Aras.

Ontem, ele apresentou um relatório favorável à recondução. No documento, o senador enfatizou a carreira acadêmica e profissional do PGR, além de suas contribuições ao Ministério Público da União nas áreas ambiental, eleitoral, administrativa, criminal, social, educacional, entre outras.

Braga ressaltou, inclusive, ações de enfrentamento ao novo coronavírus, como a criação do Gabinete Integrado de Combate à Epidemia Covid-19 (Giac), 'que designou procuradores e promotores para atuar em todos os estados brasileiros'. No fim do relatório, disse haver elementos suficientes para aprovar a permanência de Aras.

A advogada constitucionalista Vera Chemin explicou que o procurador-geral não tem, necessariamente, a prerrogativa de fiscalizar o Executivo, mas deve se posicionar em casos em que há afronta a algum dos Poderes. 'A partir do momento em que ele recebe uma denúncia, uma notícia-crime, quando há a exigência constitucional de ele se posicionar, é obrigado a fazê-lo no prazo constitucional e legal', destacou. 'As críticas a ele por omissão em casos envolvendo o presidente da República têm se baseado nisso, na suspeita de que ele estaria se omitindo para proteger o chefe do Executivo e seu entorno. Ele pode se posicionar de ofício, mas, normalmente, atua por provocação.'

Para ser reconduzido, ele precisa passar pela CCJ e ter o nome aprovado em maioria simples, 41 votos, no plenário da Casa. Notícia-crime

O ministro Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, arquivou, ontem, o pedido dos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Fabiano Contarato (Rede-ES) para investigar Aras por suspeita de

, pois teria se omitido diante de condutas 'arbitrárias' de Bolsonaro.

Na decisão, Moraes apontou falta de indícios para a

abertura de inquérito, pois, segundo destacou, não havia elementos suficientes para enviar o caso ao Conselho Superior do Ministério Público, responsável por averiguar irregularidades de funcionários do Ministério Público. De acordo com o ministro, para configurar a prevaricação, é necessário que, além da vontade livre e consciente de realizar o ato, o funcionário público precisa demonstrar interesse em fazê-lo. Para o magistrado, esses elementos não foram encontrados na denúncia dos parlamentares.

No texto entregue ao Supremo, os senadores acusavam Aras de deixar de fiscalizar Bolsonaro com relação às declarações e condutas contra o sistema eleitoral; às ameaças à democracia brasileira; e às falhas no enfrentamento à pandemia. Segundo os parlamentares, ao receber as denúncias, o PGR apenas arquivou os pedidos. 'O procurador-geral da República assumiu papel de destaque nas tentativas de 'blindar' o presidente da República e seus ministros, impedindo a atuação de outros membros do Ministério Público Federal nessa fiscalização, em desrespeito ao princípio da independência funcional. De maneira inédita, o PGR enviou ofícios para os ministérios do governo federal solicitando que todas demandas enviadas por outros procuradores fossem reencaminhadas para o seu gabinete, onde seriam reavaliadas', dizia o texto.

Conforme expressado pelo doutor Antônio Augusto Brandão de Aras, a sua gestão à frente da Procuradoria-Geral da República tem procurado reforçar o papel do Ministério Público na solução de conflitos, atuando de forma extraprocessual e preventiva, sem renunciar de fiscalização"

Trecho do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Nas Entrelinhas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Carlos Azedo

Aos 32 meses de mandato, o presidente Jair Bolsonaro se depara com um cenário mórbido e nebuloso: a 'gripezinha' matou 575 mil pessoas, o país tem 14 milhões de desempregados e a inflação pode chegar a 9%, se não houver uma mudança de rumo. Deficit fiscal, insegurança jurídica e instabilidade política formam o tripé que afugenta os investidores. A janela de oportunidade da retomada da economia global está sendo perdida.

Os verdadeiros problemas do país são de natureza objetiva e exigem soluções criativas, exequíveis e amparadas por amplo consenso nacional. Em circunstâncias normais, diante da gravidade da pandemia e de suas sequelas, principalmente a iniquidade social, o presidente da República, o Congresso e o **Supremo Tribunal Federal (STF)** convergiriam suas decisões na direção dessas soluções. Mas não é o que acontece. Estamos na antessala de uma grave crise institucional, fabricada por Bolsonaro.

Seu problema não é falta de governabilidade - conta com o apoio do Centrão no Congresso. É a governança, 'a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções', segundo o Banco Mundial. Essa não é a praia de Bolsonaro.

A agenda do país é discutida em milhares de lives, pelos mais diversos públicos, que buscam saídas para a situação em que nos encontramos de olho no futuro. O presidente ignora tudo isso, empenhado em levar adiante um programa ideológico, que só empolga os setores mais reacionários da sociedade.

Mesmo os conservadores, que o apoiaram na eleição e participam do governo, têm uma agenda liberal voltada para os problemas reais, ainda que ignorem as questões sociais. Bolsonaro está governando apenas para seus seguidores fanatizados. A maioria dos ministros já se deu conta disso e se queixa do foco equivocado. O Palácio do Planalto é uma 'jaula de cristal', na qual Bolsonaro constrói um mundo só dele.

As atenções do país estão voltadas para as manifestações convocadas para o dia 7 de setembro, que são apoiadas por Bolsonaro. Não haverá desfiles militares por causa da pandemia, porém estão previstas concentrações de defensores da intervenção militar em muitas cidades. Até a semana passada, pretendiam parar o país, cercar Brasília, invadir e fechar o **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Como era de se esperar, os mais ousados, como o presidente do PTB, Roberto Jefferson, e o cantor Sérgio Reis já sofreram as consequências desse projeto sedicioso. Mas Bolsonaro, em solidariedade a eles, pediu o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, que investiga a atuação de grupos extremistas, e escalou mais um degrau no seu confronto com o Supremo.

Ontem, 23 governadores e dois vices se reuniram em

Brasília para discutir a situação e construir uma barreira de contenção à escalada da radicalização golpista. Querem um encontro com Bolsonaro para discutir a relação republicana entre os entes federados. Coincidentemente, o governador de São Paulo, João Doria, demitiu o coronel da Polícia Militar que comandava a corporação no interior paulista porque atuava nas redes sociais convocando para os atos de 7 de setembro e pedindo o fechamento do Supremo. Os governadores firmaram uma espécie de pacto para impedir motins nas polícias militares. O caldo de cultura para isso existe, foi fomentado pelo presidente. Ciclo fechado

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Enquanto segue o baile da política, a economia se deteriora a olhos vistos. O cenário é de menos crescimento e mais inflação. Os juros de longo prazo superaram 10% ao ano, segundo as taxas dos contratos futuros com vencimento em janeiro de 2031. As apostas para o crescimento em 2022 caminham para a casa de 1, 5%, uma taxa incapaz de gerar um volume expressivo de empregos. Para 2021, ainda prevalecem estimativas na casa dos 5% ou um pouco mais. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pode fechar 2021 em 7, 5%, muito acima da meta de 3, 75% deste ano

As reformas tributária e administrativa subiram no telhado. O que não passou até agora, provavelmente não mais passará. O Congresso não quer saber de remédios amargos. Bolsonaro também é negacionista na política monetária. O cobertor é curto, a política econômica deriva para o naufrágio. A alternativa que restou foi politizar o fracasso e pôr a culpa nos outros. Como não pode responsabilizar a oposição, culpa as instituições da República, principalmente o Supremo. É a velha cantilena de que a democracia não funciona.

"A maioria dos ministros já se deu conta disso e se queixa do foco errado. O Palácio do Planalto é uma jaula de cristal', na qual o presidente da República constrói um mundo só dele"

COLUNISTAS

Bolsonaro força a retirada da máscara



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: INGRID SOARES » MARIA EDUARDA CARDIM

Apesar de o país ainda não ter conseguido controlar a pandemia de covid-19 e de o Rio de Janeiro ter-se tornado o epicentro da variante Delta do novo coronavírus, Jair Bolsonaro voltou a pressionar o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para a derrubada da obrigatoriedade do uso de máscaras. Segundo o presidente da República, o assunto seria resolvido ainda ontem, mas, ao ser questionado, Queiroga afirmou que a medida só será tomada quando houver 'condições sanitárias seguras' para tal, sem indicar nenhuma data. O ministro foi duramente criticado, na semana passada, quando se colocou contra a obrigatoriedade da proteção em entrevista a um canal bolsonarista na internet.

Questionado por jornalistas durante agenda em São Paulo, Queiroga disse que a retirada da obrigatoriedade cairá 'quando nós tivermos as condições sanitárias seguras para isso'. Além disso, o ministro disse que se reunirá hoje com Bolsonaro para apresentar os primeiros resultados de um estudo sobre uma possível desobrigação do uso da proteção, encomendado pelo presidente da República ao Ministério da Saúde no

início de junho.

'O presidente Bolsonaro tem apoiado todas as ações do Ministério da Saúde, sobretudo a campanha de vacinação, e a consequência disso é o fim da pandemia da covid-19, que esperamos que aconteça em breve. Aí poderemos ser livres para ficar sem máscaras e voltar à nossa vida como era antes. Claro que todos nós queremos fazer isso o mais rápido possível, e eu vou conversar com o presidente amanhã (hoje) para apresentar para ele um esboço dos estudos que o Ministério da Saúde realizou desde quando o presidente fez essa demanda', explicou Queiroga.

A afirmação do ministro veio depois de Bolsonaro indicar, em entrevista à Rádio Nova Regional, do Vale do Ribeira (SP), que pretendia definir uma data, em conjunto com o Ministério da Saúde, para sugerir a desobrigação do uso de máscaras.

'Alguns países do mundo já adotaram (a desobrigação da máscara), liberou geral. Eu pedi um estudo para o Ministério da Saúde. Hoje (ontem), vamos reunir com o ministro (Marcelo) Queiroga para darmos uma solução para esse caso. A ideia é a seguinte: pela quantidade de vacinados, pelo número de pessoas que já contraiu o vírus. Quem já contraiu o vírus, obviamente, está imunizado também, como é o meu caso. Nós tornamos facultativo, orientamos que o uso da máscara não precisa ser mais obrigatório. Essa é a nossa ideia, que talvez tenha uma data, a partir de hoje (ontem), para essa recomendação do Ministério da Saúde', apontou.

Falácia

A afirmação de Bolsonaro não é confirmada por pesquisa científica pois quem contraiu o novo coronavírus não é considerado imunizado e corre risco de desenvolver formas graves - e até morrer - se pegar covid-19 pela segunda vez. Um estudo, com participação de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicado na revista científica Cell, indicou que a variante Delta, já detectada no Brasil,

pode aumentar o risco de reinfecções.

Com o esquema vacinal completo contra a covid-19, o risco de infecção, internação e morte pela doença cai, mas, ainda assim, diante da nova cepa - mais transmissível -, os especialistas ressaltam a necessidade da continuidade de adesão das medidas não farmacológicas. Alguns países até precisaram voltar atrás ao desobrigar o uso de máscaras - como os Estados Unidos, que retomaram a recomendação para uso da proteção em ambientes fechados.

Bolsonaro também voltou a dizer que o **Supremo Tribunal Federal (STF)** retirou seus poderes para agir durante a pandemia. Desde que a Corte decidiu, no ano passado, que estados e municípios tinham autonomia para implementar políticas de enfrentamento à crise sanitária, em conjunto com o governo federal, ele tem atribuído toda a culpa da crise sanitária aos governadores.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

General vê bravatas sobre o 7 de setembro



PODER / Governadores apresentam reunião em Brasília para criar comissão para definir os temas e se desdobram da gestão do governo federal. Proposta ganhou a atenção porque há a preocupação com o cumprimento das metas previstas no Acordo de Paris.

Unidos pelo meio ambiente

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O general Paulo Chagas, ex-candidato ao governo do Distrito Federal, não acredita em qualquer possibilidade de fechamento do Congresso ou do **Supremo Tribunal Federal (STF)** por grupos de bolsonaristas radicais no próximo 7 de setembro. A avaliação foi feita, ontem, em entrevista ao CB. Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Segundo ele, há muita bravata e discurso inflamado na redes sociais por parte dos apoiadores do presidente da República.

'É pior o silêncio do lobo do que o latido do cão', comparou Chagas. Por latido do cão, entenda-se a gritaria por conta das recentes decisões do ministro Alexandre de Moraes, que alcançara, o presidente do PTB, Roberto Jefferson, o cantor sertanejo Sérgio Reis e outros que vinham propondo gestos extremos contra o Congresso e **STF** 'Não acredito que irá acontecer', apostou o militar da reserva.

Para Chagas, a melhor solução contra a crise institucional fomentada por Bolsonaro é o diálogo. 'E se ninguém fizer isso, penso que as instituições mais vocacionadas para mediar conflitos são as Forças Armadas. É como se elas fossem o lado fiel da balança,

e, por isso, podem estimular o diálogo. Se a desordem tomar conta do Brasil, a missão cairá nas mãos das FAs, que vão estabelecer a lei e ordem, conforme prevê a Constituição', explicou.

Segundo o general, os militares deve ser imparciais, razão pela qual não devem tomar partido nas brigas da República. Ele se mostrou contrário às politização da caserna, tal como Bolsonaro vem forçando. E criticou a postura do ministro da Defesa, Walter Braga Netto.

'Embora não seja um político, está exercendo a função politicamente. Isso não é bom. Até porque dá a impressão de que ele (Braga Netto) tem poder de mobilizar o emprego das Forças Armadas para fins políticos, como deseja o presidente',

Essas são, fundamentalmente, as razões pelas quais não apoiará Bolsonaro em 2022. 'Embora eu não saiba dizer quem é a terceira via - o que será apontado pelas circunstâncias -, acho que todos que desejam o bem do Brasil precisam acreditar em um terceiro nome entre (o ex-presidente Luiz Inácio da Silva) Lula e Bolsonaro', disse.

As instituições mais vocacionadas para mediar conflitos são as - Forças Armadas. E como se elas fossem o lado fiel da balança, e por isso podem estimular o diálogo" Paulo Chagas, general da reserva

CB. PODER

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Limites da liberdade de expressão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em princípio, não há nada de mal em se defender uma ideia, por pior que seja. E a sociedade ganha com a divergência. O problema é que palavras podem levar a ações. E se essas ações levarem a resultados desastrosos (golpe de Estado, mortes na pandemia), há um bom motivo para cercear as palavras que incitam a elas, especialmente se o fazem com mentiras.

Não existe o direito de gritar “bomba!” num avião lotado, e quem o fizer lidará com as consequências. A discussão sobre o que é a “verdade” permite voos filosóficos infinitos, mas um Estado funcional precisa ter critérios práticos que o permitam fazer a distinção no dia a dia, inclusive para enquadrar algum discurso como mentiroso e perigoso.

Há sempre o risco de alargar demais essa categoria, mas nem por isso o Estado pode abrir mão de cercear alguns tipos de uso da linguagem, como, aliás, todos —inclusive os mais liberais— fazem. Assim, me parece um exagero declarar a morte da liberdade de expressão face às recentes decisões de **STF** e TSE.

Outro nível desse debate se dá na imprensa: a quem deve ser dado espaço para falar? Essa discussão surgiu com tudo na Folha com a volta de Leandro Narloch para o time de colunistas.

Considero irresponsável alimentar o ceticismo ambiental hoje em dia, haja vista os danos que mudanças climáticas já causam ao Brasil e que tendem a piorar. Contudo, é inegável que esse tipo de pensamento é forte no Brasil —talvez venha ganhando força. Além disso, esse discurso não irá embora mesmo se for limado da imprensa. Isso valia antes da internet. Na incapacidade de chegar ao público, o autor banido da mídia procuraria algo melhor a fazer. O sonho de asfixiar a opinião discordante por falta de público sempre teve um quê de autoritarismo, mas era, em tese, possível. Hoje não é mais.

Considerem o exemplo paradigmático de Olavo de Carvalho. Ao longo dos anos 1990 e 2000, ele foi desligado (ou se desligou) de cada publicação que o tinha como colunista: Época, O Globo, etc. Ficou só na internet e logo criou seus perfis nas redes sociais. Nem no Brasil morava. Sua influência na cultura brasileira foi menor por conta disso?

Pelo contrário: longe do debate público formal, o alcance de Olavo cresceu, sua imagem de outsider foi trabalhada e ele “formou” centenas de milhares de pessoas, que por sua vez influenciaram milhões. Talvez ele tenha até radicalizado ainda mais do que faria sob o olhar crítico da imprensa.

A imprensa não tem mais o poder de pautar o debate nacional. Ela participa dele, pode influenciá-lo, mas não define quem irá falar. Isso significa que não há escapatória: os dissidentes (que podem ser bons ou maus) encontrarão espaço para crescer.

Pensando assim, é bom ter as vozes mais inteligentes e que dialogam com os campos mais distantes engajados na conversa. Narloch traz argumentos baseados em dados. Não opera num mundo paralelo de negação dura da ciência e de teorias da conspiração. Por fim, até mesmo a dissidência equivocada por vezes corrige e aprimora a tese dominante, que hoje precisa persuadir e não mais apenas se afirmar.

Em ambos os casos que citei aqui —pessoas processadas pelo uso da palavra e formadores de opinião dissidentes tendo seu espaço questionado— o mesmo pano de fundo está dado: os limites da liberdade

de expressão se transformam à luz de uma revolução tecnológica que mudou a maneira como nos comunicamos, dando um poder inédito a todo cidadão munido de um celular. O aprendizado com as novas vozes que podem surgir daí é enorme, mas os riscos à estabilidade e aos valores comuns necessários a um Estado democrático de Direito também.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Interlocutores do BC descartam pressão contra autonomia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Reuters o Planalto respondeu que Bolsonaro é favorável à autonomia do BC.

O **STF** deve julgar nesta quarta (25) a validade da lei que deu autonomia ao BC e também estabeleceu mandatos fixos para presidente e diretores. Procurado, o BC não havia se manifestado até a publicação deste texto.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

BRASÍLIA | REUTERS O Banco Central vê barulho quanto ao efetivo apoio do Planalto à sua autonomia formal, sancionada em lei deste ano, mas não sente movimento ou pressão do presidente Jair Bolsonaro contra o status recém-adquirido, disseram à Reuters, sob a condição de anonimato, pessoas que acompanham o tema na autoridade monetária.

Os técnicos do BC perceberam a insatisfação do presidente quando o procurador geral da República, Augusto Aras, se manifestou no fim de abril pela inconstitucionalidade da lei que garantiu a autonomia do BC. Aras e o presidente são próximos.

Por isso, notícias de que Bolsonaro estaria arrependido por ter garantido a autonomia não causaram surpresa, dizem os interlocutores. Por outro lado, destacam que não houve pressão efetiva contra a instituição. A expectativa é que o **STF** chame a autonomia.

Na sexta (20), a agência de notícias Associated Press publicou que Bolsonaro confidenciou a interlocutores ter se arrependido da lei de autonomia, assinada em fevereiro.

Brasil está 'dentro do jogo' com inflação de 8% em 2021, afirma Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Thiago Resende

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta segunda-feira (23) que não há descontrole da inflação no país.

Estimativas de analistas do mercado financeiro, divulgadas pelo Banco Central, apontam que o IPCA (índice oficial de inflação) deverá superar 7% neste ano.

Em evento virtual com empresas do varejo brasileiro, Guedes disse que, quando a inflação 'sobe um pouco', há afirmações de que os preços estão se elevando de forma descontrolada.

'Não há descontrole. A inflação está subindo no mundo inteiro', afirmou. O ministro citou que a inflação nos Estados Unidos deve ser de aproximadamente 7%. 'A nossa ser 7% ou 8% também; estamos dentro do jogo', completou.

Guedes declarou que o Banco Central vai atuar para enfrentar a inflação.

'Temos que ter confiança nas nossas instituições.'

Ele voltou a dizer que há uma disputa política no país, mas que, em relação aos fundamentos econômicos, há avanços.

'É verdade que tem mais inflação, mas também tem mais crescimento, então tem mais arrecadação e menos déficit, porque nós estamos controlando as despesas. Então não vamos cair na tentação de transformar essa politização, antecipando as eleições, num diagnóstico de que o Brasil tem um colapso econômico, porque não é verdade', afirmou o ministro.

Ele destacou que dados como o de consumo de energia e de combustível sinalizam o vigor da atividade e que os fundamentos estão melhorando, inclusive do lado fiscal, em que apontou queda de despesas e a "explosão" da arrecadação, incluindo o número de julho que será divulgado nesta semana.

"É importante não nos deixarmos abater pelos pessimistas, não deixarmos nos abater pelos que estão politizando. Primeiro subiram em cadáveres para fazer política, agora que a vacinação em massa está avançando estão criando crises também, uma atrás da outra, só enfatizam o que está dando errado", disse.

"Ora, não podemos ser negacionistas em matéria econômica. Se o Brasil está crescendo 5,5%, se os investimentos estão aumentando, alguma coisa certa deve estar acontecendo também."

Guedes disse que, depois de errarem ao prever que a economia cairia perto de 10% em 2020 e ao duvidarem da recuperação em V, os críticos também falharão ao estimar que a economia não crescerá no ano que vem. "O Brasil vai mais uma vez desmentir as previsões dos pessimistas", disse, destacando que o país poderá crescer em 2022 em patamar semelhante ao deste ano.

Guedes voltou a chamar o aumento das despesas com precatórios (dívidas reconhecidas na Justiça) de

'meteoro'.

Segundo ele, a proposta de parcelar o pagamento dessas dívidas tem apoio de ministros do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, pois a medida não é uma inovação.

INCERTEZA POLÍTICA E FISCAL VOLTA A PUXAR BOLSA PARA BAIXO

Sem forças para acompanhar o bom humor dos mercados internacionais, o Ibovespa, principal índice acionário do país, encerrou em queda de 0,49%, aos 117.471 pontos. Na sexta-feira (20), o presidente Jair Bolsonaro protocolou um pedido de impeachment contra o ministro do **STF (Supremo Tribunal Federal)**, Alexandre de Moraes. As incertezas em relação ao Orçamento do governo para 2022 também seguem no radar dos investidores. Depois de um dia volátil, o dólar encerrou perto da estabilidade. A moeda caiu 0,07%, para R\$ 5,3810.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Sem trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Crescem as tensões em torno dos atos relacionados ao feriado do Dia da Independência, enquanto o presidente da República se mantém empenhado no conflito institucional e manifestações extremistas de seus seguidores vêm à tona.

Especialmente alarmante é o caso do coronel Aleksandro Lacerda, líder de sete batalhões da PM paulista, a fazer descarada pregação política em rede social, beirando a apologia da violência ao chamar sua audiência às ruas. 'Precisamos de um tanque, não de um carrinho de sorvete', escreveu, como noticiou O Estado de S. Paulo.

Trata-se de um policial militar de alta patente a desdenhar os limites e as responsabilidades da função - o que justifica seu afastamento imediato, determinado pelo governador João Doria (PSDB). Mais do que isso, reforçam-se os temores de politização das forças de segurança pública, entre as quais é conhecida a influência de Jair Bolsonaro.

Outros riscos parecem menos evidentes, mas não deixam de merecer atenção. Na sexta-feira (20), a

Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços de apoiadores do presidente, dos quais os mais célebres eram o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ) e o músico Sérgio Reis.

Este fizera ameaças ao **Supremo Tribunal Federal** em uma reunião privada, e sua fala acabou por vir a público. 'Se em 30 dias não tirarem os caras, nós vamos invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra'

Decerto é difícil precisar se uma declaração assim constitui mera bravata impensada -uma boçalidade protegida pela liberdade de expressão- ou se representa de fato uma incitação. Com ruralistas e caminhoneiros, o cantor planejava um ato em apoio a Bolsonaro e à bandeira do voto impresso.

Cumpra notar que a ação da PF foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, alvo de um pedido de impeachment apresentado pelo presidente, e pedida pela Procuradoria-Geral da República -numa exceção à costumeira complacência da instituição durante o mandato de Augusto Aras.

Já o mundo político ainda hesita em uma resposta mais dura aos arreganhos bolsonaristas. Não está claro, até aqui, como o Senado deliberará sobre a indicação de André Mendonça ao Supremo; o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), indicou que pretende dar nova chance a um encontro entre os chefes dos Poderes.

Reunidos nesta segunda (23), os governadores também preferiram uma atitude acomodatória, defendendo o entendimento entre as cúpulas de Executivo, Legislativo e **Judiciário** para superar a crise.

Percebem-se a cautela e a preocupação em não acirrar ainda mais os ânimos, mas acredite quem quiser em diálogo com Bolsonaro.

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Tom na crise de Bolsonaro preocupa até seus ministros mais bolsonaristas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Igor Gielow

SÃO PAULO O grau de agressividade do presidente Jair Bolsonaro em seu embate institucional com outros Poderes, particularmente o **Judiciário**, tem causado preocupação até entre os mais bolsonaristas de seus auxiliares.

Dois episódios envolvendo o secretário-geral da Presidência, general de exército da reserva Luiz Eduardo Ramos, exemplificam a alta octanagem da atmosfera do Palácio do Planalto.

Na segunda-feira da semana passada (16), Brasília vinha de um fim de semana no qual o presidente havia dito que entraria com um pedido de impeachment contra os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, do **Supremo Tribunal Federal**.

Mais: Bolsonaro avisou aliados de que iria pessoalmente protocolar o pedido no Senado, o que alarmou alguns de seus conselheiros.

A medida em si já seria extrema, alegaram, e fazê-la desta forma aumentaria uma crise que já é enorme.

Na segunda, Ramos teve uma conversa com o ex-deputado e ex-secretário de Governo da gestão Temer Carlos Marun (MDB), muito próximo do ex-presidente, sobre a tensão vigente - o ministro iria depor na quarta (18) na Câmara.

Dela surgiram dois relatos, com o resultado igual: a sugestão para que Temer aconselhasse Bolsonaro para baixar o tom da crise.

Para aliados do ex-presidente, a ideia foi um pedido de Ramos; para pessoas próximas do ministro, uma iniciativa de Marun, a partir da conversa.

De todo modo, Temer disse que não poderia ligar por iniciativa própria, lembrando que no passado Bolsonaro o procurou para pedir conselhos. Mas aceitou falar com Ciro Nogueira, da Casa Civil.

Ao ministro ponderou sobre a gravidade do ato e que, mesmo sendo algo previsto na Constituição, a entrega pessoal do pedido de impeachment deveria ser evitada.

Ciro então falou com Bolsonaro, que não baixou o tom, mas de fato abandonou a ideia do teatro no Senado.

Ao protocolar o pedido na sexta (20), o fez somente contra Moraes, o ministro que na condição de relator do inquérito das fake news e de atos antidemocráticos no Supremo tem punido bolsonaristas em sequência.

O próprio ataque do presidente foi uma resposta à prisão do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ocorrida na sexta retrasada (13). Depois disso, Moraes ainda foi à carga para coibir a organização de atos antidemocráticos no 7 de Setembro.

Em outro episódio ocorrido na terça (17), Ramos conversava políticos paulistas levados a seu gabinete como deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), vice-líder do governo no Congresso.

Num dado momento, os presentes comentaram um discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ramos relatou que o petista falava de Bolsa Família, medidas para recuperação da economia e combate à pandemia, enquanto Bolsonaro e os seus investiam sua energia na pauta do voto impresso.

As queixas do general são especialmente significativas porque ele é um dos soldados mais fiéis do bolsonarismo.

Nessa condição, aceitou perdas sucessivas de poder no Planalto. Primeiro, deixou a Secretaria de Governo para a Casa Civil, na esteira da crise militar de abril que mexeu as peças com a ida de Walter Braga Netto para a Defesa.

Depois, naquela que é a humilhação maior para o grupo que chegou ao poder em 2018 prometendo acabar com o que chamava de velha política, cedeu a Casa Civil para Ciro, expoente do centrão, o grupo associado à fisiologia a quem Bolsonaro se agarrou para tentar evitar um processo de impeachment.

Desta forma, se é possível especular se a preocupação de Ramos denota alguma insatisfação, até pela maior proeminência de Braga Netto no time bolsonarista do governo e pelo espaço reduzido da Secretaria-Geral, isso não se refletiu até aqui.

Ao contrário, Ramos permaneceu como conselheiro e animador de ideias radicais.

Foi dele a construção da live do dia 29 de julho, quando Bolsonaro deixou o país atônito ao fazer uma defesa do voto impresso e acusando umas eletrônicas de serem passíveis de fraude a partir de boatos.

A live gerou uma notícia crime do Tribunal Superior

Eleitoral contra Bolsonaro, que foi aceita por Moraes no Supremo, além de o colocar no rol de investigados no caso das fake news.

Além de ser visto por Bolsonaro como alguém que quer ver ao menos um de seus filhos preso, Moraes será presidir o TSE na eleição de 2022, o que explica a carga presidencial fgcada. &P

Assim como Donald Trump fez nos EUA, Bolsonaro busca numa inexistente fraude eleitoral a desculpa para algum tipo de ruptura institucional, o que vem sendo combatido pelo Supremo, por atores do mundo político e por governadores de estado.

Aparentemente, isso já provoca ruídos dentro do próprio governo.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

Ruralista acusado de financiar atos de Sérgio Reis chega à PF em tratores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mônica Bergamo

O presidente da Aprosoja Brasil (Associação dos Produtores de Soja), Antônio Galvan, chegou à sede da Polícia Federal em Sinop (MT) cercado de tratores. Ele foi se apresentar para depor após ser alvo de um mandado de busca e apreensão expedido pelo ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)** Alexandre de Moraes na semana passada.

Galvan é acusado de financiar os atos contra a Corte e a favor do presidente Jair Bolsonaro impulsionados pelo cantor Sérgio Reis. As manifestações estão marcadas para o dia 7 de setembro.

A casa do produtor rural foi alvo de ação de busca e apreensão pela Polícia Federal na sexta (20), mas ele não estava no local. A medida foi solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e inclui o cantor Sérgio Reis.

O ministro do Supremo ainda determinou outras três

medidas: os investigados estão proibidos de se aproximar no raio de um quilômetro da Praça dos Três Poderes, em Brasília, dos integrantes do **STF** e dos senadores; bloqueio imediato dos perfis de titularidade dos requeridos e bloqueio da chave Pix que estava angariando fundos para manifestações.

?Galvan é um dos citados em um novo inquérito aberto por solicitação da PGR para apurar o financiamento e o incentivo de ações contra a democracia e os poderes constituídos.

Os cantores Sérgio Reis e Eduardo Araújo e o caminhoneiro Marcos Gomes, conhecido como Zé Trovão, também estão no novo rol de investigados e sofreram buscas.

Reis entrou na mira do **STF** após defender o afastamento dos ministros da corte pelo Senado Federal.

Em uma das falas, que foi feita em reunião privada e veio a público, o cantor disse que 'se em 30 dias não tirarem os caras nós vamos invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra. Pronto. É assim que vai ser. E a coisa tá séria'.

O presidente da Aprosoja Brasil recebeu duras críticas por envolver a entidade na manifestação de 7 de setembro em apoio a Jair Bolsonaro.

Sérgio Reis almoçou com Bolsonaro e com Galvan, quando convocou o movimento do 7 de setembro em Brasília. Depois do encontro, ele enviou um áudio para um amigo, "Marcelão", em que detalhava o apoio.

Reis disse que se reuniu com 40 plantadores de soja, "os grandes do Brasil", e que eles tinham bancado "a ida de 400 índios para Brasília e eu, bancaram tudo e eu apresentei 400 índios para o Bolsonaro".

Os mesmos produtores pagariam os custos da manifestação de 7 de setembro. Segundo Reis, caminhoneiros parariam estradas. E foi além: os manifestantes invadiriam e "quebrariam" o **STF** caso o Senado não afastasse os magistrados da Corte em 30 dias.

A revelação de Reis rachou os produtores de soja. O ex-senador Blairo Maggi, terceiro maior produtor do mundo, afirmou que Galvan não poderia usar a entidade para apoiar o ato. Disse que uma paralisação de caminhoneiros seria "uma tragédia" e colocaria o Brasil "de joelhos".

A Aprosoja nega que esteja financiando o protesto.

Em nota, a entidade afirma que 'sempre defendeu de forma peremptória o Estado Democrático de Direito e o equilíbrio entre os Poderes da República e continuará a ter a mesma postura republicana'.

Diz ainda que "não financia e tampouco incentiva a invasão do **Supremo Tribunal Federal** ou quaisquer atos de violência contra autoridades, pessoas, órgãos públicos ou privados".

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Doria afasta coronel bolsonarista e faz alerta de infiltração nas polícias



Doria afasta coronel bolsonarista e faz alerta de infiltração nas polícias

Comandante de batalhões no interior havia convocado para atos em favor da presidente no 7/9

SP — O governador João Doria (PSDB) afastou um coronel da Polícia Militar de São Paulo, acusado de ter convocado policiais para atos em favor da presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 7 de setembro. Doria também fez um alerta de infiltração nas polícias, dizendo que há um risco de contaminação da tropa paulista.

O coronel, identificado como Alexandre de Souza, foi afastado da chefia do Comando de Policiamento do Interior 7, que cobre 78 cidades e 5.000 policiais de sete batalhões na área de Sorocaba.

Doria afirmou que o coronel havia convocado policiais para atos em favor da presidente no dia 7 de setembro, o que é considerado uma infração grave. Ele também fez um alerta de infiltração nas polícias, dizendo que há um risco de contaminação da tropa paulista.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Igor Gielow

SÃO PAULO O governo de João Doria (PSDB-SP) afastou um coronel da Polícia Militar que fez uma convocação para os atos bolsonaristas do 7 de Setembro, além de ter criticado o tucano, outros políticos e o **Supremo Tribunal Federal**.

Foi o mais grave incidente de bolsonarização no mais populoso estado do país, e Doria alertou outros governadores sobre o risco da infiltração em suas forças policiais.

Aleksander Toaldo Lacerda foi afastado da chefia do Comandado Policiamento do Interior 7, que cobre 78 cidades e 5.000 policiais de sete batalhões na área de Sorocaba.

'A Corregedoria da instituição, que é legalista e tem o dever e a missão de defender a Constituição e os valores democráticos nela expressos, analisa as manifestações recentes do oficial, que foi convocado ao

Comando Geral para prestar esclarecimentos', disse o governo em nota.

As críticas do coronel foram reveladas pelo jornal O Estado de S. Paulo, e constituem um degrau acima na percebida bolsonarização porque envolvem um oficial da ativa, com cargo de comando em São Paulo.

Doria tem insistido que não há contaminação na tropa paulista, mas o incidente acendeu um alerta no Palácio dos Bandeirantes.

'São Paulo tem orgulho da sua Polícia Militar, a mais bem treinada do Brasil. Indisciplina não será admitida na PM, que respeita suas regras e suas funções', disse o governador à Folha no começo da manhã.

Mais tarde, na reunião virtual com o Fórum Nacional de Governadores, o tucano voltou ao assunto ao relatar o afastamento do policial.

'Temos a inteligência da Polícia Civil, que indica claramente o crescimento desse movimento autoritário para criar limitações e restrições, com emparedamento de governadores e prefeitos', disse.

Em tom de alerta, o tucano afirmou: 'Creiam, isso pode acontecer no seu estado'

E apontou o dedo em direção ao Palácio do Planalto. 'O presidente flerta com o autoritarismo permanentemente, e muitos de seus ministros endossam isso. Nós, que fomos eleitos, temos obrigação de nos manifestar em favor da liberdade, do Supremo', afirmou Doria.

Ele lembrou que os bolsonaristas 'estimulam pessoas a ir armadas para as ruas'. Para Doria, o episódio ocorre 'num momento gravíssimo da vida nacional'.

O tucano foi um dos mais incisivos apoiadores da proposta de uma carta em defesa da democracia, feita

no fórum por Wellington Dias, o petista que governa o Piauí. 'O Brasil vive um momento tenso, precisa de um ambiente de diálogo', disse Dias.

Em redes sociais, o coronel Lacerda havia convocado 'amigos' para o 7 de Setembro bolsonarista.

Os atos em todo o país vêm sendo promovidos pelo presidente em meio à crise institucional com o **Judiciário** para angariar apoio.

Também criticou Doria, seu chefe no estado, a quem chamou de 'cepaíndiana', numa analogia com a variante delta do novo coronavírus.

Fez ataques a Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara que integrou o governo paulista na semana passada, ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e a ministros do Supremo.

Com efeito, todos estão na trincheira contrária à de Bolsonaro em disputas políticas.

Doria quer ser candidato à Presidência em 2022, e Pacheco é estimulado pelo cacique Gilberto Kassab (PSD) a entrar na disputa pelo seu partido.

O policial também apoiou a pauta do voto impresso, derrotada na Câmara, mas transformada abertamente em desculpa prévia de Bolsonaro para tumultuar o processo eleitoral do ano que vem.

Tudo isso ocorre no momento em que amarga grande rejeição nas pesquisas e se vê definindo em intenção de voto, numa corrida ora liderada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Oficiais da reserva da PM Paulista já haviam se manifestando em favor do ato. Foi o caso, como mostrou a coluna Painel, do notório bolsonarista Ricardo de Mello Araújo, ex-comandante do batalhão de elite Rota e hoje diretor-geral da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo).

A estatal federal, que teve a estadualização barrada por

Bolsonaro, é vista no governo paulista como um centro de difusão de apoio ao presidente. Ele já visitou o local, fazendo um discurso agressivo e sendo recebido com festa.

O movimento é acompanhado com discrição pelo governo Doria. A relação do tucano com a PM já teve altos e baixos, e é aberto o intuito bolsonarista de buscar manifestações de apoio na corporação.

Não só em São Paulo. Governadores de estados nordestinos liderados por opositores de Bolsonaro, como Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão, vivem em estado de alerta devido à penetração do Planalto em suas tropas.

Dois incidentes são mencionados sempre: o apoio que Bolsonaro deu ao motim da PM do Ceará no começo de 2020, quando resistiu a enviar forças federais a pedido do governo petista do estado, e a ação de policiais de Recife contra manifestantes contrários ao presidente, em maio.

Mais do que uma eventual ruptura com apoio do estamento fardado das Forças Armadas, o que preocupa mais especialistas no cabo de guerra que Bolsonaro insiste em manter com as instituições é a agitação de polícias estaduais.

O próprio Doria chamou isso de milicianização das PMs, ao acusar Bolsonaro da prática no episódio do motim cearense do ano passado.

Com seu discurso armamentista e a proximidade do seu clã familiar com o mundo das milícias de ex-policiais do Rio, o quadro envolvendo o presidente se desenha claro.

O 7 de Setembro deste ano ganha ares conflituosos com a crise em curso. Líderes políticos têm conversado entre si para tentar achar um meio de amainar a crise, como com o convite a Bolsonaro para conversar com os governadores.

Em São Paulo, Doria concedeu o uso da avenida

Paulista para os manifestantes pró-Bolsonaro porque eles fizeram o o pedido antes. A Justiça determina que apenas um grupo político ocupe a via por vez.

Creiam, isso pode acontecer no seu estado. Temos a inteligência da Polícia Civil, que indica claramente o crescimento desse movimento autoritário para criar limitações e restrições, com emparedamento de governadores e prefeitos

João Doria

governador paulista, a colegas em reunião virtual

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Rafael Robba - Alívio para maquiagem o verdadeiro problema



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Robba Advogado especialista em direito à saúde

Em decisão inédita, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou reajuste de -8, 19% para os planos de saúde individuais e familiares. Na prática, a mensalidade dos convênios dessa modalidade será reduzida.

Desde 2000, quando a ANS passou a regulamentar o índice máximo de reajuste aplicado aos planos individuais e familiares, nunca houve a fixação de um percentual negativo. Ao contrário, os percentuais divulgados pela agência sempre foram alvo de críticas e questionamentos judiciais por serem índices muito acima da inflação geral e sem a devida transparência. Tanto que, em dezembro de 2018, após sofrer uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), e ser alvo de uma ação civil pública, a ANS decidiu rever o método de cálculo para apuração dos índices de reajustes dos planos individuais e familiares, adotando critérios mais transparentes.

Embora seja uma boa notícia, a decisão da ANS

beneficia uma pequena parcela dos consumidores de planos de saúde.

Atualmente, pouco mais de 48 milhões de brasileiros estão vinculados a planos de assistência médica e hospitalar. Desse total, aproximadamente 81, 2% dos consumidores de planos de saúde pertencem a contratos coletivos, enquanto apenas 20%, que estão vinculados a contratos individuais ou familiares, terão o alívio na mensalidade com essa deliberação da ANS.

A fixação de um índice negativo se deve, em grande parte, a medidas tomadas durante a pandemia para evitar a contaminação dos beneficiários pela Covid-19, como suspensão de cirurgias eletivas e agendamento de consultas, e que geraram uma forte redução das despesas (a chamada sinistralidade) para as operadoras e, conseqüentemente, aumento dos lucros.

Esse cenário favorável às operadoras de planos de saúde não provocará, no entanto, redução de custos aos consumidores de planos de saúde coletivos, pois não há qualquer ingerência da ANS na fixação dos índices dos reajustes sofridos por esses beneficiários.

A frágil atividade regulatória da ANS, com relação aos planos coletivos, permite que os reajustes sejam fixados exclusivamente pelas operadoras de planos de saúde, sem que haja o controle ou a necessidade de autorização prévia da agência.

Essa liberdade para reajustar as mensalidades fez com que os planos coletivos se tornassem prioridade das operadoras, tanto que boa parte dessas empresas, há muito, já não comercializam mais planos individuais e familiares.

Ao fechar os olhos para os reajustes dos planos coletivos, a ANS parece desconsiderar que esses contratos são compostos por consumidores e que a defesa do consumidor, além de ser uma garantia fundamental, é um dos princípios da ordem econômica do nosso país, previsto na Constituição Federal.

Proteger e defender o consumidor é uma das finalidades institucionais da ANS. Suas omissões, no entanto, fizeram com que o Poder **Judiciário** se tornasse, aos olhos dos consumidores, a instituição capaz de combater abusos praticados pelas operadoras de planos de saúde.

Os planos coletivos não devem ficar imunes ao controle mais rigoroso do poder público. Sem esforços para sanar esse problema, o mercado suplementar permanecerá desequilibrado para grande parte dos consumidores.

[...]

"A fixação de um índice negativo se deve, em grande parte, a medidas tomadas durante a pandemia, como suspensão de cirurgias eletivas e agendamento de consultas, que geraram aumento dos lucros. (...) Esse cenário favorável não provocará, no entanto, redução de custos aos consumidores de planos de saúde coletivos"

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Moraes rejeita ação de senadores contra Aras, e subprocuradores acusam PGR de manobra



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes arquivou a notícia-crime apresentada ao **STF (Supremo Tribunal Federal)** por senadores contra o procurador-geral da República, Augusto Aras.

A ação apresentada por Fabiano Contarato (Rede-ES) e Alessandro Vieira (CidadaniaSE) pedia que Aras fosse investigado por prevaricação porque teria sido omissivo em relação aos atos do presidente Jair Bolsonaro. Moraes, porém, afirmou que é 'flagrante a ausência de justa causa' na petição e determinou o arquivamento do caso.

A decisão foi dada um dia antes da sabatina de Aras no Senado, marcada para esta terça (24). A tendência é que ele consiga os votos para confirmar sua recondução ao cargo. Os senadores afirmam que há motivos suficientes para que Aras seja investigado por prevaricação. 'Nesse contexto de acintoso ataque às instituições democráticas e às eleições livres, o que fez o procurador-geral da República? Nada', diz Contarato.

Senadores também acionaram o Conselho Nacional do Ministério Público para que a subprocuradora-geral Lindôra Araújo seja punida por ter dado um parecer contestando a eficácia do uso de máscara contra a Covid-19.

Por outro lado, chegou à corte nesta segunda (23) mais um pedido contra Aras. Um grupo de subprocuradores acionou o Supremo sob o argumento de que Aras manobrou a tramitação de uma notícia-crime contra ele apresentada ao CSMFP (Conselho Superior do Ministério Público Federal) para evitar que o caso seja julgado no colegiado.

A ação afirma que a equipe de Aras interceptou a representação ao retirá-la do conselho e enviá-la para análise do Senado. Os subprocuradores requerem que o Supremo determine que o conselho é o foro adequado para julgar a matéria. Matheus Teixeira

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Estudo mostra avanço de fake news no Facebook a partir de 2015



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Katna Baran

Páginas do Facebook classificadas como propagadoras de notícias falsas começaram a crescer em postagens e interações a partir de 2015, quando avança a pressão pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), evoluíram durante a campanha eleitoral de 2018, atingiram picos nos primeiros meses da pandemia, em 2020, e decaíram a partir do inquérito das fake news, do **STF (Supremo Tribunal Federal)**.

Essas são algumas conclusões de um estudo inédito de pesquisadores da Universidade Positivo, de Curitiba, envolvendo eleições, redes sociais e democracia. Os dois primeiros relatórios da análise -que ainda vai contar com outros enfoques- foram acessados com antecedência pela Folha.

O trabalho usa dados do CrowdTangle, aplicativo de navegação no Facebook que segue o conceito de posts mais populares, e abrange páginas consideradas produtoras e difusoras de fake news em relatório de abril de 2020 da CPMI das Fake News no Congresso.

O primeiro recorte do estudo analisou a fundo as publicações e interações de 27 perfis do Facebook desde 2010 até 2020.

Esse pequeno universo de páginas conseguiu, por meio de um total de 206,6 mil publicações, gerar 253,7 milhões de interações nas postagens ao longo do período analisado, sendo a grande maioria (87,9%) via curtidas e compartilhamentos.

O momento-chave para o crescimento desses perfis foi 2015, quando ganham corpo as manifestações pelo impeachment de Dilma, que deixou o cargo em agosto de 2016.

A evolução das páginas segue numa tendência de alta até que atingem um primeiro pico em outubro de 2018, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

O período de maior efervescência em número de postagens nas páginas compreende o início do mandato do atual presidente, em janeiro de 2019, e os primeiros casos de Covid-19 no Brasil, em março de 2020.

Já as interações sobre as postagens atingem o ápice logo após a Polícia Federal cumprir mandados no âmbito do inquérito das fake news, que apura produção de informações falsas e ameaças ao Supremo.

'Além do começo da pandemia, essa alta se dá em meio à saída do ministro [Sergio] Moro e trocas ministeriais na Saúde, o que gera outra visibilidade para as questões internas do próprio governo, gerando um reflexo na dinâmica das redes', afirma Eduardo Faria Silva, coordenador da Escola de Direito da Universidade Positivo e orientador do estudo.

Depois disso, ambas as bases de dados apresentam tendência de queda, mas tanto as postagens quanto as interações se mantêm em níveis altos.

Silva ressalta que a maior parte das páginas citadas no relatório da CPMI foram desativadas mesmo antes da

pesquisa. 'Do total de 843, 741 não existiam mais. E das 47 classificadas como de fake news, só restavam 27.

Isso demonstra um universo de permanente movimentação de contas nesse ambiente digital."

Mesmo com um número significativamente menor do que o inicialmente registrado pelo relatório, o especialista aponta que esses perfis conseguem formar uma bolha em torno de determinados temas.

'Esse universo de páginas é um ambiente que nem todas as pessoas conhecem, que tem um trânsito num determinado público e movimenta milhões de postagens e interações', explica.

Essa bolha citada por Silva é amplificada em uma segunda rodada da pesquisa, que tem como foco entender a dinâmica dos campos de influência política no Facebook.

Para isso, os pesquisadores analisaram quantitativamente as postagens e interações de 93 perfis classificados como de direita e de esquerda e que interferiram na dinâmica da eleição presidencial de 2018, conforme metodologia adotada pelo estudo.

Entre as páginas de direita estão algumas ligadas ao presidente, como a de seu filho, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos), e outras que se afastaram da base de Bolsonaro nos últimos anos, como a do MBL (Movimento Brasil Livre) e a da deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP).

Já do lado da esquerda, além das páginas vinculadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao ex-candidato Guilherme Boulos (PSOL), estão também perfis de veículos de comunicação, como a Mídia Ninja.

A partir desse exame, os pesquisadores constataram que os campos políticos de maior influência pela rede se inverteram ao longo dos anos no Brasil.

O ano de 2015 marcou a queda vertiginosa das páginas consideradas de esquerda e a ascensão expressiva da direita no número médio de seguidores de cada

postagem.

Apesar de os perfis de esquerda terem um maior número de publicações, os gráficos do estudo apontam que as interações sobre os conteúdos postados pelo grupo contrário passam a ser muito superiores a partir do final de 2016.

A dominância das repercussões do campo da direita se consolida com a eleição de Bolsonaro, dois anos depois.

Assim como se constatou na primeira parte da pesquisa, que abrangeu apenas páginas dedicadas à publicação de fake news, também há picos de interações no período da última campanha presidencial e no início da pandemia em 2020.

Silva ressalta que os dados coletados a partir de 2015 mostram que as redes sociais passaram a ter maior capacidade de mobilização do que veículos tradicionais de comunicação. "Os principais atores precisam ter as redes como elemento fundamental de suas estratégias, porque o que ocorreu no passado não é mais suficiente para gerar o convencimento do eleitor", avalia.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MÔNICA BERGAMO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MÔNICA BERGAMO

BARRIL DE PÓLVORA

As autoridades que temem uma insubordinação de policiais militares liderada por bolsonaristas já discutem o que consideram um elemento complicador em 2022: a desincompatibilização dos atuais governadores de estado. Eles devem deixar seus cargos em abril, ou seis meses antes das eleições, marcadas para outubro do próximo ano.

DE SAÍDA

A preocupação é que os vice-governadores que assumirão o comando dos estados não terão a mesma legitimidade e força para conter algum motim golpista.

DE SAÍDA 2.

Os atuais mandatários, sem a caneta na mão e envolvidos em uma campanha eleitoral, também perderão as condições de atuar de forma firme e preventiva. LINHA DIRETA Atualmente nos cargos, os

governadores, além de respaldados pelo voto popular, conseguem manter ligação direta com os comandantes das PMs, que já promoveram e com quem estabeleceram relações de confiança. Convivem com a tropa ao frequentar cerimônias e têm condições de mapear a origem de motins para evitar que ganhem corpo.

CLUBE

Em 2022, alguns dos mais experientes governadores devem deixar seus cargos para fazer campanha: os da Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará, Maranhão, Alagoas, Mato Grosso do Sul e São Paulo. CHAMA QUEM Em caso de um movimento golpista de apoio a Bolsonaro, quem teria legitimidade e coragem para assumir a liderança de um contragolpe, questionam-se alguns dos atuais mandatários e também autoridades do Congresso e do **Judiciário**.

PLANO AUGUSTO

O nome do procurador geral da República Augusto Aras com e ía a se consolidar como um plano B de senadores para ocupar a vaga de Marco Aurélio Mello no **Supremo Tribunal Federal (STF)**. O magistrado se aposentou em julho.

DAS CINZAS

O renascimento da candidatura do procurador geral é consequência do enfraquecimento do nome de André Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro para o cargo. Ele precisa ser aprovado pelos senadores, tarefa que ficou mais difícil depois que o presidente decidiu radicalizar como **STF** e pedir o impeachment do ministro Alexandre de Moraes. DAS CINZAS 2 Para que o nome de Aras vingue, no entanto, são necessários vários movimentos: Bolsonaro teria que retirar o nome de Mendonça e mandar o de Aras no lugar. E os bolsonaristas têm repetido que o presidente não fará isso já que prometeu a religiosos indicar um 'terrivelmente evangélico' como Mendonça para o cargo (Aras é católico). MELHOR

ASSIM Uma outra questão é o temor de que, com a saída de Aras da PGR, procuradores lavajatistas voltem a ganhar força no Ministério Público Federal. A proximidade da subprocuradora Lindôra Araújo com a família de Jair Bolsonaro também assusta certos setores políticos. Ela poderia vir a substituir Aras.

OLÊ, OLÁ

O jogo entre Brasil e Argentina pelas eliminatórias para a Copa do Mundo de 2022 terá a presença de 12 mil torcedores. A partida, que ocorre no dia 5 de setembro, será usada como teste para uma eventual retomada de público em eventos futuros em meio à vacinação e queda nas interações e mortes por Covid-19.

OLÊ 2

Segundo a Secretaria Estadual de Esportes, a vacinação não será critério para a entrada no evento. Os presentes, porém, terão que apresentar comprovante de diagnóstico negativo para a Covid-19 em exames realizados 48 horas antes do jogo. A partida ocorrerá na Neo Química Arena, na zona leste de São Paulo.

UNIDOS

A campanha Artistas pelo Pantanal arrecadou R\$2 milhões com a venda de obras de arte produzidas por nomes como Vik Muniz, Adriana Varejão e Nuno Ramos. O valor será destinado à aquisição de equipamentos e treinamento de brigadas de incêndio para atender àquele bioma. A iniciativa foi organizada pela rede Documenta Pantanal.

NA PAREDE

A mostra 'Acervo em Transformação: Doações Recentes' que será inaugurada no dia 27, no Masp, reúne 13 obras de artistas mulheres cedidas ao museu entre 2020 e 2021. Entre os doadores estão os patronos e conselheiros da instituição Rose e Alfredo Setubal, Teresa Bracher e Mônica e Fábio Ulhôa Coelho.

"Tô gata e coloquei a selfie pra jogar mesmo", escreveu

a apresentadora Mônica Martelli. Ela, a modelo Cara Delevingne publicou um retrato. A atriz Cacau Protásio postou uma selfie. "Se não gosta da minha cara, problema seu" disse

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

Estados cobram Planalto para conter crise



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Sem consenso em torno da divulgação de uma nota contra as ameaças feitas por Jair Bolsonaro à democracia, governadores de 24 Estados e do Distrito Federal decidiram ontem propor ao presidente e aos outros chefes de Poderes uma espécie de reunião de pacificação e de normalização institucional do País.

No encontro do Fórum dos Governadores, realizado em Brasília - com a maioria participando de forma virtual -, não faltaram críticas ao comportamento de Bolsonaro e foi unânime atese de que o atual clima de instabilidade política é prejudicial para todos. A ideia de divulgar um manifesto contra o presidente, no entanto, dividiu opiniões - o temor era que isso poderia ampliar o clima de instabilidade, sem resolver a situação.

Para sair do impasse e não deixar de mandar uma clara mensagem de insatisfação ao presidente, a ideia de um encontro com Bolsonaro e demais representantes de Poderes foi proposta pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). A sugestão foi tratada como uma espécie de tentativa final de restabelecer alguma normalidade no País e dar ao presidente uma espécie de 'saída honrosa' para recuar dos ataques contra

ministros do **STF** e das ameaças às eleições de 2022.

'Acho que temos de estabelecer que este é um País que tem eleitores do PT, do PSB, do MDB. Mas todos nós trabalhamos com uma única coisa: o bem-estar comum. Somos a favor de um País que merece um tratamento melhor das suas instituições para que a gente entre numa normalidade', disse o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Reação. O movimento dos governadores é uma reação às ações do presidente, que, nas últimas semanas, intensificou seus ataques a ministros do Supremo e do TSE, colocou em dúvida a realização das eleições e pediu o impeachment do ministro Alexandre de Moraes. Do lado oposto, governadores mais alinhados a Bolsonaro também reclamaram das medidas tomadas pelo **STF** mandando prender ou investigar aliados do presidente.

A divergência de visões ficou clara nas posições do governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL), que discordou da manifestação de protesto contra Bolsonaro, e do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que adotou um tom mais duro. 'O que temos o dever de fazer é defender a democracia, Moisés. E não silenciar diante das ameaças que estamos sofrendo constantemente', disse Doria.

Ele ainda demonstrou preocupação com as manifestações de Sete de Setembro. Ele relatou aos colegas a decisão de afastar o chefe do Comando de Policiamento do Interior-7 Aleksander Lacerda, ontem de manhã, após Estadão revelar publicações do coronel em rede sociais com críticas ao **STF**, ao próprio governador e insuflando a participação de 'amigos' nos protestos do Dia da Independência.

Doria foi além. 'Caminhoneiros estão sendo organizados por milícias bolsonaristas para fechar estradas. Há estímulo pelas redes para que militantes saia nas ruas armados. Isso não é defender a democracia. '

O prejuízo que a instabilidade política vem causando na economia foi um consenso da reunião. 'É notória a

repercussão desse comportamento do presidente para os investimentos no Brasil. Sem falar na sua postura autoritária de perseguidores Estados e de jogar no colo dos governadores os efeitos da política econômica', disse o governador da Bahia, Rui Costa (PT). O governador Wellington Dias (PT), do Piauí, pediu 'pacificação' e 'serenidade'.

Na reunião, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), propôs que seja criado um consórcio em defesa do Meio Ambiente, até como contraponto à problemática gestão federal para o setor.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

PEDRO FERNANDO NERY - Quem a Defensoria defende?



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: PEDRO FERNANDO NERY

Este mês se completaram oito anos do aniversário da controversa autonomia dada à

Defensoria Pública da União. A época, a presidente Dilma Rousseff tentou reverter a medida no Supremo, em processo em que pedia que a autonomia fosse considerada inconstitucional - sem sucesso. A autonomia contribuiu para aumentar seu custo, que subiu 50% acima da inflação na década passada, alcançando meio bilhão por ano. Há algum resultado palpável para a população nesse crescimento? Que futuro queremos para a Defensoria Federal? Com a autonomia, a Defensoria

Pública da União (DPU) deixou de ser um órgão do Executivo, passando a ter um status mais semelhante ao do MP. 'A prática dessa autonomia tem sido não para a finalidade do órgão, mas para concessão de benefícios. E o exercício da finalidade da autonomia para fins internos', criticou o ex-advogado geral da União Luís Adams. O caminho é buscado pelo lobby de outras corporações, que pleiteiam a autonomia financeira da

AGU, da Receita, da PF, das polícias civis.

O custo anual da DPU, hoje, equivale ao custo do pagamento do Bolsa Família a todas as famílias beneficiárias no Rio de Janeiro - a segunda maior cidade no programa. Ou, visto de outra forma, o aumento do gasto nos últimos anos equivale a uma São Luís em bolsas famílias. A tendência foi interrompida pelo teto de gastos, que fez com que a Defensoria mudasse sua sede no DF: de um prédio luxuoso, pouco acessível para os assistidos que usassem transporte público, para uma alternativa mais razoável e central.

É natural que a sociedade passe a debater mais qual deve ser o papel desse órgão tão nobre no pós-pandemia, ao qual constitucionalmente compete representar na Justiça os 'necessitados', defendendo direitos individuais ou coletivos. Minha preocupação principal é que o foco da Defensoria no âmbito federal não seja tanto os mais vulneráveis. Não que seja fácil, em um País com tantos tons de pobreza.

Mas é que, ainda que o trabalho da Defensoria seja gratuito, é natural que os mais miseráveis tenham dificuldade de acessá-la. A demanda pelo **Judiciário** tem relação com a renda, já que está relacionada com o próprio acesso à informação e com recursos financeiros para acionar o serviço: internet, telefone, passagens de ônibus.

Um estudo feito com dados do trabalho da DPU no Rio Grande do Sul mostrou que o órgão atendia mais pessoas com renda familiar acima de 3 salários mínimos do que pessoas com renda familiar de até 1 salário mínimo. Os critérios já mudaram um pouco, e aquele Estado não é exatamente representativo, mas a informação é preocupante. Os dados indicam também que boa parte dos atendidos são pessoas mais velhas (a pobreza é dominada pelos mais jovens) e que muitas pautas são previdenciárias (a pobreza é marcada pela dificuldade de acessar o mercado de trabalho formal).

É um desperdício a DPU atuar em pautas que, embora

não sejam de brasileiros mais ricos, poderiam ser tratadas pela advocacia privada. Ao contrário, pleitos de famílias miseráveis não fazem sentido do ponto de vista privado, porque não rendemo suficiente para honorários, e deveriam ser alvo da DPU. Voltamos ao Bolsa Família, com piso mensal de R\$ 40, bem menos judicializado pela DPU do que benefícios operados pelo INSS, com piso de R\$ 1. 100.

Não encontrei dados sobre a renda dos assistidos pela DPU em nível nacional. Mas encontrei a pesquisa nacional apoiada pela DPU com informações detalhadas sobre a posição, na distribuição de renda, dos seus próprios funcionários. Dados mais fartos sobre a renda dos servidores do que os servidos na pesquisa deve dizer algo sobre seu insularismo.

Seria ótimo se a Defensoria tivesse um protagonismo maior em questões de pobreza e distribuição de renda, seguindo uma via que o MP não tomou. No pós-pandemia, ampliar de forma ativa os seus esforços na população, no CadUnico, como fez no auxílio emergencial e na decisão pela renda básica de cidadania, seria positivo. O potencial é enorme. A sociedade pode discutir também, por meio do Parlamento, parâmetros para melhorar a focalização do seu trabalho e até a criação de um Conselho Nacional, nos moldes do **Judiciário** e do MP, instituindo uma supervisão que hoje ainda não existe.

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

A convocação do golpe



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Como os próprios organizadores têm alertado, o objetivo das manifestações bolsonaristas previstas para o dia 7 de setembro não é manifestar apoio ao presidente

Jair Bolsonaro. A convocação não é para expressar determinada posição política - defender, por exemplo, a aprovação da reforma administrativa ou do novo Imposto de Renda -, e sim para invadir o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e o Congresso.

'Vamos entregá-los (**STF** e Congresso) às Forças Armadas, para que adotem as providências cabíveis', disse um dos organizadores, que se apresenta como coronel Azim, em vídeo que circula nas redes sociais.

'Ninguém pode ir a Brasília simplesmente para passear, balançar bandeirinhas, tampouco ficar somente acampado', advertiu o coronel Azim. No vídeo, menciona-se que a ação do dia 7 de setembro está sendo coordenada por alguns militares da reserva, com experiência em formar grupamentos de pessoas. 'Vamos juntos adentrarmos no **STF** e no Congresso', disse.

Segundo os organizadores, os manifestantes bolsonaristas não admitem que lhes impeçam de entrar no **STF** e no Congresso. 'Iremos organizados e queremos entrar na paz, mas, caso haja reações, nós vamos ter que enfrentar, mesmo com a força. O que tiver lá para nos impedir nós poderemos atropelá-lo', avisou o tal coronel Azim.

Em nenhum país civilizado, esse tipo de convocação é considerado 'manifestação de pensamento' ou 'expressão de opinião política'. Trata-se não apenas de incitação à violência contra as instituições - o que já configura crime -, mas de convocação para o golpe. Os organizadores estão dizendo abertamente que querem fechar o Supremo e o Congresso, entregando-os às Forças Armadas.

Desmentindo quem tenta relativizar as ameaças bolsonaristas às instituições - estaria havendo, segundo essas vozes, uma criminalização da opinião -, o coronel Azim explicitou o objetivo dos manifestantes bolsonaristas no dia 7 de setembro. 'Eu não vou a lugar nenhum se não for para tomar atitude. Ficar no blá-blá-blá, no mimimi, dizendo vou fazer isso, vou fechar aquilo. . . isso aí não. Eu quero essa compreensão de todos os caminhoneiros', pediu no vídeo o militar da reserva. 'O mais importante é o nosso planejamento da ação. (. . .) Gente, chega de nós estarmos apenas amedrontando. '

As ameaças são gravíssimas pelo mero fato de terem sido feitas, e reclamam a atuação das autoridades correspondentes. Não se pode assistir passivamente à organização de uma manifestação cujo objetivo é invadir o Supremo e o Congresso, para 'entregá-los às Forças Armadas'. À agravar a situação, o presidente Jair Bolsonaro em nenhum momento desautorizou a convocação golpista. Ao contrário, tem fomentado a adesão popular aos atos bolsonaristas de 7 de setembro. Perante esse quadro, não basta a existência de um inquérito no **STF** para investigar organizações criminosas de ataque à democracia. E urgente que o

Congresso reaja e que o Ministério Público acione a Justiça, de forma a impedir a ação criminosa contra as instituições.

Impõe-se o realismo. Depois de tudo o que já foi divulgado, eventual tentativa de golpe no dia 7 de setembro não será nenhuma surpresa. Será a estrita realização das táticas e objetivos anunciados, repetidas vezes, por bolsonaristas.

A quem reclama de falta de liberdade de expressão, caberia sugerir que experimente fazer na Alemanha ou na Inglaterra o que os bolsonaristas estão fazendo aqui, anunciando a invasão e o fechamento da Corte Constitucional e do Legislativo. O respeito às instituições democráticas não é uma opção, e sim um grave dever, cujo descumprimento acarreta severas consequências.

No Brasil, tem havido uma irresponsável tolerância com atos contrários à lei, a consolidar uma sensação de impunidade. Veja, por exemplo, a atuação política nas redes sociais do coronel Aleksander Lacerda, afastado da chefia do Comando de Policiamento do Interior-7 da Polícia Militar de São Paulo. Polícia que faz política está fora da lei - e merece ser responsabilizada com rigor, sem nenhuma indulgência.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

PMs impulsionam atos contra STF nos Estados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vinicius Valfré / BRASÍLIA

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), determinou ontem o afastamento do chefe do Comando de Policiamento do Interior-7 da Polícia Militar de São Paulo, coronel Aleksander Lacerda. A decisão foi tomada após o Estadão revelar publicações do oficial em rede social com críticas ao **Supremo Tribunal Federal (STF)**, insuflando a participação de 'amigos' nas manifestações de 7 de Setembro, uma postura que tem se espalhado em ao menos seis Estados.

Em suas postagens, o oficial afirma que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), é 'covarde', que Doria é uma 'cepa indiana' e que o deputado Rodrigo Maia (RJ), recém-nomeado secretário de Projetos e Ações Estratégicas de São Paulo, é beneficiário de esquema 'mafioso'. 'No Estado de São Paulo nós não teremos manifestações de policiais militares na ativa de ordem política', disse Doria ontem.

A decisão de Doria é uma reação a algo que está longe de ser um caso isolado. Nas redes, proliferam as manifestações de policiais militares da ativa e da

reserva, com chamamentos para que participem em massa da mobilização de 7 de Setembro.

A convocação parte de policiais de patentes variadas, em diferentes Estados, conforme levantamento do Estadão. Na internet, a mobilização dos oficiais e praças ainda é reforçada por deputados-PMs, que têm em integrantes das forças estaduais suas bases de apoio. Há pessoal da ativa e da reserva incentivando manifestações em São Paulo, Rio, Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará e Paraíba.

A preocupação com os atos foi compartilhada na reunião que teve a participação de 25 governadores (mais informações na pág. A6). Na conversa, deixaram claro que não se trata de impedir a livre manifestação de expressão, direito garantido pela Constituição. Mas destacaram que o que tem marcado a organização dos atos é o caráter de apoio a uma ruptura institucional, com ameaças de invasão do **Supremo Tribunal Federal** e do Congresso. O medo de ruptura ligada às PMS faz parte do cenário traçado por oficiais-generais e ex-ministros da Defesa como Raul Jungmann, conforme revelou o Estadão.

A reportagem questionou a principal organização dos policiais, a Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares, se tem orientado a participação nos atos. A instituição declarou que 'ainda não deliberou'. Haverá uma reunião na próxima quinta-feira, e o tema poderá ser tratado. Ao contrário de integrantes da ativa, homens da reserva podem participar de manifestações.

A adesão de militares a atos pró-Bolsonaro no Dia da Independência ligou o alerta de governadores. No Rio, Eduardo Da Silva Marques Junior, o sargento Da Silva, não comanda batalhões, mas se comunica com um grande contingente. Tem mais de 162 mil seguidores no Facebook. No domingo, Marques Junior, que é da ativa, publicou uma foto em que aparece fardado ao lado do presidente Jair Bolsonaro. 'Soldados do Povo! Guerreiros por Natureza! 7 de Setembro será um grande

dia! Milhões de cidadãos de bem de todas as regiões do Brasil estão com o senhor!', escreveu o policial, que tentou ser vereador do município de Belford Roxo (RJ) na eleição de 2020.

Questionada se a publicação não feria as normas de conduta da corporação, a PM do Rio não se manifestou até a conclusão desta edição. O policial não respondeu aos contatos.

Assembleias. Em Santa Catarina, o subtenente Rudinei Floriano preside o Inmetro desde o início do governo de Carlos Moisés (PSL), em janeiro de 2019. As atribuições na autarquia não o impediram de se manifestar politicamente nas redes, onde chama Bolsonaro de 'mito' e ecoa críticas do presidente a ministros do Supremo. No Facebook, publicou vídeo de Bolsonaro convidando para a manifestação com os dizeres '7 de setembro eu vou' e 'vai ser gigante'. Floriano tomará posse como deputado estadual em virtude de um acordo político com o coronel Mocellin, que se licenciou da função. Floriano era o primeiro-suplente do PSL.

Protegidos pela imunidade parlamentar e livres dos limites do código de conduta das forças estaduais, deputados estaduais vêm convocando apoiadores. Na Paraíba, o cabo Gilberto Silva (PSL), recém-chegado ao Legislativo, é um deles. 'Quem vai dia 7? Acabou a democracia. Temos que lutar pela nossa liberdade', publicou. 'Faremos a maior manifestação da história deste país!', escreveu.

Na Assembleia do Espírito Santo, o capitão Assunção (PSL) é o principal representante do bolsonarismo. Ele tem usado as redes sociais para convocar apoiadores para uma manifestação no dia 7 que terá como bandeiras a volta do voto impresso e o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do **STF**. 'Chegou a hora do basta!', postou o capitão.

Em Santa Catarina, o deputado Sargento Lima (PSL) também tem pedido para que seus apoiadores compareçam. 'Chamar de gado é fácil. Difícil vai ser aguentar o estouro da boiada. Vai ser gigante em SC.' Questionados se, ao convocarem para manifestações,

também pedem para que militares da ativa compareçam, os deputados-PMs não responderam.

Núcleo das PMs, o incentivo à manifestação em favor do presidente por parte de militares da ativa é visto como pontual. 'Dentro de um cenário nacional, há uma sinalização para a generalização desses posicionamentos', disse ao Estadão o coronel Euler Chaves, presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das PMs.

Reação

'Aqui no Estado de São Paulo nós não teremos manifestações de policiais militares na ativa de ordem política. '

João Doria

GOVERNADOR DE SÃO PAULO

ANÁLISE: Fernando Luiz Abrucio e André Luis Nogueira da Silva

Governadores são fiadores da democracia

Após quase 40 anos da épica campanha das Diretas Já, os governadores se unem novamente para defender a democracia. Enquanto a mobilização de 1984, que uniu políticos de diversas matizes e inúmeros atores sociais, tinha como bandeira o retorno da democracia, o IX Fórum dos Governadores, realizado ontem, visa afiançá-la. O federalismo, tal como o Congresso Nacional e a Suprema Corte, também pode ser visto como uma instituição que pode garantir salvaguardas democráticas.

A criação de freios ao autoritarismo do presidente Bolsonaro tem se tornado cada vez mais importante. Desde o início do mandato, ele demonstrava que seu maior inimigo era a ordem política estabelecida pela Constituição de 1988, seja no campo das políticas públicas, seja por conta de suas estruturas

democráticas. Com a eclosão da pandemia, esse ímpeto tornou-se mais forte, e naquela época os governadores de boa parte dos Estados foram fundamentais para evitar que o País mergulhasse numa combinação de negacionismo com ditadura do governo federal.

Vive-se agora no pior momento do bolsonarismo, com a queda da popularidade presidencial e a instauração de uma crise de múltiplas dimensões - econômica, política e social. Novamente será necessário ter os líderes do governo estadual como parceiros do **STF** e, por enquanto, do Senado para segurar a boiada autoritária.

Esta movimentação das lideranças estaduais, que assume um caráter institucional, não significa apenas uma reação às ações autoritárias do presidente Bolsonaro. Ela também é uma reação ao ataque bolsonarista ao sistema federativo brasileiro. É uma defesa de um modelo de federalismo cooperativo, previsto pela Constituição e que foi construído de maneira incremental nos 30 anos seguintes.

Sair dessa encruzilhada federativa legada por Bolsonaro não será fácil, uma vez que a aposta do presidente é pelo confronto com as instituições democráticas como forma de manter-se no poder, o que pode ocorrer com a realização de uma eleição marcada pelo medo e terror, ou, ainda, por algum tipo de golpe.

Os governadores precisam se unir contra isso, porque sem democracia não haverá mais a sua função a zelar. É preciso enfrentar um presidente que jogou contra a democracia e a Federação ao mesmo tempo.

*

DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA USP,
PROFESSOR DA FGV-EAESP E COORDENADOR DA
ÁREA DE EDUCAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CEAPG)

DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
GOVERNO PELA FGV. SERVIDOR PÚBLICO E
PESQUISADOR DO CENTRO DE ESTUDOS EM

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO/FGV E DO
DEPTO. DE POLÍTICAS PÚBLICAS/UFRN

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

DIRETO DA FONTE - SONIA RACY



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Gira mundo

Pelo jeito, houve melhora nas relações entre Brasil e China. Marcos Troyjo, especialista em comércio exterior, somou: nesses primeiros seis meses de 2021, o comércio bilateral totalizou US\$ 71 bilhões. O maior da história do Brasil no relacionamento com... qualquer país.

E dos US\$ 37,5 bilhões de superávit do País, conseguidos no mesmo período, US\$ 26,6 bilhões se referem a exportações da China para cá.

Mundo 2

Hoje, o Brasil importa mais da Europa do que da ... China. As exportações brasileiras para toda Ásia, excluindo China, são equivalentes a soma de tudo que o Brasil vende para os EUA e a Argentina. Esses países são, respectivamente, o segundo e terceiro maiores destinos da exportações brasileiras.

O eleito

Márcio Kayatt foi escolhido por Bolsonaro para integrar o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo como juiz.

Na lista constavam também, os professores da USP Alamiro Velludo e André Ramos Tavares.

Nem nem

Rodrigo Pacheco declarou ontem, em evento no Secovi, não ver motivo para impeachment nem de Bolsonaro ou de qualquer ministro do **STF**. Na plateia, ouvindo atentamente, estava Fernando Capez, feliz por ter sido citado pelo presidente do Senado. Que se referiu, no início do seu discurso, ao livros que o diretor do Procon publicou.

Empréstimo de peso

Duas peças pertencentes ao município de SP entram nessa Bienal. São dois vasilhames cerâmicos com datação relativa dos séculos 17 e 18.

Um é parte do sítio arqueológico Casa do Itaim Bibi e foi coletado na década de 1980. O segundo, encontrado no município de Guarulhos pela arqueóloga Neide Guidon, pertence ao acervo do Centro de Arqueologia de São Paulo.

Cordel suspenso

Nascido no sertão do Ceará, Francisco de Almeida monta uma grande instalação na rotunda do CCBB RJ, como parte da exposição Brasilidade PósModernismo.

Diversas xilogravuras produzidas pelo artista serão suspensas, como um móbile, em alusão à literatura de cordel - usualmente composta de páginas soltas produzidas em trabalhos do tipo. A partir do dia 1º.

POLAROID

Aos 42 anos, Paulo Vilhena decidiu tomar novos rumos. O ator acaba de estreiar carreira musical com o coletivo

artístico Velotrollers, ao lado de Aramis Buratto e Nana Rizinni. Vilhena também se prepara para começar a filmar, no fim de setembro, o longa Carga Máxima, para a Netflix.

NA FRENTE

O cineasta Rodrigo Ribeyro - premiado em Cannes com o curta Cantareira - participa de encontro virtual com educadores da Rede Arte na Escola. Hoje.

Com quase 80 anos de história, a banda Demônios da Garoa retoma as apresentações no Bar Brahma. Hoje.

Luiza Helena Trajano participa de evento online com alunos da Universidade São Judas. Amanhã.

Correção: Em tempos de pandemia, a cidade mineira de Contagem se transformou, semana passada nessa coluna, em...Contágio.

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Ofensas a rivais de Bolsonaro motivaram afastamento de coronel



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: GUILHERME CAETANO

Ao convocar militantes às ruas para atos contra o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e a favor do voto impresso, o coronel da Polícia Militar de São Paulo Aleksander Lacerda adotou uma postura vedada a oficiais da ativa. Policiais não podem fazer comentários públicos de motivação político-partidária. Ontem, ele foi afastado por indisciplina, conforme antecipou o colunista Lauro Jardim.

O afastamento, determinado pelo governador do estado, João Doria (PSDB), não significa demissão. Para que o comandante seja retirado da corporação, é preciso que o comando da PM instaure um inquérito policial militar e apure possível cometimento de crime. O processo interno pode determinar perda de patente ou mesmo prisão.

O caso foi revelado pelo jornal 'O Estado de S. Paulo', segundo o qual o coronel fez publicações convocando amigos para manifestações de rua a favor de Bolsonaro. Nas redes sociais, ele fez ataques ao Supremo, chamou Doria de 'cepa indiana', o presidente do Senado,

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de 'covarde', e o deputado Rodrigo Maia (sem partido-RJ), nomeado para a secretaria de Projeções e Ações Estratégicas do Estado de São Paulo, de beneficiário de um esquema 'mafioso', segundo o jornal.

Antes de ser afastado, Lacerda comandava cerca de 5 mil policiais em 78 municípios da região de Sorocaba, no interior do estado.

Durante coletiva de imprensa, ontem pela manhã, Doria afirmou que a decisão de afastar o oficial foi tomada conjuntamente com o general João Campos, secretário de Segurança Pública.

Não teremos manifestações de policiais militares na ativa de ordem política. Não admitiremos nenhuma postura de indisciplina, como foi feita pelo coronel Aleksander - disse o governador paulista, sem informar quanto tempo vai durar o afastamento.

Em nota, comandante-geral da PM, coronel Fernando Alencar Medeiros, informou que a Corregedoria da instituição 'analisa as manifestações recentes do oficial, que foi convocado ao Comando Geral para prestar esclarecimentos'.

OFÍCIAS DA RESERVA

Enquanto a manifestação de policiais da ativa é proibida, quem já passou para a reserva não enfrenta essa restrição. O coronel da reserva Ricardo Mello Araújo, diretor do Ceagesp e aliado de Bolsonaro, gravou vídeo convocando veteranos da Rota aos atos de 7 de setembro. O coronel da reserva Homero Cerqueira, indicado para presidir o ICMBio, compartilhou chamamento às manifestações.

Pesquisa publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em junho de 2020 mostrou que cerca de 25% dos praças e 17% dos oficiais da PM interagem em ambientes bolsonaristas radicais nas redes sociais. Em abril, uma pesquisa elaborada pelo instituto de pesquisa

Atlas a pedido da revista 'Época', mostrou que 71% dos PMs declararam ter votado em Bolsonaro em 2018, e, desse total, 81% disseram que continuavam contentes com a opção.

OUTROS ESTADOS VIVERAM DESVIOS DA PM CEARÁ

Em fevereiro de 2020, policiais militares do Ceará entraram em greve. Durante o motim, a crise de violência culminou com 241 pessoas assassinadas em nove dias no estado. A Constituição proíbe a paralisação da PM, mas o movimento teve como uma das lideranças o deputado Soldado Noélcio (PROS), membro da base bolsonarista no estado. Cem PMs foram afastados da corporação.

PERNAMBUCO

No dia 29 de julho, durante protestos contra o presidente Jair Bolsonaro que ocorreu em todo o país, PMs do Recife agiram por conta própria contra manifestantes. Dois transeuntes que sequer participavam dos atos foram atingidos por balas de borracha, perdendo parte da visão. O comandante-geral da corporação pediu exoneração e outros dois oficiais foram afastados, assim como os cinco agentes envolvidos na ação.

BAHIA

Insuflados pelas redes sociais bolsonaristas, PMs da Bahia protestaram contra o comando da corporação após o soldado Wesley Góes ser morto por agentes do Bope depois sofrer surto psicótico e disparar seu fuzil, em março, em Salvador. O deputado Soldado Prisco (PSC) quis associar decretos do governo de restrição à pandemia à morte do PM - antes de atirar na direção do Bope, ele gritou não querer "prender trabalhador".

GOIÁS

Em 31 de julho, um policial goiano parou um professor petista que exibia em seu carro uma faixa chamando o presidente Jair Bolsonaro de genocida, numa

associação às mortes por Covid-19. O militar, que foi afastado das ruas para responder processo interno, usou como argumento para prender o professor a Lei de Segurança Nacional, criada na época da ditadura e revogada este mês pelo Congresso.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Evangélicos e aliados pressionam por Mendonça



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: PAULO CAPPELLI, JULIA LINÍ)NER E THIAGO PRADO

Lideranças evangélicas e parlamentares da base aliada do governo aumentaram a pressão para o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), dar andamento à indicação do ex-advogado-geral da União André Mendonça para o **Supremo Tribunal Federal (STF)**. No final da semana passada, o senador decidiu segurar a tramitação do processo por tempo indeterminado.

Maior interlocutor do presidente Jair Bolsonaro no segmento religioso, o pastor Silas Malafaia deve ir a Brasília amanhã para conversar com Alcolumbre sobre o tema. Desde que Bolsonaro prometeu que indicaria alguém 'terrivelmente evangélico' para o **STF**, Malafaia é quem mais atua para emplacar Mendonça na Corte.

Estarei em Brasília de quarta a sexta para falar com o senador Davi Alcolumbre. Sempre nos demos bem, ele é de um estado, o Amapá, com cerca de 40% da população composta por evangélicos - adiantou o pastor.

A decisão de Alcolumbre ocorreu na sexta-feira, mesmo dia em que Bolsonaro apresentou um pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Alexandre de Moares, mesmo após o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já ter deixado claro que era contra a medida e que ela não deverá contar com o apoio da maioria do plenário.

As reivindicações governistas devem se intensificar a partir de hoje, para quando está marcada a sabatina do procurador-geral da República, Augusto Aras, na CCJ. Ao fim da tramitação, a pauta do colegiado estaria livre para a apreciação do processo do ex-advogado-geral da União. De acordo com pessoas próximas a Alcolumbre, porém, o senador segue determinado em sua posição, sem dar sinais de recuo.

Para o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), André Mendonça sofre 'bullying'.

Acho que é bullying punir o indicado (do presidente Jair Bolsonaro) por conta do ambiente político. Não querem defender a normalidade entre as instituições? O nome do André Mendonça tem que ser pautado disse Gomes.

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que tem ajudado na campanha de Mendonça, criticou a demora na apreciação de seu nome e lembrou que o atraso provoca um desfalque no plenário do Supremo. Marco Aurélio Mello se aposentou em julho e, desde então, sua vaga está aberta.

Estamos com um ministro a menos no **STF**. Não tem motivo para não pautar. O Senado tem obrigação de sabatar e pautar o nome que o presidente indicou - criticou Soraya.

Outra parte da alagovernista, entretanto, considera que é melhor deixar o clima arrefecer para que a CCJ analise o processo de Mendonça. Para Marcos do Vai (Podemos-ES), por exemplo, qualquer nome indicado pelo presidente da República neste momento acabaria

tendo tantas dificuldades quanto Mendonça.

No momento, qualquer um que for indicado pelo Bolsonaro vai sofrer essa pressão, então não é algo pessoal contra o André Mendonça. Ele é excelente, mas o momento casou com o pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes e com a CPI da Covid criando narrativas contra o presidente - disse Marcos do Vai.

Humberto Martins retoma campanha para o **STF** > Como caminho de André Mendonça para o **Supremo Tribunal Federal (STF)** ganhando obstáculos, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, voltou a trabalhar intensamente para se viabilizar como alternativa para a vaga da Corte, informou a colunista do GLOBO Bela Megale. O magistrado sabe que não terá novas chances, já que ele corre contra o tempo. Em 7 de outubro, Martins completa 65 anos e, com essa idade, não poderia mais tomar posse como ministro do Supremo.

Para não se indispor com Bolsonaro, o magistrado não quis assinar a nota que o STJ emitiu para expressar preocupação com o pedido de impeachment do ministro do **STF** Alexandre de Moraes, feito pelo presidente. O comunicado foi emitido em nome do tribunal, mas sem a assinatura do presidente da Corte.

Além disso, Martins tem marcada presença em agendas de Bolsonaro, inclusive fora de Brasília.

A única chance de o magistrado ocupar a vaga que tanto sonha é ser indicado e empossado em menos de dois meses no **STF**. Para isso, Martins, que chegou a tomar a dianteira na disputa e ser o nome favorito do senador Flávio Bolsonaro (PatriotaRJ), tem procurado interlocutores do governo Bolsonaro e senadores, em especial do MDB, partido com que tem mais proximidade.

Martins é conterrâneo do cacique da sigla, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), inimigo da família do presidente. A proximidade entre ambos foi um fator decisivo para que Bolsonaro preferisse indicar

Mendonça. Há meses, Mendonça tenta uma conversa com Renan Calheiros, que não o recebeu e nem mostra disposição para isso.

Após Bolsonaro apresentar o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes ao Senado, a situação de seu indicado ficou ainda pior. O presidente da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse a parlamentares que não pautará a indicação de Mendonça para o Supremo até Bolsonaro distensionar relação com os demais poderes.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

As causas do desvario



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há inúmeras razões que ajudam a explicar os cada vez mais frequentes desatinos de Bolsonaro - a própria índole, o comportamento dos filhos, a variante Delta, o desemprego, a inflação, a crise hídrica, a CPI da Covid, cujo relatório final não deixará de responsabilizá-lo, e, enfim, os 160 processos em que a AGU tem como tarefa defendê-lo.

Isso sem falar na série de derrotas, como a do voto impresso, a prisão de Roberto Jefferson, a operação contra aliados, determinada pela Procuradoria-Geral da República, as seis multas por não usar máscara, os incômodos aliados, como o indescritível Sérgio Reis, e principalmente sua inclusão como investigado no inquérito das fake news, que tramita no **STF** e tem como relator o ministro Alexandre de Moraes. O objetivo, como se sabe, é apurar se Bolsonaro cometeu crime ao alegar ter indícios fortes de fraudes nas eleições de 2018 - e não apresentá-los.

Porém o que mais deve estar lhe tirando o sono é a incessante perda de popularidade, ameaçando sua pretendida reeleição. Segundo pesquisa XP/Ipespe, num dos cenários Lula teria hoje 40% das intenções de

voto ante 24% de Bolsonaro, levando, portanto, a vantagem a saltar de 12 para 16 pontos percentuais. Também as avaliações negativas do atual governo aumentaram de 52% para 54%. Em outubro de 2020, não passavam de 31% os que consideravam a gestão do presidente ruim ou péssima.

Mesmo levando em conta o cenário atual, que pode ser atenuado por uma ajuda emergencial que já mostrou resultados positivos, a perspectiva não foi suficiente para acalmar presidente. Não impediu a ação destemperada contra o ministro Alexandre de Moraes, desaconselhada por seus assessores, que provocou uma onda de indignação, iniciada com uma nota do **STF** repudiando o pedido de impeachment.

Logo em seguida, vieram os protestos do STJ, das associações dos magistrados e dos juízes federais, além de um grupo de dez ex-ministros da Justiça e da Defesa e das notas de dez partidos. Também Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, que deve julgar a ação, declarou não 'antever critérios jurídicos e políticos' para aprová-la. Quer dizer, não deve dar em nada.

Não faz muito tempo, almas de boa vontade chegaram a acreditar num milagre da transformação. Se Jesus foi capaz de fazer água virar vinho, achavam que, com esse nome, Jair Messias, que fala de Deus como se fossem íntimos, poderia virar o Bolsonaro paz e amor, esquecendo que ele é como os talibãs e os escorpiões - da mesma natureza, não mudam, têm o mesmo DNA.

Como Moraes será o presidente do Tribunal Superior Eleitoral por ocasião das eleições de 2022, restará a Bolsonaro usar a coincidência para reforçar a teoria conspiratória segundo a qual o ministro, ao lado das urnas eletrônicas, atuará para impedir sua reeleição.

Em meio a estes tempos diatópicos, uma rara imagem alvissareira: Marieta Severo exibindo seus novos cabelos brancos e, debaixo deles, uma invejável lucidez.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Favorito no Senado, Aras encara resistência no MP



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: PAULO CAPPELLI, JULIA LINDNER, MARIANA MUNIZ E RAYANDERSON GUERRA opais&Oglobo.com. br

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve aprovar hoje a recondução do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao cargo mais alto do Ministério Público Federal (MPF). Ele foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para permanecer no posto até setembro de 2023. Se, por um lado, Aras enfrenta poucas resistências no colegiado, esse não é o clima no MPF.

Integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) acionaram ontem o **Supremo Tribunal Federal (STF)** para que o andamento de pedido de investigação apresentado por um grupo de subprocuradores-gerais aposentados contra Aras não seja barrado por movimentos da cúpula da Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido de investigação por prevaricação aponta supostas omissões na atuação de Aras em investigações contra bolsonaristas.

No Senado, após a sabatina na CCJ, o nome de Aras será submetido à apreciação dos 27 integrantes do colegiado. Ele precisa de maioria simples para ser aprovado. Na sequência, a indicação será analisada pelo plenário da Casa, onde são necessários 41 dos 81 votos para garantir a recondução.

PARECER FAVORÁVEL

O relator do processo, Eduardo Braga (MDB-AM), deu parecer favorável à indicação. Em seu relatório, Braga defendeu que Aras 'tem procurado reforçar o papel do Ministério Público na solução de conflitos, atuando de forma extraprocessual e preventiva, sem renunciar de fiscalização'. Braga, que integra a CPI da Covid, enalteceu, inclusive, o trabalho do procurador-geral durante a pandemia, atuação criticada por especialistas e alvo de ações judiciais. Para o relator, o Gabinete Integrado de Combate à Epidemia (Giac) 'consolidou uma rede de atuação articulada que, ao mesmo tempo em que respeita a independência funcional e a realidade local, promove a interação com órgãos centrais de comando como o Ministério da

Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)'.

Em quase dois anos no comando da instituição, Aras enfrentou diversas crises internas e cobranças sob acusação de ser omissivo na fiscalização do presidente Jair Bolsonaro,

responsável por sua indicação, principalmente no que diz respeito à pandemia. Em conversas com parlamentares nos últimos dias, Aras afirmou que levará números e planilhas para demonstrar os resultados de sua gestão à frente da PGR.

Vamos apertá-lo na sabatina sobre certos pontos, como ele agiu nesse período na PGR. No PT, vamos nos reservar a decidir só após a sabatina, quando o assunto chegar ao plenário -disse o líder do PT, Paulo Rocha (PA).

Por outro lado, o relator da CPI da Covid e um dos principais adversários de Bolsonaro, Renan Calheiros (MDBAL) saiu em defesa de Aras. Na avaliação do emedebista, ele terá a 'oportunidade' de mudar sua atitude num eventual segundo mandato: - A minha tendência é votar favorável (à recondução). Acho que em algumas circunstâncias, claro, ele deixou a desejar, mas esse segundo mandato, a recondução, é uma oportunidade para ele refazer tudo isso. O papel da sabatina será importantíssimo. VITÓRIANO **STF**

As suspeitas de favorecimento a Bolsonaro já se converteram em processos judiciais. Ontem, Aras contabilizou uma vitória num deles. O ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, arquivou pedido feito pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Fabiano Contarato (Rede-ES) para que o procurador-geral fosse investigado por prevaricação.

No ofício ao **STF**, os senadores citam reportagem do GLOBO que revelou que um aliado de Aras bloqueou o pedido de investigação original que tramitaria no CSMPF, a quem cabe fiscalizar eventuais infrações de integrantes do Ministério Público Federal.

Moraes argumentou que os senadores não conseguiram apontar 'os elementos mínimos, necessários e suficientes para afastar a independência e autonomia funcional' de Aras.

AS SABATINAS DOS CANDIDATOS À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Rodrigo Janot (2013)

Indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT), foi aprovado pela CCJ do Senado por 22 a 2, e pelo plenário da Casa por 60 a 4.

Na sabatina, Janot defendeu o diálogo do Ministério Público Federal (MPF) com os três Poderes e mais 'transparência'. 'O Ministério Público não deve isolar-se do convívio institucional. O diálogo a que me proponho pretende tirar arestas na atuação institucional com os

diversos órgãos', disse.

Rodrigo Janot (2015)

Dois anos depois, o plenário do Senado aprovou sua recondução por 59 a 12 e uma abstenção. No comando do MPF, foi responsável por conduzir as investigações sobre políticos na Lava-Jato. Durante a sabatina, negou a acusação do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), de que teria feito acordo com o Palácio do Planalto para poupar investigados, e defendeu mecanismos usados pela Lava-Jato para investigar indícios de corrupção.

Raquel Dodge (2017)

Indicada pelo presidente Michel Temer, não era a mais votada da lista tríplice. Na CCJ, seu nome foi aprovado por unanimidade e, no plenário, por 74 a 1, além de uma abstenção. Na sabatina, ela se comprometeu com o combate à corrupção e elogiou a Lava-Jato, mas criticou expedientes utilizados pelo então juiz Sergio Moro, como prisões preventivas e conduções coercitivas mesmo sem que o acusado se recusasse a comparecer em juízo.

Augusto Aras (2019)

Foi o primeiro nome indicado fora da lista tríplice, desde 2001, para a PGR. A escolha, pelo presidente Jair Bolsonaro, foi criticada à esquerda e à direita. Bolsonaristas enviaram dossiês ao Planalto que mostrariam sua conexão com ideias de esquerda. Naquela época, no entanto, Aras afirmou, por exemplo, ser contra a criminalização da homofobia e teceu críticas à 'ideologia de gênero'. Ele foi aprovado na CCJ por 23 a 3 e, no plenário, por 68 votos a 10.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Fachin nega pedido da CPI para suspender apuração da PF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: ANDRÉ DE SOUZA EMARIANA MUNIZ
opaids&oglobo. com. br

O ministro Edson Fachin, do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, negou um pedido feito pela cúpula da CPI da Covid, que queria suspender uma investigação anunciada pela Polícia Federal (PF) para apurar o vazamento de informações na comissão. Fachin rejeitou o pedido porque, depois de ter anunciado o inquérito, a PF informou que ainda não o abriu e que vai pedir autorização do **STF** para isso.

O pedido ao Supremo foi feito pelo presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), pelo vice-presidente, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e pelo relator, Renan Calheiros (MDBAL). O argumento é que a apuração de vazamentos teria como investigados parlamentares da comissão, que têm foro privilegiado. Assim, seria preciso uma autorização do **STF**. Ontem à noite, a cúpula da CPI pediu a Fachin que reconsidere sua decisão.

Fachin destacou que a PF não pode abrir por conta própria um inquérito para investigar um parlamentar. Por

outro lado, ressaltou que a corporação mostrou respeitar os procedimentos, ao dizer que pediria autorização do **STF** para começar a investigação. Na quinta-feira, a PF informou que solicitaria ao **STF** autorização para abertura de inquérito para apurar o suposto vazamento de depoimentos sigilosos enviados à CPI. Esse depoimentos fazem parte de duas investigações em curso para apurar suspeitas de prevaricação do presidente Jair Bolsonaro envolvendo a vacina indiana Covaxin, e suspeitas de irregularidades na compra dessa vacina.

'Repise-se que em nenhum momento a PF imputou qualquer conduta à CPI Ou seus representantes e a investigação não foi sequer inaugurada, em razão do trâmite interno em observância à instrução normativa de polícia judiciária desta instituição e da pendência de expedição de ofício para o **STF** autorizar eventual instauração de inquérito', informou a PF.

QUEBRAS DE SIGILOS

A ministra Cármen Lúcia, do **STF**, manteve a decisão da CPI de quebrar os sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros

(PP-PR). Ela negou uma liminar que havia sido pedida pela defesa, mas destacou que os dados obtidos devem ficar restritos aos senadores integrantes da CPI, além do próprio Barros e seus advogados.

Cármen Lúcia destacou que uma CPI tem poder para determinar, entre outras coisas, as quebras de sigilo. E ressaltou que, no caso de Barros, a comissão justificou a necessidade da medida. A decisão é liminar, ou seja, temporária, e o caso ainda será analisado mais profundamente pela ministra.

A CPI investiga a relação de Barros com a Precisa, empresa que representou no Brasil o laboratório indiano Bharat Biotech, que desenvolveu a Covaxin. Foi o imunizante mais caro a ter contrato fechado com o

Ministério da Saúde, ao custo de 15 dólares a dose. O negócio acabou suspenso pela pasta após o caso ter entrado no radar da CPI.

Quando Barros foi ministro da Saúde no governo do ex-presidente Michel Temer (2016 a 2018), o ministério firmou negócio com a empresa Global, que recebeu pagamento adiantado, mas não forneceu os medicamentos que deveria. Em razão disso, ele tem um processo por improbidade administrativa na Justiça Federal. A Global é sócia da Precisa.

Em documento enviado ao **STF**, a defesa do deputado disse que ele é vítima de revanchismo na CPI.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

MERVAL PEREIRA - Presença inaceitável



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O afastamento do coronel da Polícia Militar de São Paulo Aleksander Lacerda, que chefiava o Comando de Policiamento do Interior-7, em Sorocaba, por fazer ofensas pesadas a ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e ao governador de São Paulo, João Doria, e que convocou pelo Facebook seus seguidores para as manifestações de 7 de setembro, foi uma ação acertada, ao mesmo tempo exemplar e prenunciadora de problemas que estão por vir.

A atitude do Comando-Geral da PM de São Paulo é importante para controlar a tentativa de avanço bolsonarista nas polícias militares, que ocorre em vários estados, e reforça o caráter legalista e de respeito à Constituição da corporação. Bolsonaro alimentava, antes mesmo de ser eleito, essa subversão nas forças militares auxiliares, na tentativa de ter uma força armada para apoiar um golpe ou uma rebelião.

Não foi outra, também, a intenção dele ao liberar o porte de armas, proporcionando que em 2020 fossem registradas 180 mil novas armas de fogo na Polícia Federal, um aumento de 90% em relação ao ano

anterior. As manifestações de seguidores quando era candidato, nos aeroportos por todo o país, imagens que viralizavam revelando uma força inaudita de sua campanha, eram organizadas por militares da reserva e da ativa, especialmente policiais militares.

Não sei imaginava na época, mas desde então esses 'organizadores' andavam armados, especialmente depois do atentado que Bolsonaro sofreu em Juiz de Fora. Ao anunciar que estará presente e discursará em Brasília e São Paulo, nas manifestações marcadas para o Dia da Independência, o presidente as endossa, apesar de estarem sendo convocadas a favor do fechamento do Supremo, contra ministros específicos, como Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, e também contra o Congresso, que acabou com a pantomima da emenda constitucional a favor do voto impresso. Portanto são manifestações antidemocráticas.

Não foi a pessoa física de Jair Bolsonaro que entrou com um pedido de impeachment contra ministro do Supremo, nem será ela que estará presente na Avenida Paulista, mas sim o presidente da República, não sendo aceitável que isso aconteça sem uma resposta institucional à altura. Caso se confirme essa 'ameaça', a situação será muito grave, e as forças democráticas precisam se unir contra isso.

Além dos muitos crimes de responsabilidade que Bolsonaro vem cometendo desde o início de seu governo, esse, a ser cometido no Dia da Independência, será talvez o mais inegável, ? o mais grave, pois repetição de atos anteriores, de apoio a manifestações antidemocráticas que aconteceram em Brasília, inclusive na frente do quartel do Comando-Geral do Exército, rejeitados na ocasião, mas não punidos.

Essas manifestações, aliás, são investigadas há muito pelo **Supremo Tribunal Federal**, e foi com base nelas que seguidores bolsonaristas radicalizados, como o presidente do PTB, Roberto Jefferson, foram presos recentemente, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, responsável pelos inquéritos. Não é por outra

razão que Bolsonaro está mirando-o preferencialmente, para dar satisfação a seus aloprados.

No Brasil todo, o presidente alimenta o bolsonarismo entre os policiais militares, comparecendo, desde o início do mandato, a formaturas de PMs com a intenção de infiltrar seus pensamentos nas forças militares auxiliares, que atuam em coordenação com o Exército nos estados.

O serviço de inteligência da Polícia Civil de São Paulo detectou movimento de incentivo a que os seguidores de Bolsonaro compareçam às manifestações armados, alegadamente para reagir a alguma agressão. Sabidamente, é provável que militantes infiltrados incentivem atos de violência para justificar arruaças. Tivemos em tempos recentes a presença de black blocs em passeatas. A democracia terá problemas se a Polícia Militar for contaminada por essa tentativa golpista do presidente. As Forças Armadas terão de enfrentar essa situação.

A democracia terá problemas se a Polícia Militar for contaminada pela tentativa golpista do presidente

COLUNISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Destaques

Preconceito on-line

A 21ª Vara Criminal Central da Capital paulista condenou um homem por prática de preconceito de cor e raça. A pena foi fixada em dois anos e quatro meses de reclusão em regime aberto, convertida em prestação de serviços à comunidade pelo período da condenação e pagamento de dois salários mínimos, preferencialmente a instituições destinadas ao combate do preconceito racial. Segundo os autos, o acusado, reagindo à notícia de que o clube de futebol Corinthians receberia refugiados para acompanhar um jogo, escreveu comentário afirmando que, na foto da matéria, 'só tem preto' e que 'escureceu ainda mais a torcida'. O réu afirmou que tem amigos negros, que vive há dez anos com uma companheira negra e estava bêbado quando postou. Na sentença, a juíza Renata William Rached Catelli frisou que apontar a existência de familiares ou amigos negros, como fez o torcedor, 'é a defesa usual de pessoas acusadas de racismo, como se isso os isentasse de atitudes racistas'. Pontuou, ainda, que estar embriagado ao postar um comentário racista não o torna inimputável. Cabe recurso (processo nº 006 2514-77. 2016. 8. 26. 0050).

Imunidade de livros

A 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede no Distrito Federal, decidiu que a isenção de impostos sobre livros, jornais, e periódicos, prevista no artigo 150 da Constituição Federal, não abrange empresas no Simples Nacional, nem o PIS/Cofins. Uma empresa de venda de livros recorreu contra a sentença que negou a isenção referente ao PIS e à Cofins. O desembargador relator Hercules Fajoses afirmou no voto que a referida imunidade é objetiva, de forma a somente impedir a cobrança de impostos incidentes diretamente sobre livros, jornais, periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão, não afastando a tributação sobre renda, lucro, faturamento ou as contribuições para a seguridade social'. Quanto ao Simples Nacional, o magistrado destacou que o **Supremo Tribunal Federal (STF)** já definiu, com

repercussão geral (RE 1. 199. 021), que esse tipo de empresa é regida por uma legislação própria - a Lei Complementar nº 123/2006. A decisão foi unânime (processo nº 1002036-76. 2018. 4. 01. 3500).

Assédio moral

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou a dois fazendeiros a redução da indenização que devem pagar a uma operadora de trator vítima de assédio moral. Para o colegiado, a condenação em R\$ 5 mil foi razoável e proporcional, diante das circunstâncias que a motivaram. A operadora sustentou, na reclamação trabalhista, que havia passado por situações humilhantes nos sete anos do contrato. Disse que recebia sempre o trator em piores condições de conservação e sofria 'intensas discriminações' dos líderes do setor, que diziam que ela estava velha para realizar as funções, que deveria se aposentar e não era capaz para dirigir um trator. Uma das testemunhas presenciou que, no dia em que ela foi dispensada, um líder parou a van da fazenda em uma lanchonete para comemorar 'a saída da velha desgraçada', pagando refrigerante para todos. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas (SP), manteve a sentença de primeiro grau no sentido de que houve abuso de poder. No recurso, os fazendeiros sustentaram que o valor de R\$ 5 mil era excessivo. A relatora, ministra Dora Maria da Costa, considerou a extensão do dano sofrido, os reflexos em sua vida profissional e social, a capacidade econômica do agressor e o caráter pedagógico da medida, e concluiu que o valor seria suficiente para compensar. A decisão foi unânime (RRAg 1108795.2016.5.15.0115).

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Doria alerta para risco de militância armada

Autor: Carolina Freitas, Cristian Klein e Isadora Peron

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou ontem haver risco de pessoas armadas nos atos pró-governo Jair Bolsonaro convocados para o 7 de Setembro. Para o tucano, o que se organiza são 'manifestações ruidosas para colocar em risco a democracia',

Doria fez os comentários durante reunião com outros 21 governadores na manhã de ontem. 'Isso que está acontecendo em São Paulo pode acontecer em seus Estados. Fiquem atentos. Aqui temos a inteligência da Polícia Civil que indica claramente o crescimento desses movimentos autoritários para criar emparedamento de prefeitos e governadores que defendem a democracia', afirmou o governador.

Ainda ontem, o governador paulista afastou um dos comandantes da Polícia Militar que convocou atos pró-Bolsonaro, o coronel Aleksander Toaldo Lacerda. A cargo do Comando de Policiamento do Interior-7 (CPI-7), Lacerda comandava 5 mil pessoas de sete batalhões da região de Sorocaba, que abrange 78 municípios.

Apoiadores do presidente da República pretendem sair às ruas no país no dia 7 para mostrar apoio a Bolsonaro e defender a implantação do voto impresso nas eleições. O movimento foi convocado pelo próprio Bolsonaro.

O governador disse que caminhoneiros 'estão sendo organizados por milícias bolsonaristas para fechar estradas', com 'estímulo pelas redes sociais para que militantes utilizem armas e saiam às ruas armados'.

'Isso não é defender a democracia, isso não é estabelecer o diálogo, isso não é respeitar o entendimento', disse Doria. 'Quero enfatizar que nós estamos diante de um momento gravíssimo da vida nacional. Não é o momento de nós silenciarmos, repito, e nem ficarmos na retaguarda. '

A reação de Doria acontece diante do mais expressivo caso de infiltração do bolsonarismo nas forças policiais paulistas. É a primeira vez que vem à tona a participação de um policial da ativa em atos a favor do presidente.

Segundo reportagem publicada no fim de semana em 'O Estado de S. Paulo', o coronel Aleksander Lacerda fez, só em agosto, 397 publicações no Facebook com caráter político e partidário, sendo 152 sobre campanhas bolsonaristas. No material compartilhado pelo comandante afastado, Doria era chamado de 'cepa indiana' e comparado com José Dirceu, ex-ministro petista condenado por corrupção.

O coronel atacou ainda o expresidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ); o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG); e o **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Militares da ativa são proibidos de se manifestarem politicamente.

A PM de São Paulo informou que Aleksander Lacerda foi afastado das funções no Comando do Interior e convocado a se explicar sobre as publicações.

'A Corregedoria da instituição, que é legalista e tem o dever e a missão de defender a Constituição e os valores democráticos do país nela expressos, analisa as manifestações recentes do oficial', informa a corporação em nota.

Doria tornou-se alvo também de críticas vindas da Polícia Civil paulista, depois de elogiar decisão do comando da corporação de afastar das ruas o delegado Carlos Alberto da Cunha, um fenômeno de audiência no YouTube, com 3, 6 milhões de seguidores.

'Da Cunha não era bom naquilo que era pago para fazer, que é ser um bom policial', disse Doria semana passada. Desde então, o delegado afastado publica vídeos diários com até 1, 8 milhão de visualizações, dizendo-se perseguido e prometendo fazer revelações sobre a gestão do governador.

E a preocupação com a participação de policiais nos atos de bolsonaristas do dia 7 extrapola São Paulo. Ontem à noite, o Ministério Público do Distrito Federal pediu à PM-DF acesso a relatórios de inteligência da PM e cobrou medidas para garantir a segurança durante os atos na Praça dos Três Poderes, em Brasília. 'É atribuição da Promotoria Militar exercer o controle externo da atividade policial militar e atuar em caso de desvios de conduta', diz a nota do MP.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Pesquisa aponta crescimento na confiança no STF

Autor: Bárbara Pombo

Os brasileiros confiam mais no **Supremo Tribunal Federal (STF)** atualmente. É o que aponta a mais recente pesquisa da FGV Direito SP sobre o Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil). Para 42% dos entrevistados, a Corte é confiável ou muito confiável. Esse percentual era de 24% no levantamento anterior, realizado em 2017.

Pessoas que recebem até um salário mínimo e jovens de 18 a 24 anos são os que mais atribuem valor ao papel da Suprema Corte- que tem sido alvo de intimidações e ameaças de fechamento por parte de apoiadores do governo de Jair Bolsonaro. Na semana passada, o presidente pediu o impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Oito em cada dez entrevistados também consideram 'injustificável' o presidente da República fechar o **STF**. Essa possibilidade é rejeitada especialmente por jovens, economicamente ativos, de alta escolaridade e renda (acima de R\$8 mil por mês).

Para as professoras Luciana Gross e Luciana Ramos, coordenadoras da pesquisa, há uma maior percepção das pessoas de que o Supremo é um ator relevante no jogo democrático. 'A sensação pode ser de que o **STF** foi uma instituição importante durante a crise da pandemia da covid-19, inclusive para garantir que as coisas funcionassem', diz Luciana Gross.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, mês em que foram registradas 29, 5 mil mortes pelo novo coronavírus, à época o maior número desde julho do ano anterior. Hoje, são ao menos 20, 5 milhões de casos confirmados e 573 mil mortes. Foram ouvidas 1. 650 pessoas de oito Estados.

O aumento na credibilidade do **STF** é espelhado no **Judiciário** como um todo. De 2017 a 2021, O nível de confiança na Justiça passou de 24% para 40%. Essa é a segunda maior marca da série histórica iniciada em

2009. No ano de 2011, O índice chegou a 47%.

Apesar do aumento expressivo no Índice de confiança em relação a 2017, 42% responderam que o **STF** é pouco confiável, 14% nada confiável e 3% não souberam responder.

Além disso, a Justiça ainda não chegou perto da instituição que atrai o maior nível de confiança entre a população: as Forças Armadas, com 63%. Apesar de alto, o percentual caiu 11 pontos desde 2017. 'As Forças vêm perdendo confiança, conquistada em grande parte pela atuação em grandes tragédias', afirma Luciana Gross. A legitimidade das redes sociais também caiu: de 37%, em 2017, para 19%. 'Possivelmente está relacionada com a guerra de notícias falsas. '

Não importa a idade, a escolaridade ou a faixa de renda, as pessoas ainda encaram o Poder **Judiciário** como uma instituição lenta, cara e difícil de entender. Mas uma coisa mudou, de acordo com o levantamento deste ano: os brasileiros têm visto a Justiça mais independente, livre de influências. O percentual de entrevistados para quem o **Judiciário** era pouco ou nada independente passou de 73%, em 2017, para 66% neste ano.

Para Luciana Ramos, essa percepção pode ter relação com o aumento de conflitos entre cidadão e Poder Público levados à mediação judicial. 'As pessoas têm mais confiança de que podem sair vitoriosas nesses casos', diz. Disputas com o

Estado aparecem em terceiro lugar na lista de motivos que levariam as pessoas a acionar a Justiça. No topo, estão os litígios de consumo relacionados a produtos de alto valor, como o defeito em um carro (89%), e relações de trabalho (86%).

A sensação de maior independência do **Judiciário** também pode estar relacionada à atuação do **STF** na pandemia: 64% apontaram como bom ou regular o

trabalho do Supremo sobre o assunto. 'Há uma mudança no comportamento da Corte em relação ao Poder Executivo federal. O **STF** passa a pautar questões urgentes e a decidir na maior parte das vezes contra o governo', afirma Luciana Gross.

Como exemplo, Luciana Ramos cita a decisão que autorizou Estados e municípios, junto com o governo federal, a definir regras de isolamento, quarentena e restrição de transporte durante a pandemia, além de estabelecer as atividades essenciais. 'É um entendimento paradigmático na jurisprudência do Supremo que sempre teve a tendência de centralizar o poder na União', diz.

Em nota, o **STF** informou que vai criar nos próximos dias um programa de combate à desinformação. Por meio de vídeos e conteúdo em redes sociais, pretende, entre outras coisas, informar corretamente a sociedade sobre a atuação do tribunal.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário,
Judiciário - STF

Cresce mal-estar na PF com controle de presidente

Autor: André Guilherme Vieira

O método de 'gestão direta' adotado pelo presidente Jair Bolsonaro para lidar com a Polícia Federal (PF), com três trocas de comando em menos de dois anos, estabeleceu incerteza, desconfiança e divisão dentro do órgão, na avaliação de delegados e policiais ouvidos sob reserva pela reportagem, por temerem retaliações, entre os quais cinco ex-diretores gerais. Um desses ex-diretores frisou que há 'um clima de caça às bruxas' na PE

O clima de perseguição relatado pelas fontes ouvidas pelo Valor também foi reportado pelo delegado Alexandre Saraiva em uma peça de defesa apresentada pelo policial à direção da PE. A manifestação ocorreu em procedimento disciplinar instaurado pelo diretor-geral do órgão, Paulo Maiurino, depois que Saraiva participou como entrevistado de edição de maio do programa 'Roda Viva' da TV Cultura. A alegação de Maiurino é que não houve autorização da PF para a entrevista.

Na defesa, Saraiva mencionou a existência de uma 'sanha para calar policiais que, no cumprimento do seu dever funcional, atingem os grandes criminosos do nosso país'. O delegado disse ainda que 'vários destes policiais têm sido atingidos por sucessivas 'coincidências', pelas quais perdem cargos de chefia e deixam de ser promovidos [coincidentemente todos os que tinham relação com as investigações contra o ex-ministro Ricardo Salles]', registrou Saraiva em sua defesa. Parte da manifestação de Saraiva foi publicada pelo jornal 'Folha de S. Paulo'.

Saraiva conduziu a Operação Handroanthus, apontada pela PF como a maior apreensão de madeira ilegal da história do país, deflagrada em dezembro do ano passado e que atingiu o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O delegado, que estava à frente da superintendência regional da PF no Amazonas, foi trocado de função um dia depois de ter enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra Ricardo Salles. A transferência foi

ordenada por Maiurino em abril.

Ao contrário do que ocorre com membros do Ministério Público e do **Judiciário**, policiais e delegados da PF não gozam de prerrogativa que impeça remoções e podem ser transferidos por ato administrativo. A PF também não é um órgão independente e está subordinada ao Poder Executivo por intermédio do Ministério da Justiça.

As fontes apontam que o ambiente na instituição seguiu uma curva de deterioração a partir da exoneração do então diretor-geral Maurício Valeixo, ocorrida em maio de 2020 por decisão de Bolsonaro. Procurado, Valeixo não quis falar com o Valor. Ele era homem de confiança do então ministro da Justiça Sergio Moro e foi por ele indicado ao comando da PE. Na mesma data em que a demissão de Valeixo foi publicada no 'Diário Oficial da União', em 24 de abril de 2020, Moro entregou o cargo acusando o presidente de interferir politicamente no órgão, buscando acesso a dados e relatórios confidenciais de inteligência.

A acusação provocou a abertura de um inquérito no Supremo para apurar a hipótese investigativa de ingerência política. A investigação ainda não foi concluída e está sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Depois de defenestrar Valeixo, Bolsonaro escolheu Alexandre Ramagem para dirigir a PF, delegado que integrou a escolta pessoal do então presidente durante a eleição de 2018, e que contava com a simpatia dos filhos do presidente e de ministros da ala militar do governo. Mas ele teve a posse suspensa por Moraes. A saída encontrada por Bolsonaro foi Rolando Alexandre de Souza, braço direito de Ramagem que atuava na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O atual chefe da PF, delegado Paulo Maiurino, substituiu Rolando em 8 de abril de 2021, em cerimônia reservada. O ato de posse contou com a presença do ministro da Justiça, Anderson Torres.

Torres também é delegado da Polícia Federal. Sua nomeação para a Justiça marcou outro precedente aberto por Bolsonaro. Foi a primeira vez em que um policial foi alçado ao cargo. Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal no governo Ibaneis Rocha (MDB), Anderson Torres também pode entrar na mira de investigação que apura a participação dele em uma live promovida pelo presidente em 29 de julho.

Na ocasião Bolsonaro anunciou que apresentaria 'evidências' de fraudes nas urnas eletrônicas - que jamais demonstrou. Ao determinar a inclusão de Bolsonaro no inquérito das 'fake news', em 4 de agosto, Moraes determinou que Torres prestasse depoimento sobre o episódio. Moraes também enviou ofício ao corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luis Felipe Salomão, para verificar se o titular do Ministério da Justiça buscou visibilidade política ao participar da 'live'-o que, em tese, caracterizaria propaganda eleitoral antecipada.

Em 16 de junho, Torres posou para foto com o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) durante cerimônia de posse da diretoria do PSL do Distrito Federal. Durante o evento, o vice-presidente nacional do partido, Antonio Rueda, disse em discurso que o objetivo da sigla é que o atual ministro da Justiça saia candidato a senador ou a governador pela legenda.

A instabilidade da PF sob Bolsonaro não encontra paralelo. Ainda que no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quatro delegados tenham ocupado a direção-geral entre março e junho de 1999, o motivo para as trocas envolveu disputas políticas entre o então ministro da Justiça, o atual senador e relator da CPI da Covid-19, Renan Calheiros (MDB-AL), com colegas de ministério e o à época governador de São Paulo, o tucano Mário Covas (1930-2001).

Na avaliação de um graduado delegado da corporação, ao contrário de outros governos em que a pressão política ocorria de fora para dentro, a gestão Bolsonaro atua internamente, num movimento para desgastar a instituição. A fonte se refere a essa prática como um

'processo de desinstitucionalização'.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Boudens, chama a atenção para a investigação que tramita no Supremo e apura se o presidente da República vazou dados de um inquérito sigiloso conduzido pela PE. No dia 4 de agosto, Bolsonaro divulgou em redes sociais a íntegra de investigação que apura suposto ataque hacker ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018 - que segundo o tribunal não representou risco às eleições daquele ano. Para Boudens, trata-se de um indício grave de que o inquérito da PF pode ter sofrido influência externa.

Procurada por meio da assessoria de imprensa, a PF não se pronunciou. O Ministério da Justiça também não respondeu ao pedido de manifestação feito pelo Valor.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Senado deve reconduzir Aras à PGR

Autor: Renan Truffi, Vandson Lima e Isadora Peron

O Senado discute hoje a recondução de Augusto Aras para o cargo de procurador-geral da República. Ele será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, se aprovado, terá seu nome submetido ao plenário da Casa. Aras deve ser duramente questionado sobre sua suposta subserviência ao governo Jair Bolsonaro, mas, ainda assim, a tendência é que ele receba o aval dos senadores para continuar à frente da PGR. O **Supremo Tribunal Federal (STF)** também não deve atrapalhar o caminho do procurador. Ontem, a Corte arquivou uma notícia-crime contra Aras pela possível prática de 'prevaricação'.

Apesar de ter sido bastante criticado durante seus primeiros dois anos como procurador-geral, Aras deve receber apoio até mesmo de senadores que fazem oposição a Bolsonaro. Um deles é o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que é relator da CPI da Covid e, portanto, deve sugerir o indiciamento de aliados do governo ao Ministério Público no fim das investigações. O emedebista não é único opositor que votará a favor de Aras. Aliado do governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), o senador Weverton Rocha (PDT-MA) também apoiará a recondução dele no Senado Federal.

'Acho que ele será reconduzido. Não tem [clima para reprovação], ele [Aras] deve passar bem', explicou Weverton ao Valor. O clima favorável à recondução ficou ainda mais explícito com a publicação do parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que é o relator da indicação na CCJ. No seu relatório final, Braga não poupou elogios a Augusto Aras, mesmo quando o assunto foi a pandemia de coronavírus.

'Foi criado o Gabinete Integrado de Combate à Epidemia Covid-19 (Giac), que designou procuradores e promotores para atuar em todos os estados brasileiros, consolidando uma rede de atuação articulada que, ao mesmo tempo em que respeita a independência funcional e a realidade local, promove a interação com

órgãos centrais de comando como o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)', escreveu o emedebista, sem citar qualquer crítica. Além disso, Braga destacou a apresentação de 'dezenas de denúncias contra autoridades com foro no **STF** e no STJ'.

Apesar disso, o objetivo de parte dos senadores é aproveitar a sabatina para 'emparedar' Aras em relação a abusos que teriam sido cometidos pelo presidente da República, principalmente contra as eleições presidenciais de 2022. Há algum tempo, Bolsonaro vem colocando dúvidas sobre o sistema eleitoral brasileiro, sem apresentar qualquer prova, algo que teria sido ignorado pela PGR.

Um dos membros titulares da CCJ é justamente o senador Fabiano Contarato (Rede-ES). Há alguns dias, ele e Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentaram uma notícia-crime contra Aras no **STF**. Os dois pediam que o procurador-geral fosse investigado e processado por eventual prevaricação. O motivo seria a omissão dele diante desses ataques às urnas eletrônicas e às instituições do país.

A ofensiva, entretanto, não surtiu efeito. Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, defendeu que a notícia-crime 'não trouxe os elementos mínimos, necessários e suficientes para afastar a independência do procurador'. Neste sentido, o ministro afirmou também que o 'traço marcante' do crime de prevaricação consiste no fato de o funcionário público retardar ou deixar de agir para 'satisfazer interesse pessoal'.

Além disso, integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal também entraram com um mandado de segurança no Supremo, ontem, contra a decisão da cúpula do órgão de enviar ao Senado um pedido de investigação apresentado contra o procurador-geral. Para eles, trata-se de uma 'manobra muito estranha' para impedir que o conselho analise a representação apresentada por um grupo de

subprocuradores-gerais aposentados. No pedido, Aras é, outra vez, acusado de prevaricação por não abrir investigações contra Bolsonaro. A peça apresentada ao **STF** é assinada por cinco dos dez integrantes do conselho, incluindo o vice-presidente do órgão, José Bonifácio de Andrada. O pedido é para que Araseo vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, sejam impedidos de 'interferir na tramitação processual da representação', para que ela possa tramitar no conselho. Reservadamente, subprocuradores-gerais acusam Aras de estar usando aliados do órgão para se blindar de investigações.

Em meio a isso, o presidente Bolsonaro disse ontem que a análise do Senado sobre as indicações de ministros para o **STF** tem forte componente político. Isso porque a sabatina de André Mendonça, escolhido por ele, não tem previsão para ocorrer.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

CPI da Covid ouve sócio de farmacêutica

Autor: Vandson Lima, Marcelo Ribeiro, Murillo Camarotto, Renan Truffi

A CPI da Covid ouve hoje o empresário Emanuel Catori, um dos sócios da farmacêutica Belcher. À empresa tem sede em Maringá, reduto eleitoral do líder do governo Jair Bolsonaro, Ricardo Barros (PP-PR), e atuou como intermediária do laboratório chinês CanSino na negociação com o Ministério da Saúde para o fornecimento de 60 milhões de doses da vacina Convidencia, ao custo de R\$5 bilhões.

A oitiva segue a nova estratégia da CPI que, após avaliar que Barros usou a sessão como 'palco' para distorcer informações e pregar as teses do governo sobre a pandemia - o que levou ao encerramento antecipado do depoimento -, não pretende mais chamá-lo, e sim cercar seu entorno para entender sua atuação para abrir caminhos no governo a intermediárias de venda de vacinas. 'Eu não facilitei. Eventualmente, posso ter buscado auxiliar não só a Belcher, mas todos os que me procuraram. Todas as pessoas que me procuraram pra vender equipamento de proteção, para vender vacina, para vender qualquer coisa ao ministério ou para tentar uma parceria para trazer a sua tecnologia pro Brasil', disse Barros em seu depoimento.

Catori, contudo, pretende contribuir pouco aos trabalhos. Na sexta-feira, seus advogados ingressaram no Supremo Tribunal (STF) com um pedido para que ele possa ficarem silêncio diante da CPI.

A Belcher é também investigada no Distrito Federal no âmbito da Operação Falso Negativo, por suspeitas de superfaturamento na compra de testes rápidos para a covid-19. Autor do requerimento de convocação, o vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também pontuou que Catori 'fez transmissões online com os empresários Luciano Hang e Carlos Wizard para tratar da venda da vacina para o Brasil'. Hang e Wizard são alvos da CPI em outra frente, a de financiamento de ações em favor do tratamento precoce com medicamentos sem eficácia comprovada para

o combate à covid-19.

Na quarta-feira, irá depor Roberto Pereira Ramos Júnior, presidente do FIB Bank. Autor do pedido de convocação, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) alegou que a Precisa Medicamentos, investigada pela CPI, teria apresentado uma carta de fiança irregular, feita pelo FIB Bank, ao Ministério da Saúde durante a negociação da vacina Covaxin.

Na quinta-feira, será a vez do exsecretário de Saúde do governo do DF, Francisco Araújo. Ele chegou a ser preso na mesma operação Falso Negativo que mira a Belcher, por supostamente participar de um esquema envolvendo a compra de testes rápidos.

Com a perspectiva de encerrar os trabalhos em aproximadamente um mês, conforme previu o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), em entrevista exclusiva ao Valor, o colegiado agora conta sessões para o seu fim, a ocorrer em meados de setembro. Devem ainda ser ouvidos, segundo o presidente, 'de 10 a 11 pessoas'. Três delas ligadas à apuração de possíveis irregularidades nos hospitais e institutos federais do Rio de Janeiro, a partir de denúncia feita à CPI pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel.

Outra frente sobre a qual se pretende avançar é em contratos firmados pelo Ministério da Saúde com a empresa VIC Operadora Logística. Mais uma vez, o alvo indireto é Barros, já que os negócios da empresa com a pasta aumentaram 70% no período em que ele foi ministro, entre 2016 e 2018. No total, os contratos somaram R\$257 milhões, dos quais R\$253 milhões sem licitação.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Pacheco diz que Brasil precisa de presidente

Autor: André Guilherme Vieira

Em evento empresarial em São Paulo onde foi tratado como presidenciável, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), demarcou distância em relação ao presidente Jair Bolsonaro e voltou a sinalizar contra o pedido de impeachment apresentado contra o ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, Alexandre de Moraes.

Falando para uma plateia de 150 empresários da construção civil de São Paulo, durante convenção sobre mercado imobiliário realizada ontem pelo Secovi, Pacheco disse que 'amor à pátria não é vestir uma camisa verde amarela e empunhar uma bandeira. É trabalhar duro pela estabilidade do País'. Segundo Pacheco, 'da firmeza do Senado Federal ninguém pode duvidar'.

'Não admitimos nenhum tipo de retrocesso ao Estado de direito e à democracia no nosso país. Não há outro mecanismo para se ter ordem e progresso no país que não seja em ambiente democrático', completou.

Indagado, durante o evento, se será candidato a presidente, Pacheco esquivou-se. 'O Brasil não precisa de candidatos. Precisa de presidente. E de presidente que tenha compromisso com o Brasil e possa unir o Brasil. Meu compromisso é com a estabilidade do país, de modo que não me permita tratar de 2022, sob pena de ser um fator de instabilidade. As eleições serão discutidas no momento certo e aí eu, como político de um Estado com a tradição que tem Minas Gerais, me posicionarei no momento oportuno'.

Pacheco disse que pedirá parecer à Advocacia-Geral do Senado sobre a representação feita por Bolsonaro pedindo o impeachment de Moraes. Mas reiterou que não vê fundamentação técnica no pedido. Ele também defendeu a rejeição à volta das coligações proporcionais, aprovada neste mês pela Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado tem sua pré-candidatura presidencial construída desde o início do ano pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, e foi tratado pelos empresários da construção civil como um presidenciável da terceira via. Presente no encontro, Kassab disse ao Valor que o presidente do Senado deve decidir até fevereiro do ano que vem se sairá candidato, 'com boa margem de tempo para chegar a um patamar de 25% de votos que o colocaria no segundo turno, na hipótese de optar pela candidatura'.

Kassab afirmou, durante painel de perguntas e respostas, que o fato de Pacheco ser desconhecido o coloca em vantagem com relação a outros candidatos, por ainda não existir rejeição a ele.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), sugeriu o nome de Pacheco para disputar a Presidência como solução 'intermediária' em meio ao ambiente político polarizado. 'Precisamos de alguém que possa representar isso e esse alguém pode estar aqui', disse.

Na sexta-feira e no sábado Pacheco cumpriu um périplo de reuniões feitas com empresários da associação comercial, médicos e advogados da elite paulistana - os encontros foram agendados por Kassab, que além de atuar como cicerone político de Pacheco, tem hospedado o presidente do Senado em seu apartamento, em São Paulo.

Durante o almoço, o presidente do Secovi, Basílio Jafet, fez dura crítica ao presidente Jair Bolsonaro: 'A política não admite vácuo e hoje nós temos um enorme vácuo de liderança, não temos um condutor, um estadista que seja capaz de levar o Brasil a porto seguro no meio de tudo isso que estamos enfrentando, alguém em quem confiemos.' O empresário afirmou, ainda, que 'em não aceitando vácuo, a política vai encontrar novas pessoas que possam conduzir a bom termo o país'.

A movimentação em torno de Pacheco causou incômodo no ministro da Economia, Paulo Guedes, 'Estão lançando o presidente do Senado candidato, é

um pouco antes da hora', disse em evento promovido pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC). 'O presidente do Senado foi atraído pela CPI', disse, referindo-se à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid. (Colaborou Estevão Taiar)

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Pressão do Centrão leva Bolsonaro a recuar de veto

Autor: Andrea Jubé e Fabio Murakawa

Pelo menos dois ministros palacianos, além do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), intervieram para que o presidente Jair Bolsonaro recuasse do veto às emendas de relator (RP-9) e às emendas de comissões permanentes (RP-8) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. Bolsonaro foi advertido de que o gesto equivaleria a jogar mais gasolina na fogueira da crise política e seria inútil, porque o veto seria derrubado.

Lideranças do Centrão confirmaram, reservadamente, ao Valor, que os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira, da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, e o próprio Arthur Lira aconselharam o presidente a recuar do veto. Uma fonte da Câmara com acesso aos bastidores da articulação disse que o presidente teria sido alertado por auxiliares e aliados do núcleo mais restrito que se não voltasse atrás, "a república cairia".

Ontem a Secretaria-Geral da Presidência informou em comunicado oficial que Bolsonaro manteria na LDO os marcadores RP-8 e RP-9. Na última sexta-feira, a pasta havia informado, em sentido contrário, que os dispositivos haviam sido vetados. A explicação para a correção foi de que a nota anterior não havia se baseado na "versão final do texto", publicado nesta segunda-feira (23) no Diário Oficial da União (DOU).

Fontes do Centrão ouvidas pelo Valor acrescentaram que as emendas de relator e de comissões permanentes têm funcionado como o 'principal instrumento de negociação' de lideranças do governo para persuadir os deputados e senadores a votarem a favor dos projetos de interesse do Planalto.

Um dos motivos iniciais do quase veto foi a irritação de Bolsonaro com a atitude dos deputados que rejeitaram a PEC do voto impresso. Em paralelo, ele vinha sendo pressionado por sua base nas redes sociais a vetar os dispositivos. A pressão aumentou após a derrocada da PEC que instituiria a impressão do voto na urna

eletrônica.

Bolsonaro foi lembrado de que o governo tem diversos projetos e pautas sensíveis pendentes, como a lei de cabotagem, a privatização dos Correios, a recondução de Augusto Aras à Procuradoria-Geral da República, a indicação de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal (STF), entre outras.

Contudo, Ciro Nogueira - que publicou nas redes sociais que seu papel também é o de 'extintor de incêndios' -, resolveu somente parte do problema dos vetos à LDO. Também ontem, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), reclamou da tesoura na previsão de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

"Temos um desafio orçamentário que nos foi dado hoje [segunda-feira], quando foi publicado o veto do presidente da República. O presidente vetou R\$ 8, 6 bilhões do MDR e bloqueou R\$800 milhões do MDR", criticou Ramos. 'Sem pelo menos estes 800 milhões, nós não vamos concluir nem as obras em andamento do Casa Verde Amarela', protestou o parlamentar, um dos mais influentes no Centrão. Ele sugeriu que esse veto será derrubado: 'na discussão desses vetos, nós precisamos recompor o orçamento do MDR', avisou. (Colaboraram César Felício, de São Paulo e Matheus Schuch, de Brasília)

--

Decisão do presidente revela opção por briga com o **Judiciário**

Análise

Maria Cristina Fernandes

Como não dava para brigar com todos os Poderes ao mesmo tempo, o presidente Jair Bolsonaro escolheu um, o **Judiciário**. É isso que explica o recuo nos vetos às emendas de relator e de comissão. A notícia do veto,

na sexta-feira, deixara o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), transtornado. Sem os meios de manter controle sobre a fatia orçamentária em que está baseada sua ação política, lhe sobriam poucas razões para continuar barrando o impeachment.

O recuo não atingiu o fundo eleitoral, que continua vetado, mas o desfecho já estava combinado. Os parlamentares jogaram para R\$ 5, 7 bilhões o valor do fundo para que o veto presidencial, derrubado, lhes possibilitasse fixá-lo em R\$ 4 bilhões. O valor, então, soaria como uma concessão do Congresso quando, na verdade, é o dobro do fundo vigente.

Com o flanco parlamentar contido e a divisão entre governadores, os torpedos de Bolsonaro se voltam não apenas para o Supremo mas para o **Judiciário** como um todo. A decisão do ministro Alexandre de Moraes de não aceitar a queixa-crime contra o procurador-geral da República, Augusto Aras, foi percebida, em Brasília, como uma tentativa de preservar alguma interlocução com o PGR em seu segundo mandato de maneira a romper a blindagem que hoje protege o presidente. Esta aposta, de uma inflexão de Aras com o objetivo de salvar os rodapés do seu currículo, não tem a aderência de procuradores federais.

A percepção, entre ministros do Supremo, é a de que o presidente, de fato, estica a corda em busca de uma prisão sua ou dos seus. No dia 12 de agosto o senador Flávio Bolsonaro chegou a procurar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para sondar sobre sua atitude caso uma ordem de prisão contra um integrante da Casa se efetivasse. O alvo, porém, não era o filho de Bolsonaro, mas o presidente do PTB, Roberto Jefferson, detido no dia seguinte.

O recado, porém, estava dado. A Corte mostrava-se cada vez mais próxima do chamado 'gabinete do ódio', grupo liderado pelo vereador Carlos Bolsonaro e financiado por empresários como Antonio Galvan, a Aprosoja. A reação não se restringe à Corte mas ao **Judiciário** como um todo. Flávio Bolsonaro tem sofrido sucessivos revezes no inquérito das 'rachadinhas' no Rio.

Na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça negou novo pedido do senador para o arquivamento do inquérito que, depois de ficar parado por seis meses, voltou a andar no Tribunal de Justiça do Rio. Também na semana passada o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou jurisprudência prejudicial a Flávio Bolsonaro ao julgar um recurso de uma vereadora paulista acusada de promover 'rachadinha' em seu gabinete.

Por sete votos a zero, o tribunal considerou que o desvio em questão provoca 'dano ao erário', contrariando a tese da defesa de que o dinheiro é de quem o recebe e, portanto, poderia ser repassado com sua anuência.

O azedume atingiu o **Judiciário** de cima a baixo. Na semana anterior, o Tribunal Regional Eleitoral negara pedido da defesa do senador para que o juiz Flávio Itabaiana fosse declarado suspeito no inquérito que apura se Flávio Bolsonaro cometeu lavagem de dinheiro e falsidade ideológica ao declarar bens à Justiça Eleitoral. O pedido de suspeição baseava-se no fato de que Itabaiana também era, até o ano passado, o juiz do processo das 'rachadinhas' no Tribunal de Justiça do Rio.

O Poder **Judiciário** unido contra Bolsonaro recebeu uma carta de desagravo de 14 governadores mas ontem, ao tentarem ampliar o quórum de signatários, houve dissidência e uma nova carta foi barrada. Os governadores ainda pediram uma reunião com Bolsonaro, aproximação que os ministros do Supremo já consideram infrutífera, visto que nem o presidente demonstra capacidade de assumir compromissos nem seus emissários, como o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, mostram-se capazes de atuar como mediadores do conflito.

Pesou a favor da decisão dos governadores, porém, o receio de distúrbios nos seus Estados, em 7 de setembro e além, decorrentes da capacidade de o presidente arregimentar seguidores em forças paramilitares e nas próprias polícias. Ao mostrar interesse no diálogo, os governadores buscam, também

demonstrar, para os comandos das Forças Armadas dos seus Estados terem ido ao limite. E, assim, terem seus pedidos de intervenção, em caso de baderna generalizada, respaldados pelos próprios militares. Se um encontro dos governadores com Bolsonaro, porém, for seguido de tumultos promovidos por seus seguidores, o esgarçamento da teia que sustenta o presidente da República tende a se acelerar.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário

Precatório pode virar moeda para privatizações

Autor: Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro De Brasília

Se os processos de privatização avançarem, precatórios da União poderão ser utilizados como moedas para comprar ações. Em tese, essa possibilidade estaria presente nas desestatizações da Eletrobras e dos Correios, disse ao Valor uma fonte da área econômica.

A possibilidade do uso de precatório como moeda de privatização consta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, encaminhada pelo governo ao Congresso neste mês e que ainda será debatida. Precatórios são créditos detidos por pessoas e empresas que venceram na Justiça causas contra a União. Nas privatizações, esses créditos serão aceitos por seu valor de face.

Esse possível uso dos precatórios independe do Fundo de Liquidação de Passivos da União, também proposto na PEC. O fundo, criticado por especialistas por supostamente atentar contra o teto de gastos, será utilizado para os detentores de superprecatórios, que tiverem seu pagamento parcelado, acelerarem o recebimento.

'O grande problema desse desenho [de moeda de privatização] é que o governo quita 100% de uma dívida, mas o dono do precatório vai receber uma fração do que é seu direito líquido e certo', disse o head de Negócios de Finanças Estruturadas da Rubicon Capital Investment do Brasil, Filinto Müller de Almeida.

Ele se refere, por exemplo, à situação em que os detentores de precatórios vendem seus direitos a fundos de investimento e recebem seus valores com desconto. Essa situação não é rara. Levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) mostra que cinco fundos detêm R\$ 906 milhões só em superprecatórios (os que têm valor acima de R\$ 66 milhões). Todos são créditos cedidos.

O deságio pode ocorrer de outra maneira, segundo aponta o presidente da Comissão Especial de

Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Gouvêa: pela forma como o governo gerir o Fundo de Liquidação de Passivos da União.

Pelo desenho que está na PEC, quem tem precatório de mais de R\$ 66 milhões terá o pagamento parcelado em dez vezes, mas poderá receber antecipadamente por intermédio do fundo. Quanto dinheiro haverá lá, é algo que o governo federal controlará, aponta. Assim, existe a possibilidade de o governo colocar pouco dinheiro no fundo e, dessa forma, pressionar o detentor do precatório a aceitar um pagamento com desconto. Essa é a 'maldade' da PEC, disse.

Especialistas em contas públicas apontam para outro problema no uso de moedas de privatização: a falta de transparência. 'Com isso, há o risco de você perder um pouco o caminho do dinheiro, de controle das contas', afirmou o economista Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas. O mesmo tipo de risco é observado no Fundo de Liquidação de Passivos, acrescentou.

A visão é compartilhada pelo analista do Senado Federal Leonardo Ribeiro. Se aprovada a PEC, o valor do precatório poderá ser recebido via participação acionária e não passará pelo Orçamento. A discussão envolvendo operações patrimoniais e Orçamento é antiga e o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou nesse sentido em relação a operações com títulos públicos, explicou Ribeiro.

'O correto, para transparência fiscal, é trazer a operação para o Orçamento. Dessa forma, o Congresso participa. Não foi o próprio [ministro da Economia, Paulo] Guedes que defendeu a importância do Parlamento no processo orçamentário?', afirmou o economista.

Gouvêa afirma que, nas três páginas de texto da PEC, existem mais de 20 inconstitucionalidades. Uma delas é a que limita os pagamentos de precatórios a 2, 6% das receitas correntes líquidas do governo. O que ultrapassar vai para uma conta que 'sabe-se lá quando será paga'. Na sua avaliação, é um ponto que não

resiste a uma análise primária' do **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

A inclusão do pagamento de precatórios sob o teto dos gastos públicos fere a independência entre Poderes, segundo o advogado. Por se tratarem de decisões da Justiça, esses pagamentos não são despesas discricionárias do Executivo.

-A PEC dos Precatórios foi formulada pelo governo com o objetivo de parcelar uma conta de R\$90 bilhões desse tipo de crédito a ser paga em 2022. Para os superprecatórios, a ideia é pagar 15% em 2022 e parcelar o restante em nove vezes. Do contrário, o Orçamento de 2022 ficaria comprometido, diz o governo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que faltará dinheiro para salários.

Ao mesmo tempo em que propôs o parcelamento, o governo tentou criar na mesma PEC incentivos à privatização. O uso do precatório como moeda de privatização é um, a utilização dos ganhos com a privatização para quitar antecipadamente os créditos parcelados é outro. É possível que o Congresso incluía um terceiro incentivo, que é o dividendo social.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Guedes vê economia sob controle, mas com impacto de eleição

Autor: Mariana Ribeiro e Estevão Taiar De Brasília e São Paulo

Diante de um cenário de incertezas políticas e fiscais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a 'antecipação das eleições' tem impacto sobre as expectativas para a economia, mas que, do ponto de vista 'estritamente econômico', não há fundamento para dizer que o país está perdendo o controle.

Guedes afirmou que a economia estava decolando neste ano e que a antecipação das eleições 'naturalmente prejudica' e 'causa muito barulho'. 'Com confiança na democracia brasileira e principalmente nas instituições, esperamos que os excessos que sejam cometidos de uma parte ou de outra, de atores específicos, sejam moderados', afirmou em evento da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI).

Segundo ele, é preciso que 'excessos' sejam 'moderados' para garantir a recuperação econômica 'que está praticamente garantida'. O ministro frisou que tem confiança nas instituições, citando a Presidência da República, o **Supremo Tribunal Federal (STF)** e o Congresso.

Há preocupações envolvendo 'descontrole fiscal', mas 'os fatos e fundamentos' indicam que o governo segue fazendo o 'trabalho certo', afirmou.

Guedes voltou a dizer que a previsão para o déficit primário é de cerca de 1, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano e de cerca de 0, 3% do PIB para 2022. 'Ou seja, praticamente acabou o déficit', afirmou.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, enviada ao Congresso no início deste mês, tem sido amplamente criticada por especialistas por propor o parcelamento do pagamento de precatórios e a criação de um fundo, cujos gastos ficariam de fora do teto de gastos. Há incertezas também envolvendo outros itens da agenda econômica, como a reforma do Imposto de Renda e o Auxílio Brasil, novo programa

social.

'Hoje, não há o menor fundamento do ponto de vista estritamente econômico para dizer que o Brasil está perdendo o controle. É exatamente o contrário, o Brasil atravessou a maior crise fiscal, a maior depressão de tempos modernos e se recuperou em tempo recorde', disse.

Horas depois, em evento promovido pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, Guedes afirmou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), está sendo apresentado como candidato à Presidência da República 'antes da hora'.

Para o ministro, Pacheco 'foi atraído' pela CPI da Covid. Mesmo assim, Guedes afirmou que tem 'certeza' que 'em algum momento' o presidente do Senado 'vai se engajar' para apoiar a agenda. 'Se ele eventualmente for candidato, as reformas podem até ajudá-lo', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Trunfos eleitorais abalam reeleição

Autor: Raphael Di Cunto

As medidas adotadas pelo presidente para impulsionar sua reeleição estão todas causando o efeito contrário: a ganância para viabilizar um Bolsa Família para chamar de seu cria reações adversas na economia, o discurso inflamado para a militância provoca constantes crises, as privatizações saem a custo alto, o fingimento sobre não existir crise hídrica ameaça desabastecer o país e a reforma que devia promover mais justiça na tributação da renda amplia desigualdades. A consequência das apostas do presidente caminha para ser o inverso do esperado por ele e o afasta do Planalto em 2023.

Havia a expectativa, dentro e fora do governo, de que o avanço da vacinação e a volta ao quase normal das atividades melhorasse a avaliação do presidente. Não é o que mostram as pesquisas. De 1º de junho, quando 46 milhões de pessoas tinham recebido a primeira dose da vacina, até domingo, quando 122 milhões foram ao menos parcialmente imunizados, a popularidade do presidente manteve-se em baixa.

Segundo a XP/Ipespe, 54% dos brasileiros achavam o governo ruim ou péssimo em 17 de agosto. Eram 50% em junho. O bom ou ótimo caiu de 23% para 20%. O PoderData, do site 'Poder 360', tem oscilações, mas também mostra viés negativo: 52% de ruim/péssimo no começo de junho e 56% na semana passada. Em ambos os casos, a rejeição é recorde hoje.

A empolgação dos que voltam a circular nas ruas com menos medo não reverteu em apoio ao governo, talvez porque saibam que a volta poderia ter ocorrido antes e com menos vidas perdidas não fosse o negacionismo governamental.

A fase mais popular do presidente coincide com os meses do auxílio emergencial de R\$ 600, mas o corte para R\$ 300 já iniciou o desgaste. À criação do novo programa social é a boia da salvação a que os governistas se agarram, mas a contabilidade criativa para viabilizá-lo aumentou as incertezas sobre a

economia, fragilizou ainda mais o teto de gastos, derrubou expectativas.

Numa disputa contra o 'pai' do Bolsa Família em 2022, é de se verificar se o discurso vai funcionar. O Auxílio Brasil, se der certo, sairá no fim do terceiro ano de mandato de Bolsonaro. O Bolsa Família foi acusado de viés eleitoral, mas Lula o lançou já em 2003, meses depois de assumir o cargo.

Bolsonaro sempre criticou os programas de transferência de renda. Prometeu na campanha um 13º para o Bolsa Família por falta de ideias para aprimorá-lo e para rebater as acusações de que acabaria com o programa. Pagou o benefício por um ano, mas vetou sua manutenção como argumento de que não havia dinheiro suficiente.

Agora tenta pôr fim à marca de seu principal adversário e criar sua própria identidade social, mas o 'timing' mostra que a real preocupação não são os mais carentes, mas a eleição, a ponto de lançá-lo sem valor.

Do modelo pensado pela equipe econômica não sobrou nemo nome. A ideia até novembro para o 'Renda Brasil' era redesenhar programas assistenciais mal focados e ineficientes e direcionar dinheiro a quem precisa mais. Tirando o pobre para dar ao paupérrimo, como definiu Bolsonaro. Politicamente mais difícil e abortado para não desagradar eleitores das classes DeEàs véspera da escolha de prefeitos, mas mais sustentável financeiramente a longo prazo.

Paulo Guedes passou do economista liberal que na campanha prometia zerar o déficit do governo no primeiro ano e defendia que as políticas e gastos públicos teriam que seguir o preceito de equilíbrio 'intergeracional', pensarno impacto para as futuras gerações, para o ministro que acha razoável que se parcele dívidas e jogue a conta para os próximos anos porque, sem isso, ficará no papel o programa social do qual depende a reeleição de seu aliado.

O ministro também achou normal que a reforma do imposto de renda causasse um prejuízo de R\$ 30 bilhões aos cofres públicos, quase tudo bancado pelos Estados e municípios, mas dinamitou a PEC que poderia realizar uma reforma tributária de verdade, com simplificação dos tributos sobre consumo e serviços, porque os governadores pedem R\$ 40 bilhões por ano. Preferiu priorizar as mudanças no IR, com a correta taxaço dos dividendos, mas, se não está claro o impacto fiscal, já que o governo se furta a divulgar os números, é cristalino o incentivo à pejotização.

O receituário para reformular o Bolsa Família poderia muito bem ter sido escrito pela ex-presidente Dilma Rousseff - inclusive na ideia de que, na hora da eleição (antecipada), pode-se 'fazer o diabo' para vencer. Quem pagou, além da própria petista, foi o país com anos de recessão. Agora, de novo, o dólar sobe, a inflação explode, o PIB murcha, os investimentos retraem. À conta do 'posto Ipiranga' ficou tão salgada quanto o preço da gasolina vendida nas bombas.

O discurso golpista de Jair Bolsonaro para manter a militância inflamada e desviar o foco sobre os reais problemas do país que ele deveria estar empenhado em solucionar afasta investidores, preocupa empresários, desgasta aliados, provoca seguidas crises, tudo como objetivo de manter entretidos 20% dos brasileiros.

Os investidores tupiniquins têm poucas opções. Mas que estrangeiro, em sã consciência, vai colocar seu dinheiro num país que não se sabe se ainda será uma democracia no fim do próximo ano porque o presidente, com medo do resultado das urnas, dá sinais todos os dias de que tentará melar as eleições e quer o apoio das Forças Armadas nisso?

A escolha do presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), para chefiar a Casa Civil se mostrou por enquanto mais eficiente para garantir aliança com o maior partido do 'Centrão' do que para solucionar os problemas do governo - menos por culpa do senador, mais do presidente. Se o 'amortecedor da República' o convence a amenizar as falas num dia, no seguinte um furioso Bolsonaro sai a xingar ministros do **STF** e pedir o

impeachment deles.

Nogueira avisou a aliados que 'em um mês' botaria a Casa Civil em ordem e melhoraria a relação com os Poderes, mas, além de uma ingrata missão com o **Judiciário**, acabou cobrado publicamente por um aliado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por mais empenho para aprovar as reformas.

'Posto Ipiranga' ficou tão caro quanto a gasolina

COLONISTAS

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Judiciário, Judiciário - STF

Segunda Turma absolve Geddel e irmão

Autor: Isadora Peron

A Segunda Turma do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, por maioria de votos, acatou parte de um recurso e absolveu o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o irmão, o ex-deputado Lúcio Vieira Lima, do crime de associação criminosa no caso das malas com dinheiro encontradas em um apartamento de Salvador. O colegiado, no entanto, manteve a condenação por lavagem de dinheiro.

Com a nova decisão, os dois irmãos terão a pena reduzida. Geddel havia sido condenado a 14 anos e 10 meses e Lúcio, a 10 anos e 6 meses. Os dois também não precisarão pagar a indenização por danos morais coletivos que havia sido fixada em R\$ 51 milhões - o mesmo valor encontrado no local.

O julgamento aconteceu no plenário virtual e terminou na sexta-feira. Prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes, seguida pelos ministros Ricardo Lewandowski e Kassio Nunes Marques. O relator do processo, Edson Fachin, ficou vencido.

Nos embargos, a defesa dos irmãos sustentava, entre outros pontos, contradição na condenação pelo tipo de associação criminosa, diante da inclusão, para a configuração do crime, de Marluce Vieira Lima, mãe de Geddel e Lúcio, apesar do desmembramento do processo e do fato de ela não ter sido condenada.

Em seu voto, Gilmar defendeu que o vínculo que existe entre os dois irmãos não decorre da associação para fins de cometer delitos. 'Não se pode confundir os fortes vínculos familiares existentes, que já denotam certa estabilidade e permanência, com a associação para a prática indeterminada de crimes sem a existência das respectivas provas dessas circunstâncias', afirmou.

Lewandowski também apontou que 'os vínculos familiares entre os demais réus não constituem, isoladamente, prova cabal da associação criminosa'.

De acordo com a denúncia do Ministério - Público - Federal (MPF), entre 2010 e 2017, Geddel, Lúcio e Marluce teriam praticado atos de lavagem de dinheiro com a finalidade de ocultar valores provenientes de crimes antecedentes por meio de empreendimentos imobiliários.

Em outubro de 2019, quando a Segunda Turma decidiu pela condenação dos dois irmãos, Gilmar e Lewandowski já haviam divergido quanto à aplicação da pena por associação criminosa e à fixação da indenização. Na ocasião, no entanto, não houve maioria, pois os ministros Celso de Mello e Cármen de Lúcia acompanharam Fachin.

O placar mudou porque Celso de Mello se aposentou no ano passado e Cármen pediu para mudar para a Primeira Turma.

Em julho do ano passado, o Supremo autorizou Geddel a cumprir regime domiciliar devido à pandemia de covid-19. Ele estava preso desde 2017.

Baiano, filiado ao MDB, ele foi ministro da Secretaria do Governo do então presidente Michel Temer, e ministro da Integração Nacional do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2007 e 2010.

Já Lúcio Vieira Lima não chegou a ser preso. Em 2018, ele tentou renovar o mandato como deputado federal, mas não conseguiu se eleger.

O Valor não conseguiu contato com a defesa dos dois irmãos.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Deputados resistem a semipresidencialismo

Autor: Ricardo Mendonça

O maior desafio para adoção do semipresidencialismo no país não seria a validação da ideia por meio de um plebiscito, como foi tentado em 1963 e 1993 com o parlamentarismo. A grande dificuldade, segundo participantes de um seminário sobre o tema, seria convencer deputados a aprovar o dispositivo que permite ao presidente da República dissolver a Câmara em circunstâncias excepcionais.

A prerrogativa de o chefe de Estado eleito poder dissolver a Câmara é um dos pilares do semipresidencialismo. Sem as funções de gestão do governo, que ficariam a cargo do primeiro ministro, esse presidente teria papel moderador.

'O presidente não será moderador se não puder dissolver o Parlamento. E sem isso não há semipresidencialismo, seria uma ficção', advertiu o jurista Carlos Blanco de Moraes, da Universidade de Lisboa.

O alerta foi feito depois que a deputada Margarete Coelho (PPPI) relatou a resistência de seus colegas em aceitar a ideia de criação do dispositivo de dissolução da Câmara. Ela apoia a proposta de emenda constitucional (PEC) do semipresidencialismo do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

O tema foi discutido ontem num seminário realizado pelo Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), presidido pelo advogado Walfrido Warde, e pelo Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Ativo defensor do semipresidencialismo, Gilmar Mendes, do **STF**, reconheceu que há muita discussão a ser feita para definição de Tegras para troca de primeiro ministro, via moção do Parlamento, e eventual dissolução da Câmara, via presidente. 'Mas já há um consenso básico', afirmou ele, após lembrar dos processos de impeachment de Fernando Collor (1992) e

Dilma Rousseff (2016). 'Governos que não construíram maioria no Congresso malograram. Ou com impeachment ou ao não verem suas propostas aprovadas. '

'O presidencialismo de coalizão vem dando sinais de exaustão', prosseguiu. Desde a redemocratização, as exceções positivas, segundo o ministro, foram os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro consenso perceptível no seminário foi a ideia de que o primeiro passo para adoção do semipresidencialismo seria uma redução radical no número de partidos. A decisão recente da Câmara de permitir a volta de coligações em eleições proporcionais (deputado e vereador) foi vista por todos como um passo para trás.

Presidente do PSD, Gilberto Kassab defendeu que, no futuro, seria o caso proibir coligações até em eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador).

Aspecto pouco abordado foi a necessidade de um novo plebiscito. Para Margarete Coelho 'não há empecilho' à PEC já que não se pretende mexer em cláusula pétrea da Constituição. Ela disse que não vê impeditivo para eventual plebiscito, mas ressaltou que 'não há razão histórica que exija consulta'. Ninguém discordou.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

O processo 'ideal'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Se já não era fácil o percurso de advogados « das partes, para solucionar demandas na Justiça, com as regras criadas, para atendimento e realização de atos processuais, por conta da Pandemia, a situação ficou ainda pior, AÀ morosidade judicial sempre foi objeto de preocupação da sociedade e dos próprios operadores do Dircito, inclusive dos magistrados, mas parece que nesses últimos dois anos, passou a ser exculpada, por alguns, como se fosse tão-somente causada pela Pandemia.

Na Constituição Federal de 1988 foi inserida, entre os direitos e deveres individuais e coletivos, a garantia de uma "razoável duração do processo", com a Emenda Constitucional nº 19/1998, que promoveu a 'Reforma do **Judiciário**'. Faltou, todavia, definirem-se os limites do princípio da razoabilidade que passou a fazer parte daquele elenco. Essa imprecisão acabou por tornar a prescrição, praticamente uma "letra morta",

já que nunca deixou de existir no mundo jurídico, a indesejável demora na solução de lides. Com a adoção da modalidade remota, para a prática de atos processuais, em razão do distanciamento social imposto

pela Pandemia, alargaram-se os raios de distanciamento, para o acesso à Justiça, Nem tudo se perdeu, graças ao indimensionável esforço das funções essenciais à Justiça (que parecem ser os únicos a terem prazo a cumprir) e de grande parte dos membros do

TJudiciário, que preza p'ela observância do andamento processual. 'Noves fora', passamos a esbarrar mais ainda, em processos sem movimentação, pendentes muitas vezes de meros despachos ou decisões que poderiam impulsionar uma demanda, cuja solução fica à mercê do cumprimento de atos, sem complexidade, que vai eternizando os conflitos litigados. Isso faz com que demandas fiquem sem solução, não raro encontrando casos em que partes chegam a falecer, sém que tenham

seu pleito jurisdicionalizado (ato ou efeito de dizer o direito).

Dessa forma, caminhamos tristemente, para a trilha cada vez maior, do já tão inflacionado número de processos, que seguem sem solução. Esse alerta deve ser dado, pois muitas vezes se ouve, não só da sociedade, mas da própria comunidade jurídica, que a demora processual é decorrente do alto número de recursos que o ordenamento jurídico brasileiro possui. Em parte, esse é também um dos entraves, mas o maior dos obstáculos mesmo, é a demora do necessário impulso que deve ser dado aos processos.

Se uma pretensão fosse ajuizada, não demorasse tanto para haver a formação da chamada 'triangulação processual' (com a citação válida da parte promovida); se não houvesse tanto lapso temporal para realização de audiência, pulando-se, inclusive, algumas tentativas de **conciliação**, quando não têm lugar, mas ainda são adotadas, em absoluto; se após a realização da audiência, não se demorasse tanto para se proferir uma sentença, quem sabe poderíamos começar a sonhar com um processo ideal,

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Comissão aprova proposta que disciplina atividades da iniciativa privada em presídios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Comissão aprova proposta que disciplina atividades da iniciativa privada em presídios

Compartilhe

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Marcel van Hattem, relator do projeto de lei

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2694/15, que disciplina atividades a serem desenvolvidas pela iniciativa privada nos estabelecimentos prisionais. O texto é de autoria da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o **sistema carcerário** brasileiro.

O colegiado acolheu o parecer do relator, deputado Marcel van Hattem (Novo-RS). 'A desestatização dos serviços prestados no sistema penitenciário merece aprovação', afirmou o relator. 'De forma geral, não há na gestão privada os entraves burocráticos típicos da administração pública', continuou.

A proposta permite que sejam objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares em estabelecimentos penais, como serviços de conservação e de limpeza, entre outros, além de assistência material à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

O projeto determina que a execução indireta seja realizada sob supervisão e fiscalização do Estado. Assim, serão indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação dos estabelecimentos penais, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia ou que sejam exclusivas do Estado.

Além disso, o texto determina que também serão indelegáveis a classificação de condenados; a aplicação de sanções disciplinares; o controle de rebeliões; o transporte de presos para órgãos do Poder **Judiciário**, hospitais e outros locais.

Empresas e parceiros privados poderão contratar monitores, auxiliares e supervisores para a execução do objeto do contrato, e seus profissionais poderão realizar jornada de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso.

Tramitação

O projeto, aprovado em 2015 pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Sistema Carcerário

Jânio Quadros: como foi a renúncia do presidente do Brasil há 60 anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Edison Veiga

De Bled (Eslovênia) para a BBC News Brasil

Há 60 anos, o 22º. presidente do Brasil, Jânio da Silva Quadros (1917-1992) renunciava ao poder.

Estudiosos acreditam que o gesto tenha sido realizado cheio de esperança: ele estaria pretendendo voltar, nos braços do povo, garantido por militares, em um verdadeiro autogolpe.

O tiro saiu pela culatra e o Brasil, que já bambeava em crises, acabou mergulhando em uma espiral de instabilidades - e aquele ato de 25 de agosto de 1961, na verdade, foi ingrediente inicial para um caldo que terminaria no golpe que instituiu a ditadura militar em 1964.

"Ninguém esperava [a renúncia do presidente]", afirma o historiador Daniel Aarão Reis, autor de, entre outros livros, *História do Século XX*, e professor na Universidade Federal Fluminense.

"Jânio era considerado bem desequilibrado, e estava vivendo um momento de questionamentos e desgastes, mas nada nem ninguém poderia imaginar que iria renunciar."

Pule Talvez também te interesse e continue lendo

Talvez também te interesse

Madame Satã, o transformista visto como herói da contracultura e vilão pelo governo Bolsonaro

'Ajudo pais indianos a conversar sobre sexo com seus filhos'

'Como escapei de um assassino em série'

'Ninguém está na Cracolândia por um marmiteix', diz padre Júlio sobre tuítes de Janaina Paschoal

Fim do Talvez também te interesse

"Tudo indica que ele desejava voltar 'nos braços do povo' ou chamado pelos militares, ou as duas coisas, pois ambas poderiam se complementar", contextualiza Reis.

"Jânio evidenciara uma grande dificuldade em discutir e negociar com o Congresso, onde não tinha base parlamentar sólida. Ao contrário, mesmo os partidos que o apoiavam, como o principal deles, a UDN [União Democrática Nacional], não o tinham como homem de confiança, pois não era sequer filiado a seus quadros."

Essa dificuldade de articulação política, aliás, já era notória na carreira de Quadros, que antes da Presidência havia sido vereador paulistano, deputado estadual paulista, prefeito e governador de São Paulo, e deputado federal.

"[Essa inabilidade] era algo que se ligava a sua condição de líder messiânico, flutuando por cima dos partidos", comenta Reis.

"Era assim que desejava ser visto. Ele queria a submissão do Congresso, no limite a dissolução da Câmara e do Senado, para que pudesse governar sem controles."

'Homem singular'

Escrito pelos historiadores Hélio Silva (1904-1995) e Maria Cecília Ribas Carneiro (1923-2008), o livro Jânio Quadros tenta entender "qual a razão do sucesso" dele como político - "[?] esse moço pôde realizar, em menos de 15 anos, uma carreira política inteira, de vereador a presidente da República, que não tem paralelo na história do Brasil".

"Ele não alcançou o poder na crista de uma revolução armada, como Getúlio Vargas. Não provinha de família rica, não partilhava de clã, não era dono de jornal, não tinha dinheiro, não chefiava grupo econômico, não servia aos Estados Unidos nem à Rússia, não encantava pelos olhos, nem seduzia pelo trato. Quem era, então, Jânio Quadros?", prosseguem os autores.

E respondem que Jânio era "a contradição". E "sua ascensão, como sua queda, permanecerão sem explicação se procurarmos entendê-lo como se entendem, comumente, os homens".

"Jânio é um homem singular em um momento singular", acrescentam. "São necessárias outras medidas, critérios diferentes, para aferirmos - como aparece e por que desaparece - o fenômeno Jânio Quadros."

O historiador Reis ressalta que Quadros tinha grande admiração por "líderes fortes, autoritários". Caso de Gamal Abdel Nasser (1918-1970), militar que se tornou presidente do Egito - e acabaria conhecido como "faraó de uniforme".

"Não escondia isso de ninguém. Ele não esperava que sua carta de renúncia fosse aceita sem mais delongas. Foi uma surpresa para ele. Um detalhe patético, mas elucidativo: tendo renunciado, voou para São Paulo e levou consigo a faixa de presidente da República",

comenta.

"Ao Congresso Nacional. Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República. Brasília, 25.8.61", escreveu Quadros, comunicando oficialmente sua decisão.

Em documento divulgado na mesma data, ele explicaria suas razões.

"Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpro o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo", pontuou ele.

"Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração."

"Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública."

"Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia."

"Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do conagraçamento, do

respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um."

"Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria."

O historiador Reis lembra que comportamentos pessoais de Quadros podem ter precipitado a decisão.

"Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao caráter depressivo de Jânio Quadros e ao seu gosto pela ingestão abusada de álcool. Na solidão de Brasília, então recém-inaugurada, com escassa vida social e precários meios de comunicação, tais problemas se potencializavam e não é de se descartar que tivessem também, a seu modo, contribuído para a renúncia", comenta ele.

"Mas é fato que a renúncia surpreendeu. Jânio não articulou com ninguém, nem com os mais íntimos aliados e assessores."

'Assembleia de vagabundos'

Vale ressaltar que não havia sido a primeira vez que o temperamento de Jânio Quadros flertava com a ideia de renúncia. Silva e Carneiro citam que, por diversas vezes, "em situações difíceis, formulara essa intenção" em sua vida pública.

Quando foi governador de São Paulo, por exemplo, de 1955 a 1959, ele se zangou com o fato de a Assembleia Legislativa ter derrubado um veto seu. Convocou os líderes partidários e discursou violentamente contra os parlamentares.

"Vou renunciar pois não governo com uma assembleia de vagabundos", teria ele dito, em reunião ocorrida na sede do governo paulista.

Já em 1959, quando era tratado como futuro candidato

a presidente da República, indisps-se com o presidente da UDN e chegou a redigir uma carta, renunciado à candidatura.

Contudo, se até então esses episódios acabavam sendo dissuadidos, não foi o o que ocorreu em 25 de agosto de 1961. Naquele dia, antes de divulgar a carta, ele chegou a reunir seus ministros.

"Chamei-os para dizer-lhes que renunciarei agora à Presidência da República", anunciou.

"Não sei assim exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é de mister que o êxito a tenha. Não exercerei a presidência com a autoridade alcançada perante o mundo nem ficarei no governo discutido na confiança, no respeito, na dignidade indispensáveis ao primeiro mandatário."

"Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem, como eu, solenes e graves deveres do mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. É a esta que devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula que tenho, agora, para servir ao povo e à pátria, é a renúncia."

"A renúncia de Jânio expunha, a céu aberto, a crise institucional brasileira", ressaltam Silva e Carneiro.

"Sete anos e um dia após o suicídio de Getúlio Vargas, outro presidente, igualmente eleito com expressiva votação popular, deixava o poder de forma traumática", escreve a socióloga e cientista política Maria Victoria Benevides, no livro O Governo Jânio Quadros.

"Mas, além de carecer do sentimento de grandeza, inegável no gesto de Getúlio, a renúncia de Jânio Quadros permanece até hoje envolta na polêmica que ora enxerga o golpe, ora a insanidade do protagonista. E a crise que provocou, pela tentativa militar de se impedir a investidura constitucional do vice João Goulart, quase leva o país à guerra civil."

"Diversas foram as teorias que procuraram responder à

renúncia de Jânio, pois durante muito tempo ele não havia esclarecido suas reais intenções", diz o historiador Victor Missiato, professor do Colégio Presbiteriano Mackenzie Brasília, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Psicossociais sobre o Desenvolvimento Humano da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasília) e pesquisador na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

"Nos últimos tempos, uma corrente historiográfica passou a interpretar, de forma quase consensual, a renúncia de Jânio como uma tentativa de um autogolpe. Diante de várias medidas polêmicas já implementadas, Jânio objetivava garantir maior apoio social a fim de possuir maiores poderes em Brasília."

Razões

Benevides ressalta que o gesto de Quadros foi visto como traição a seus eleitores, "que confiaram na ação da vassoura (símbolo de sua campanha contra a corrupção) e nas promessas de redenção eleitoral".

"O estilo autoritário, moralista e extremamente personificado de Jânio Quadros evocava um populismo de direita - militarista, anti-parlamentar e associado ao grande capital -, o qual, dirigido a todas as classes, ao conjunto da nação, terminava por diluir o próprio significado de povo e de massa", analisa a autora.

"Jânio Quadros significa não apenas a falência do sistema partidário, como o populismo levado a sua contradição mais extrema e que se volta contra si próprio."

Tais características seriam a explicação de tão confusa gestão.

"Como evitar o enfoque pessoal na análise de um curtíssimo governo, marcado do começo ao fim pela figura onipresente de um quase-confesso candidato a ditador?", provoca ela, em seu livro.

Para a cientista política, o político equilibrava-se entre duas facetas: a do moralismo autoritário, o que posava

com a vassoura na mão; e a do bonapartismo janiista, o que acreditava em um governo acima dos partidos.

"O governo Quadros transcorreu num período marcado pelo prenúncio de grave crise econômica, pela diversificação dos movimentos sociais [?], além da crescente intervenção, tanto de militares quanto da Igreja, na cena política", enumera ela.

Mas havia dois grandes temas. Por um lado, Quadros defendia uma política externa independente - mesmo em tempos de polarização, no contexto da Guerra Fria.

Assim, abriu-se ao diálogo diplomático e tratativas comerciais com países da chamada cortina de ferro, com a União Soviética, com Cuba e com a China.

Dias antes da renúncia, em episódio considerado estopim, ele condecorou em Brasília o então ministro de Cuba Ernesto Che Guevara (1928-1967).

A outra medida polêmica de Quadros foi uma ortodoxa tentativa de estabilização cambial, uma reforma que arrochou a economia. O presidente também reatou tratativas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tudo isso era feito à moda Jânio Quadros, ou seja, de um jeito bastante tumultuado. Em toda a discussão transparece uma questão típica do autoritarismo personalista do governo Quadros: o desprezo do presidente pelas instituições, pelo Congresso, em favor de um significativo respeito pelo papel dos militares", contextualiza Benevides.

"Estes se tornariam 'sacerdotes de uma Santa Inquisição, cada vez mais convencidos de que uma corja de trêfegos assaltantes civis enlameava a pureza nacional'. Não se encontrariam aí alguns aspectos importantes da crise que 'se resolverá' em 1964, com a ascensão dos militares e a instalação de um regime autoritário, repressivo e 'vingador'?"

"Entre as contradições do governo Jânio Quadros destaca-se a intrigante conjugação entre a defesa ativa de uma certa política externa 'de grandeza' e a adoção

de um estilo provinciano e mesquinho no trato da coisa pública", acrescenta ela.

Consequências imediatas

No dia da renúncia, o vice-presidente, João Goulart (1919-1976), o Jango, estava em viagem, uma visita diplomática à China. Reis ressalta que essa situação pode ter sido estratégica para a decisão de Jânio. Quadros naquele momento, uma manobra.

"Quando ocorreu a renúncia, Jango estava longe e, logo onde, na China comunista, fazendo discursos laudatórios à China e a seus dirigentes, o que, na época, era malvisto pelas elites dominantes no país", pontua o professor.

Foi nesse clima de incertezas e apreensão das elites que o deputado Ranieri Mazzilli (1910-1975), na condição de presidente da Câmara, recebeu a faixa presidencial de forma provisória, como apoio de uma junta formada pelos três ministros militares (os então comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica).

Como Quadros havia levado embora a dele, "tiveram de confeccionar às pressas uma outra faixa para o deputado", assinala Reis.

Jango foi informado que deveria ser alçado à presidência em seu retorno, mas que a instabilidade havia se tornado ainda mais grave. Ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (1882-1954), Goulart carregava a pecha de socialista, de comunista.

"Houve uma reação dos militares e, principalmente da UDN, contra o João Goulart. Houve uma negociação política entre diversos segmentos. Goulart, naquele momento, já era entendido como comunista, subversivo, aliado perigoso dos sindicatos. Alguém que oferecia 'perigo'", explica o historiador Célio José Losnak, professor na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

"Também havia a interpretação de que ele era um indivíduo fraco, no sentido da negociação, alguém

facilmente influenciável", acrescenta.

A solução foi transformar, no ínterim da ausência de Goulart, o Brasil: de presidencialista para parlamentarista, enfraquecendo assim o poder do presidente.

"As forças políticas, diante da tentativa isolada de Jânio, reagruparam-se rapidamente em torno de um novo consenso político. As forças conservadoras não admitiam um mandato de João Goulart com plenos poderes presidenciais, e acabaram por fomentar a criação de um sistema parlamentarista, que não durou muito tempo, pois não obteve considerável apoio social", afirma Missiato.

"O país esteve à beira da guerra civil. Os ministros militares, atônitos num primeiro momento, logo se recobram, se constituíram como uma autêntica Junta Militar, e declararam que João Goulart não deveria voltar ao país. Se o fizesse, seria preso. Um golpe de Estado", explica Reis.

"Censuraram a imprensa e começaram a prender gente que se opunha, não hesitando em deter o general Lott, já na reserva mas que conservava grande prestígio no Exército."

"Entretanto, brotou uma resistência inesperada no Rio Grande do Sul. O governador do Estado, também do PTB [Partido Trabalhista Brasileiro], cunhado de Jango, Leonel Brizola, insurgiu-se, convocou a polícia e o povo para defender a legalidade. Disse então uma frase famosa: 'desta vez, eles não levarão pelo telefone', referência à tradição dos militares brasileiros consultarem-se por telefone para avaliar as forças de cada lado e chegar a um acordo mutuamente conveniente e vantajoso", conta o historiador.

"Formou-se então uma cadeia de rádio - a Cadeia da Legalidade - que irradiava para todo o Brasil a existência de uma resistência ao golpe de Estado. Pressionado, o III Exército, o mais forte do país, sediado no Rio Grande do Sul, na pessoa de seu chefe, o general Machado Lopes, aderiu à resistência. Diante

disso, ruiu a hipótese do golpe. Depois de muitas negociações, com acordo de Jango, chegou-se à uma solução de **conciliação**: um regime parlamentarista híbrido, onde o presidente da República - Jango - dividiria o poder com um primeiro-ministro, escolhido por ele mas aprovado pelo Congresso", acrescenta Reis.

"Não houve, a rigor, uma acomodação dos conflitos. Eles foram administrados temporariamente com o reconhecimento da posse de Goulart. Mas talvez esses conflitos tenham ficado latentes e, mais ainda, os setores conservadores foram se organizando contra o governo diante de uma crença de que a esquerda iria tomar o poder", diz Losnak.

"E havia do lado da esquerda uma autoimagem de que ela seria capaz de tomar o poder."

Essa conjuntura toda se desenhou em duas semanas, graças a uma sucessão de fatores anteriores, é claro - inflação, crise financeira e todo o caos decorrente da inabilidade política de Jânio Quadros. E essa transformação abrupta, muitos acreditam, estaria no cerne do golpe de 1964.

Reis pede cautela nessa interpretação. "O golpe de 1964 não estava contido ou determinado pela renúncia de Jânio Quadros ou pela crise motivada por esta renúncia", diz ele.

"Afirmá-lo é fazer história retrospectiva, como dizemos entre historiadores. Jango assumiu com uma política conciliatória, como era própria de sua trajetória e personalidade, com amplo apoio social e político. As circunstâncias de sua deposição e da instauração da ditadura seriam criadas mais tarde, em outra conjuntura."

Losnak atenta para o fato de que o governo Jango "foi um período de conflitos explícitos" e seguiu-se a instabilidade política.

"O parlamento não produziu consenso nem houve articulação para garantir uma ordem institucional. Isso levou à sensação de descrédito e acirramento dos

conflitos dentro do próprio parlamento", diz ele.

"Essa turbulência consolidou a ideia de que o governo João Goulart era um caos e a ordem precisava ser restabelecida, com o apoio da classe média e dos setores conservadores."

Jânio, o encontro do desespero com a esperança

Silva e Carneiro interpretam o curto e atrapalhado governo Jânio Quadros como produto de um processo que o Brasil vinha sofrendo desde os anos 1920 - urbanização, industrialização, crescimento.

"É frequente que os homens não estejam à altura dos acontecimentos. São tragados por eles", pontuam os historiadores. "Jânio Quadros foi um desses líderes revelados pelas circunstâncias. O país vivia uma fase crítica do que se pode chamar de 'a revolução brasileira', na qual se reflete a crise do mundo moderno, a transformação total da sociedade."

E então, mesmo tendo uma carreira política já extensa, Quadros se apresentava como o novo, a renovação, o homem que, de vassoura na mão, iria varrer a corrupção.

"Era o fenômeno Jânio Quadros que se apresentava ao Brasil", dizem Silva e Carneiro.

"Porque o Brasil não diferia muito daquele estado de espírito de São Paulo. O povo brasileiro, como o povo paulista, não acreditava nos políticos desmoralizados antes e depois de 1930. Não queria os militares, receoso da reedição de um 10 de novembro e da institucionalização do Estado Novo. A descrença, somada à desconfiança, era igual ao desespero. Jânio significava a revolução pelo voto. O seu encontro com o povo foi o encontro do desespero com a esperança."

E essa imagem ele carregou da campanha para o governo. Em uma cadeia de rádio, no dia de sua posse, Jânio fez um discurso pesado e implacável condenando a administração anterior. Não mediu palavras contra a democracia da política tradicional, o comunismo e o

fascismo e, claro, salpicou umas boas doses de crença a Deus.

"Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do legislativo e do poder **judiciário**, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças", afirmou ele.

"Somos um Estado democrático, cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo."

Ele alertou o povo para o "falso nacionalismo", o "totalitarismo" e condenou a "tradicional democracia latino-americana", que tornava "os ricos mais ricos e os pobres mais pobres". Criticou tanto o comunismo quanto o fascismo.

"Que Deus onipotente me ajude, e nos ajude. Meus compatriotas, viva o Brasil!", clamou.

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube?
Inscreva-se no nosso canal!

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Defesa de Roberto Jefferson pede que STF revogue prisão determinada por Moraes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA - A defesa do ex-deputado Roberto Jefferson ingressou nesta segunda-feira com um pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) revogue a prisão preventiva determinada pelo ministro Alexandre de Moraes no último dia 13. O habeas corpus será analisado pelo ministro Edson Fachin.

Os advogados do aliado do presidente Jair Bolsonaro apontam que não há argumentos que justifiquem a necessidade da prisão determinada por Moraes, que chamam de "ilegal". Os advogados também alegam questões de saúde para pedir a revogação da medida ou, em último caso, a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Leia mais: Alexandre de Moraes arquiva pedido de investigação de senadores contra Aras

No pedido, a defesa afirma que "acontecimentos recentes demonstram o risco real de morte de presos acometidos de comorbidades inseridos no sistema prisional", e cita como exemplo a morte do ex-deputado

federal Nelson Meurer, que em julho de 2020 morreu de covid-19 enquanto estava preso.

A Polícia Federal, que pediu a prisão de Jefferson, detectou a atuação de Jefferson em uma espécie de milícia digital que tem feito ataques aos ministros do Supremo e às instituições. A PF listou diversos vídeos e publicações dele em redes sociais com esses ataques, que fundamentaram o pedido de prisão.

A investigação faz parte do novo inquérito aberto por ordem de Moraes após o arquivamento do inquérito dos atos antidemocráticos, para apurar uma organização criminosa digital.

No dia seguinte à prisão, a medida foi examinada em **audiência de custódia** realizada para verificar as condições da sua prisão. O ex-deputado fez ironias e relatou problemas de saúde. Sua defesa pediu a mudança para o regime domiciliar, mas o juiz instrutor Airton Vieira manteve Jefferson preso e argumentou que caberá a Moraes analisar o pedido.

Receba a newsletter do Extra

Cadastrar

Li e concordo com os Termos de Uso e Política de Privacidade.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marianna Holanda, Thiago Resende e Renato Machado/Folhapress

Isolado nos ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal), Jair Bolsonaro radicaliza o discurso e infla os atos de apoio ao governo marcados para o 7 de Setembro.

Avisados do risco de infiltração de bolsonaristas nas Policiais Militares, governadores pedem trégua e querem encontrar o presidente para estancar a crise institucional.

A apresentação por Bolsonaro do pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, na sexta-feira (20), elevou a tensão entre os Poderes. Nesta segunda (23), o presidente voltou à velha pauta do voto impresso.

A defesa do instrumento é feita mesmo depois de a Câmara ter derrotado a proposta. O voto impresso é o tema que mais mobilizou recentemente a militância

bolsonarista e serve de munição para falas golpistas do presidente. Em entrevista à Rádio Regional, de Eldorado (SP), Bolsonaro disse de novo que participará dos atos pró-governo em São Paulo e Brasília, que serão realizadas no Dia da Independência, e insistiu na suspeição do processo eleitoral.

"O que que é a alma da democracia? É o voto. O povo quer que você, ao votar, tenha a certeza de que o teu voto vai para o João ou para a Maria. Não quer que, num quartinho secreto, meia dúzia de pessoas conte os seus votos", disse o presidente.

Bolsonaro insistiu ainda em falar de um ataque de hackers ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2018, motivo pelo qual já é investigado pelo STF por vazamento de informações sigilosas.

Segundo a corte eleitoral, porém, nunca houve fraude no sistema de apuração das urnas eletrônicas nem os votos são apurados de forma secreta.

"A gente espera que tenhamos eleições limpas, democráticas e com contagem pública de votos no ano que vem. Não podemos conviver com essa suspeição", afirmou o presidente.

Bolsonaro chegou a prometer reduzir a pressão pela mudança no sistema eleitoral, segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o que não ocorreu. Lira, por sua vez, foi cobrado por aliados por ter confiado na promessa.

Mesmo depois de a PEC (proposta de emenda à Constituição) ter sido reprovada na comissão especial, o presidente da Câmara a levou para o plenário. Lá também foi derrotada, mas trouxe grande desgaste a deputados. Para ser aprovada, a PEC precisava do apoio de 308 parlamentares. Teve 229 favoráveis e 218 contrários.

Já a investigação de Bolsonaro pelo suposto vazamento do caso de hackers foi determinada por Moraes, que acolheu a notícia-crime do TSE.

Moraes já havia decidido incluir o presidente como investigado por causa da transmissão de uma live em que prometia comprovar supostas fraudes nas urnas eletrônicas, mas, ao final, apresentou apenas um compilado de relatos já desmentidos pelo TSE.

Na entrevista, Bolsonaro saiu em defesa de apoiadores alvo de investigações. Ele citou uma "caça às bruxas" ao criticar ainda prisões decretadas por Moraes, como a do deputado afastado Daniel Silveira (PTB-RJ), do blogueiro Oswaldo Eustáquio e, mais recentemente, do presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Todas as prisões foram determinadas por Moraes por ser relator dos inquéritos de fake news e dos atos antidemocráticos -este último acabou extinto, transformando-se numa nova linha de investigação de notícias falsas.

"A gente não pode aceitar passivamente isso dizendo 'ah, não é comigo'. Vai bater na sua porta", disse o presidente nesta manhã, sem detalhar o que significaria não "aceitar passivamente".

Mais tarde, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro disse que está conspirando para que todos cumpram a Constituição. Ele não deu detalhes sobre que tipo de trama está elaborando ou se a declaração era resposta irônica aos críticos de suas investidas, por exemplo, contra as eleições de 2022 e o **Judiciário**.

"Só tenho uma coisa a falar. Estou conspirando, sim, e muito. Para que todos cumpram a nossa Constituição, ok? Essa é a minha conspiração. Cumpram a Constituição, só isso", disse Bolsonaro.

O pedido de impeachment de Moraes, segundo aliados do Planalto, foi "acelerado" por Bolsonaro como resposta à operação da Polícia Federal que teve como alvo, na sexta-feira, o cantor sertanejo Sérgio Reis e o

deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ). Ambos são aliados de Bolsonaro.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), STF, STJ (Superior Tribunal de Justiça), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e entidades de juízes e procuradores reagiram ao pedido de impeachment.

Em paralelo cresceu a mobilização pelo 7 de Setembro para mostrar força.

Nesta segunda, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o coronel Aleksandro Lacerda, comandante de sete batalhões de PM do interior paulista, fez postagens convocando amigos para o ato bolsonarista da próxima semana. Nas redes sociais, aliados do presidente saíram em defesa do coronel, que foi afastado.

Em meio a esse clima, governadores de estados realizaram uma reunião na manhã desta segunda e decidiram atuar conjuntamente para tentar harmonizar a relação entre os Poderes. Eles pediram uma reunião com Bolsonaro na próxima semana.

"O objetivo é demonstrar a importância de o Brasil ter um ambiente de paz, de serenidade onde possamos garantir a forma de valorização da democracia, mas principalmente criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos, geração de empregos e renda", disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A reunião do Fórum dos Governadores já estava prevista, mas de última hora teve incluída na pauta a possibilidade de uma ruptura institucional.

Além de Ibaneis Rocha (MDB-DF) e Dias, que estavam no Palácio do Buriti, em Brasília, outros 22 governadores, entre eles o de São Paulo, João Doria (PSDB), participaram de forma remota.

A postura de Bolsonaro, que apresentou pedido de impeachment de Moraes, foi criticada por governadores.

"Foi uma proposta de consenso de todos nós, governadores, pela nossa disparidade de posições políticas e partidárias, mas, pela harmonia que temos no nosso grupo, nós temos condições de ajudar nessas relações", afirmou Ibaneis.

Durante a reunião, houve resistência da parte de alguns governadores a adotarem uma postura de maior confronto com Bolsonaro, segundo alguns presentes no evento.

Mesmo tendo rompido com o presidente da República, Carlos Moisés (sem partido), de Santa Catarina, foi um dos que se posicionaram contra uma medida mais enfática.

Além de Moisés, também se posicionaram de maneira contrária a uma carta em repúdio aliados de Bolsonaro, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e o de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

"O que nós devemos fazer é defender a democracia, Moisés, e não silenciar diante das ameaças que estamos sofrendo constantemente", reagiu Doria.

O governador paulista havia sido o defensor de elaborarem a carta às ações recentes de Bolsonaro. Uma parte dos presentes, no entanto, argumentou que a medida apenas serviria para acirrar os ânimos.

Em mais um sinal de cautela, os pedidos de reuniões serão encaminhados a todos os chefes dos Poderes e não apenas a Bolsonaro.

Segundo Dias, as cartas individuais solicitando os encontros e apresentando a agenda a ser discutida serão elaboradas até o fim desta semana, para que seja possível realizar as reuniões já na próxima semana.

Serão encaminhados ofícios para o presidente da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e também para o

presidente do STF, ministro Luiz Fux.

Apesar de o colegiado de governadores torcer pela trégua na relação entre os Poderes, reservadamente, não são todos que acreditam ser possível.

Um deles disse à Folha de S.Paulo que a tentativa de **conciliação** se faz necessária até para, depois, ter o argumento de tentativa e frustração para os que ainda não se convencem da falta de diálogo. Apesar da descrença, disse que participaria da reunião.

Por outro lado, quem torce por uma melhora na relação aposta as fichas em Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil e que se define como "amortecedor".

A leitura é de que ele será capaz de convencer o presidente a baixar a temperatura e encontrar os governadores por mais diálogo.

Outro item de preocupação abordado durante a reunião foi a atuação de policiais militares durante a crise institucional no país.

Os governadores então assumiram um compromisso público e formal de que as corporações não serão usadas politicamente.

Ibaneis foi questionado especificamente sobre a atuação da PM do Distrito Federal durante os protestos de 7 de Setembro. Respondeu que ele e seu comandante têm total controle sobre a corporação.

Para incentivar mobilizações em São Paulo pró-governo federal, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) lembrou da demanda de aumento salarial da corporação e criticou a medida do governo paulista de pôr uma câmera no uniforme dos agentes. Com as ações filmadas, a PM de São Paulo atingiu a menor letalidade em oito anos. A novidade, contudo, enfrenta resistência entre policiais.

"[João Doria] Já não tem moral com a tropa e ainda faz ameaça. Isso só faz crescer os atos para 7 de Setembro", inflamou o filho do presidente.

A deputada Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas de Bolsonaro, chamou o governador de "DitaDoria". Ambos os deputados usavam a hashtag para convocação do ato de 7 de Setembro.

Colaborou Mateus Vargas

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflamar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Marianna Holanda

Isolado nos ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal), Jair Bolsonaro radicaliza o discurso e infla os atos de apoio ao governo marcados para o 7 de Setembro.

Avisados do risco de infiltração de bolsonaristas nas Polícias Militares, governadores pedem trégua e querem encontrar o presidente para estancar a crise institucional.

A apresentação por Bolsonaro do pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, na sexta-feira (20), elevou a tensão entre os Poderes. Nesta segunda (23), o presidente voltou à velha pauta do voto impresso.

A defesa do instrumento é feita mesmo depois de a Câmara ter derrotado a proposta. O voto impresso é o tema que mais mobilizou recentemente a militância bolsonarista e serve de munição para falas golpistas do

presidente.

Em entrevista à Rádio Regional, de Eldorado (SP), Bolsonaro disse de novo que participará dos atos pró-governo em São Paulo e Brasília, que serão realizadas no Dia da Independência, e insistiu na suspeição do processo eleitoral. ?

"O que que é a alma da democracia? É o voto. O povo quer que você, ao votar, tenha a certeza de que o teu voto vai para o João ou para a Maria. Não quer que, num quatinho secreto, meia dúzia de pessoas conte os seus votos", disse o presidente.

Bolsonaro insistiu ainda em falar de um ataque de hackers ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2018, motivo pelo qual já é investigado pelo STF por vazamento de informações sigilosas.

Segundo a corte eleitoral, porém, nunca houve fraude no sistema de apuração das urnas eletrônicas nem os votos são apurados de forma secreta.

"A gente espera que tenhamos eleições limpas, democráticas e com contagem pública de votos no ano que vem. Não podemos conviver com essa suspeição", afirmou o presidente.

Bolsonaro chegou a prometer reduzir a pressão pela mudança no sistema eleitoral, segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o que não ocorreu. Lira, por sua vez, foi cobrado por aliados por ter confiado na promessa.

Mesmo depois de a PEC (proposta de emenda à Constituição) ter sido reprovada na comissão especial, o presidente da Câmara a levou para o plenário. Lá também foi derrotada, mas trouxe grande desgaste a deputados. Para ser aprovada, a PEC precisava do apoio de 308 parlamentares. Teve 229 favoráveis e 218 contrários.

Já a investigação de Bolsonaro pelo suposto vazamento do caso de hackers foi determinada por Moraes, que acolheu a notícia-crime do TSE.

Moraes já havia decidido incluir o presidente como investigado por causa da transmissão de uma live em que prometia comprovar supostas fraudes nas urnas eletrônicas, mas, ao final, apresentou apenas um compilado de relatos já desmentidos pelo TSE.?

Na entrevista, Bolsonaro saiu em defesa de apoiadores alvo de investigações. Ele citou uma "caça às bruxas" ao criticar ainda prisões decretadas por Moraes, como a do deputado afastado Daniel Silveira (PTB-RJ), do blogueiro Oswaldo Eustáquio e, mais recentemente, do presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Todas as prisões foram determinadas por Moraes por ser relator dos inquéritos de fake news e dos atos antidemocráticos -este último acabou extinto, transformando-se numa nova linha de investigação de notícias falsas.

"A gente não pode aceitar passivamente isso dizendo 'ah, não é comigo'. Vai bater na sua porta", disse o presidente nesta manhã, sem detalhar o que significaria não "aceitar passivamente".

Mais tarde, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro disse que está conspirando para que todos cumpram a Constituição. Ele não deu detalhes sobre que tipo de trama está elaborando ou se a declaração era resposta irônica aos críticos de suas investidas, por exemplo, contra as eleições de 2022 e o **Judiciário**.

"Só tenho uma coisa a falar. Estou conspirando, sim, e muito. Para que todos cumpram a nossa Constituição, ok? Essa é a minha conspiração. Cumpram a Constituição, só isso", disse Bolsonaro.

O pedido de impeachment de Moraes, segundo aliados do Planalto, foi "acelerado" por Bolsonaro como resposta à operação da Polícia Federal que teve como

alvo, na sexta-feira, o cantor sertanejo Sérgio Reis e o deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ). Ambos são aliados de Bolsonaro.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), STF, STJ (Superior Tribunal de Justiça), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e entidades de juízes e procuradores reagiram ao pedido de impeachment.

Em paralelo cresceu a mobilização pelo 7 de Setembro para mostrar força.

Nesta segunda, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o coronel Aleksandro Lacerda, comandante de sete batalhões de PM do interior paulista, fez postagens convocando amigos para o ato bolsonarista da próxima semana. Nas redes sociais, aliados do presidente saíram em defesa do coronel, que foi afastado.

Em meio a esse clima, governadores de estados realizaram uma reunião na manhã desta segunda e decidiram atuar conjuntamente para tentar harmonizar a relação entre os Poderes. Eles pediram uma reunião com Bolsonaro na próxima semana.

"O objetivo é demonstrar a importância de o Brasil ter um ambiente de paz, de serenidade onde possamos garantir a forma de valorização da democracia, mas principalmente criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos, geração de empregos e renda", disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A reunião do Fórum dos Governadores já estava prevista, mas de última hora teve incluída na pauta a possibilidade de uma ruptura institucional.

Além de Ibaneis Rocha (MDB-DF) e Dias, que estavam no Palácio do Buriti, em Brasília, outros 22 governadores, entre eles o de São Paulo, João Doria (PSDB), participaram de forma remota.

A postura de Bolsonaro, que apresentou pedido de impeachment de Moraes, foi criticada por governadores.

"Foi uma proposta de consenso de todos nós, governadores, pela nossa disparidade de posições políticas e partidárias, mas, pela harmonia que temos no nosso grupo, nós temos condições de ajudar nessas relações", afirmou Ibaneis.

Durante a reunião, houve resistência da parte de alguns governadores a adotarem uma postura de maior confronto com Bolsonaro, segundo alguns presentes no evento.

Mesmo tendo rompido com o presidente da República, Carlos Moisés (sem partido), de Santa Catarina, foi um dos que se posicionaram contra uma medida mais enfática.

Além de Moisés, também se posicionaram de maneira contrária a uma carta em repúdio aliados de Bolsonaro, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e o de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

"O que nós devemos fazer é defender a democracia, Moisés, e não silenciar diante das ameaças que estamos sofrendo constantemente", reagiu Doria.

O governador paulista havia sido o defensor de elaborar a carta às ações recentes de Bolsonaro. Uma parte dos presentes, no entanto, argumentou que a medida apenas serviria para acirrar os ânimos.

Em mais um sinal de cautela, os pedidos de reuniões serão encaminhados a todos os chefes dos Poderes e não apenas a Bolsonaro.

Segundo Dias, as cartas individuais solicitando os encontros e apresentando a agenda a ser discutida serão elaboradas até o fim desta semana, para que seja possível realizar as reuniões já na próxima semana.

Serão encaminhados ofícios para o presidente da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-

AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e também para o presidente do STF, ministro Luiz Fux.

Apesar de o colegiado de governadores torcer pela trégua na relação entre os Poderes, reservadamente, não são todos que acreditam ser possível.

Um deles disse à Folha que a tentativa de **conciliação** se faz necessária até para, depois, ter o argumento de tentativa e frustração para os que ainda não se convencem da falta de diálogo. Apesar da descrença, disse que participaria da reunião.

Por outro lado, quem torce por uma melhora na relação aposta as fichas em Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil e que se define como "amortecedor".

A leitura é de que ele será capaz de convencer o presidente a baixar a temperatura e encontrar os governadores por mais diálogo.

Outro item de preocupação abordado durante a reunião foi a atuação de policiais militares durante a crise institucional no país.

Os governadores então assumiram um compromisso público e formal de que as corporações não serão usadas politicamente.

?Ibaneis foi questionado especificamente sobre a atuação da PM do Distrito Federal durante os protestos de 7 de Setembro. Respondeu que ele e seu comandante têm total controle sobre a corporação.

Para incentivar mobilizações em São Paulo pró-governo federal, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) lembrou da demanda de aumento salarial da corporação e criticou a medida do governo paulista de pôr uma câmera no uniforme dos agentes. Com as ações filmadas, a PM de São Paulo atingiu a menor letalidade em oito anos. A novidade, contudo, enfrenta resistência entre policiais.

"[João Doria] Já não tem moral com a tropa e ainda faz ameaça. Isso só faz crescer os atos para 7 de

Setembro", inflamou o filho do presidente.

A deputada Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas de Bolsonaro, chamou o governador de "DitaDoria". Ambos os deputados usavam a hashtag para convocação do ato de 7 de Setembro.

Colaborou Mateus Vargas

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflamar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Presidente volta a defender voto impresso, enquanto chefes de Executivos estaduais pedem reunião para baixar tensão de crise

Isolado nos ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal), Jair Bolsonaroradicaliza o discurso e inflama os atos de apoio ao governo marcados para o 7 de Setembro.

Avisados do risco de infiltração de bolsonaristas nas Policiais Militares, governadores pedem trégua e querem encontrar o presidente para estancar a crise institucional.

A apresentação por Bolsonaro do pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, na sexta-feira (20), elevou a tensão entre os Poderes. Nesta segunda (23), o presidente voltou à velha pauta do voto impresso.

A defesa do instrumento é feita mesmo depois de a Câmara ter derrotado a proposta. O voto impresso é o

tema que mais mobilizou recentemente a militância bolsonarista e serve de munição para falas golpistas do presidente.

Em entrevista à Rádio Regional, de Eldorado (SP), Bolsonaro disse de novo que participará dos atos pró-governo em São Paulo e Brasília, que serão realizadas no Dia da Independência, e insistiu na suspeição do processo eleitoral. ?

"O que que é a alma da democracia? É o voto. O povo quer que você, ao votar, tenha a certeza de que o teu voto vai para o João ou para a Maria. Não quer que, num quatinho secreto, meia dúzia de pessoas conte os seus votos", disse o presidente.

Bolsonaro insistiu ainda em falar de um ataque de hackers ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2018, motivo pelo qual já é investigado pelo STF por vazamento de informações sigilosas.

Segundo a corte eleitoral, porém, nunca houve fraude no sistema de apuração das urnas eletrônicas nem os votos são apurados de forma secreta.

"A gente espera que tenhamos eleições limpas, democráticas e com contagem pública de votos no ano que vem. Não podemos conviver com essa suspeição", afirmou o presidente.

Bolsonaro chegou a prometer reduzir a pressão pela mudança no sistema eleitoral, segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o que não ocorreu. Lira, por sua vez, foi cobrado por aliados por ter confiado na promessa.

Mesmo depois de a PEC (proposta de emenda à Constituição) ter sido reprovada na comissão especial, o presidente da Câmara a levou para o plenário. Lá também foi derrotada, mas trouxe grande desgaste a deputados. Para ser aprovada, a PEC precisava do

apoio de 308 parlamentares. Teve 229 favoráveis e 218 contrários.

Já a investigação de Bolsonaro pelo suposto vazamento do caso de hackers foi determinada por Moraes, que acolheu a notícia-crime do TSE.

Moraes já havia decidido incluir o presidente como investigado por causa da transmissão de uma live em que prometia comprovar supostas fraudes nas urnas eletrônicas, mas, ao final, apresentou apenas um compilado de relatos já desmentidos pelo TSE.?

Na entrevista, Bolsonaro saiu em defesa de apoiadores alvo de investigações. Ele citou uma "caça às bruxas" ao criticar ainda prisões decretadas por Moraes, como a do deputado afastado Daniel Silveira (PTB-RJ), do blogueiro Oswaldo Eustáquio e, mais recentemente, do presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Todas as prisões foram determinadas por Moraes por ser relator dos inquéritos de fake news e dos atos antidemocráticos -este último acabou extinto, transformando-se numa nova linha de investigação de notícias falsas.

"A gente não pode aceitar passivamente isso dizendo 'ah, não é comigo'. Vai bater na sua porta", disse o presidente nesta manhã, sem detalhar o que significaria não "aceitar passivamente".

Mais tarde, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro disse que está conspirando para que todos cumpram a Constituição. Ele não deu detalhes sobre que tipo de trama está elaborando ou se a declaração era resposta irônica aos críticos de suas investidas, por exemplo, contra as eleições de 2022 e o **Judiciário**.

"Só tenho uma coisa a falar. Estou conspirando, sim, e muito. Para que todos cumpram a nossa Constituição, ok? Essa é a minha conspiração. Cumpram a Constituição, só isso", disse Bolsonaro.

O pedido de impeachment de Moraes, segundo aliados

do Planalto, foi "acelerado" por Bolsonaro como resposta à operação da Polícia Federal que teve como alvo, na sexta-feira, o cantor sertanejo Sérgio Reis e o deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ). Ambos são aliados de Bolsonaro.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), STF, STJ (Superior Tribunal de Justiça), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e entidades de juízes e procuradores reagiram ao pedido de impeachment.

Em paralelo cresceu a mobilização pelo 7 de Setembro para mostrar força.

Nesta segunda, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o coronel Aleksandro Lacerda, comandante de sete batalhões de PM do interior paulista, fez postagens convocando amigos para o ato bolsonarista da próxima semana. Nas redes sociais, aliados do presidente saíram em defesa do coronel, que foi afastado.

Em meio a esse clima, governadores de estados realizaram uma reunião na manhã desta segunda e decidiram atuar conjuntamente para tentar harmonizar a relação entre os Poderes. Inicialmente, eles informaram que pediriam uma reunião com Bolsonaro na próxima semana e outras com os chefes dos demais poderes.

Mais tarde, no entanto, o Fórum dos Governadores encaminhou os convites para um encontro único reunindo Bolsonaro e todos os outros chefes de poderes. Foram enviados ofícios para os presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e também para o presidente do STF, ministro Luiz Fux.

O objetivo é que o encontro aconteça antes de 7 de setembro.

"O objetivo é demonstrar a importância de o Brasil ter um ambiente de paz, de serenidade onde possamos

garantir a forma de valorização da democracia, mas principalmente criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos, geração de empregos e renda", disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A reunião do Fórum dos Governadores já estava prevista, mas de última hora teve incluída na pauta a possibilidade de uma ruptura institucional.

Além de Ibaneis Rocha (MDB-DF) e Dias, que estavam no Palácio do Buriti, em Brasília, outros 22 governadores, entre eles o de São Paulo, João Doria (PSDB), participaram de forma remota.

A postura de Bolsonaro, que apresentou pedido de impeachment de Moraes, foi criticada por governadores.

"Foi uma proposta de consenso de todos nós, governadores, pela nossa disparidade de posições políticas e partidárias, mas, pela harmonia que temos no nosso grupo, nós temos condições de ajudar nessas relações", afirmou Ibaneis.

Durante a reunião, houve resistência da parte de alguns governadores a adotarem uma postura de maior confronto com Bolsonaro, segundo alguns presentes no evento.

Mesmo tendo rompido com o presidente da República, Carlos Moisés (sem partido), de Santa Catarina, foi um dos que se posicionaram contra uma medida mais enfática.

Além de Moisés, também se posicionaram de maneira contrária a uma carta em repúdio aliados de Bolsonaro, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e o de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

"O que nós devemos fazer é defender a democracia, Moisés, e não silenciar diante das ameaças que estamos sofrendo constantemente", reagiu Doria.

O governador paulista havia sido o defensor de elaborarem a carta às ações recentes de Bolsonaro.

Uma parte dos presentes, no entanto, argumentou que a medida apenas serviria para acirrar os ânimos.

Apesar de o colegiado de governadores torcer pela trégua na relação entre os Poderes, reservadamente, não são todos que acreditam ser possível.

Um deles disse à Folha que a tentativa de **conciliação** se faz necessária até para, depois, ter o argumento de tentativa e frustração para os que ainda não se convencem da falta de diálogo. Apesar da descrença, disse que participaria da reunião.

Por outro lado, quem torce por uma melhora na relação aposta as fichas em Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil e que se define como "amortecedor".

A leitura é de que ele será capaz de convencer o presidente a baixar a temperatura e encontrar os governadores por mais diálogo.

Outro item de preocupação abordado durante a reunião foi a atuação de policiais militares durante a crise institucional no país.

Os governadores então assumiram um compromisso público e formal de que as corporações não serão usadas politicamente.

?Ibaneis foi questionado especificamente sobre a atuação da PM do Distrito Federal durante os protestos de 7 de Setembro. Respondeu que ele e seu comandante têm total controle sobre a corporação.

Para incentivar mobilizações em São Paulo pró-governo federal, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) lembrou da demanda de aumento salarial da corporação e criticou a medida do governo paulista de pôr uma câmera no uniforme dos agentes. Com as ações filmadas, a PM de São Paulo atingiu a menor letalidade em oito anos. A novidade, contudo, enfrenta resistência entre policiais.

"[João Doria] Já não tem moral com a tropa e ainda faz ameaça. Isso só faz crescer os atos para 7 de

Setembro", inflamou o filho do presidente.

A deputada Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas de Bolsonaro, chamou o governador de "DitaDoria". Ambos os deputados usavam a hashtag para convocação do ato de 7 de Setembro.

Nesta segunda (23), em mais uma derrota para o Executivo no STF, a ministra Cármen Lúcia manteve a decisão da CPI da Covid de quebrar os sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático do líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

A magistrada afirmou que a comissão apresentou motivação que justifica a medida, entre elas a de que Barros exercia suposta liderança sobre agentes públicos e privados com atuação no Ministério da Saúde.

"O cenário descrito apresenta inegável relevância no interesse de esclarecimentos em benefício da sociedade. Há de serem aclarados os fatos investigados, os quais se vinculam diretamente aos objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito", disse.

Doria: milícia bolsonarista pode invadir Congresso e STF em 7 de setembro

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse ter alertado seus colegas governadores que a milícia bolsonarista está se preparando com 'força redobrada' para protestos em 7 de setembro. Detalhou que a Polícia Civil paulista identificou mobilizações de bolsonaristas nas redes sociais para cercar e invadir o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

'Já houve precedentes em outros estados de manifestações dentro das polícias militares. É preciso ter cuidado: as milícias bolsonaristas estão agindo com força redobrada com vistas às manifestações em 7 de setembro', declarou, durante o programa Roda Viva, da TV Cultura. 'Enfrento as milícias bolsonaristas o tempo todo', completou.

Conforme informou, o afastamento do coronel

Aleksander Lacerda, chefe do Comando de Policiamento do Interior-7 da PM, foi 'pontual'. O militar foi exonerado do cargo por indisciplina depois de convocar seguidores para manifestações em favor do presidente Jair Bolsonaro, em 7 de setembro. Nas redes sociais, o coronel Lacerda publicou na noite de 6ª feira (20.ago) frases como 'o caldo vai entornar' e a 'liberdade não se ganha, se toma'.

O militar também disse que Doria é uma 'cepa indiana' e referiu-se ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) 'covarde'. Afirmou ainda que o secretário de Projetos e Ações Estratégicas do Governo de SP, Rodrigo Maia (sem partido), é 'mafioso'.

Questionado sobre a razão que o levou a essa punição, Doria afirmou não ter sido uma insubordinação, mas uma questão de indisciplina. Insistiu que não caberia a ele censurar a PM e a elogiou em todas as oportunidades oferecidas durante o programa. Disse que a PM paulista é a polícia mais bem preparada do país e age 'de maneira honesta e dentro dos protocolos'.

'O coronel teve um comportamento inadequado, e por isso foi afastado.'

Doria participou de um encontro com governadores para tratar dos atritos entre o Jair Bolsonaro e o STF (Supremo Tribunal Federal). Houve consenso sobre a apresentação de um pedido para que os chefes dos 3 Poderes se reúnam para reduzir a tensão. O governador paulista, porém, disse não acreditar que a reunião possa vir a acontecer e que, se ocorrer, não haverá resultados.

'Bolsonaro não gosta do diálogo. Ele gosta de autoritarismo, é apaixonado pela ditadura militar, além de ser um negacionista', diz. 'Do Bolsonaro, não espero nada além do que fez nesses 2 anos e meio. É um psicopata, um homem doente', acrescentou.

PRÉVIAS DO PSDB E ELEIÇÕES DE 2022

O governador paulista voltou a afirmar que irá participar

das prévias do PSDB para se lançar candidato à Presidência no ano que vem. O tucano disse ser possível viabilizar uma '3ª via' -que seria a opção para os eleitores que não querem votar nem Lula nem em Bolsonaro, como ele próprio.

'Confio no meu partido e nas prévias. Sou filho das prévias', afirmou, ao indicar a si mesmo como a potencial 3ª via. Para justificar seu apoio a Bolsonaro em 2018, Doria disse que rejeitou o voto em Fernando Haddad (PT) por tê-lo derrotado em São Paulo 2 anos antes, em 2016, na disputa pela Prefeitura.

As declarações de mea culpa já haviam sido feitas ao PoderDataCast, programa da divisão de podcasts do Poder360. 'Assumo aqui que errei. Errei fortemente ao apoiar Bolsonaro na eleição contra o PT, contra Fernando Haddad. [?] Eu como milhões de outros brasileiros acreditei que Jair Bolsonaro pudesse ser a solução para a corrupção. Erramos no remédio. Elegemos um louco, um psicopata.'

Ao ser confrontado ao fato de, em sua campanha para o governo paulista, ter vestido uma camiseta com a estampa 'BolsoDoria'.

Fonte: Folha de São Paulo - Poder360

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Aécio quer incentivar a redução da pena de presos por meio da leitura



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Naomi Matsui

Aécio Neves apresentou um projeto para colocar na lei a possibilidade de **presos** poderem reduzir suas penas por meio da leitura de literatura.

A redução está prevista em resolução do CNJ de maio deste ano, mas ainda é pouco adotada.

O deputado afirma que a medida seria importante porque o 'hábito da leitura tem poder transformador, sendo capaz de restituir ao indivíduo em conflito com a lei o valor da existência humana'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Presos

Defesa de Roberto Jefferson pede que STF revogue prisão determinada por Moraes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Mariana Muniz

BRASÍLIA - A defesa do ex-deputado Roberto Jefferson ingressou nesta segunda-feira com um pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) revogue a prisão preventiva determinada pelo ministro Alexandre de Moraes no último dia 13. O habeas corpus será analisado pelo ministro Edson Fachin.

Os advogados do aliado do presidente Jair Bolsonaro apontam que não há argumentos que justifiquem a necessidade da prisão determinada por Moraes. Os advogados também alegam questões de saúde para pedir a revogação da medida ou, em último caso, a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

A Polícia Federal, que pediu a prisão de Jefferson, detectou a atuação de Jefferson em uma espécie de milícia digital que tem feito ataques aos ministros do Supremo e às instituições. A PF listou diversos vídeos e publicações dele em redes sociais com esses ataques, que fundamentaram o pedido de prisão.

A investigação faz parte do novo inquérito aberto por ordem de Moraes após o arquivamento do inquérito dos atos antidemocráticos, para apurar uma organização criminosa digital.

No dia seguinte à prisão, a medida foi examinada em **audiência de custódia** realizada para verificar as condições da sua prisão. O ex-deputado fez ironias e relatou problemas de saúde. Sua defesa pediu a mudança para o regime domiciliar, mas o juiz instrutor Airton Vieira manteve Jefferson preso e argumentou que caberá a Moraes analisar o pedido.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Defesa de Roberto Jefferson pede que STF revogue prisão determinada por Moraes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Reprodução

Roberto Jefferson

A defesa do ex-deputado Roberto Jefferson ingressou nesta segunda-feira com um pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) revogue a prisão preventiva determinada pelo ministro Alexandre de Moraes no último dia 13. O habeas corpus será analisado pelo ministro Edson Fachin.

Os advogados do aliado do presidente Jair Bolsonaro apontam que não há argumentos que justifiquem a necessidade da prisão determinada por Moraes. Os advogados também alegam questões de saúde para pedir a revogação da medida ou, em último caso, a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

A Polícia Federal, que pediu a prisão de Jefferson, detectou a atuação de Jefferson em uma espécie de milícia digital que tem feito ataques aos ministros do Supremo e às instituições. A PF listou diversos vídeos e

publicações dele em redes sociais com esses ataques, que fundamentaram o pedido de prisão.

A investigação faz parte do novo inquérito aberto por ordem de Moraes após o arquivamento do inquérito dos atos antidemocráticos, para apurar uma organização criminosa digital.

Você viu?

No dia seguinte à prisão, a medida foi examinada em **audiência de custódia** realizada para verificar as condições da sua prisão. O ex-deputado fez ironias e relatou problemas de saúde. Sua defesa pediu a mudança para o regime domiciliar, mas o juiz instrutor Ailton Vieira manteve Jefferson preso e argumentou que caberá a Moraes analisar o pedido.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Audiência de Custódia

Sessão solene híbrida marca instalação do Museu do Poder Judiciário do Amazonas | Amazonas Notícias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Parte dos membros do colegiado estará nas dependências do Palácio da Justiça, antiga sede do TJAM, para a sessão especial, que terá transmissão pelo YouTube.

Nesta terça-feira (24/08), a sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas acontecerá nas dependências do Museu do Judiciário do Amazonas (Mujam) - nova designação do Centro Cultural Palácio da Justiça, localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, Centro de Manaus. A sessão ocorrerá no formato híbrido - com a presença de parte do colegiado no palácio - e sob a presidência do desembargador Domingos Jorge Chalub, que participará de forma remota. Como ocorre todas as semanas, a sessão será transmitida pelo canal do TJAM no YouTube.

A realização da sessão no imponente palácio integra as comemorações dos 130 anos de instalação do Poder Judiciário do Amazonas - completados no dia 4 do último mês de julho. Autoridades, como o governador do Estado, Wilson Lima e o ministro Mauro Campbell, do

Superior Tribunal de Justiça (STJ) já confirmaram participação na sessão.

Na ocasião, além da formalização da instalação do Mujam, ocorrerá o lançamento do 'Selo Histórico TJAM', que passará a ser afixado em processos judiciais ou administrativos, em tramitação ou arquivados, bem como em móveis, equipamentos e outros objetos, cujo assunto ou característica seja considerado de grande valor para a sociedade e para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

A direção do TJAM - formada pelo desembargador Domingos Chalub (presidente) e pelas desembargadoras Carla Reis (vice-presidente) e Nélia Caminha Jorge (corregedora-geral de Justiça) - destaca que a implantação do Mujam está alinhada com a Resolução n.º 324/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu as Diretrizes e Normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispôs sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). A resolução enfatiza que um dos princípios do Proname é o pleno acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário, como forma de promoção da cidadania.

No dia 30 do último mês de julho, o Diário da Justiça Eletrônico (DJe) publicou a Portaria n.º 1.309/2021, assinada pelo presidente da Corte, Domingos Chalub, que transforma o Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua em Museu do Judiciário do Estado do Amazonas (Mujam) e institui o programa 'Selo Histórico TJAM'.

A criação do Mujam não altera o Termo de Cessão de Uso por meio do qual o Tribunal de Justiça repassou à responsabilidade da Secretaria de Cultura a gestão do Palácio Clóvis Beviláqua para fins culturais e de atividades artísticas à coletividade. O Termo de Cessão de Uso sofrerá um aditivo para ampliar o acervo já

existente no local.

A portaria assinada pelo presidente do TJAM levou em consideração que os acervos documentais, mobiliários de estilo, obras de arte, tapetes, cortinas e outros artefatos do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico, que devem ser preservados em conformidade com o artigo 216, parágrafo 1.º, da Constituição Federal; e as instruções contidas na Resolução n.º 324/2020, que trazem diretrizes e normas de gestão de memória e gestão documental e que dispõem sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

O Museu fará parte do Cadastro Nacional de Museus (CNM), para produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o setor museológico brasileiro em toda sua diversidade, considerando os critérios do CNM, através de ato normativo do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Selo Histórico

De acordo com a Portaria n.º 1.309/2021, que instituiu o 'Selo Histórico TJAM', serão considerados históricos os documentos, processos e demais objetos que se encontram no Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua até a data de publicação da portaria, considerado seu valor histórico intrínseco.

A gestão do programa 'Selo Histórico TJAM' será feita pelo Arquivo Central do TJAM, subsidiado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

Centenário

A obra centenária do Palácio da Justiça - agora Museu do Poder Judiciário do Amazonas - foi concluída no início do século XX e sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1900. A construção é um dos principais exemplares da arquitetura clássica do período áureo da economia da borracha e suas linhas estruturais seguem as tendências do estilo renascentista.

O prédio foi tombado como Patrimônio Histórico e

Artístico do Amazonas em 1980. Os nomes dados às salas que o compõem homenageiam personalidades ligadas à sua implantação e ao Poder Judiciário.

A mobília é centenária e destaca-se o relógio do tipo carrilhão, da década de 1920, com estrutura de jacarandá baiano e maquinário suíço, além do lustre original feito de bronze e cristais.

Acervo

O Mujam terá exposições com processos históricos; objetos do Tribunal; material de vídeo de divulgação, como o 'Projeto Memória', que foi recentemente lançado, também como parte da programação dos 130 anos de instalação do Poder Judiciário do Amazonas. 'Estamos organizando alguns processos que precisam passar por restauro. O objetivo é agregar, dar mais vigor ao espaço, mais publicização de processos históricos, mais interatividade ao ambiente para que possamos efetivamente ter essa parte cultural e museológica da instituição', explica o gerente-geral do Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Amazonas e secretário da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TJAM, Pedro Souza Neto.

O desembargador Délcio Luís Santos, que preside a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TJAM, lembra que a instalação do Museu do Judiciário atende, inclusive, as exigências e requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2021, que traz 25 pontos relacionados à questão da gestão da documentação e da memória.

Cobertura do evento

A sessão solene desta terça-feira terá transmissão, ao vivo, pelo canal do TJAM no YouTube. Em razão das medidas de prevenção à **covid-19**, a cobertura jornalística do evento será feita presencialmente apenas pela Divisão de Divulgação e Imprensa da Corte e, posteriormente, disponibilizada aos veículos de comunicação (impressos, portais, rádios e TVs).

#PraCegoVer - Na foto que ilustra a matéria vê-se a

fachada do centenário Palácio da Justiça, localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, que passa a ser o Museu do Judiciário do Amazonas.

Paulo André Nunes

Foto: Raphael Alves - Arquivo TJAM

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Covid-19

Aécio defende redução da pena de presos por meio da leitura



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Valter Campanato/ Agência Brasil

O deputado federal Aécio Neves (PSDB) apresentou um projeto para colocar na lei a possibilidade de **presos** poderem reduzir suas penas por meio da leitura. A informação é da coluna de Guilherme Amado, do portal Metrôpoles.

Segundo a publicação, a redução está prevista em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de maio deste ano, mas ainda é pouco adotada. O deputado afirma que a medida seria importante porque o 'hábito da leitura tem poder transformador, sendo capaz de restituir ao indivíduo em conflito com a lei o valor da existência humana'.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Presos

CNJ - Nova versão integra SEEU ao Diário de Justiça Eletrônico Nacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) implantou nesta semana a versão 6.1 do **Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)**. A atualização traz importantes avanços e evoluções, inclusive na aproximação à Plataforma Digital do Poder Judiciário.

A nova versão traz a integração do sistema com o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), permitindo aos tribunais a publicação automática de intimação no diário. Já o módulo e-Carta é uma solução desenvolvida com os Correios para envio seguro de intimações da execução penal.

Outra novidade, a integração com a Base Nacional de Dados do poder Judiciário (DataJud) permite envio automático de metadados dos tribunais ao CNJ. Já o Serviço de Autenticação Cadastral (SEAC), desenvolvido com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), facilita confirmação da identidade civil para emissão de documentos.

A melhoria e expansão do **SEEU** é uma das frentes de

ação do programa **Fazendo Justiça**, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a incidir em desafios estruturais no campo da privação de liberdade.

Tecnologia

O **SEEU** é a ferramenta que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país. O sistema foi adotado como política nacional pelo CNJ em 2016 e pela Resolução n. 280/2019, que revogou parcialmente a normativa anterior para estabelecer a obrigatoriedade e a unicidade do **SEEU**, sob a governança de Comitê Gestor especializado.

O sistema permite um trâmite processual mais eficiente e proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil. Atualmente mais de 70% dos processos de execução penal do país tramitam no **SEEU**, que representam cerca de 1,2 milhão de processos. Ele conecta 33 tribunais e outros atores do sistema de Justiça gerando dados em tempo real da população em cumprimento de pena para a construção de políticas efetivas.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Sistema eletrônico de execução unificado, Judiciário - SEEU, Judiciário - Fazendo Justiça

Sessão solene híbrida do TJAM ocorrerá no Museu do Judiciário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Manaus (AM) - Nesta terça-feira (24/08), a sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas acontecerá nas dependências do Museu do Judiciário do Amazonas (Mujam) - nova designação do Centro Cultural Palácio da Justiça, localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, Centro de Manaus. A sessão ocorrerá no formato híbrido - com a presença de parte do colegiado no palácio - e sob a presidência do desembargador Domingos Jorge Chalub, que participará de forma remota. Como ocorre todas as semanas, a sessão será transmitida pelo canal do TJAM no YouTube.

A realização da sessão no imponente palácio integra as comemorações dos 130 anos de instalação do Poder Judiciário do Amazonas - completados no dia 4 do último mês de julho. Autoridades, como o governador do Estado, Wilson Lima e o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já confirmaram participação na sessão.

Na ocasião, além da formalização da instalação do Mujam, ocorrerá o lançamento do 'Selo Histórico TJAM', que passará a ser afixado em processos judiciais ou administrativos, em tramitação ou arquivados, bem

como em móveis, equipamentos e outros objetos, cujo assunto ou característica seja considerado de grande valor para a sociedade e para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

A direção do TJAM - formada pelo desembargador Domingos Chalub (presidente) e pelas desembargadoras Carla Reis (vice-presidente) e Nélia Caminha Jorge (corregedora-geral de Justiça) - destaca que a implantação do Mujam está alinhada com a Resolução n.º 324/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu as Diretrizes e Normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispôs sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

A resolução enfatiza que um dos princípios do Proname é o pleno acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário, como forma de promoção da cidadania.

No dia 30 do último mês de julho, o Diário da Justiça Eletrônico (DJe) publicou a Portaria n.º 1.309/2021, assinada pelo presidente da Corte, Domingos Chalub, que transforma o Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua em Museu do Judiciário do Estado do Amazonas (Mujam) e institui o programa 'Selo Histórico TJAM'.

A criação do Mujam não altera o Termo de Cessão de Uso por meio do qual o Tribunal de Justiça repassou à responsabilidade da Secretaria de Cultura a gestão do Palácio Clóvis Beviláqua para fins culturais e de atividades artísticas à coletividade.

O Termo de Cessão de Uso sofrerá um aditivo para ampliar o acervo já existente no local.

A portaria assinada pelo presidente do TJAM levou em consideração que os acervos documentais, mobiliários de estilo, obras de arte, tapetes, cortinas e outros artefatos do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico, que devem ser preservados em

conformidade com o artigo 216, parágrafo 1.º, da Constituição Federal; e as instruções contidas na Resolução n.º 324/2020, que trazem diretrizes e normas de gestão de memória e gestão documental e que dispõem sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

O Museu fará parte do Cadastro Nacional de Museus (CNM), para produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o setor museológico brasileiro em toda sua diversidade, considerando os critérios do CNM, através de ato normativo do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Selo Histórico

De acordo com a Portaria n.º 1.309/2021, que instituiu o 'Selo Histórico TJAM', serão considerados históricos os documentos, processos e demais objetos que se encontram no Palácio da Justiça Clóvis Beviláqua até a data de publicação da portaria, considerado seu valor histórico intrínseco.

A gestão do programa 'Selo Histórico TJAM' será feita pelo Arquivo Central do TJAM, subsidiado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

Centenário

A obra centenária do Palácio da Justiça - agora Museu do Poder Judiciário do Amazonas - foi concluída no início do século XX e sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1900.

A construção é um dos principais exemplares da arquitetura clássica do período áureo da economia da borracha e suas linhas estruturais seguem as tendências do estilo renascentista.

O prédio foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas em 1980. Os nomes dados às salas que o compõem homenageiam personalidades ligadas à sua implantação e ao Poder Judiciário.

A mobília é centenária e destaca-se o relógio do tipo

carrilhão, da década de 1920, com estrutura de jacarandá baiano e maquinário suíço, além do lustre original feito de bronze e cristais.

Acervo

O Mujam terá exposições com processos históricos; objetos do Tribunal; material de vídeo de divulgação, como o 'Projeto Memória', que foi recentemente lançado, também como parte da programação dos 130 anos de instalação do Poder Judiciário do Amazonas.

"Estamos organizando alguns processos que precisam passar por restauro. O objetivo é agregar, dar mais vigor ao espaço, mais publicização de processos históricos, mais interatividade ao ambiente para que possamos efetivamente ter essa parte cultural e museológica da instituição", explica o gerente-geral do Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Amazonas e secretário da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TJAM, Pedro Souza Neto.

O desembargador Délcio Luís Santos, que preside a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TJAM, lembra que a instalação do Museu do Judiciário atende, inclusive, as exigências e requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade 2021, que traz 25 pontos relacionados à questão da gestão da documentação e da memória.

Cobertura do evento

A sessão solene desta terça-feira terá transmissão, ao vivo, pelo canal do TJAM no YouTube.

Em razão das medidas de prevenção à **covid-19**, a cobertura jornalística do evento será feita presencialmente apenas pela Divisão de Divulgação e Imprensa da Corte e, posteriormente, disponibilizada aos veículos de comunicação (impressos, portais, rádios e TVs).

*Com informações da assessoria

Leia mais:

Museu Judiciário deve ser instalado no Palácio da
Justiça em Manaus

Confira os destaques dos museus do Palacete
Provincial, em Manaus

Assembleia aprova mudança em data de posse da
presidência do TJAM

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Covid-19

Isolado, Bolsonaro radicaliza para inflar atos de 7 de Setembro, e governadores pedem trégua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Isolado nos ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal), Jair Bolsonaro radicaliza o discurso e infla os atos de apoio ao governo marcados para o 7 de Setembro.

Avisados do risco de infiltração de bolsonaristas nas Polícias Militares, governadores pedem trégua e querem encontrar o presidente para estancar a crise institucional.

A apresentação por Bolsonaro do pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, na sexta-feira (20), elevou a tensão entre os Poderes. Nesta segunda (23), o presidente voltou à velha pauta do voto impresso.

A defesa do instrumento é feita mesmo depois de a Câmara ter derrotado a proposta. O voto impresso é o tema que mais mobilizou recentemente a militância bolsonarista e serve de munição para falas golpistas do presidente. Em entrevista à Rádio Regional, de Eldorado (SP), Bolsonaro disse de novo que participará

dos atos pró-governo em São Paulo e Brasília, que serão realizadas no Dia da Independência, e insistiu na suspeição do processo eleitoral.

"O que que é a alma da democracia? É o voto. O povo quer que você, ao votar, tenha a certeza de que o teu voto vai para o João ou para a Maria. Não quer que, num quatinho secreto, meia dúzia de pessoas conte os seus votos", disse o presidente.

Bolsonaro insistiu ainda em falar de um ataque de hackers ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2018, motivo pelo qual já é investigado pelo STF por vazamento de informações sigilosas.

Segundo a corte eleitoral, porém, nunca houve fraude no sistema de apuração das urnas eletrônicas nem os votos são apurados de forma secreta.

"A gente espera que tenhamos eleições limpas, democráticas e com contagem pública de votos no ano que vem. Não podemos conviver com essa suspeição", afirmou o presidente.

Bolsonaro chegou a prometer reduzir a pressão pela mudança no sistema eleitoral, segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o que não ocorreu. Lira, por sua vez, foi cobrado por aliados por ter confiado na promessa.

Mesmo depois de a PEC (proposta de emenda à Constituição) ter sido reprovada na comissão especial, o presidente da Câmara a levou para o plenário. Lá também foi derrotada, mas trouxe grande desgaste a deputados. Para ser aprovada, a PEC precisava do apoio de 308 parlamentares. Teve 229 favoráveis e 218 contrários.

Já a investigação de Bolsonaro pelo suposto vazamento do caso de hackers foi determinada por Moraes, que acolheu a notícia-crime do TSE.

Moraes já havia decidido incluir o presidente como investigado por causa da transmissão de uma live em que prometia comprovar supostas fraudes nas urnas eletrônicas, mas, ao final, apresentou apenas um compilado de relatos já desmentidos pelo TSE.

Na entrevista, Bolsonaro saiu em defesa de apoiadores alvo de investigações. Ele citou uma "caça às bruxas" ao criticar ainda prisões decretadas por Moraes, como a do deputado afastado Daniel Silveira (PTB-RJ), do blogueiro Oswaldo Eustáquio e, mais recentemente, do presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Todas as prisões foram determinadas por Moraes por ser relator dos inquéritos de fake news e dos atos antidemocráticos -este último acabou extinto, transformando-se numa nova linha de investigação de notícias falsas.

"A gente não pode aceitar passivamente isso dizendo 'ah, não é comigo'. Vai bater na sua porta", disse o presidente nesta manhã, sem detalhar o que significaria não "aceitar passivamente".

Mais tarde, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, Bolsonaro disse que está conspirando para que todos cumpram a Constituição. Ele não deu detalhes sobre que tipo de trama está elaborando ou se a declaração era resposta irônica aos críticos de suas investidas, por exemplo, contra as eleições de 2022 e o **Judiciário**.

"Só tenho uma coisa a falar. Estou conspirando, sim, e muito. Para que todos cumpram a nossa Constituição, ok? Essa é a minha conspiração. Cumpram a Constituição, só isso", disse Bolsonaro.

O pedido de impeachment de Moraes, segundo aliados do Planalto, foi "acelerado" por Bolsonaro como resposta à operação da Polícia Federal que teve como alvo, na sexta-feira, o cantor sertanejo Sérgio Reis e o deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ). Ambos são aliados de Bolsonaro.

As medidas foram solicitadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e autorizadas por Moraes.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), STF, STJ (Superior Tribunal de Justiça), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e entidades de juízes e procuradores reagiram ao pedido de impeachment.

Em paralelo cresceu a mobilização pelo 7 de Setembro para mostrar força.

Nesta segunda, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o coronel Aleksandro Lacerda, comandante de sete batalhões de PM do interior paulista, fez postagens convocando amigos para o ato bolsonarista da próxima semana. Nas redes sociais, aliados do presidente saíram em defesa do coronel, que foi afastado.

Em meio a esse clima, governadores de estados realizaram uma reunião na manhã desta segunda e decidiram atuar conjuntamente para tentar harmonizar a relação entre os Poderes. Eles pediram uma reunião com Bolsonaro na próxima semana.

"O objetivo é demonstrar a importância de o Brasil ter um ambiente de paz, de serenidade onde possamos garantir a forma de valorização da democracia, mas principalmente criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos, geração de empregos e renda", disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A reunião do Fórum dos Governadores já estava prevista, mas de última hora teve incluída na pauta a possibilidade de uma ruptura institucional.

Além de Ibaneis Rocha (MDB-DF) e Dias, que estavam no Palácio do Buriti, em Brasília, outros 22 governadores, entre eles o de São Paulo, João Doria (PSDB), participaram de forma remota.

A postura de Bolsonaro, que apresentou pedido de impeachment de Moraes, foi criticada por governadores.

"Foi uma proposta de consenso de todos nós, governadores, pela nossa disparidade de posições políticas e partidárias, mas, pela harmonia que temos no nosso grupo, nós temos condições de ajudar nessas relações", afirmou Ibaneis.

Durante a reunião, houve resistência da parte de alguns governadores a adotarem uma postura de maior confronto com Bolsonaro, segundo alguns presentes no evento.

Mesmo tendo rompido com o presidente da República, Carlos Moisés (sem partido), de Santa Catarina, foi um dos que se posicionaram contra uma medida mais enfática.

Além de Moisés, também se posicionaram de maneira contrária a uma carta em repúdio aliados de Bolsonaro, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e o de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

"O que nós devemos fazer é defender a democracia, Moisés, e não silenciar diante das ameaças que estamos sofrendo constantemente", reagiu Doria.

O governador paulista havia sido o defensor de elaborarem a carta às ações recentes de Bolsonaro. Uma parte dos presentes, no entanto, argumentou que a medida apenas serviria para acirrar os ânimos.

Em mais um sinal de cautela, os pedidos de reuniões serão encaminhados a todos os chefes dos Poderes e não apenas a Bolsonaro.

Segundo Dias, as cartas individuais solicitando os encontros e apresentando a agenda a ser discutida serão elaboradas até o fim desta semana, para que seja possível realizar as reuniões já na próxima semana.

Serão encaminhados ofícios para o presidente da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e também para o presidente do STF, ministro Luiz Fux.

Apesar de o colegiado de governadores torcer pela

trégua na relação entre os Poderes, reservadamente, não são todos que acreditam ser possível.

Um deles disse à Folha de S.Paulo que a tentativa de **conciliação** se faz necessária até para, depois, ter o argumento de tentativa e frustração para os que ainda não se convencem da falta de diálogo. Apesar da descrença, disse que participaria da reunião.

Por outro lado, quem torce por uma melhora na relação aposta as fichas em Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil e que se define como "amortecedor".

A leitura é de que ele será capaz de convencer o presidente a baixar a temperatura e encontrar os governadores por mais diálogo.

Outro item de preocupação abordado durante a reunião foi a atuação de policiais militares durante a crise institucional no país.

Os governadores então assumiram um compromisso público e formal de que as corporações não serão usadas politicamente.

Ibaneis foi questionado especificamente sobre a atuação da PM do Distrito Federal durante os protestos de 7 de Setembro. Respondeu que ele e seu comandante têm total controle sobre a corporação.

Para incentivar mobilizações em São Paulo pró-governo federal, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) lembrou da demanda de aumento salarial da corporação e criticou a medida do governo paulista de pôr uma câmera no uniforme dos agentes. Com as ações filmadas, a PM de São Paulo atingiu a menor letalidade em oito anos. A novidade, contudo, enfrenta resistência entre policiais.

"[João Doria] Já não tem moral com a tropa e ainda faz ameaça. Isso só faz crescer os atos para 7 de Setembro", inflamou o filho do presidente.

A deputada Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas de Bolsonaro, chamou o governador

de "DitaDoria". Ambos os deputados usavam a hashtag para convocação do ato de 7 de Setembro.

Colaborou Mateus Vargas

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Conciliação

Negado seguimento de habeas corpus à cúpula da CPI da Covid

Os parlamentares noticiaram supostas ilegalidades cometidas pela Polícia Federal por meio da abertura de inquérito para apurar a divulgação de documentos sigilosos no âmbito da CPI. Para o ministro Edson Fachin, do **STF**, apesar dos argumentos apresentados pelos senadores e do legítimo temor de existência de uma investigação não supervisionada contra eles, não há elementos concretos que indiquem ilegalidade ou abuso de poder.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Rejeitado pedido para reiniciar ação penal contra Lula no caso do sítio de Atibaia

O processo de origem, instaurado na Justiça Federal em Curitiba, foi anulado pelo **STF** em abril deste ano, ao ser reconhecida a incompetência da 13ª Vara Federal da capital paranaense e a suspeição do ex-juiz Sergio Moro para analisar o caso.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

PF poderá colher novos depoimentos sobre suposta interferência de Bolsonaro

A investigação foi autorizada pelo **STF** em abril do ano passado, a pedido da Procuradoria-Geral da República, e tem como base declarações do ex-ministro da Justiça Sergio Moro sobre a suposta interferência do presidente da República, Jair Bolsonaro, na PF.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Governadores se reúnem para discutir a defesa da democracia

Entre os temas pautados, está o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do **STF**, protocolado no Senado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF rejeita denúncia contra chefe da Casa Civil e deputado federal

Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte foram denunciados por suposta atuação para fazer uma testemunha alterar depoimento em inquérito policial.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Arquivada notícia-crime que pedia a investigação de Augusto Aras

O procurador-geral da República era acusado por suposta prevaricação.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF rejeita ação contra pena para denúncia caluniosa em eleições

O colegiado acompanhou por unanimidade o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Derrubada condenação por associação criminosa do ex-ministro Geddel Vieira Lima

No entanto, a Segunda Turma do **STF** manteve a condenação por lavagem de dinheiro. O caso está relacionado aos R\$ 51 milhões em espécie que foram encontrados pela PF em um apartamento ligado à família, em 2017.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

STF inicia debate sobre educação de crianças com deficiência

A audiência pública foi convocada pelo ministro Dias Toffoli, do **STF**, com o objetivo de reunir informações para o julgamento de uma ação sobre o tema.

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF

Começa, hoje, audiência pública convocada pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, para discutir com especialistas e representantes, a Política Nacional de Educação Especial

Notícias

23/08/2021 - 17h

Começa, hoje, audiência pública convocada pelo ministro Dias Toffoli, do **Supremo Tribunal Federal**, para discutir com especialistas e representantes, a Política Nacional de Educação Especial.

Carolina Chaves

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - STF